UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

JOÃO FRANCISCO MIRÓ MEDEIROS NOGUEIRA

TERRITORIALIDADE GUARANI M'BYÁ DA ALDEIA RIO D'AREIA: PERSPECTIVAS ESPAÇO-TEMPORAIS DA GESTÃO TERRITORIAL ORIGINÁRIA NA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS NA BACIA DO MÉDIO IGUAÇU/PR

PONTA GROSSA
2026

JOÃO FRANCISCO MIRÓ MEDEIROS NOGUEIRA

TERRITORIALIDADE GUARANI M'BYÁ DA ALDEIA RIO D'AREIA: PERSPECTIVAS ESPAÇO-TEMPORAIS DA GESTÃO TERRITORIAL ORIGINÁRIA NA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS NA BACIA DO MÉDIO IGUAÇU/PR

Tese de Doutorado apresentada para obtenção do título de Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linha de pesquisa: Dinâmicas Naturais e Análise Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Nicolas Floriani
Coorientador: Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva (Universidade Federal de Rondônia – UNIR).

PONTA GROSSA
2026

Nogueira, João Francisco Miró Medeiros
N778 Territorialidade Guarani M'Byá da Aldeia Rio d'Areia: perspectivas espaço-temporais da gestão territorial originária na Floresta com Araucárias na bacia do Médio Iguaçu/PR / João Francisco Miró Medeiros Nogueira. Ponta Grossa, 2026.
301 f.

Tese (Doutorado em Geografia - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Nicolas Floriani.
Coorientador: Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva.

1. Territorialidades. 2. Floresta Ombrófila Mista. 3. Guarani M'Byá. 4. Etnozoneamento. 5. Gestão territorial. I. Floriani, Nicolas. II. Silva, Adnilson de Almeida. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. IV.T.

CDD: 910

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luzia Fernandes Bertholino dos Santos- CRB9/986

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - https://uepg.br

TERMO

JOÃO FRANCISCO MIRÓ MEDEIROS NOGUEIRA

TERRITORIALIDADE GUARANI M'BYÁ DA ALDEIA RIO D'AREIA: PERSPECTIVAS ESPAÇOTEMPORAIS DA GESTÃO TERRITORIAL ORIGINÁRIA NA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS NA BACIA DO MÉDIO IGUAÇU/PR"

Ponta Grossa, 28 de setembro de 2026

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Geografia, no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Doutorado em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Nicolas Floriani – UEPG (Presidente)
Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha – UEPG
Profa. Dra. Alessandra Izabel de Carvalho – UEPG
Profa. Dra. Rafaela Biehl Printes – UERGS
Prof. Dr. Gustavo Conceição Bahr – IFPR.

Documento assinado eletronicamente por **Nicolas Floriani**, **Professor(a)**, em 29/09/2026, às 09:18, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Biehl Printes**, **Usuário Externo**, em 30/09/2026, às 13:55, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO CONCEICÇÃO BAHR**, **Usuário Externo**, em 01/10/2026, às 11:37, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alexandre Goncalves Cunha**, **Professor(a)**, em 01/10/2026, às 14:24, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Izabel de Carvalho**, **Professor(a)**, em 05/10/2026, às 15:46, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.uepg.br/autenticidade informando o código verificador **3320665** e o código CRC **A94573BC**.

A presente tese é dedicada aos povos originários da Floresta com Araucárias, sobremaneira à memória daqueles que, como ato de amor, colocaram suas vidas à frente da mata, como símbolo eterno da proteção da floresta, dos pinheiros, dos cedros e imbuias.

Dedica-se aos defensores dos rios e dos animais, àqueles que impediram e ainda hoje impedem o saque total da floresta em prol da ganância do homem branco.

Dedica-se às históricas lideranças Guarani M'Byá do Rio d'Areia: cacique Dimarães, cacique Manoelito, cacique Manoelzinho, cacique Inácio e cacique Antônio Júlio.

Dedica-se à memória do grande líder indígena da Floresta com Araucária, o cacique Ângelo Kretã, que com sabedoria e habilidade, e, guiado pela verdadeira justiça, impediu a extinção da Aldeia Rio d'Areia quando essa fora tomada por colonos, reestabelecendo os Guarani M'Byá como donos desse território.

Dedica-se também à memória de meu finado pai Francisco Carlos Nogueira, o Chicão, que prestou grande parte de sua vida em cuidado, defesa e apreço à Mata Atlântica no Paraná. Tendo partido para o mundo da saudade no simbólico Dia Mundial do Meio Ambiente, no ano de 2024.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um sentimento que preenche o ser humano em seu coração. Todos os processos que culminaram na construção dessa tese, desenvolvida ao longo dos últimos cinco anos (2021-2026), constituíram momentos e vivências muito boas em minha vida, que se tornaram lembranças indeléveis na minha existência. Portanto, eu só tenho a agradecer, profundamente, a todas as pessoas que compartilharam comigo essa trajetória e esse processo profundo de reflexão e revisão do próprio sentido e propósito de nossa passagem por aqui.

Acima e à frente de tudo, damos graças a Nhanderu Tenonde – Deus – Jah, pois, como uma árvore com muitos galhos, Ele é um só, e conduz os nossos destinos por meio das experiências e aprendizados (às vezes às duras penas) na jornada da vida.

Agradeço à minha amada mãe, que nunca mediu esforços em me apoiar nos meus projetos, nos meus estudos, nas minhas decisões. Nos altos e baixos sempre esteve lá dona Malu fazendo a retaguarda, gratidão eterna.

À minha avó Lia Miró Medeiros (*in memoriam*), quem sempre me incentivou a olhar para o passado no sentido de melhor entender o presente, alimentando em mim a sensibilidade imaginativa da História e a vontade de querer saber mais.

Agradeço enormemente à Káfej Ará Rete, sua forma de entender o mundo, por suas vivências como afro-indígena, me tornaram muito mais atento, sensível e crítico às violências de Babilônia. Sem seu suporte, amizade e companheirismo, além de todos esses pensamentos, certamente esse trabalho não existiria, portanto, gratidão.

Agradeço ao meu tio Milton Nogueira pelo interesse em ler, interpretar e dialogar sobre as ideias e propostas dessa tese.

Agradeço à família Serbai que me acolheu no seio do lar ao longo de todo esse tempo em Irati, onde a maior parte da tese foi pensada, vivenciada e escrita.

Gratidão aos amigos: Dr. Flávio Koike, você que me levou ao Museu Paranaense e foi lá que essa jornada começou, em 2016. Felipe Fils, meu amigo que me ajuda sempre que preciso, o autor principal do mapa. Marcus Baccega pelo apoio incondicional de sempre. Ao Pedro Castelhano pelo suporte cartográfico. Aos Bróderes do Surfe pela nossa irmandade geográfica.

Agradecimentos ao estimado Prof. Dr. Nicolas Floriani, meu conselheiro e orientador no desenvolvimento da tese de doutorado, me auxiliando nas discussões, abordagens e condução do pensamento; ao Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva pela coorientação no trabalho,

sobremaneira no que se refere às revisões e suporte acerca do desenvolvimento do etnozoneamento; à Profª. Drª. Rafaela Biehl Printes e ao Prof. Dr. Gustavo Bahr pelas fundamentais contribuições originadas na banca de qualificação, que influenciaram positivamente na conclusão desse trabalho.

Meus sinceros agradecimentos às equipes das instituições que apoiaram a pesquisa através da prestação de serviços de qualidade e dedicação no atendimento: equipe do CEDOC da UNICENTRO de Guarapuava, equipe CEDOC da UNICENTRO de Irati, equipe da Seção de Documentação Permanente do Arquivo Público do Paraná e Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG. Agradeço também às equipes editoriais das revistas Espaço Ameríndio (PPGAS/UFRGS), Sociedade e Território (PPGe/UFRN) e Geografar (PPGGEO/UFPR) pela aceitação da publicação de artigos científicos derivados dessa pesquisa que auxiliaram no amadurecimento teórico e rigor metodológico das etapas de escrita da tese. Nesse sentido também agradeço à Fabiana Orreda, de Irati, pelo apoio e disponibilidade em ler e avaliar o desenvolvimento da ideia central desse trabalho a partir da revisão de artigos.

Meu profundo Haeve'te à grande família Guarani M'Byá, com especial carinho ao cacique Antoninho Pires de Lima, Marilene Rete Veríssimo e Larissa, Daniel Popyguá Veríssimo e Miquéias, Arlindo Veríssimo, Xamoin Mário Karaí Ribeiro, cacique Julinho Pires de Lima, Xary'i Maria Fernandes, Xamoi Lúcio, Aílton Karaí, Vidal, Maninho Pires de Lima e família (Eliza Krexu, Txai Samuka M'Byá e Manuzinha M'Byá), Carmelita Soares, Sapinho, Tati e piazada da casa de reza, Darci Pires de Lima, Amália e Jhon, Saideira, Moacir, Crodo, Leandrinho Pires de Lima, Eva Alves e família (Dani, João Marcos, Cristiano e o ancião João Xijú), Edinéia, Juliana e Damara, Xamoi Genoário, Xamoi Carlos, Pedro Guarani, Xiví, Xamoi Hélio, Elito Paraguaio, Xary'i Natalina e Xamoi Marcolino da Tekoá Araçaí, Xary'i Maria e Pajé Joel da Tekoá Tapixi e ao guardião eterno do fogo sagrado, Xamoi Alcindo Wera Tupã (*in memoriam*). Gratidão para a vida toda, meus amigos. Porã ete aguyjevete!

Cadê nossos *índios*, Cadê nossos *índios*
Nossos *índios* estão morrendo,
Desaparecendo
Sendo exterminados
Pela ganância
Pela prepotência
Daquele que diz ser o melhor
Aquele que diz fazer tudo perfeito
Aquele que diz fazer tudo direito
Aquele que diz ser o melhor
Então devolva as terras desses homens
Então devolva as terras
Para que tudo fique direito
Para que tudo se torne perfeito
E a alegria retorne àquele lar
Enfim a paz se restabeleça
Aquele que diz fazer tudo perfeito
Aquele que diz fazer tudo direito
Aquele que diz ser o melhor
Então devolva as terras desses homens
Devo, Devolu, devo, devolução.

Edson Gomes, **Devolução**. Álbum Resgate Fatal, 1995.

Ka'aguy Nhanderu ojapo va'ekue
Mamõ jaikoa'i nderery rupi memê
Ejo ejo
Apy'ma xee aî
Ejo ejo
Apyma xee aî.

Nhanderu fez as florestas
Onde estivermos estaremos em seu nome
Vem vem
Eu estou aqui
Vem vem
Eu estou aqui.

Ka'aguy Nhanderu Ojapo Va'Ekue

Canção tradicional Guarani M'Byá

RESUMO

A partir de uma análise pautada nas metodologias investigativas da Geografia Histórica, a presente tese buscou compreender como um conjunto se constituem as territorialidades moderna e ancestral, associadas a imaginários e saberes relacionados ao uso e manejo da paisagem da Floresta Ombrófila Mista, as quais se consubstanciam em regimes distintos de natureza agenciados na bacia hidrográfica do Médio Iguaçu, no estado do Paraná. Em contraposição à lógica do capitalismo neoextrativista, que levou a Floresta com Araucárias à beira da extinção, o conjunto de práticas territoriais de conversão dos bens territoriais patrimoniais em recursos econômicos atuou, também, ante às comunidades indígenas, quando não assimilando-as, convertendo-as e impondo-lhes as práticas e pensamentos da colonização à cosmografia e modo de vida originários. Em uma perspectiva geográfica, a tese busca compreender como estratégias resistentes ao processo homogeneizador das práticas socioespacias e paisagísticas se organizam e se aplicam à Terra Indígena Rio d'Areia, localizada às margens de um dos maiores tributários do rio Iguaçu, no município de Inácio Martins, Paraná. No território indígena, um conjunto de fundamentos embasados na culturalidade Guarani M'Byá se expressa na gestão territorial, preservando importante reserva ecossistêmica da FOM a partir de práticas indígenas consideradas contra-hegemônicas na região em questão. Para compreender tais processos e como eles se manifestam no espaço geográfico, simbolizando possibilidades para um diálogo e construção de novas perspectivas para a gestão territorial da FOM na região do Médio Iguaçu, ao longo da tese desenvolve-se, junto à comunidade, um etnozoneamento, baseado nas diretrizes do Decreto Lei 7.747 de 2012. A territorialidade praticada pelos indígenas na T. I. Rio d'Areia potencialmente embasa rupturas epistemológicas em relação às ciências ambientais, ou seja, no que diz respeito à adoção de práticas e estratégias para a conservação a longo prazo da FOM, além de dar visibilidade a uma série de relevantes e ancestrais conhecimentos ecológicos locais. Historicamente negligenciados pelas instituições do Estado, a supressão dos modos de vida originários corroborou para a condução do ameaçante grau de fragilidade imposto a esse ecossistema florestal.

Palavras-chave: Territorialidades; Floresta Ombrófila Mista; Guarani M'Byá; Etnozoneamento; Gestão Territorial.

ABSTRACT

Based on an analysis grounded in the investigative methodologies of Historical Geography, this thesis sought to understand how a set of modern and ancestral territorialities, associated with imaginaries and bodies of knowledge related to the use and management of the Mixed Ombrophilous Forest landscape, are constituted, giving rise to distinct regimes of nature enacted within the Mid-Iguaçu River basin, in the state of Paraná, Brazil. In contrast to the logic of neo-extractivist capitalism, which has brought the Araucaria Forest to the brink of extinction, the set of territorial practices responsible for converting territorial heritage assets into economic resources also acted upon Indigenous communities by assimilating, transforming, and imposing the practices and modes of thought of colonization upon their original cosmography and way of life. From a geographical perspective, this thesis seeks to understand how strategies of resistance to the homogenizing process of socio-spatial and landscape practices are organized and applied within the Rio d'Areia Indigenous Land, located on the banks of one of the largest tributaries of the Iguaçu River, in the municipality of Inácio Martins, Paraná. Within the Indigenous territory, a set of principles grounded in Guarani M'Byá cultural traditions is expressed through territorial management, preserving an important ecosystem reserve of the Mixed Ombrophilous Forest by means of Indigenous practices regarded as counter-hegemonic within the regional context. To understand these processes and how they are manifested in geographical space, symbolizing possibilities for dialogue and for the construction of new perspectives on the territorial management of the Mixed Ombrophilous Forest in the Mid-Iguaçu region, this thesis develops, together with the community, an ethnozoning process based on the guidelines established by Brazilian Decree No. 7,747 of 2012. The territoriality practiced by the Indigenous people of the Rio d'Areia Indigenous Land potentially provides the basis for epistemological ruptures in relation to environmental sciences, particularly regarding the adoption of practices and strategies aimed at the long-term conservation of the Mixed Ombrophilous Forest, while also giving visibility to a wide range of relevant and ancestral local ecological knowledge. Historically neglected by State institutions, the suppression of Indigenous ways of life has contributed to the alarming degree of fragility imposed upon this forest ecosystem.

Key-words: Territorialities; Mixed Ombrophilous Forest (MOF); Guarani M'Byá; Ethnozoning; Territorial Management.

RESUMÉ

Appuyée sur une analyse fondée sur les méthodologies d'investigation de la Géographie historique, cette thèse a cherché à comprendre comment se constituent un ensemble de territorialités modernes et ancestrales, associées à des imaginaires et à des savoirs liés à l'usage et à la gestion du paysage de la Forêt Ombrophile Mixte (FOM), lesquelles se matérialisent en régimes de nature distincts dans le bassin hydrographique du Moyen Iguaçu, dans l'État du Paraná, au Brésil. À l'opposé de la logique du capitalisme néo-extractiviste, qui a conduit la forêt à Araucarias au bord de l'extinction, l'ensemble des pratiques territoriales de conversion des patrimoines territoriaux en ressources économiques s'est également exercé sur les communautés autochtones, en les assimilant, en les transformant et en leur imposant les pratiques ainsi que les modes de pensée de la colonisation, au détriment de leur cosmographie et de leur mode de vie originels. Dans une perspective géographique, cette thèse cherche à comprendre comment les stratégies de résistance au processus d'homogénéisation des pratiques socio-spatiales et paysagères s'organisent et se déploient sur la Terre Indigène Rio d'Areia, située sur les rives de l'un des principaux affluents du fleuve Iguaçu, dans la municipalité d'Inácio Martins, au Paraná. Sur ce territoire autochtone, un ensemble de principes fondés sur la culturalité guarani M'Byá s'exprime dans la gestion territoriale, permettant la préservation d'une importante réserve écosystémique de la Forêt Ombrophile Mixte grâce à des pratiques autochtones considérées comme contre-hégémoniques dans cette région. Afin de comprendre ces processus et la manière dont ils se manifestent dans l'espace géographique, ouvrant des possibilités de dialogue et de construction de nouvelles perspectives pour la gestion territoriale de la Forêt Ombrophile Mixte dans la région du Moyen Iguaçu, cette thèse développe, en collaboration avec la communauté, un ethnozonage fondé sur les directives du Décret n° 7.747 de 2012 (Brésil). La territorialité pratiquée par les peuples autochtones de la Terre Indigène Rio d'Areia offre un potentiel de rupture épistémologique vis-à-vis des sciences de l'environnement, notamment en ce qui concerne l'adoption de pratiques et de stratégies visant la conservation à long terme de la Forêt ombrophile mixte. Elle contribue également à rendre visibles de nombreux savoirs écologiques locaux, ancestraux et d'une grande importance. Historiquement négligée par les institutions de l'État, la suppression des modes de vie originaires a contribué au degré préoccupant de fragilité imposé à cet écosystème forestier.

Mots-clés: Territorialités; Forêt Ombrophile Mixte (FOM); Guarani M'Byá; Ethnozonage; Gestion territoriale.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1: Roça tradicional Guarani na aldeia Rio d'Areia 60

Figura 1.2: Variedade de milhos originários secando na aldeia Amba Tenonde/PR 61

Figura 1.3: Tateto capturado em roça de milho na engorda para abate, aldeia Rio d'Areia/PR 62

Figura 1.4: *Ey nhemongaraí*, o batismo do mel, *Opy Amba Jekupe*, Rio d'Areia/PR..... 65

Figura 2.1: Área de dissipação da Floresta com Araucárias 87

Figura 2.2: Perfil esquemático com as formações da FOM 89

Figura 2.3: FOM Aluvial às margens do rio Palmital em Mallet/PR 90

Figura 2.4: FOM Montana em associação à vegetação de campo, Pinhão/PR 90

Figura 2.5: FOM Alto-Montana em estágio secundário, Inácio Martins/PR 91

Figura 2.6: Representação de conjunto de 13 pinheiros-do-paraná e 20 antropomorfos no sítio arqueológico 'Abrigo das Araucárias' em Piraí do Sul/PR 96

Figura 2.7: Eixos de ocupação territorial das tradições Tupi-Guarani e Jê no Paraná 100

Figura 2.8: Mapa de localização e municípios componentes da bacia do Médio Iguaçu 104

Figura 2.9: Mapa dos loteamentos coloniais Linha Rio d'Areia, 2ª vicinal Victória e Linha Sant'Anna. Município de União da Vitória, 1897. 108

Figura 2.10: Colonos de primeira geração cultivando milho, Médio Iguaçu, c. 1910 113

Figura 2.11: Paisagem de propriedade rural em plena conversão paisagística, com presença de áreas de plantio, remanescentes de FOM e intergeracionalidade. Colônia Gonçalves Júnior, Médio Iguaçu, c. 1906 116

Figura 2.12: Serraria em pinheiral, com vila operária, Mallet, Médio Iguaçu, 1909 120

Figura 2.13: Vila operária da serraria Iraty, Irati, Médio Iguaçu, 1914 120

Figura 2.14: Serraria na região de Irati, início do século XX 124

Figura 2.15: Derrubada de pinheirais na margem esquerda do rio Iguaçu, 1918..... 126

Figura 2.16: Parreiral implantado na FOM, Cruz Machado, década de 1920 126
Figura 3.1: Área de dispersão de aldeias da etnia Guarani na América do Sul..... 138
Figura 3.2: Casa de reza da aldeia Araça'i, em Piraquara/PR 144
Figura 3.3: Mapa de localização da Terra Indígena Rio d'Areia 146
Figura 3.4: Planta de 1931 indicando a presença de indígenas Guarani no Rio d'Areia 150
Figura 3.5: Floresta com Araucária em regeneração margeia o território originário 154
Figura 3.6: Toco de antiga imbuia derrubada por colonos dentro da T. I. Rio d'Areia 155
Figura 4.1: Representação da topografia e relevo da T. I. Rio d'Areia 175
Figura 4.2: Cachoeira em degrau basáltico, rio d'Areia, território indígena 176
Figura 4.3: Registro de ocorrência de neve na T. I. Rio d'Areia em maio de 2021 178
Figura 4.4: Contraste de uso e cobertura de solo na divisa da T. I. Rio d'Areia..... 181
Figura 4.5: Realização de atividade com mapa na garagem do cacique Antoninho 183
Figura 4.6: *Xamoi* Arlindo monitora a condição da floresta na zona de proteção integral 189
Figura 4.7: Pele de onça-parda exposta no Centro Cultural Indígena 190
Figura 4.8: Equipe técnica da empresa Yerba Madre monitora mudas de erva-mate reproduzidas no viveiro instalado na Terra Indígena 193
Figura 4.9: Roçada de sub-bosque para adensamento de erva-mate em zona de proteção integral 194
Figura 4.10: Roça tradicional de mandioca consorciada com frutíferas e amendoim 197
Figura 4.11: Consórcio de milho e feijão em roça tradicional no entorno de casa 198
Figura 4.12: Roça tradicional de pluricultivo ao lado da casa Guarani M'Byá 198
Figura 4.13: A secagem do *avaxi oy* é feita próxima ao fogo 200
Figura 4.14: A separação do *kumandá xa'i* é feito em peneira de taquara e timbó 201
Figura 4.15: Canteiro com plantas alimentícias, medicinais e sacramentais 201
Figura 4.16: Taquaral roçado em processo de implantação de erval adensado 204

Figura 4.17: A poda, colheita e transporte da erva-mate é feita pelos Guarani M'Byá 205
Figura 4.18: Erva-mate sendo descarregada para coleta de empresas ervateiras..... 205
Figura 4.19 Configuração de erval adensado localizado à beira da estrada 207
Figura 4.20: Caminhão transportando erva-mate produzida na T. I. sentido Turvo/PR 207
Figura 4.21: Zona de produção com reflorestamento de eucalipto e pinus 210
Figura 4.22: Indígena observa o dossel florestal em busca de pinhas em *desfalha* 214
Figura 4.23: Indígena processa pinhas coletadas na zona de extrativismo 215
Figura 4.24: A cestaria de carga é feita com a taquara partida trançada 217
Figura 4.25: A fibra da casca do timbó é importante para o acabamento da cestaria tradicional Guarani M'Byá 218
Figura 4.26: Casca da raíz do Imbé coletada na zona de extrativismo 219
Figura 4.27: O nó-de-pinho toma variadas formas no feitio do *petynguá* 220
Figura 4.28: Pequenas esculturas em madeira representam a fauna da FOM 221
Figura 4.29: Colares e adornos são elaborados com frutos do extrativismo 222
Figura 4.30: Emprego do extrativismo madeireiro na construção da casa de reza 223
Figura 4.31: Coleta da *ka'a* marca o início do *Ka'a'i nhemongarai* no Rio d'Areia 225
Figura 4.32: O sapeco é realizado na óga das famílias Guarani M'Byá 225
Figura 4.33: *Petynguá* como elemento móvel da zona sagrada territorial 230
Figura 4.34: Altar da *Opy'i Amba Jekupe Miri* com instrumentos e símbolos sagrados 232
Figura 4.35: *Xondaria kuery Jajerojy* em cerimônia na *Opy'i Amba Jekupe Mirí* 233
Figura 4.36: A fala sagrada do *Xamoi* direciona o futuro da comunidade e da Tekoá 234
Figura 4.37: A *Opy'i Jekupe Amba Mirí* é o epicentro da zona sagrada do Rio d'Areia 235
Figura 4.38: Mundéu deixado no descanso para ser armado para caça 237
Figura 4.39: Indígena limpa veado-poca caçado com armadilha 239

Figura 4.40: A rolinha nativa da FOM é um relevante recurso alimentar 240
Figura 4.41: Cacique Antoninho pescando no lajeado dentro do leito do rio d'Areia 241
Figura 4.42: A carpa-prateada é um peixe de tamanho grande pescada nos açudes 242
Figura 4.43: Traíra é um peixe nativo da bacia do Iguaçu e muito consumido na aldeia 243
Figura 4.44: Panorama da zona de uso público com as funções atribuídas 246
Figura 4.45: Antiga Escola Estadual Indígena Arandu Mirí, tornada colégio em 2023 247
Figura 4.46: Centro Cultural e Turístico Indígena durante a Semana Cultural 249
Figura 4.47: O futebol como principal prática esportiva comunitária na T I. Rio d'Areia 250
Figura 4.48: Crianças Guarani M'Byá interagem na zona de uso público do território 251
Figura 4.49: A natação é uma prática esportiva viabilizada pela presença dos açudes 252
Figura 4.50: Mapa de etnozoneamento, usos e sentidos territoriais da T. I. Rio d'Areia 259

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1: Plantas cultivadas nos roçados indígenas na T.I. Rio d'Areia 57

Tabela 1.2: Categorias de uso florestal com base em saberes etnobotânicos 59

Tabela 1.3: Acervos e fontes históricas levantadas e consultadas pela pesquisa 77

Tabela 2.1: Crescimento de serrarias no Paraná entre 1896 e 1943 114

Tabela 2.2: Quantidade aproximada de toras de árvores da FOM comercializadas pela indústria madeireira entre os anos de 1924 e 1934 122

Tabela 3.1: Subgrupos Guarani habitantes do Brasil 140

Tabela 3.2: Demonstrativo populacional da aldeia Rio d'Areia de acordo com fontes históricas 151

Tabela 4.1: Objetivos específicos da PNGATI e ações previstas por eixo temático 162

Tabela 4.2: Categorias de zonas de uso territorial e suas características 184

Tabela 4.3: Proporção territorial das etnozonas da T. I. Rio d'Areia 260

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIMAR – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INDÍGENA DE INÁCIO MARTINS

APA – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

BPP – BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CEDERVA – CENTRO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS TRADICIONAIS DE ERVA-MATE

CEDOC – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

CNPq – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

CONAMA – CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

COPEL – COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

DOU – DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

ECOARAUCÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES EXPERIMENTADORES EM AGROECOLOGIA NO BIOMA DA FLORESTA COM ARAUCÁRIA

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

EMGC – EQUIPE MAPA GUARANI CONTINENTAL

EPAGRI – EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA

FAO – FUNDAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA

FOM – FLORESTA OMBRÓFILA MISTA

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

IAPAR – INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ

IAT – INSTITUTO ÁGUA E TERRA

IBGE – INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IDR-PR – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ

INDEC -INSTITUTO NACIONAL DE CENSOS E ESTATÍSTICAS DA REPÚBLICA ARGENTINA

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DEL PARAGUAY

INMET – INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

ITCG – INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PGTA – PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

PNGATI – POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS

RDA – RIO D'AREIA

RFVPSC – REDE FERROVIÁRIA PARANÁ – SANTA CATARINA

SEED/PR – SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

SESAI – SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA

SIMEPAR – SISTEMA DE TECNOLOGIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL DO PARANÁ

SIPAM – SISTEMAS IMPORTANTES DO PATRIMÔNIO AGRÍCOLA MUNDIAL

SPI – SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO

SPILTN – SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E LOCALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NACIONAIS

T. I. – TERRA INDÍGENA

TRF – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

UEPG – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

UFSCAR – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

UNICENTRO – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

UTFPR – UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **19**

OBJETIVOS **25**

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA: TERRITORIALIDADES EM DISPUTA NA FLORESTA OMBRÓFILA MISTA **30**

1.1 A TRAJETIVIDADE DA PESQUISA: DIVERGÊNCIAS E CONFLUÊNCIAS PELO TERRITÓRIO DAS ARAUCÁRIAS 31

1.2 DA CULTURA À TERRITORIALIDADE GUARANI M'BYÁ: GIRO EPISTÊMICO NO CONTEXTO DE DISPUTAS DE SENTIDOS DA FLORESTA 38

1.2.1 O espaço arraigado: lógicas culturais, paisagem e autonomia territorial 39

1.2.2 Paisagem como expressão material e simbólica da etnoterritorialidade 44

1.3 IDENTIDADE CULTURAL COMO FUNDAMENTO DA GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA: PATRIMÔNIO BIOCULTURAL GUARANI M'BYÁ 46

1.3.1 Etnoconhecimentos locais aplicados: o sentido da floresta Guarani M'Byá ... 51

1.4 ITINERÁRIO INVESTIGATIVO: FONTES, SUJEITOS E O PERCURSO DA INTERPRETAÇÃO TERRITORIAL 66

2 A FLORESTA COM ARAUCÁRIAS: RESILIÊNCIAS DO PASSADO COMO ALICERCE PARA O FUTURO **81**

2.1 METAMORFOSES DA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS: TRAJETIVIDADE ECOLÓGICA E CARACTERÍSTICAS ECOSSISTÊMICAS 84

2.2 FLORESTA COMO PROVISÃO: INTERAÇÕES ANTRÓPICAS NO ECOSSISTEMA DA FOM PRÉ-COLONIAL 93

2.3 A COLONIZAÇÃO DA FOM NO MÉDIO IGUAÇU: ENTRE O XIX E O XX, A CONSOLIDAÇÃO DO PARADIGMA DA HOMOGENEIZAÇÃO . 101

2.3.1 A colonização como *modus operandi*: o planejamento e a essência da conversão paisagística como dominação territorial 104

2.3.2 Paradigma da hegemonia como *status quo*: imaginários e práticas no processo de territorialização expansivo/colonialista na Floresta com Araucárias 117

3 OS GUARANI M'BYÁ DO RIO D'AREIA: HISTORICIDADE E MODO DE SER NA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS 132
3.1 A GRANDE CAMINHADA GUARANI: *TEKOÁ* COMO EXPRESSÃO M'BYÁ 134
3.2 TERRA INDÍGENA RIO D'AREIA: *NHANDE REKO* COMO CONTRAPONTO TERRITORIAL 145
4 ETNOZONEAMENTO COMO FERRAMENTA PARA A GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA 160
4.1 ENTRE MORROS E FLORESTAS: O MEIO FÍSICO DA T. I. RIO D'AREIA 171
4.2 USO E SENTIDO DO TERRITÓRIO: IDENTIDADE COMO FUNDAMENTO DA INTERAÇÃO COM A FLORESTA 182
4.2.1 Zona de proteção integral 187
4.2.2 Zona de produção 195
4.2.3 Zona de extrativismo 212
4.2.4 Zona sagrada 226
4.2.5 Zona de caça e pesca 236
4.2.6 Zona de uso público 244
4.3 ETNOZONEAMENTO COMO EXPRESSÃO DO *ETHOS* GUARANI M'BYÁ DO RIO D'AREIA 253
CONSIDERAÇÕES FINAIS 263
REFERÊNCIAS 272
ANEXOS 295

INTRODUÇÃO

Em meio à homogeneizada paisagem de um estado autoproclamado como a quinta economia de um país cujas proporções são continentais, as grandes plantações de soja transgênica, milho transgênico, monocultivos de pinus e eucalipto, grandes granjas aviárias, fazendas de gado e granjas de suínos compõem o conjunto paisagístico rural industrial cujos silos de armazenamento de grãos, alinhados ao imaginário e produção cultural de enaltecimento ao modelo desenvolvimentista, se sobressaem e buscam ofuscar os pequenos e isolados remanescentes florestais de um antigo ambiente que foi quase totalmente degradado e reprimido pela racionalidade economicista. O território do estado do Paraná, sob a tutela da ontologia modernizadora do espaço rural, conduziu ao teto de sua especulação da terra, chegando ao limite de sua fronteira agrícola ainda no início da segunda metade do século XX, às custas da devastação de grande diversidade biológica e de modos de vida que foram suprimidos pela força das serras e serrotes, machados e facões, fogo, espingardas e narrativas colonizadoras.

A exaltação à força destrutiva das práticas de exploração da natureza serviu como discurso ordenador das formas de colonização do território nas florestas habitadas há milênios pelos povos que a ela pertencem, alimentou o racismo e os discursos pejorativos e de negação aos modos de vida que não destróem, mas cuidam e conserva. A narrativa romântica como ode à colonialidade alimenta até os dias atuais a ideia de que o desenvolvimento econômico, amparado na racionalidade técnica, deve prevalecer acima de qualquer outro tipo de pensamento ou sentimento, mesmo que isso infira um alto risco à capacidade humana de conseguir sobreviver às mudanças climáticas e de hábitat planetário ocasionadas pelas ações atreladas a esse regime capitalista de natureza (Escobar, 1999). A Floresta com Araucárias abriga as árvores coníferas mais antigas na linha da vida no planeta Terra, tendo surgido há mais de 200 milhões de anos atrás, hoje somente uma pequena porção desse ancestral ecossistema permanece vivo.

Localizado no topo da Serra da Esperança, formação geológica que divide o segundo e terceiro planaltos paranaense, formada no período Cretáceo há 100 milhões de anos atrás, está a porção do espaço geográfico territorializada e nomeada como município de Inácio Martins. Esse município é o mais alto do Paraná, estabelecido em uma planície no topo da serra, a 1.198 metros acima do nível do mar. Grande parte do território desse município está inserido dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Esperança – Unidade de Conservação de Uso Sustentável Estadual –, fundada como uma estratégia para preservação dos recursos naturais existentes em um ambiente tão raro e peculiar como é a Floresta Ombrófila Mista

altomontana. Outrossim, fora dessa área de uso especial instituída pelo Estado, a vegetação nativa dá espaço às fazendas de antigas madeireiras que, após terem derrubado todos os pinheiros (*Araucária angustifolia*), imbuias (*Ocotea porosa*) e cedros (*Cedrela fissulis*) abrigados por aquelas florestas, hoje cultivam pinus (*Pinus sp.*) exóticos a se perder de vista, transformando as estradas daquele pequeno município em caminhos de alta periculosidade, pois a cada nova curva um caminhão cheio de toras está a caminho das serrarias localizadas ao sopé da serra, em direção ao município de Irati.

Saindo da sede de Inácio Martins, sentido município de Cruz Machado, atravessa-se o rio d'Areia, o maior tributário do rio Iguaçu, descarregando nessa água sedimentos de rochas e solos erodidos da porção norte, margem direita da bacia do Médio Iguaçu. Não obstante, suas águas translúcidas transmitem um interessante sentimento de que ainda nem tudo está perdido, nem todos os rios já estão completamente poluídos e lamacentos nessa região. Entre curvas acentuadas, rincões e serras, bodegas e cooperativas, além de muita poeira, averigua-se mais do mesmo: grandes propriedades com reflorestamento de exóticas, caminhões carregados de madeira, trabalhadores em situações funcionais de alto risco à saúde e com baixíssima remuneração. Quando se desçe a serra do Rio Claro, distante 41 quilômetros da sede do município, uma placa aponta para uma subida à esquerda informando que o Território Indígena Guarani Rio d'Areia dista 2 km daquele ponto.

Ao subir a sinuosa serra que dá acesso ao território ocupado imemorialmente pelos indígenas Guarani M'Byá tem-se uma ampla visão da totalidade da área indígena: visivelmente há um contraste entre o que é território indígena e o que é território colonizado. O fluxo monótono imposto pelas homogêneas plantações de pinus é rompido por uma ampla floresta, em que as copadas de pinheiros sobressalentes e grossas imbuias permeiam o trajeto de subida até o ponto mais alto da serra que marca a entrada na Terra Indígena com uma placa do antigo Ministério da Justiça do Brasil. Adentrando aquele território abre-se a possibilidade para um novo mundo, uma possibilidade de esperança, que o imortal da Academia Brasileira de Letras Aílton Krenak classificou como alicerces fundamentais para a construção de um Futuro Ancestral.

Os Guarani M'Byá mantém em seu território uma ampla área de cobertura florestal preservada, que, para além de exercer uma importante e fundamental qualidade de reserva biológica e ecossistêmica, é o lócus territorial onde são mantidos e praticados os preceitos fundamentais do modo de vida Guarani M'Byá, cujos conhecimentos derivam de uma longa jornada iniciada há ao menos 5 mil anos atrás, a partir da dissipação Tupi-Guarani e formação

da grande Nação Guarani. *Nhande Reko* e *Tekoá*, cultura e lugar, são duas perspectivas essenciais indígenas que embasam a resistência para a continuidade de suas gerações e firmam os usos do território ligados à manutenção de seu modo de vida e à preservação da Floresta com Araucárias.

A partir da segunda metade do século XIX a Floresta Ombrófila Mista – daqui em diante FOM – passou por um acelerado e intenso processo de desmatamento e antropização, sofrendo profundas alterações em seu ordenamento paisagístico, territorial e ecossistêmico. Nesse período ocorreram também transformações significativas no que diz respeito às interações humanas com este ambiente florestal. Para compreender tal fenômeno, a presente pesquisa propõe a leitura e interpretação do espaço a partir do pensamento analítico da paisagem estabelecido dentro da Geografia pela sua vertente culturalista e fenomenológica. Na tese também são abordadas metodologias oriundas da História Ambiental, que se preocupa na constituição dos processos correlatos às escalas temporais como constituintes dos fenômenos da espacialidade, e Antropologia Cultural, de forma a interpretar a materialização espacial de um regime ético-comportamental e de uma identidade cultural (*ethos*) como expressões territoriais.

A pesquisa está fundada, portanto, na condição contemporânea de confinamento territorial e relativo isolamento forçado mútuo das populações indígenas e dos remanescentes da FOM dentro de sua área de ocorrência originária, em que estudos florestais apontam a existência de apenas 3% de cobertura vegetal deste ecossistema em comparação à sua totalidade original de área coberta há pouco mais de um de um século atrás, no território do estado do Paraná. Dentro desse contexto, verifica-se a existência de fenômeno associado, em que as populações indígenas nativas da floresta também foram conduzidas a um processo de isolamento e confinamento, sendo manifestas no território da FOM distintas ontologias – modos de ser e habitar – que evidenciam dualidade de tipos de gestão do ecossistema em questão, manifestando-se em territorialidades antagônicas.

Contemporaneamente, pesquisadores tem aclamado a urgência de se encontrarem estratégias eficazes para a manutenção e regeneração dos menos de 3% de remanescentes sobreviventes de FOM no Paraná, porém constante e insistentemente deixam de lado ou fingem não terem ciência dos históricos processos que transformaram a agência territorial dentro desse ecossistema em uma estrutura expoliadora e destrutiva, fundamentada em processos de conversão paisagística. Nenhum remanescente da FOM no Estado do Paraná encontra-se livre do regime capitalista de natureza, tendo em vista que o Paraná atingiu seu limite na fronteira

agrícola ao longo da década de 1960, e grande parte de seus ecossistemas – base da ação territorial – foi destruído. Estima-se que, nesse contexto, restem apenas 0,3% do total de florestas remanescentes com condições ecológicas de serem classificadas como florestas secundárias avançadas ou primárias alteradas.

A hipótese de partida desta tese sugere que o problema maior da devastação do ecossistema e da falta de solução técnica e de instrumentos jurídicos em face do ameaçador grau de fragmentação atingido pela Floresta com Araucárias no Médio Iguaçu reside, sobremaneira, no fato de essa ser uma questão geográfica na qual estão sobrepostas regimes ético-comportamentais e ontologias dissoantes de natureza e de gestão do território. Parte-se, portantanto, do pressuposto de que a ação e transformação do ecossistema é fundamentado na instituição de imaginários embasados na criação coletiva de significações e valores (Castoriadis, 1982). Nesse sentido, os imaginários instituem distintos sentidos de ação territorial: um conjunto ideológico de ação territorial pautado no pensamento e ação paisageiros cotidiano, orgânico (Berque, 2013); o outro, por sua vez, funda-se no imaginário moderno de natureza em que os ecossistemas são vistos como recursos econômicos utilizáveis a serviço da lógica da acumulação de riquezas.

Assim, a estruturação da presente tese se dá em quatro momentos analítico-construtivos. O primeiro capítulo se propõe a alocar a fundamentação teórica que solidifica o pensamento aplicado ao imaginário social e regimes de natureza, à territorialidade, ao território e sua gestão. Esse capítulo concentra o diálogo de perspectivas acerca dos conceitos geográficos utilizados na construção da argumentação proposta pela pesquisa, como paisagem, território, territorialidade e regimes ético-comportamentais no âmbito da materialização ideológica da gestão territorial.

Ao contextualizar a trajetividade da pesquisa, o corpo teórico e metodológico da tese parte da abordagem geográfica como análise das tensões territoriais constituídas ao longo do tempo e impostas como realidade no território da FOM na bacia do Médio Iguaçu. No capítulo discutem-se as teorias acerca do território como categoria de análise do espaço geográfico à óptica culturalista e humanista da Geografia, priorizando diálogos interdisciplinares com a finalidade de encontrar embasamento teórico interpretativo da etnoterritorialidade em questão. Considerando marcos simbólicos, espaços afetivos, memórias e ontologias territoriais aplicadas, foram categorizadas estruturas de pensamentos, usos e sentidos conduzidos pelos *ethos* da gestão territorial discutidas ao longo da tese.

Em sequência, o segundo capítulo oferece uma leitura espaço-temporal da Floresta com Araucárias a partir da região do Médio Iguaçu, com enfoque investigativo voltado à gestão territorial histórica, alocando a Terra Indígena Guarani M'Byá Rio d'Areia no contexto ecológico e territorial no qual está inserida. Nesse capítulo discutem-se os processos de formação da Floresta com Araucárias, desde sua territorialização natural e antropogênica, até seus processos ecológicos. Posteriormente, o capítulo desenvolve interpretações acerca das nuances de territorialidades que, associadas à formação das dissoantes ações territoriais, sobrepõem camadas de uso e sentido na paisagem da FOM. A partir da leitura espaço-temporal dos fenômenos de ocupação e interação com o ecossistema conduzem-se avaliações socioecológicas no âmbito das ontologias de gestão do território, em perspectiva histórica e ambiental.

O propósito do debate trazido pelo segundo capítulo é o de elucidar o contexto em que se insere geográfica e historicamente o ecossistema do Médio Iguaçu no Paraná, região inserida inteiramente no ecossistema da Floresta com Araucárias, colonizada pelo Estado a partir da ação de colonos imigrantes oriundos da Europa Central e do Leste, cuja base de ação esteve na especulação e exploração econômica dos recursos ecossistêmicos. Conforme poder-se-á verificar ao longo de tal etapa da tese, o estabelecimento histórico dos fenômenos de territorialização dentro da Floresta com Araucárias instituiu um jogo de disputas simbólicas traduzidas em sobreposições paisagísticas nas quais a manutenção do território ancestral Guarani M'Byá, com base em um *ethos* originário/biocultural, se manifesta como antítese territorial na região.

O terceiro capítulo se propõe a dialogar acerca do embasamento do pensamento territorial e paisageiro Guarani M'Byá, abordando preceitos culturais fundamentais como alicerces da vivência e sentido conduzido ao ecossistema da FOM e ao próprio território pela população indígena em questão. Ao longo do capítulo argumenta-se como a ideologia Guarani M'Byá da territorialidade e significação da paisagem deriva de fundamentos culturais originários como *Nhande Reko* e *Tekoá*, resistindo e se reconstruindo cotidianamente em meio às disputas e pressões da ontologia territorial hegemônica – embasada na homogeneização dos usos e sentidos – que circunda todo o território no qual a comunidade habita imemorialmente.

O quarto capítulo da tese, por sua vez, com base em metodologias de pesquisa de ação participativa, seguindo as orientações contidas no Decreto Presidencial nº 7.747 de 5 de junho de 2012 e na cartilha protocolar da ONG Kanindé de Rondônia, desenvolve o etnozoneamento da T. I. Rio d'Areia. Esse documento consiste em uma ferramenta para a promoção do uso

sustentável dos recursos naturais e contribui para o reconhecimento da importância dos saberes indígenas referentes ao meio ambiente e ao uso, conservação e manejo da biodiversidade (Smith et al; 2016).

Elaborado em ação conjunta com a comunidade indígena, o etnozoneamento expressa a territorialidade Guarani M'Byá praticada na Terra Indígena em questão. Foram relacionadas características físicas e simbólicas existentes no território em questão, diferenciando as especificidades de cada zona territorial e categorizando cada tipo de uso e sentido de acordo com as categorias espaciais e territoriais culturais Guarani M'Byá.

Os avanços conduzidos no último capítulo, portanto, proporcionam a ampliação de informações sobre a gestão territorial praticada pelos povos originários na FOM. Ao munir a discussão com evidências práticas do cotidiano e das estratégias de gestão aplicadas, o etnozoneamento contribuiu para a tese no sentido de que a gestão territorial e a territorialidade indígena manifestas e praticadas na Terra Indígena Rio d'Areia fundamentam profunda reflexão acerca da necessidade de revisão nas perspectivas que objetivam o desenvolvimento de estratégias de gestão sustentável e duradoura da Floresta com Araucárias na região do Médio Iguaçu no Paraná.

Além do seu uso como documento-base para a proposta de gestão territorial da Terra Indígena Rio d'Areia com base nas ferramentas, eixos e objetivos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, o PNGATI. Nesse sentido, o etnozoneamento da Terra Indígena Rio d'Areia contém informações que inspiram e fundamentam tomadas de decisão para o manejo sustentável do território, viabilizando, a partir da experiência gestional na FOM, a aplicação da Política Nacional no território em questão. Contudo, também potencialmente viabiliza o desenvolvimento dessa tecnologia territorial em outras comunidades indígenas e tradicionais inseridas em plena interação com o ecossistema da Floresta com Araucárias no estado do Paraná. Além de reconhecer e divulgar os conhecimentos ideais e práticos da cultura territorial originária Guarani M'Byá do Rio d'Areia.

OBJETIVOS

Objetivo geral

O objetivo geral do desenvolvimento da presente tese propõe-se a realizar uma análise geo-histórica do processo de constituição de imaginários e práticas territoriais antagônicas de uso e sentido do ecossistema Floresta com Araucárias na região do Médio Iguaçu, estado do Paraná, afim de levantar e sugerir alternativas de gestão territorial fundamentadas em conhecimentos ecológicos culturalmente arraigados. Assim sendo, a finalidade é compreender como se constituem as territorialidades moderna e ancestral associadas a imaginários e saberes relacionados ao uso e manejo da paisagem da Floresta Ombrófila Mista, e que se consubstanciam em regimes distintos de natureza agenciados na bacia do Médio Iguaçu, estado do Paraná.

Se por um lado constata-se a instituição de uma territorialidade impositiva e especulativa associada ao sistema hegemônico, por outro, a gestão territorial Guarani M'Byá, mantida em seus preceitos ético-comportamentais e culturais, praticados na Terra Indígena Rio d'Areia, expressa um *lócus* contra-hegemônico dentro do território em questão. Tal contra-ponto territorial mune reflexões acerca de possibilidades para a adoção de práticas não depletivas como estratégias para a conservação a longo prazo da Floresta com Araucárias. Nesse sentido, procurou-se compreender o fenômeno da territorialidade indígena Guarani M'Byá, que confere sentido e expressa identidade na gestão territorial e ecossistêmica.

Destarte, a argumentação que se desenvolve ao longo do texto propõe dialogar aspectos espaço-temporais no estabelecimento de entendimento da – e interação com a – floresta e dos territórios perpassados e também constituídos por ela. A questão de partida proposta é: "como a territorialidade Guarani M'Byá da *Tekoá* Rio d'Areia em Inácio Martins/PR possibilita promover um conjunto de estratégias para a conservação do ecossistema da Floresta Ombrófila Mista e gestão territorial sustentável no Médio Iguaçu?".

Objetivos específicos

Dentro do contexto de discussões e interpretações conduzidas pelo aporte teórico e metodológico intrínsecos ao desenvolvimento da tese, o cumprimento de uma série de objetivos secundários irão escorar a edificação de respostas à questão de partida central. Nesse sentido, elencam-se objetivos específicos fundamentais que auxiliarão na execução do objetivo geral e, simultaneamente, representam avanços conduzidos pelas ações previstas ao longo da tese:

1. abordar, em uma perspectiva geo-histórica, as transformações da paisagem do território biocultural da FOM em face dos tipos de uso, sentido e gestão deste ecossistema na bacia do Médio Iguaçu;
2. caracterizar os processos de territorialização do regime capitalista de forma a desconstruir a formação da mentalidade e ideologia territorial colonial ao demonstrar como as ações práticas (*modus operandi*) e a ordem estabelecida (*status quo*) se manifestam como ramificações de um *ethos* expansivo/colonialista imposto pelo Estado;
3. identificar, categorizar e mapear o conjunto de práticas ligado aos conceitos de *Nhande Reko* (modo de ser) e *Tekoá* (lugar de viver) e como tais conceitos dão forma a um *ethos* originário/biocultural que rege toda a gestão do território Guarani M'Byá na Terra Indígena Rio d'Areia;
4. compreender como territorialidades antagônicas sobrepõem-se, tensionam-se e conflitam dentro do complexo paisagístico do território da Floresta com Araucárias;
5. desenvolver, em conjunto com a comunidade indígena, um etnozoneamento da Terra Indígena Rio d'Areia como instrumento de tradução cartográfica do *ethos* originário/biocultural Guarani M'Byá, buscando tornar evidente, cientificamente, que a conservação ecossistêmica da área da T.I. não é obra do acaso, mas o resultado prático de um regime ético-cultural totalmente diferente do hegemônico;
6. discutir as estratégias de gestão territorial e conservação da Floresta Ombrófila Mista, de maneira a subsidiar tomadas de decisão que rompam com a racionalidade moderna ao promover a valorização do conhecimento e epistemologias indígenas.

Questões de pesquisa e justificativa

O arcabouço teórico-metodológico que sustenta a abordagem interpretativa e a condução narrativa desta tese ancora-se na articulação de quatro matrizes fundamentais: na vertente culturalista do espaço geográfico proposto pelo geógrafo francês Augustin Berque; na abordagem da instituição dos imaginários sociais do filósofo grego-francês Cornelius Castoriadis; nos regimes de natureza do antropólogo colombiano Arturo Escobar; e, por fim, na noção de territorialidade discutida pelos autores Guy Di Méo, Arturo Escobar, Nicolas Floriani, Dimas Floriani, Paul Elliott Little e Yi-Fu Tuan.

Em sua abordagem, Berque categoriza a paisagem a partir de uma escala de percepção visual da materialidade, reflexo da gestão territorial aplicada. Para ser interpretada e compreendida, necessariamente deve ser submetida a três níveis de interpretação que são

sobrepostos. O primeiro nível é composto pelas escalas da complexidade ecológica do ambiente, o que conduz à ação de leitura acerca do ambiente físico em questão, sua historicidade e sua disputa de sentidos que estruturam as territorialidades; o segundo nível de análise é composto pelos sentidos das relações humanas com o meio em questão, ou seja, o que caracteriza a unicidade e permeia a identidade ambiental de determinado grupo em interação com o meio: sua cultura, conhecimentos, perspectivas filosóficas, sentidos e usos territoriais, práticas cotidianas, organização social e espacial etc.; o terceiro e último nível interpretativo de Berque seria a configuração das relações estabelecidas a partir da reciprocidade entre o ambiente e a sociedade, ou seja, a materialidade da paisagem como expressão.

O pensamento de Castoriadis fundamenta-se na premissa de que a sociedade não é um produto de leis deterministas, mas sim uma autocriação contínua movida pelo imaginário social radical. Para o autor, as instituições, as leis e os valores que organizam a vida coletiva dependem de significações imaginárias sociais — constructos invisíveis, mas profundamente reais, que definem o que é legítimo, desejável ou impensável para um grupo humano. Ao transpor essa abordagem para a análise territorial, compreende-se que o espaço geográfico não é apenas uma materialidade física ou econômica, mas a corporificação dessas significações. Assim, o território é moldado e gerido a partir de formas de ver e valorar o mundo institucionalizadas pela sociedade ao longo da história.

Essa dimensão simbólica e institucional ganha contornos ecológicos e políticos na obra de Arturo Escobar, especificamente por meio do conceito de regimes de natureza. Escobar argumenta que a "natureza" não é uma entidade biológica universal e neutra, mas uma construção histórica e discursiva produzida por diferentes regimes de poder e saber, divididos essencialmente em três matrizes: a orgânica (comunidades locais), a capitalista (que mercantiliza o espaço) e a tecnocientífica (pautada pelo controle biotecnológico). Ao articular a instituição dos imaginários de Castoriadis aos regimes de natureza de Escobar, a investigação ganha densidade para demonstrar como os discursos hegemônicos de gestão territorial — como os do capital industrial, imobiliário e financeiro — operam convertendo visões de mundo específicas em intervenções materiais concretas, subordinando o espaço e a natureza a uma lógica de acumulação abstrata.

Tais categorias coadunarão, desde a perspectiva da Geografia Cultural, nos conceitos de *status quo* e *modus operandi* paisageiros. O *modus operandi* é aqui concebido como forma de atuação do agente paisageiro, enquanto o *status quo* vincula-se à lógica paisageira. Em outros termos, a noção de *status quo* pode ser associada à ideia de *ethos* do processo, que vincula o

imaginário às práticas colonizatórias, ou seja, à lógica colonizadora da paisagem. Assim, configurando *modus operandi* como prática de colonização da paisagem e o *status quo* como o imaginário colonizador da paisagem. Esse *status quo* passa a embasar o conjunto de ações territoriais – *modus operandi* – que caracteriza o manejo da paisagem dentro dos circuitos da colonialidade, ambos definindo uma territorialidade.

Na tese, o conceito de territorialidade é definido essencialmente como o próprio conteúdo vivo do território, englobando as relações sociais e cotidianas que atribuem sentido, valor e função prática ao espaço geográfico. Longe de se limitar a um recorte físico abstrato, ela se manifesta por meio de um conjunto dinâmico de práticas, aplicações de saberes tradicionais, organização socioespacial e formas específicas de interação entre humanos e elementos não-humanos. Desse modo, a territorialidade funciona como um elemento mediador crucial entre a sociedade e o espaço produzido, exprimindo um regime ético-comportamental indissociável da identidade cultural do grupo social que o habita.

Quando voltado especificamente para a realidade das comunidades tradicionais originárias — como os indígenas Guarani M'Byá da Terra Indígena Rio d'Areia —, esse fenômeno desdobra-se no conceito de etnoterritorialidade. A etnoterritorialidade constitui-se a partir de uma ampla gama de atitudes espaciais fundamentadas na memória biocultural, na cosmovisão e em saberes etnocientíficos aplicados de maneira contínua e intergeracional ao manejo ambiental. Na tese, essa modalidade de gestão territorial indígena é ressaltada como uma força de resistência contra-hegemônica e autônoma, capaz de romper com a racionalidade exploratória capitalista e garantir a preservação contínua da FOM.

Destarte, o texto que se segue parte da problemática de que a Floresta com Araucárias é um ecossistema cuja condição paisagística contemporânea resulta de um acúmulo de relações e disputas existentes dentro do conjunto de sentidos constituídos pelas ontologias e cosmovisões que gerem o conjunto da paisagem. Ou seja, há um tensionamento evidente entre duas gestões territoriais: a hegemônica, pautada pela financeirização e objetificação do complexo ecossistêmico da FOM; e a gestão territorial contra-hegemônica, em que um complexo conjunto de atores humanos e não-humanos, físicos e metafísicos se equilibram e interagem mutuamente. Nesse sentido, a partir da interpretação da gestão contra-hegemônica, encaminha-se a elaboração do etnozoneamento territorial, que culmina no mapa de usos e sentidos territoriais, apresentado ao longo do quarto capítulo da tese. Tal ferramenta cartográfica se propõe a sintetizar e representar a territorialidade Guarani M’Byá na Terra Indígena Rio d’Areia como nível analítico e interpretativo da paisagem.

O regime de gestão territorial imposto à Floresta com Araucárias no Médio Iguaçu promoveu e instaurou na região um conjunto de práticas que estruturam lógica e contexto, o *modus operandi* e *status quo*, em que o desmatamento e a conversão paisagística foram incentivados e conduzidos pelo Estado. Da mesma maneira, a segregação, extermínio e assimilação dos povos indígenas foi, historicamente, instituída como prática associada à colonização e à conversão paisagística, no sentido de expansão da fronteira agrícola, homogeneização das práticas, sentidos e dominação do território.

Assim, urge a necessidade de se pensar o território a fim de encontrar soluções em que sua gestão territorial se desvincule das antigas estruturas colonialistas e que possa dialogar efetivamente com as culturas originárias, encontrando aprendizados e novas perspectivas para a efetivação e estabelecimento de estratégias de preservação, conservação e sustentabilidade do uso do território.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA: TERRITORIALIDADES EM DISPUTA NA FLORESTA OMBRÓFILA MISTA

O presente capítulo se propõe a contextualizar os processos históricos e geográficos, em seus aspectos que, em confluência, ocasionaram no desenvolvimento do raciocínio e das vivências constituintes da trajetividade reflexiva da presente tese. O capítulo se propõe também a discutir os aspectos teóricos e metodológicos que consolidaram a fundamentação interpretativa do *ethos* expansivo/colonialista, que dá suporte ao pensamento paisageiro homogeneizador em perspectiva proposta pela tese. Nesse sentido, optou-se pela estruturação do presente capítulo em três etapas, com a finalidade de, primeiramente, localizar a pesquisa em um contexto mais amplo de movimentos acadêmicos e institucionais que buscam encontrar e construir espaços de diálogo e ação em prol da conservação da Floresta Ombrófila Mista e dos conhecimentos e saberes locais tradicionais oriundos das amplas relações humanas e ecossistêmicas historicamente transcorridas no território e constituintes de territorialidades próprias.

Assim, a presente seção teórica-metodológica inicia-se pela ambientação e construção da problemática central da discussão desenvolvida pela tese, acerca da gestão territorial sustentável do ecossistema da Floresta com Araucárias e sua estreita relação com as sociedades originárias como contraponto à hegemonia especulativa do território, mantendo, destarte, um entendimento de natureza que lhe é próprio. Propõe-se, portanto, o endossamento das perspectivas de discussão teórica e diálogos conceituais que fundamentam o arcabouço intelectual e argumentativo dos fenômenos sociais, geográficos e históricos analisados pela presente tese.

Nesse sentido, estabelecem-se diálogos entre diferentes vertentes das ciências humanas e sociais de forma a verificar e dar sentido às interpretações relacionadas às etnociências e seu sistema de racionalidades aberto, como paradigma para se reflexionar acerca da sociedade. Dentro da armação investigativa do presente capítulo, portanto, abordam-se perspectivas interdisciplinares e de embasamentos decoloniais, à medida que tais pontos de vista descentralizam o pensamento racionalista e inserem horizontes de múltiplos sentir-pensares às reflexões da tese, proporcionando rupturas epistemológicas e conceituais no que se refere à compreensão da gestão territorial e territorialidades.

São trazidas à pauta as práticas metodológicas aplicadas às intenções e hipótese da pesquisa. Desse modo, busca-se elucidar o caminho para realização dos levantamentos de dados utilizados para encontrar os resultados almejados pelos objetivos gerais e específico da tese.

Assim sendo, em tal porção do texto são apresentadas as estratégias adotadas para obtenção de informações necessárias à compreensão do processo de fragmentação ecossistêmica da Floresta com Araucárias.

1.1 A TRAJETIVIDADE DA PESQUISA: DIVERGÊNCIAS E CONFLUÊNCIAS PELO TERRITÓRIO DAS ARAUCÁRIAS

A presente tese resulta da introspecção vivenciada pelo pesquisador ao longo de uma jornada imersiva que teve início no ano de 2016 dentro dos acervos museológicos, arquivísticos e bibliográficos do Museu Paranaense (MUPA), que completava 140 anos de atividade naquele período. Em razão do marco simbólico relacionado ao aniversário do museu, uma série de eventos promovidos pela direção discutiam questões fundamentais relacionadas à história do estado do Paraná e ao próprio acervo do museu. Nesse sentido, organizou-se uma roda de mate com o intuito de debater acerca da historicidade do processo especulativo da Floresta com Araucárias conduzido pela exploração econômica do ecossistema e das populações originárias dessa floresta.

A partir desse evento, foram estabelecidos contatos com uma rede de pesquisadores das áreas de engenharia florestal, agronomia, tecnologia e antropolologia, organizando-se no sentido de criação de uma organização não-governamental cuja temática central de pesquisa e extensão seriam, portanto, os sistemas tradicionais e agroecológicos de erva-mate, entendidos naquele momento como possibilidade de consórcio entre produção econômica e conservação ecossistêmica da FOM.

Durante os anos seguintes, atuei como pesquisador na ONG chamada Centro de Desenvolvimento e Educação dos Sistemas Tradicionais de Erva-mate (CEDErva), dentro da qual também fui membro da direção, desenvolvendo ações de pesquisa, divulgação científica, organização de eventos e fóruns científicos e de extensão. Nesse âmbito, estabeleceram-se diálogos com diversas instituições de pesquisa e extensão e da organização da sociedade civil, no sentido de compreender o contexto dos sistemas produtivos de erva-mate, como: EMBRAPA Florestas, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR), Instituto Água e Terra (IAT), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Associação de Famílias de Agricultores Experimentadores em Agroecologia no Bioma da Floresta com Araucária (ECOARAUCÁRIA), sindicatos da agricultura familiar (Bituruna, São Mateus do Sul, Irati, Cruz Machado, São João do Triunfo).

Nesse contexto foi dado início à pesquisa de mestrado em História, com enfoque na História Ambiental das interações entre famílias de colonos erveiros[1] e a Floresta com Araucárias, a partir do processo de colonização desse ecossistema e a manutenção do cultivo de erva-mate sombreada. Intitulada "*Historicidade e significado nas paisagens dos sistemas tradicionais de produção de erva-mate na bacia do Alto Iguaçu, sul do Paraná*", a dissertação, desenvolvida dentro do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGH/UEPG), conduziu uma minuciosa análise do processo de ocupação territorial e conversão da paisagem florestal em paisagem de uso e especulação capitalista. Ao longo da pesquisa foram realizadas visitas a pequenas e médias propriedades rurais cujos estabelecimentos estiveram historicamente relacionados ao movimento de especulação econômica florestal, sobremaneira em propriedades rurais em que a economia de exploração madeireira fora sucedida pela economia ervateira.

Assim, buscou-se interpretar o conjunto simbólico-paisagístico a partir da realização de visitas de campo complementadas pelo entrelaçamento aos fenômenos históricos e pelas coletas de entrevistas realizadas junto a agricultores erveiros descendentes de imigrantes colonos, alocados em propriedades rurais transmitidas intergeracionalmente na região.

Ao conduzir um processo interpretativo pautado na metodologia de análise da paisagem como recorte do espaço geográfico de Augustin Berque (2013), foi possível, em certo modo, interpretar de que forma o agrupamento dialógico de pensamentos e atitudes conduz transformações, não somente físicas ao espaço e seu conjunto de objetos – o ecossistema –, mas como também estabelece significados e sentidos, instituindo epistemologias espaciais que condicionam a percepção da sociedade em relação ao espaço, ao meio ambiente e à natureza. Em confluência a tal interpretação constatou-se, portanto, como a agência espacial da colonialidade se associa à ação de conversão da paisagem e desvinculação do meio, que, através do pensamento paisageiro – práticas cotidianas de interação com o espaço (Berque, 2013) – forja uma territorialidade fundamentada na racionalidade e dualismo entre sociedade e natureza.

Em confluência a tal interpretação levantou-se o fato de que a agência espacial da colonialidade, enquanto expressão do pensamento e práticas paisageiras (Berque, 2013), é caracterizada pelo extrativismo dos bens naturais, espoliação material e simbólica do patrimônio ancestral e ideologia de homogeneização da paisagem. Tal conjunto de práticas fundamenta-se em um *ethos* colonizador cuja racionalidade econômica e dualismo moderno

[1] Palavra utilizada para referir-se a quem maneja e coleta folhas de erva-mate como prática de agricultura. É também um termo que irmaniza agricultores que se identificam com este tipo de atividade (NOGUEIRA, 2021, p. 15).

representam os ideais de interação entre sociedade e natureza e que forja uma territorialidade colonizadora.

Tal territorialidade, fortemente impositiva na região do vale do Médio Iguaçu a partir do século XIX, difundiu-se embasada em aspectos e narrativas produtivistas, economicistas e de valorização de uma reduzida ou ao menos controlada biodiversidade, visando a alta produtividade de folhas de erva-mate em detrimento de outras espécies. Mesmo em um contexto em que a conservação ecossistêmica exerce uma certa centralidade no debate, a fundamentação da lógica territorial manifesta-se em variados parâmetros.

O processo de imersão territorial viabilizou um amplo diálogo e reconhecimento das características sociais, culturais e ecológicas que envolvem a gestão do território da Floresta Ombrófila Mista, inclusive no âmbito do desenvolvimento de tecnologias associadas à prática de agricultura regenerativa, com a introdução de erva-mate em consórcio com árvores frutíferas nativas promovido pela EMBRAPA Florestas e EPAGRI. Nesse sentido, além de sindicatos, associações e instituições de pesquisa e extensão, a rede estabelecida pelas ações da ONG passou também a dialogar com empresas ligadas ao setor industrial de erva-mate[2], e foi a partir disso que uma mudança no que diz respeito ao entendimento da questão se estabeleceu, particularmente para o pesquisador.

Em determinado momento, uma empresa estado-unidense, a qual é proprietária de uma indústria de processamento de erva-mate no município de Turvo-PR, passou a integrar o círculo de diálogos a respeito da preservação e conservação ecossistêmica associada ao desenvolvimento do cultivo de erva-mate dentro da área do sub-bosque da FOM. Essa empresa, por sua vez, atua dentro de territórios indígenas do Paraná e do Paraguai por meio de contratos de longa duração que preveem a cessão de venda de erva-mate colhida dentro de tais territórios, com base em um modelo de especulação mercadológica apoiada em fundamentos do ecocapitalismo, conforme abordado em artigo publicado pela Revista *Sociedade & Território*, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte[3] (Nogueira et al., 2025).

Dessa forma, a empresa, cuja lógica de operação é pautada na sustentabilidade e alta lucratividade de seu negócio, ou seja, no constante aumento das entradas financeiras referentes

---

[2] Ações desenvolvidas em parceria com o Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) culminaram na fundação do Observatório dos Sistemas Tradicionais e Agroecológicos de Erva-mate no ano de 2020. Contemporaneamente um total de 30 instituições compõem o Observatório, incluindo duas indústrias ervateiras. *In*: https://www.observatoriodaervamate.com.br/parcerias. Acesso em 7 de agosto de 2025.

[3] Artigo intitulado "Apropriações mercadológicas da ontologia espiritual do território: três estudos de caso Sul-americanos", publicado no volume 36, número 3 do supracitado periódico. Disponível em: https://doi.org/10.21680/2177-8396.2024v36n3ID37981.

ao processo de compra de erva-mate, processamento, exportação e comercialização nos Estados Unidos, passou a participar dos diálogos acerca do fomento à industrialização da erva-mate, de maneira a cooptar novas cadeias de fornecimento de sua matéria-prima principal: erva-mate produzida em sistemas orgânicos certificados e em consórcio classificado como agroflorestal.

Assim, as estratégias de conservação ecossistêmica e manutenção de práticas agrícolas tradicionais passaram a ser determinadas pelas decisões de instituições de representação de famílias agricultoras – através dos sindicatos –, empresas de pesquisa e extensão – como as universidades e autarquias do estado – e representantes industriais – indústrias ervateiras.

Destaca-se uma atividade organizada pela EMBRAPA Florestas, no polo experimental de Caçador/SC, na qual a empresa estado-unidense conduziu lideranças de comunidades indígenas Guarani M'Byá manejadoras de erva-mate para observarem as práticas de agricultura de regeneração mantidas pelos experimentos técnicos da EMBRAPA em parceria com a EPAGRI[4]. Nesse evento ocorreu o primeiro contato com os Guarani M'Byá moradores da Terra Indígena Rio d'Areia, com o cacique Antoninho Pires de Lima e seu irmão e vice-cacique Julinho Pires de Lima, além de outros indígenas Guarani M'Byá da Terra Indígena Marrecas (Turvo-PR), como o então cacique Eliton Oliveira e Vidal Kunuminju, indígenas envolvidos no trabalho de plantio, poda e transporte de erva-mate dentro de seus territórios para a comercialização com a empresa estado-unidense.

O enfoque principal da atividade, no entanto, esteve relacionado à aplicação de técnicas de poda de erva-mate visando uma rebrota maior, ou seja, o emprego de práticas de manejo visando o aumento, a médio prazo, da produtividade de folhas verdes de erva-mate e a conversão paisagística do sub-bosque florestal, promovendo uma espécie em detrimento de outras. Nesse sentido, o diálogo promovido pelas instituições priorizou o ponto de vista produtivista, fundamentado na episteme especulativa historicamente atrelada à territorialidade hegemônica colonizadora.

Ao emparelhar a condução de discussões estritamente relacionadas às demandas especulativas da indústria, como padrões de produtividade e certificações por auditoria para valorização do produto na última escala do comércio, as ações promovidas pelo Observatório dos Sistemas Tradicionais e Agroecológicos de Erva-mate deixaram de lado a possibilidade de dialogar com as comunidades indígenas acerca da construção de processos de gestão ecossistêmica e manutenção cultural fundamentadas na interação com a Floresta Ombrófila

[4] O evento foi divulgado pelo Observatório dos Sistemas Tradicionais e Agroecológicos de Erva-mate através da Secretaria executiva realizada pelo CEDErva. Disponível em: https://www.cederva.org/post/comunidades-ind%C3%ADgenas-visitam-esta%C3%A7%C3%A3o-experimental-de-ca%C3%A7ador.

Mista, e, sobremaneira, com a erva-mate. Dessa forma, as ações voltaram-se para a estruturação hierárquica de mecanismos de imposição de saber e técnicas fundamentadas em uma matriz epistêmica ocidental, implicando na perpetuação do regime de natureza capitalista pautado pelo paradigma extrativista-espoliador do patrimônio biocultural, que caracteriza a colonialidade do ser, do saber e do poder.

Em decorrência dessa atividade, estabeleceu-se o vínculo com a comunidade indígena de Rio d'Areia, a qual foi visitada pela primeira vez em dezembro de 2021, a convite do cacique Antoninho. Nessa primeira visita, realizada de maneira independente, ou seja, não relacionada às ações da ONG à qual o presente pesquisador possuía vínculo à época, foi possível dialogar abertamente com membros da comunidade acerca de suas opiniões e anseios relacionados ao território e cultura indígenas, tanto no presente quanto no futuro. Ou seja, a discussão construída junto à comunidade pautou-se por compreender como cada indivíduo internaliza seu território e cultura, e quais são as preocupações com essas duas categorias fundamentais para a identidade e autonomia indígena. Foi a partir desse diálogo que foi possível constatar que a conversão do uso e cobertura da terra, sobremaneira proporcionada pela expansão dos cultivos sombreados de erva-mate e práticas territoriais conduzidas à lógica *juruá*[5], dentro do território, representam ameaças à manutenção da cultura para a comunidade indígena.

Destarte, ao retornar ao território hegemônico e às discussões fomentadas por suas demandas, foi elaborado o relatório de candidatura dos 'Sistemas Tradicionais e Agroecológicos de Erva-mate na Floresta com Araucária, Brasil' no âmbito do pleito ao seu reconhecimento como Sistema Importante para o Patrimônio Agrícola Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (SIPAM/FAO)[6].

Como uma das etapas para a elaboração da candidatura, foi organizada uma visita de membros do comitê avaliador à Terra Indígena Rio d'Areia, por recomendação da empresa fomentadora do desenvolvimento de tais sistemas agrícolas naquele território. Nessa visita, ao adentrar as áreas em processo de conversão para sistemas de produção de erva-mate, agricultores familiares demonstraram espanto ao se depararem com áreas florestais em estágio de regeneração secundário avançado sofrendo o processo de roçada com a finalidade de plantio

[5] Terminologia utilizada para se referir aos não indígenas, especialmente aos brancos e estrangeiros.
[6] O relatório foi publicado pela EMBRAPA Florestas no ano de 2022, e encontra-se disponível para acesso na plataforma digital de publicações da EMBRAPA. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1148740/erva-mate-sombreada-sipam-sistemas-tradicionais-e-agroecologicos-de-erva-mate-na-floresta-com-araucaria-brasil#:~:text=Como%20benef%C3%ADcios%20adicionais%2C%20esses%20sistemas,sistemas%20tradicionais%20de%20erva%2Dmate. Acesso em 13 de agosto de 2025.

de mudas de erva-mate sob orientação da equipe técnica da empresa, composta por engenheiros agrônomos e florestais.

A constatação feita por parte do grupo visitante, sobremodo no que diz respeito à derrubada de espécies arbóreas raras e em perigo de extinção, como o carvalho-brasileiro (*Roupala brasiliensis*), foi reforçada pela declaração do *Xamoi* Nelson Florentino, ancião indígena Guarani M'Byá, que, ao verificar as plantas que haviam sido roçadas na área de floresta para o plantio de erva-mate, afirmou que ali foram exterminadas muitas plantas medicinais e de relevante significado para a cultura Guarani. Nelson ainda mostrou o caule de cada planta e indicou qual a utilização de cada uma delas, enfatizando que "para o indígena a mata é como a farmácia para o branco", encontrando naquele ecossistema plantas específicas para curas físicas e espirituais, gesticulando um evidente descontentamento com a situação averiguada.

Esse fato veio a confirmar um problema anteriormente inquirido ante a comunidade: faz-se necessária a elaboração de estratégias que sirvam como ferramentas para a manutenção dos preceitos culturais Guarani, objetivando a preservação da cultura indígena, do ecossistema e da territorialidade como expressão da interação entre cultura e meio. Nessa perspectiva, a especulação do território, através de interesses mercadológicos, vem, paulatinamente, ocasionando desacordos internos, pois tais interesses não são unanimidade dentro da comunidade. Na mesma medida em que esse sistema proporciona algum benefício econômico a membros da comunidade, descaracteriza importantes traços da cultura Guarani M'Byá.

Assim, a condução da conversão de usos e sentidos do território pelas demandas operacionais da implantação e replicação de sistemas produtivos de erva-mate, mesmo que autoproclamados tradicionais e agroecológicos, manifesta uma questão controversa dentro do território e, necessariamente, demanda uma sensibilidade interpretativa.

Como resultado de uma série de diálogos tomados junto à comunidade indígena em momentos de visita posteriores à supracitada e inicial visita, foi estruturado o projeto de pesquisa de doutorado em Geografia, com apoio e supervisão do Prof. Dr. Nicolas Floriani e com a anuência da comunidade indígena, concedida mediante carta firmada pelo cacique Antoninho e apresentada nos anexos da tese.

No ano de 2022, no segundo semestre, iniciou-se a execução da pesquisa dentro do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG, após o desligamento do pesquisador das atividades relacionadas ao Observatório dos Sistemas Tradicionais e Agroecológicos de Erva-mate, por motivos de conflito de interesses. Portanto, é nessa linha de raciocínio, tomado a

partir da experiência vivenciada *in loco* que surgiu o tema central de discussão que se desenvolve dentro da tese: a gestão territorial indígena Guarani M'Byá como paradigma para o estabelecimento de estratégias de conservação ecossistêmica da Floresta Ombrófila Mista.

O entrelaçamento de convergências e divergências pavimentou o caminho para esta tese, cuja finalidade é compreender o processo histórico de formação de territorialidades epistemicamente distintas, interpretar a essência da gestão territorial indígena Guarani M'Byá e propor ferramentas que promovam sua identidade e autonomia cultural e territorial, fundamentadas em sua cosmovisão, política de natureza e territorialidade.

Salienta-se, portanto, o envolvimento do pesquisador enquanto agente desvinculado dos projetos de desenvolvimento econômico e social da comunidade indígena Guarani M'Byá do Rio d'Areia. A relação com a comunidade nesse novo contexto teve início em dezembro de 2021, quando foi realizada a primeira visita de forma independente, tomando-se diálogos com lideranças comunitárias em volta do fogo na casinha situada atrás do Centro Cultural. Ao longo das mais de 20 visitas realizadas à comunidade foi possível conhecer profundamente a aldeia, as famílias que habitam esse território, as relações existentes entre cada núcleo familiar da ampla família Guarani M'Byá, que se espalha por tantas outras aldeias e territórios no Paraná, no Brasil e países vizinhos como Argentina, Paraguai e Bolívia.

A recepção proporcionada pela comunidade indígena foi tamanha que foram estabelecidos fortes laços de amizade, pois em cada nova visita ao território a estadia ocorreu em diferentes lares, compartilhando cuias de mate e pensamentos sobre o modo de viver indígena em contraponto ao estilo de vida incentivado pelo sistema colonial. A partir dos vínculos estabelecidos foi viável, em companhia de habitantes do Rio d'Areia, o conhecimento também de outros territórios Guarani M'Byá, proporcionando o entendimento de como a identidade indígena se expressa em diferentes ambientes e ecossistemas.

Os territórios visitados foram: *Tekoá Amba Tenondé* e *Tekoá* Palmeirinha (Reserva Indígena Mangueirinha, município de Chopinzinho, Floresta Estacional Semidecidual), *Tekoá Araça'i* (Terra Indígena Araça'i/Karuguá, município de Piraquara/PR, área de ecótono entre Floresta Ombrófila Mista e Densa), *Tekoá Tapixi* e *Tekoá* Monjolinho (Terra Indígena Rio das Cobras, município de Nova Laranjeiras/PR, Floresta Estacional Semidecidual), *Tekoá M'Biguaçu* (Terra Indígena M'Biguaçu, município de Biguaçu/SC, Floresta Ombrófila Densa), *Tekoá Kuaray Guata Porã* (Terra Indígena Cerco Grande, município de Guaraqueçaba/PR, Floresta Ombrófila Densa) e *Tekoá M'Byá Roká* (Reserva Indígena Amaral, município de Biguaçu/SC, Floresta Ombrófila Densa).

Durante todas essas práticas de campo, foram aprofundados os conhecimentos acerca da aplicação dos preceitos culturais Guarani M'Byá em relação ao território, suas estratégias de organização e gestão das aldeias, assim como do meio ambiente em que cada uma de suas comunidades está estabelecida. De tal maneira, foi possível compreender o processo de dissipação dos Guarani M'Byá pelos variados ecossistemas a partir de um núcleo original, assim como a constituição e distribuição de sua complexa rede de parentescos existente entre as diversas aldeias.

1.2 DA CULTURA À TERRITORIALIDADE GUARANI M'BYÁ: GIRO EPISTÊMICO NO CONTEXTO DE DISPUTAS DE SENTIDOS DA FLORESTA

O circuito de elementos inseridos dentro das plurais dinâmicas interdependentes que constituem o ecossistema da Floresta com Araucárias é parte essencial da cultura e identidade Guarani M'Byá na Terra Indígena Rio d'Areia. O território originário é constantemente moldado pela cultura, saberes e imaginários fundamentados na filosofia e na religiosidade indígena. Esse ambiente constitui a base das relações materiais, espirituais, sociais e econômicas que se desenvolvem na aldeia situada em Inácio Martins.

Destarte, aspectos históricos da formação do território indígena como lócus de resistência ao avanço do processo modernizante e desvinculador, fundamentado na visão racional/economicista do espaço, se somam às vivências cotidianas intergeracionais indígenas, compondo uma intricada rede de conhecimentos locais do território e do meio ambiente, baseados em experiências individuais e coletivas dentro do âmbito cultural Guarani M'Byá. Portanto, a gestão territorial indígena praticada na Terra Indígena Rio d'Areia manifesta-se como um relevante fenômeno espacial, no sentido que expressa em si própria traços da culturalidade milenar indígena associada à conservação ecossistêmica. Tais alicerces se originam a partir de um regime de natureza orgânico (Escobar, 1999), no qua pratica-se a gestão socioecológica sustentada por redes simbólicas e saber-fazeres estreitamente alinhados à filosofia e identidade cultural indígena.

Nessa perspectiva, a paisagem do Território Indígena torna-se um fenômeno de relevante importância para a compreensão do modo de vida Guarani, que inclui o cuidado com a Floresta Ombrófila Mista, que, contrariamente à episteme ocidental moderna assente na dualidade sociedade e natureza, apresenta-se como uma gestão territorial da esperança: preserva a floresta em pé, produz água, promove a sustentabilidade ecológica de um ecossistema severamente ameaçado de extinção e proporciona continuidade à cultura indígena. Em razão

dessas relevantes características, encaminha-se uma interpretação da geograficidade de tal fenômeno a partir de conceitos-chave que constituem o ecossistema teórico e conceitual aplicável ao processo de compreensão da T. I. Rio d'Areia e sua peculiar gestão territorial: paisagem, etnoconhecimentos, territorialidade e patrimônio biocultural.

1.2.1 O espaço arraigado: lógicas culturais, paisagem e autonomia territorial

Segundo Antônio Carlos Diegues, os conhecimentos tradicionais são definidos como o conjunto de saberes ideológicos e empíricos a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente de maneira intergeracional. Para muitas das sociedades tradicionais e indígenas existe uma interligação orgânica entre o mundo natural (meio ambiente ou ecossistema), mundo metafísico (espiritual) e a organização social. Dessa forma, tais sociedades, ainda de acordo com Diegues, não dividem as grandezas em natural e social, ou em externalidade e internalidade, mas sim praticam um modo de compreensão contínuo e estendido entre essas duas perspectivas (Diegues, 2008).

Tal unidade de grandezas manifesta-se como um princípio da política de natureza própria de cada sociedade, abrangendo uma específica perspectiva de gestão ecológica e processual de reconhecimento da realidade simbólica, cognitiva e tecnológica da natureza (Floriani e Floriani, 2021). O complexo conjunto de práticas, respaldado nos conhecimentos tradicionais e indígenas, expõe o jogo de legitimação do regime de natureza adotado por cada sociedade, expressando, em certa medida, uma das camadas simbólicas constituintes do sentido da paisagem (Berque, 2013) ou mesmo aspectos da ecologia política de gestão territorial mantidos sob o circuito de dominância simbólica, tecnológica e de saberes (Escobar, 2008).

De tal maneira, o entendimento do complexo de manifestações sociais e espaciais oriundas da aplicação local dos conhecimentos tradicionais e indígenas, constituintes de um sistema de racionalidades aberto, exerce um relevante papel no âmbito das ciências humanas contemporâneas, à medida que propõe a retomada do espaço e da cultura para o centro do arcabouço interpretativo das relações sociais (Leff, 2000). Há um giro, portanto, dentro das ciências humanas em que a cultura regula o sentido do horizonte simbólico a partir do qual são guiadas as racionalidades, que, por sua vez, conduzem os regimes de natureza, ou seja, o projeto de natureza que cada coletivo almeja (Floriani et al., 2010).

Os conhecimentos tradicionais indígenas, originados por – e originários das – interações ecológicas mantidas pelas comunidades cujos regimes de natureza proporcionam vivências unas entre sociedade e natureza, expressam-se em termos de apropriação subjetiva e objetiva

do espaço. Tal fenômeno coaduna no processo de constituição de laços sociais espacialmente arraigados de forma que um dos elementos mais fundamentais da identidade étnica passa a ser o território.

Para Little, o território é o alicerce da reprodução social, econômica e cultural, além do provedor da sustentação física do grupo social (Little, 2006, p. 17). Ou seja, é a partir da manifestação dos conhecimentos, em um circuito de objetos e ações, e sob um regime de natureza, que a cultura conforma o território e o território conforma a cultura. É nessa perspectiva em que se evidenciam interdependências entre essas duas grandezas, expressas através do fenômeno da territorialidade.

A gestão e política de natureza praticada e mantida pelas populações originárias em seus territórios, entretanto, enfrentam inúmeros desafios no que se refere à sua autonomia e identidade, sobremaneira pelas estratégias de conversão de usos e sentidos conduzida, historicamente, pela agência de externalidades ligadas às ontologias modernas (Carrasco e Vergara, 2023). Dessa forma, os autores ponderam acerca das disputas que transpassam as territorialidades originárias, em que práticas intensivas, racionalidades econômicas centradas na acumulação de capital e administração racional do território competem com usos comunitários do território, pautadas em lógicas de equilíbrio e coexistência intercultural (Carrasco e Vergara, 2023; Nogueira et al., 2025).

A cultura e suas expressões, nesse sentido, embasam o conjunto de interações dialéticas entre o meio natural e os fenômenos sociais. De acordo com Paul Claval, o espaço humanizado sobrepõe e acumula múltiplas lógicas, sendo em parte funcional e em parte simbólico, modelado pelas tecnologias empregadas na transformação e adaptação do meio de acordo com as necessidades e perspectivas dos grupos sociais que o habitam. Entretanto, também é moldado através das preferências e dos valores que, a partir das representações, narrativas e imaginários societários, explicam o "lugar atribuído às diversas facetas da vida social" (Claval, 2014, p. 302).

Nesse sentido, a cultura atua como intermédio entre o ser e o lugar, concebendo-os através das representações que dão um sentido ao grupo, ao meio em que vive e ao destino de cada um. Yves Lacoste, em uma leitura geo-antropológica do fenômeno cultural, afirma que a terminologia se refere "ao conjunto de atividades intelectuais, artísticas e religiosas de determinada coletividade humana", já para Claude Lévi-Strauss chama-se cultura todo um conjunto etnográfico que apresenta, em relação aos outros, lacunas significativas (Lacoste, 2003, p. 110).

Seguindo a linha de raciocínio, ainda complementa-se a perspectiva do conjunto de sentidos da cultura a partir de Firth, de maneira que o autor categoriza a cultura como modo de vida, relações sociais e comportamento aprendido, adquirido social e intergeracionalmente. Para ele, a cultura atua como guia, ao conduzir e direcionar, a partir dos imaginários, as ações humanas ante a natureza (Firth, 1961). Já para Josué Viveiros de Castro, a própria interpretação de cultura constitui a necessidade da aceitação do entendimento de natureza como resultado de "meta-adaptações à cultura, ou ao resultado histórico de uma transformação cultural da natureza, na qual aspectos ecologicamente causados da cultura, são também aspectos culturalmente construídos da ecologia" (Viveiros de Castro, 2002, p. 326).

Destarte, a dialogia cultural em sua mútua influência na organização, usos e sentidos conferidos ao – e pelo – espaço geográfico reflete na constituição dos saberes locais tradicionais e indígenas, à medida que esses são considerados como resultantes de uma racionalidade prática da reprodução material dos grupos humanos, e também como estruturas mentais que compõem um conjunto de possibilidades de organização das sociedades à disposição do projeto cultural. Por outro lado, a compreensão patrimônio biocultural, isto é, suas expressões espaciais e sua relação com os conhecimentos tradicionais e indígenas, exige também uma dialogia entre o interior e o exteriror do território, isto é, como a cultura de uma etnia se dispõe em relação à outras expressões culturais.

Portanto, a etnologia deve abrir-se à ecologia política, como forma de contextualizar as transformações socioculturais diante dos processos de territorialização de aspectos culturais hegemônicos que incidem no grupo societário, resultando em ações de resistência/resiliência contra-hegemônicas, tais como se presencia atualmente nos territórios indígenas como a T.I. Rio d'Areia.

Cabe ressaltar, ademais, que para compreender a constituição e transformação objetiva e subjetiva do fenômeno territorial desde uma abordagem geográfica da culturalidade, devem ser considerados seus "hábitos, linguagens, formas de pensar, religião, expressões artesanais e artísticas, práticas cotidianas, tecnologias de uso do solo, da água e meio ambiente" (Di Méo, 2001, p. 73). Portanto, para perceber o fenômeno territorial Guarani M'Byá em questão, deve-se interpretá-lo, primeiramente, pela prática etnográfica, pois é a partir da interação do pesquisador com as práticas culturais das relações socioespaciais, atualizadas cotidiana e intergeracionalmente, que torna-se possível construir uma imagem mais coerente e coesa da complexidade (em suas múltiplas dimensões) da territorialidade indígena.

Para Claude Raffestin, geógrafo de origem franco-suíça reconhecido por suas discussões acerca do território, afirma que território conceitualiza aquilo que diz respeito à ordenação do espaço com base no conteúdo informado pela semiosfera, ou seja, o conjunto de signos culturais que caracterizam uma sociedade. Tais conjuntos de semiotização do espaço surgem da articulação e combinação de signos em diferentes escalas, interrelacionando cultura, sociedade e natureza, constituindo a "ecogênese territorial" (Raffestin, 1986).

Seguindo a linha interpretativa proposta por Raffestin acerca da origem do território na confluência entre sociedade, cultura e natureza, o antropólogo Georges Balandier afirma que toda sociedade possui uma teoria de natureza que lhe é própria e, portanto, "expressa e espacializa suas configurações intelectuais, igualmente em complexos de símbolos, de instrumentos e de práticas" (Balandier, 1988, p. 194). Assim, entende-se, de certa forma, que em um mesmo ambiente ecológico podem atuar diversos complexos socioculturais, que, ao se apropriar material e simbolicamente do espaço, criam fenômenos territoriais cujos sentidos de usos – os simbolismos – podem divergir.

Tal contexto se alinha à construção interpretativa histórica da constituição de mentalidades e estratégias espaciais antagônicas dentro do ambiente da Floresta com Araucárias, sendo, portanto, a cultura territorializada elemento central da constituição de territorialidades autóctones, ao que Stroparo e Floriani (2025) definem como:

> [...] tecnologias sociais patrimoniais com origem em um processo histórico de formação socioespacial de uma região. Esse atributo geo-identitário carrega um conjunto semântico de práticas, objetos e discursos de uma coletividade que o agencia, traduzindo-o por sistemas enunciativos (discursos e símbolos) para reproduzir-se social e espacialmente, isto é, configura-se como um espaço de identificação (representação) de um grupo social que se constitui material e idealmente e produz uma imagem de si frente aos outros grupos. [...] Ademais, as territorialidades são dinâmicas, transformam-se. São reinventadas a fim de gerar estratégias de identificação comunitária em função da necessidade de um grupo (ou parte dele) reproduzir-se material e simbolicamente (Stroparo e Floriani, 2025, p. 27).

As ontologias e territorialidades antagônicas, correspondentes a regimes de natureza antagônicos, expressas em um mesmo ecossistema – a Floresta Ombrófila Mista no Médio Iguaçu – podem ser caracterizadas, em conformidade com Dimas Floriani, em duas expressões territoriais diversas em suas essências: hegemônica, oriunda da sociedade moderna ocidental racionalista e desarraigada – no sentido de que não está vinculada ao seu lugar de origem, de forma que se replica em qualquer tipo de ambiente a partir de seu conjunto prático e filosófico que conduz ao processo de conversão da paisagem e de sentido –; e culturalmente arraigada, vinculada à localidade de seu surgimento, estreitamente relacionada à cultura, conhecimentos

e saberes locais, exprimindo o modo de vida originário e fundamentada no pensar indígena (Floriani, 2010).

Portanto, existem, conforme Lacoste, dois sustentáculos no que se refere à compreensão do conceito e do sentido de território: escala e ecologia. À medida que para o autor, dentro da ciência geográfica contemporânea o "território expressa uma extensão na qual vive determinado grupo ou coletividade humana – mesmo de pequena dimensão – tida como propriedade coletiva", seu desenvolvimento conceitual foi forjado a partir do entendimento do estabelecimento de fronteiras, autoridade e jurisdição, no âmbito da Geografia Política (Lacoste, 2003, p. 380). Nesse sentido, o território passa a estar estreitamente relacionado a questões de autodeterminação e identidade coletiva, manifestando-se em pequenos recortes territoriais e com base em dinâmicas próprias que regem circuitos espaciais locais.

Já na perspectiva ecológica, trazida à questão territorial por Yves Lacoste, encontra-se o contexto não somente físico pelo qual se manifesta e se estabelece o fenômeno em questão, mas também o conteúdo simbólico que constitui a identidade do grupo social em mútua interação com o meio ambiente. Isso quer dizer que o circuito espacial local é constituído pelas relações entre a comunidade, suas demandas e atitudes perante os elementos e objetos que integram o ecossistema no qual se insere tal grupo. É a partir dessas relações que o espaço é transformado, significado e delimitado dentro do seu circuito próprio de relações. Assim, a relação ecológica e simbólica se manifesta como um dos sustentáculos da autonomia territorial pois iguala os agentes sociais dentro de um conjunto de práticas, conhecimentos e governança em um determinado recorte espacial. A cultura, então, atua ativamente como elemento moderador de fenômenos geográficos.

Ecologicamente, portanto, a formação do território, conceitual e empiricamente, perpassa outras feições da espacialidade própria a determinados grupos sociais, e é nessa linha de raciocínio que se estrutura o 'pensar o território' na presente tese. Destarte, busca-se interpretar a constituição de lógicas territoriais antagônicas inseridas historicamente dentro de um mesmo ecossistema. Por conseguinte, tanto dimensionalidade quanto ecologia territorial, apontadas por Lacoste – ao evocar as nuances da agência cultural –, dialogam com outros elementos componentes da expressão territorial, como o conceito de paisagem, que para o historiador inglês Simon Schama, nada mais é que "um composto semiótico cujas camadas de significados estão sobrepostas, constituindo a sua essência espacial como lócus de memória" (Schama, 1996, p. 27).

1.2.2 Paisagem como expressão material e simbólica da etnoterritorialidade

Augustin Berque defende que a paisagem é uma expressão do território na medida em que reflete o resultado material fruto de um processo construtivo intergeracional, sem haver, de fato, "um pensamento ordenado ou racionalista ante o espaço, mas sim fundamentado nas ações de transformação e significação do espaço de acordo com preceitos que regem a mentalidade e as demandas dos agentes territoriais" (Berque, 2013, p. 7). De acordo com o autor, concretamente encorpada em um determinado lugar (recorte espacial), em determinada época (escala temporal), "o profundo significado da paisagem é, de fato, a dinâmica relacional estabelecida entre o ecúmeno e a biosfera" (Berque, 2013, p. 59). Ao propor uma interpretação unificada entre sociedade e natureza, o pensamento de Berque sobre a paisagem se alinha à tríade sociedade, cultura e natureza de Raffestin.

À medida que o atributo ordenativo do território — tal como um discurso — expressa uma relação espacial de cunho ideológico ao embasar identidades e definir a área dos circuitos espaciais locais, a paisagem se manifesta como um de seus componentes. O aspecto organizacional da paisagem, apreendido visualmente, torna perceptível o acúmulo de vestígios têmporo-espaciais oriundos do longo processo de atribuição de significado à natureza (Schama, 1996).

Augustin Berque, em seu *Médiance: des milieux en paysages*, propõe a leitura do espaço geográfico à óptica da interpretação das metáforas existentes na organização e significação das paisagens. Para ele, o trabalho do geógrafo deve se pautar em compreender de que forma a mentalidade e as necessidades humanas interagem e dialogam com o meio onde ocorrem, buscando atuar no processo de identificação e avivamento do significado e do reconhecimento dos traços de afetividade entrelaçados entre práticas e trajetórias das relações humanas com o meio ambiente (Berque, 1990).

Consequentemente, a categoria espacial paisagem origina-se dentro dos circuitos espaciais e redes do território, pois está fundamentada nas dinâmicas que perfazem a identidade e autonomia de gestão do grupo social. Relaciona-se, portanto, às formas organizacionais dispostas pelo território, passíveis de interpretação em seu sentido físico e fenomenológico a partir de seus usos e significados.

A paisagem é o "espaço geográfico passível de observação a partir de determinado ponto de vista" (Lacoste, 2003, p. 288), sendo a expressão material de determinado grupo social que abriga formas relacionadas à cultura e à territorialidade de tais sociedades. De maneira que os elementos distribuídos em sua configuração viabilizam, a partir de um olhar sensível às suas

formas organizacionais e relações simbólico-afetivas, a interpretação de camadas de sentido, de historicidade, de lógicas organizacionais e de relações socioecológicas dispostas pelo território.

Nessa lógica, ordenamento e gestão territorial, como ações individuais que se fundamentam na acepção coletiva do território, constituem a materialidade e expressão cultural impressas nos elementos que configuram a paisagem. Habitações, roças, carreiros, estradas, cemitérios, árvores, rios, construções, ferramentas, lógicas econômicas, uso da terra e frequência de circulação, tal circuito de objetos e dinâmicas, dispostas no conjunto paisagístico de determinado território, indicam processos práticos, históricos e culturais que exprimem as relações socioecológicas adotadas dentro do território. Assim, a paisagem se torna objeto de fundamental interpretação para a identificação e reconhecimento das confluências e articulações entre cultura, sociedade e natureza, que conferem sentidos ao espaço geográfico e ao território em si.

É a partir da análise da paisagem, dentro dos procedimentos metodológicos para compreensão do sentido do território e desígnio de territorialidades, que se estabelecem critérios interpretativos baseados em marcos espaciais. Seguindo a conceituação estabelecida por Bonnemaison, existem elementos paisagísticos que exprimem elos entre o material e o ideológico, e assim forjam sensos identitários e concentram valores simbólicos os quais conferem sentido à paisagem e ao espaço geográfico. Tais elementos são classificados pelo autor como geossímbolos: ícones paisagísticos que “humanizam e diversificam o espaço”, trazendo à sua órbita aspectos históricos, ecológicos e culturais relacionados ao território em que se inserem (Bonnemaison, 1981, p. 261).

A significação do espaço a partir da escala de análise da paisagem, como recorte espacial vinculado ao território, estabelece suas dinâmicas organizacionais, como se compreende no transcorrer da arguição teórica proposta pela presente seção. Dessa forma, avança-se em direção à discussão acerca do fenômeno da territorialidade, que pode ser definida como o próprio conteúdo do território, suas relações sociais cotidianas que dão sentido, valor e função ao espaço. Em tal perspectiva, a territorialidade consiste no conjunto de práticas, aplicações de conhecimentos e saberes, manutenção de fundamentos culturais nas relações entre humanos e não-humanos, organização socioespacial, formas de interação com o meio, anseios e necessidades comunitárias mantidas dentro do território.

Do exposto, temos que as territorialidades exprimem um regime ético-comportamental, um *ethos*, vinculado à identidade cultural do grupo social habitante do território e atuam

entrelaçadamente com a constituição da paisagem, sendo mantidas pelas ações do cotidiano e com base nos preceitos culturais de cada sociedade. Interpreta-se, portanto, que a territorialidade é o amálgama subjetivo (práticas simbólicas) e objetivo (práticas materiais) entre o território e a sociedade, que resultam na configuração dos saberes territoriais culturalmente arraigados. Neste ponto, a abordagem das etnociências mostra-se igualmente importante à medida que trata os saberes ecológicos locais enquanto práticas culturais próprias, constituídos e constituintes da territorialidade.

Destarte, a territorialidade praticada e mantida por esses grupos, por estarem relacionadas a etnias específicas, como é o presente estudo de caso, configuram o que é abordardado ao longo do texto como etnoterritorialidade. Esse conceito embasa a interpretação para o desenvolvimento e consolidação do zoneamento territorial indígena ao longo do quarto capítulo da tese. Tal ferramenta de gestão territorial conduzirá à classificação territorial de acordo com usos e sentidos dentro da perspectiva da etnoterritorialidade Guarani M'Byá. Portanto, a partir do entendimento da terminologia conceitual aplicada às interpretações do espaço geográfico, se encaminha a análise proposta no sentido de observação e esclarecimento à questão da regência cultural indígena aplicada à gestão do território do Rio d'Areia.

1.3 IDENTIDADE CULTURAL COMO FUNDAMENTO DA GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA: PATRIMÔNIO BIOCULTURAL GUARANI M'BYÁ

A categoria territorial indígena, seus usos, significados e práticas, assim como a paisagem constituída pelas ações do pensamento paisageiro – *ethos* – originário/biocultural, expressam relevantes aspectos interpretativos que, a partir de uma perspectiva analítica, viabilizam a compreensão do fenômeno espacial indígena. Dessa maneira, o presente subcapítulo se propõe a articular conceitos que atribuem elementos simbólicos e materiais à territorialidade Guarani M'Byá. Isto é, o *ethos* paisageiro florestal que fundamenta as ações espaciais e visão de mundo Guarani. Para tanto, serão alinhados conceitos oriundos das etnociências como culturalidade, paisagem e gestão territorial para interpretar as experiências paisageiras Guarani M'Byá vivenciadas pelo pesquisador na *Tekoá* Rio d'Areia.

Portanto, no presente subcapítulo erige-se a compreensão acerca do conjunto de ações praticadas e mantidas pelos indígenas Guarani M'Byá no que se refere às atitudes espaciais, estratégias de gestão territorial, manutenção cultural e identitária dentro da T.I. Rio d'Areia, pautando a etnoterritorialidade Guarani M'Byá pelo conceito de patrimônio biocultural. Nessa perspectiva, o território, como fruto de constante interação entre cultura e ambiente, resulta da

confluência e ação comum de sentidos conduzidos ante o espaço através da tríade símbolos, saberes e tecnologia, expressa na formulação etnográfica KCP (Kosmos-Corpus-Práxis) dos mexicanos Toledo e Barrera-Bassols (2015).

Para o antropólogo Paul Little (2018), a gestão territorial envolve um conjunto de saberes, ideologias e identidades coletivamente constituídas e historicamente situadas que definem as relações de uso e estratégias de defesa e sustentabilidade do território. Para o autor, existem traços fundamentais no entendimento das relações estabelecidas por povos originários com seus territórios no sentido de compreensão e elucidação das atitudes espaciais no âmbito das ações de gerência do espaço tradicional ou imemorialmente ocupado por esses povos. Dentre tais traços, Little menciona os vínculos afetivos e de memória que entrelaçam a experiência territorial individual e coletiva em um território único, cujas especificidades e características próprias produzem a historicidade comunitária e forjam ligações psíquicas com o território. Como outro elemento passível de interpretação acerca da gestão territorial o autor menciona a cosmografia de tal grupo originário, ou seja, as dinâmicas e práticas culturais e lógicas do pensamento indígena manifestas em atitudes territoriais (Little, 2018).

Para o geógrafo Yves Lacoste, importante referencial teórico e conceitual dos pensamentos espaciais que sustentam a tese, a gestão territorial consiste em um conjunto de ações, a princípio voluntárias e pensadas por uma coletividade, com a "finalidade de repartir sobre seu território atividades de caráter econômico e de reprodução cultural, de forma a obter progressos coletivos" (Lacoste, 2003, p. 25). O autor ainda classifica que a gestão territorial se justifica em critérios que orientam e definem tipos de uso que cada porção do território exprime, alinhadas às demandas sociais e culturais da coletividade em questão. Portanto, em ambas as perspectivas, tanto do ponto de vista antropológico como geográfico, as estratégias de gestão territorial, ou seja, as definições de usos, sentidos e funções do território se embasam em atributos culturais.

O filósofo originário Aílton Krenak (2022) aponta que o ideal civilizacional colonial impôs à formação das mentalidades colonizadas a noção de cultura como "oposição à natureza" (p. 84), um pensamento fundamentalmente antagônico à filosofia de vida e cosmovisão indígena. Para ele, a identidade indígena está manifesta na compreensão da unidade entre ser e estar, ser indígena e estar nas florestas, exercer o que o autor, inspirado em Chico Mendes, chama de florestania, a cidadania florestal (p. 77). De acordo com o filósofo, o território é o local em que os princípios "de tudo que é necessário para se ter uma boa vida" (p. 117) são transmitidos dos mais velhos para os mais novos, ou seja, é a base para a replicação dos valores

culturais, é o lugar pensado como “fonte incessante de vida” (p. 33). Tal pensamento aloca o ponto de vista em direção ao propósito do território indígena, cuja essência é voltada à promoção de autodeterminação comunitária, lócus identitário, logo, contra-hegemônico.

Os sentidos do território originário são constituídos por seus usos culturais e articulam-se à promoção da autonomia em múltiplas dimensões: alimentar, cultural, identitária, idiomática e relacional. Por conseguinte, a essência territorial indígena diverge e confronta as táticas de desvinculação promovidas por agências externas associadas a territorialidades hegemônicas, as quais violam a capacidade de autogoverno baseada em princípios éticos, culturais e cosmológicos. Diante dessas históricas agressões à identidade e ao território, faz-se necessário identificar, reconhecer e promover as relações originárias com as florestas, com os ecossistemas e em comunidade, como ferramenta de manifesto e afirmação de realidades próprias e sustentáveis. Por essa razão, a gestão territorial originária torna-se tão relevante como solução de grandes e emergentes problemas que envolvem a acelerada crise climática global associada à acentuação da erosão cultural e perda de territórios originários no planeta.

Nesse contexto, portanto, orienta-se a observação do fenômeno identitário e de gestão territorial indígena a partir do campo científico das etnociências. Para Strachulski, as etnociências representam uma área da ciência que vem, a partir da segunda metade do século XX, fomentando interpretações e buscando valorizar aplicações dos conhecimentos tradicionais e indígenas como maneira de melhor interpretar as relações entre humanidade e natureza (Strachulski, 2017).

Dimas Floriani, epistemólogo e socioambientalista, discute com profundidade os alicerces que embasam a virada de chave das ciências ambientais no que diz respeito à aproximação de diálogo com os saberes tradicionais e conhecimentos não-científicos. Segundo o autor, as etnociências surgem com a finalidade de iluminar um umbral científico existente e apontado por Deleuze e Foucault. Assim, o saber não se reduz à ciência, conforme historicamente instituiu a mentalidade racionalista ocidental, mas em realidade encontra-se no cotidiano, nos aspectos culturais e na transmissão de conhecimentos tradicionais e locais em sistemas sociais originários (Floriani, 2019).

Saberes locais tradicionais, de acordo com Henrique e Nascimento (2025), referem-se ao complexo corpo de conhecimentos, saber-fazeres, práticas e representações que são mantidos e desenvolvidos por povos com amplas histórias de interação com a natureza. Esses sistemas cognitivos são parte de um complexo que também inclui linguagens, identidade territorial – pertencimento ao lugar –, episteme, preceitos espirituais, códigos de costume e

cosmovisão – conhecimentos físicos e cosmológicos –. Dessa forma, os conhecimentos locais tradicionais revelam identidades enraizadas na simbiose existente entre cultura e território, sociedade e natureza, "evidenciando traços da esfera antropossocial na esfera biológica e desta na matéria, expressando a necessidade de unir o objeto ao sujeito e ao ambiente, contemplando histórias co-evolutivas entre sistemas humanos e naturais" (Morin, 1983).

Conforme discutem-se os conceitos que permeiam o desenvolvimento reflexivo acerca da gestão territorial indígena, fenômeno espacial e socioambiental fundamental para a construção do raciocínio da presente tese, chega-se ao ponto de compreender a relação dos indígenas Guarani M'Byá com o ecossistema da Floresta Ombrófila Mista. Tal demanda se orienta no sentido de reconhecer como os imaginários e as práticas adotadas pelo povo indígena em sua gestão territorial atuam na organização, usos e sentidos de natureza coordenados ao seu território ancestral. Para tanto, com base nos traços culturais e nos argumentos conceituais discutidos na presente seção, se faz necessária a introdução ao conceito de patrimônio biocultural, trazido no título do subcapítulo, e que representa um conceito condutor à interpretação da gestão territorial Guarani M'Byá, à medida que assume natureza e cultura como concepções inseparáveis e indissociáveis.

Portanto, em um primeiro movimento, entende-se que o conceito de patrimônio biocultural deriva imediatamente do conceito de memória biocultural, articulado pelo biólogo Victor Manuel Toledo e seu colega, o geógrafo Narciso Barrera-Bassols. De acordo com a classificação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o conceito de patrimônio cultural divide-se em duas perspectivas: material e imaterial. Aos conjuntos de saberes em que se concentram "conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades, relacionados à cultura, memória e identidade de grupos sociais" encontra-se a categoria de patrimônio cultural imaterial dos saberes (IPHAN, 2025). Nesse sentido, o entrelaçamento entre sociedade e natureza, gestão territorial e manutenção identitária, manifesto a partir das práticas e reafirmado pela memória coletiva de determinado grupo social configura um patrimônio cultural imaterial.

Regido por traços que atam populações, conhecimentos e territórios através dos laços da memória, o conceito de patrimônio abarca a imaterialidade das manifestações espaciais de saberes, conhecimentos e culturas. A partir desse entendimento, para Toledo e Barrera-Bassols existe um processo de interdependência entre sociedade e natureza, ao qual os autores nomeiam como interação biocultural (Toledo e Barrera-Bassols, 2015). Em vista disso, de acordo com os autores, muitas espécies se desenvolveram e se diversificaram tanto no sentido biológico

(plantas e animais) quanto no sentido cultural (seres humanos). Em decorrência da atuação de tal processo ocorre a constituição de combinações de interação que proporcionam o surgimento de identidades socioambientais específicas, ou seja, é a partir da interação biocultural que se manifestam fenômenos territoriais (culturais, comportamentais, simbólicos e tecnológicos) que originam e retroalimentam os saberes tradicionais locais.

Para os autores, os conhecimentos sobre a natureza, oriundos dos processos interativos de aprendizado entre sociedade e meio ambiente, apreendidos por intermédio da cultura, refletem a "sagacidade e a riqueza de observações sobre o entorno realizadas, zeladas, transmitidas e aperfeiçoadas no decorrer de longos períodos [...] garantindo a eficácia das estratégias de sobrevivência humana" (2015, p. 34).

Na perspectiva alocada pelos autores, a memória biocultural expressa uma trajetividade espaço-temporal de interações entre humanos e não-humanos na consolidação de características biológicas, como a variabilidade de espécies cultiváveis ou de animais com certas características comportamentais, além de características culturais, como os conhecimentos aplicados, as cosmovisões e narrativas fundadoras, por exemplo. De acordo com os autores, as diversidades culturais, genéticas, paisagísticas e ecossistêmicas, portanto, são ameaçadas à medida em que as territorialidades originárias e tradicionais, como epicentros (*hotspots*) bioculturais, sofrem pressões e inversões de sentido conduzidas pelo sistema colonialista hegemônico:

> Ao destruir a diversidade biológica silvestre, a variedade genética das espécies domesticadas de plantas e animais, as milhares de culturas identificadas pelos genes ou pela língua e, consequentemente, a experiência acumulada em forma de sabedorias locais ou tradicionais, a civilização industrial está acabando com os principais componentes do complexo biocultural da espécie humana. À medida que esse processo de destruição avança, com a expansão dos mecanismos da modernização industrial, a espécie humana agrava lenta e inexoravelmente a sua amnésia quando suprime áreas ou setores-chave de sua própria memória, de sua consciência histórica (Toledo e Barrera-Bassols, 2015, p. 238).

As comunidades originárias, em meio a esse contexto, resguardam importantes componentes de conhecimentos tradicionais atrelados à memória biocultural, zelados e ensinados intergeracionalmente dentro dos territórios ancestrais e sob influência de estratégias de gestão territorial. Isso se dá, ainda de acordo com estes autores, pelo fato de:

> Os povos indígenas [serem] populações intimamente ligadas à natureza por suas cosmovisões, conhecimentos e atividades produtivas, tais como agricultores permanentes ou nômades, pastores, caçadores e coletores, pescadores ou artesãos, que adotam uma estratégia de uso múltiplo de apropriação da natureza. Praticam uma forma de produção rural de pequena escala e de trabalho intensivo, que produz pouco excedente e opera por meio desses temas com pouco ou nenhum aporte de insumos externos e baixo consumo de energia. Compartilham língua, religião, valores morais, crenças, vestimentas e outros critérios de identidade étnica, bem como estabelecem

> uma relação profunda com um determinado território (Toledo e Barrera-Bassols, 2015, p. 69).

Dessa forma, a tese avança em direção ao entendimento da complexidade territorial Guarani M'Byá com respaldo na caracterização da gestão territorial indígena como patrimônio biocultural. Isso se dá com base no instrumental teórico ora discutido, de maneira a evidenciar as práticas e os sentidos da manutenção *in loco* dos bens patrimoniais da cultura Guarani M'Byá, profundamente atrelada às históricas interações com a natureza, fruto da longa trajetividade ecológica de caminhada milenar desse povo dentro da floresta.

A gestão territorial Guarani M'Byá consiste, portanto, em uma ampla gama de atitudes espaciais fundamentadas em sua memória biocultural, cosmovisão, cultura e territorialidade. Destarte, tal patrimônio possui suas características e especificidades que conferem o sentido identitário ao território, cabendo à tese, a partir desse momento, elencá-las como atitudes espaciais, reprodução de conhecimentos como estratégias de manutenção de seu modo de vida. Tais atitudes espaciais exprimem conhecimentos e consciência territorial em suas aplicações, ordenando os usos, organizando a paisagem e conferindo sentido à floresta.

1.3.1 Etnoconhecimentos locais aplicados: o sentido da floresta Guarani M'Byá

O território Guarani M'Byá expressa a culturalidade indígena em sua forma de ser, seu modo de vida e seus preceitos culturais que promovem a autonomia comunitária e fortalecem os laços culturais, familiares e identitários dentro da aldeia. De tal forma, os fundamentos originários de gestão e construção de sentido comunitário à paisagem e ao território manifestam uma antítese à colonialidade das práticas e mentalidades que se estabeleceram como *status quo* territorial a partir do contexto histórico apresentado pelo segundo capítulo da tese. Portanto, a compreensão do sentido territorial Guarani se faz fundamental para que o fenômeno da territorialidade indígena seja apreendido em sua unidade interativa e princípios filosóficos que regem uma relação não predatória e sustentável com o meio ambiente, o que torna tal fenômeno extremamente relevante para os paradigmas comportamentais e ecológicos contemporâneos.

Sob tal perspectiva, a presente subseção do capítulo tem como proposta avançar em direção à compreensão de características de uso e significação do espaço a partir dos preceitos culturais Guarani M'Byá. Assim, discute-se na seção como os usos culturais e o significado do território são influenciados pela cosmovisão e filosofia indígena, forjando uma série de etnoconhecimentos que são aplicados cotidianamente na reprodução do espaço e materializam o lócus espacial contra-hegemônico na gestão de recursos e promoção de autonomia comunitária. Para tanto dialoga-se sobre os fundamentos culturais Guarani M'Byá e a

mentalidade indígena no que diz respeito à gestão do território, organização e utilização do espaço, para que, por fim, seja possível ter ciência dos valores que estruturam o pensamento espacial Guarani e resultam na territorialidade indígena especificamente na T. I. Rio d'Areia.

A partir do aprofundamento acerca do fenômeno territorialidade Guarani M'Byá na Terra Indígena Rio d'Areia, são discutidos, no terceiro capítulo, conceitos fundamentais indígenas como *Nhande Reko* e *Tekoá*, tomados a partir de levantamentos realizados *in loco*, em entrevistas coletadas com agentes culturais indígenas e a partir de uma revisão bibliográfica e documental sobre a historicidade e manutenção do território ancestral Guarani M'Byá Rio d'Areia. Dessa forma, a presente subseção aborda, a partir de revisão bibliográfica antropológica, entender quais são os aspectos do pensamento e episteme Guarani M'Byá que atuam ante o espaço geográfico indígena, buscando compreender como é estabelecida a socioterritorialidade Guarani. Nesse sentido, foi investigada a consolidação e aplicação de estruturas mentais e comportamentais como possibilidade dentro do projeto cultural originário.

O logocentrismo pautou o desenvolvimento da territorialidade ocidental, em que o pensamento sistêmico dicotomizou a racionalidade e a emoção, e, em consequência, fundou o afastamento entre humanidade e natureza, induzindo a humanidade à humilhante condição de consumidora da Terra (Krenak, 2022). Em contrapartida, epistemologias do sul, ou não subalternas, classificam e ordenam o mundo a partir de multidimensionalidades: espiritual, ecológica, social, econômica e cultural que, ao se entrelaçarem, constituem territorialidades em que o sujeito não é o centro da experiência, mas sim coparticipante de uma vivência espacial não dualista, em que as interações entre humanos e não-humanos, mediada pelas dimensões epistêmicas do pensar e viver, forjam formas de relação com o espaço sem distinção do indivíduo, coletividade e ou natureza.

Nesse sentido, o mundo projetado a partir da perspectiva Guarani M'Byá constitui uma realidade diversa àquela da estruturação racionalista de mundo influenciada pela filosofia positivista ocidental, deixando, através de sua cultura, traços comportamentais e filosóficos muito importantes no sentido da revisão de perspectivas, assim como de adoção de estratégias de interação com e percepção do meio.

Com a finalidade interpretativa, portanto, da culturalidade indígena Guarani M'Byá e as relações derivadas desse fenômeno na reprodução social do espaço, deve-se conduzir atenção a alguns dos aspectos fundamentais da cultura Guarani M'Byá que regem as tomadas de decisão, os usos e os significados do território para a etnia: agricultura, coleta de plantas úteis e alimentícias, caça, pesca e prática religiosa com finalidade de manutenção da espiritualidade.

Tais elementos, classificados por Dionísio Torres como “estruturas comportamentais Guarani M’Byá” (Torres, 1997, p. 200) constituem importantes pontos de vista sobre a relação entre os indígenas e o território, intermediada pela cultura originária e a construção do propósito de manutenção cultural e de autonomia através do uso do território (Little, 2016).

Maria Inês Ladeira, em sua tese de doutorado, reforça o argumento de Torres ao afirmar que a produção de vida dentro do território Guarani M’Byá é sustentada pelo tripé: “a vida em ciclos, plantar e ritualizar, caçar” (Ladeira, 2008, p. 169). Nesse sentido, a caminhada e dispersão Guarani M’Byá incluem, em seu conjunto de práticas, relações para com o meio ambiente essenciais na constituição de identidade em sua paisagem cultural expressa pelo território.

Em entrevista coletada pela pesquisa, o jovem líder do Centro Cultural Indígena Rio d’Areia, Daniel Papa Veríssimo, informou[7] que a visão de mundo indígena está fortemente vinculada ao entendimento sobre o território, às divisas materiais e imateriais que demarcam os limites da Terra Indígena. De acordo com os conhecimentos de Daniel Papa Veríssimo, no ponto de vista dos *Xamoi* e *Xary’ i* Guarani – anciões e condutores espirituais das aldeias cujas visões, pensamentos e posicionamentos estão relacionados à manutenção e replicação da cultura nas comunidades[8] –, o “mundo inteiro é a aldeia” (Veríssimo, 2023).

Tal ideia é fundamental e muito significativa no sentido de que a gestão territorial praticada pelos Guarani M’Byá é, portanto, um conjunto de ações de gerência do mundo todo na visão indígena. Em certa medida, a questão de entendimento do território para os Guarani contém a perspectiva da manutenção de seu mundo, ou seja, o pensamento espacial em questão pressupõe dimensões éticas, de valores e práticas que condizem com os princípios culturais e visão de mundo para essa sociedade (Ladeira, 2008, p. 97).

Portanto, deve-se ter a ciência de que tal concepção, apesar de inexistente ou não aplicável a um conceito no idioma originário, conforme apontou Ladeira (2008), expressa, para nós ocidentais, um conjunto de ações relacionais e de manejo que nos permite interpretar o pensamento Guarani materializado na paisagem e no conjunto do território. Nessa direção, os já estabelecidos critérios interpretativos dos conjuntos entrelaçam prática e pensamento

[7] Entrevista concedida ao autor em contexto de execução de pesquisa científica, sob o consenso do entrevistado e autorização comunitária. *In*: VERÍSSIMO, D. P. **Entrevista aldeia Rio d’Areia VI**. Entrevista concedida ao autor em 17 de agosto de 2023. Inácio Martins/PR: UEPG, 2023. Arquivo mp4. Entrevista realizada para a pesquisa. Total de 42:05 de duração.

[8] O terceiro capítulo aprofunda mais especificamente nas funções e relevância de tais figuras para a sociedade originária.

indígena aplicados ao território com o intuito de promoção de autonomia e reprodução do espaço.

Em tal cenário, pode-se compreender que a territorialidade originária parte de um pressuposto no qual a gestão territorial atravessa animais, vegetais, objetos e humanos, configurando um todo indistinto em suas partes. Tal constructo é dotado de uma natureza mista, material e cósmica, ao mesmo tempo que é regida por normativas ancestrais, transmitidas ao coletivo por intermédio dos líderes espirituais que interpretam as vontades manifestas por seres supremos (Campos et al., 2023). Objetivando a apreensão factual de tal fenômeno, ao longo da presente subseção, buscam-se casos em que se manifestam espacialidades e estratégias de gestão territorial nas quais a agência das práticas e aplicações dos conhecimentos étnicos, ou etnoconhecimentos, reproduzem a territorialidade indígena, forjando identidade territorial a partir da cultura.

A relação Guarani M'Byá com as plantas, árvores e animais faz parte dos preceitos religiosos e do folclore indígena, conectando mitos fundadores e características da animosidade dos seres, a um intricado conjunto de interações espirituais e de valores ético-comportamentais, conforme apontou León Cadogán em seu "*El culto al árbol y a los animales sagrados en el folklore y las tradiciones Guaraníes*" de 1950. Para o autor, as investigações apontam que, para além de uma relação de interação meramente física entre os Guarani M'Byá e os demais seres vivos integrantes dos ecossistemas ocupados por eles, existem relações metafísicas relacionadas às mitologias fundadoras da cultura, a seres animados com características e finalidades próprias, habitantes em determinadas espécies de plantas, assim como aos processos curativos xamânicos nos quais plantas são empregadas com intenções não necessariamente farmacológicas mas também com finalidades espirituais (Cadogán, 1950, p. 331).

No âmbito das etnociências estabelece-se uma linha analítico-interpretativa social que versa sobre a maneira com a qual cada grupo, a partir de sua cultura e territorialidade, percebe e interage com as plantas e o ecossistema do qual se sustenta e depende. A etnobotânica, como é classificada a vertente interpretativa, esforça-se para compreender como tais grupos expressam essas relações na língua nativa e como o conjunto de conhecimentos aplicados ao ecossistema a partir das plantas pode apoiar estratégias de conservação da biodiversidade (Davis, 1995). A interação Guarani M'Byá com as plantas está ligada ao processo de ocupação de variadas áreas naturais no continente sul-americano, integralmente associada à dispersão desse grupo cultural a partir de seu centro de origem, como já mencionado com base em estudos arqueológicos, no decorrer do segundo capítulo.

De acordo com Andrade (2019), os Guarani M'Byá têm forte dependência física e cultural dos recursos florestais, baseados em seus conhecimentos ecológicos e botânicos, que garantem o sucesso em manejar os ambientes. Uma pesquisa realizada entre os Guarani M'Byá de Santa Catarina identificou o reconhecimento de 639 espécies pertencentes a 109 famílias botânicas por parte dos indígenas (Pereira et al, 2016), enquanto comunidades Guarani M'Byá na Argentina identificam e nomeiam 511 plantas conhecidas e/ou utilizadas em suas aldeias (Crovetto, 2012).

O pesquisador Francisco Noelli, arqueológico, arqueobotânico e historiador indigenista, apontou para o fato de que os Guarani M'Byá entendem a flora e subdividem-na em 10 grupos, associando suas características físicas aos conhecimentos e usos originários (Noelli, 1998). Galante (2011, p. 99), apoiada pelo levantamento Noelli, organizou e categorizou os grupos botânicos de acordo com a compreensão Guarani M'Byá, os quais complementam-se com exemplos de espécies, conforme o que segue:

- *Ka'a*: herbáceas, ervas em geral, tanto as rasteiras como as que formam pequenos arbustos e arvoretas. Ex: *teju ka'a*: erva-de-lagarto (*Casearia sylvestris*), *ka'a*: erva-mate (*Ilex paraguariensis*);
- *Yvyra*: espécies arbóreas, sobremaneira as de grande porte, que produzem lenha e madeira. Ex: *ygary*: cedro-rosa (*Cedrela fissilis*), *yvyra ipoty ju*: guapuruvu (*Schizolobium parahyba*);
- *Ysypó*: lianas, cipós, trepadeiras. Ex: *ysipó hū*: cipó-vaqueiro (*Bignonia binata*);
- *Kapi'i*: gramíneas em geral, capim. Ex: *avaxi ju*: milho amarelo (*Zea mays*);
- *Temity*: plantas cultivadas na roça. Ex: *xanjáu*: melancia (*Citrullus lanatus*), *jety*: batata-doce (*Ipomea batatas*);
- *Karaguatá*: bromeliáceas em geral. Ex: *karaguatá ju*: gravatá, bromélia (*Bromelia antiacantha*);
- *Yvyra reheguá*: orquidáceas, plantas parasitas e outras epífitas, em tradução livre quer dizer 'o que pertence à árvore'. Ex: *tapixí nhambí*: orquídea-monge (*Oeceoclades maculata*);
- *Pohã*: plantas medicinais, remédios. Ex: *pynô*: urtiga (*Urera bacífera*);
- *Porã*: plantas sagradas. Ex: *pety*: tabaco (*Nicotiana tabacum*);
- *Yvy reheguá*: musgos e herbáceas sem flor evidente que se desenvolvem em locais úmidos e sombreados como tronco de árvores ou pedras, assim como fungos e cogumelos. Ex: *araju*: pepenque (*Armillaria puiggarii*).

A diversidade de tipologias vegetais classificadas pelos M'Byá e descritas acima relacionam-se à amplitude de utilidades e manejo botânico pautados pelos conhecimentos originários. Os alicerces etnobotânicos Guarani M'Byá influenciam e são influenciados pelas estratégias de gestão e uso do território, já que o mesmo é manejado e frequentado de acordo com suas características e peculiaridades morfológicas e de disponibilidade ou ocorrência endêmica de determinada espécie, conferindo às paisagens culturais dos territórios indígenas áreas de uso alinhadas às necessidades, demandas e utilidade de plantas encontradas em cada zona específica (Neira, 2008; Oliveira, 2009). A frequência de uso de cada área, portanto, é determinada pela disponibilidade de certos tipos de recursos florísticos, faunísticos ou simbólicos, que variam de acordo com as relações estabelecidas pelos etnoconhecimentos originários.

Nessa perspectiva, ao transcorrer acerca da relação entre etnobotânica e territorialidade Guarani M'Byá, com base nos conhecimentos e gestão territorial aplicados à Terra Indígena M'Biguaçu, Oliveira apontou para a capacidade de identificação de 210 espécies botânicas reconhecidas e/ou utilizadas pela comunidade local. Além disso, ao listar as espécies e seus usos cotidianos praticados e repassados intergeracionalmente dentro daquela aldeia, a pesquisa indicou como resultado o entendimento acerca das demandas aplicadas ao conhecimento etnobotânico, ou seja, as finalidades de usos de cada espécie. Nesse sentido, o autor apresentou a seguinte perspectiva por usos: alimentar, artefato, artesanato, comercial, construção, medicinal e religioso; e por manejo: coletada, cultivada e coletada/cultivada (Oliveira, 2009).

Berta Ribeiro enfatiza que entre os profundos e indeléveis legados civilizacionais indígenas à população brasileira, a natureza humanizada – como fruto de um exímio conhecimento ecológico desenvolvido ao longo de milênios de interação com as florestas – é o "princípio mais valoroso" (1991, p. 16). Ao praticar tal fundamento, desenvolve-se um processo interativo de autoconhecimento das sociedades e os ecossistemas, resultando na replicação dos conhecimentos etnobotânicos da agricultura indígena, de tal forma que as sabedorias indígenas sobre as plantas, suas dinâmicas cíclicas e interativas, seus usos e utilidades, originam a agricultura associada aos ecossistemas florestais. Esses conhecimentos aplicados, replicados e transmitidos por gerações, portanto, constituem a base da autonomia dessas populações, à medida que fornecem alimentação e recursos materiais para os grupos indígenas (Ribeiro, 1989, p. 98-99).

O rico e variado quadro de cultivos alimentares Guarani M'Byá demonstra a característica de elevada inteligência ambiental deste "povo agricultor, com grande capacidade de promoção

de modificações fitogeográficas e fitossociológicas [...], a roça Guarani supera em número de espécies cultivadas a das populações amazônicas" (Noelli, 1994, p. 17). Nesse sentido, a agricultura Guarani envolve a produção de alimentos a partir da guarda das sementes originárias, o trato da terra, e a sequente semeadura de acordo com as influências astrológicas – sobremaneira pautada pela fase da Lua e a espécie da planta –, o manejo de crescimento adequado e a colheita – sempre em alinhamento às condições astrológicas –. Esse ciclo incessante se renova a cada vez que termina, preservando a cultura alimentar, os conhecimentos e a coesão comunitária na aldeia, através dos preceitos práticos do *Nhande Reko*, essencial à cultura Guarani M'Byá (Nogueira et al., 2025).

No âmbito territorial indígena compreendido pela aldeia Rio d'Areia, muitas são as espécies de plantas cultivadas através do emprego do conhecimento Guarani M'Byá. Tal conjunto botânico é, geralmente, mantido no entorno das casas de cada família, conforme apresenta-se no último capítulo da tese. As práticas agrícolas Guarani M'Byá expressam parte de seu vasto conhecimento etnobotânico, além de evidenciar aspectos relacionados à gestão sustentável do território com base em preceitos fundamentais da cultura.

Ademais das plantas alimentícias, os Guarani M'Byá cultivam uma série de plantas úteis – em parte utilizadas para a confecção de artefatos –, plantas medicinais e sacramentais, proporcionando, dessa forma, alterações pontuais na configuração de cada roçado. A tabela que segue (Tab. 1.1) busca evidenciar as variedades cultivadas associadas aos usos, relacionando as plantas mais comumente encontradas nos roçados tradicionais indígenas na aldeia Rio d'Areia:

Tabela 1.1: Plantas cultivadas nos roçados indígenas na T.I. Rio d'Areia

Planta	**Nome Guarani**	**Utilização**
Chuchu (*Sechium edule*)	Chuchu	Alimentícia
Abóbora (*Cucurbita sp.*)	*Andaí*	Alimentícia
Amendoim (*Arachis hypogaea*)	*Manduví*	Alimentícia
Cana-de-açúcar (*Saccharum sp.*)	*Taquareé*	Alimentícia
Mandioca (*Manihot esculenta*)	*Mandi'o*	Alimentícia
Milho (*Zea mays*)	*Avaxi*	Alimentícia
Melancia (*Citrullus lanatus*)	*Xanjáu*	Alimentícia
Pepino (*Cucumis sativus*)	Pepino	Alimentícia
Cará (*Dioscorea trifida*)	*Kará*	Alimentícia
Taioba (*Xanthosoma sagittifolium*)	*Taiova*	Alimentícia, medicinal

Banana (*Musa sp*.)	*Paková*	Alimentícia, medicinal
Feijão (Phaseolus vulgaris)	*Komandá*	Alimentícia
Tomate (*Solanum lycopersicum*)	Tomate	Alimentícia
Batata-doce (*Ipomeas batatas*)	*Jety*	Alimentícia
Erva-mate (*Ilex paraguariensis*)	*Ka'a*	Alimentícia, medicinal, sacramental
Ipê branco (*Tabebuia roseoalba*)	*Y'pe japy*	Medicinal, sacramental
Ipê roxo (*Handroanthus impetiginosus*)	*Y'pe ryu*	Medicinal, sacramental
Imbé (*Thaumatophyllum bipinnatifidum*)	*Guembe*	Útil, sacramental
Taquara (*Merostachys sp.*)	*Takuá*	Útil, sacramental
Butiá (*Butia sp.*)	*Mboxi'a*	Alimentícia
Tabaco (*Nicotiniana tabacum*)	*Pety*	Medicinal, sacramental
Porongo (*Lagenaria siceraria*)	*Yakuá*	Útil, sacramental
Mamão (*Carica papaya*)	*Jarakatiá*	Alimentícia, medicinal

Fonte: NOGUEIRA et al., 2025.

Dentro do sistema autônomo de gestão territorial praticado em plena interação com a biodiversidade nativa da Floresta com Araucárias, para além do conjunto de práticas e cultura agrícolas, os Guarani M'Byá realizam a coleta de plantas dentro de áreas específicas estabelecidas pelos usos e sentidos do território. Nesse contexto, casca de árvores como o cedro e o timbó (*Ateleia glazioveana*) são procuradas pelos indígenas nas áreas florestadas com o intuito do fabrico de remédios e fibras aplicadas na produção de cestarias. Folhas de erva-mate são colhidas no mês de janeiro com a finalidade da realização de cerimônias religiosas, como o batismo da erva-mate, chamado de *Ka'a'i Nhemongaraí* (Silva, 2020), além da realização de incursões aos pinheirais em busca de pinhões (*pinho'a*) para a alimentação da comunidade entre os meses de maio e julho.

Ainda em interação com a Floresta Ombrófila Mista, há a coleta de nó-de-pinho (*kurirapó*) e *takuá*, aplicados na manufatura dos cachimbos sacramentais Guarani M'Byá, além das caminhadas em busca de cogumelos alimentícios ao longo das trilhas que cortam o território. No entanto, esses aspectos de usos culturais serão mais profundamente detalhados quando discutida a zona de extrativismo ao longo do etnozoneamento, apresentado no quarto capítulo da tese.

Neira (2008), ao realizar pesquisa com o intuito de relacionar as estratégias de ocupação e gestão territorial indígena Guarani M'Byá na aldeia Itanhaém, situada na Reserva Indígena Morro da Palha, em Biguaçu/SC, indicou que os indígenas habitantes daquele território classificavam áreas florestais conforme o uso e conhecimento etnobotânico aplicado. Segundo o autor, foram identificadas três categorias territoriais: *Ka'agüy Karapeí*, *Ka'agüy ete* e *Ka'agüy Poruey*. Cada uma delas está relacionada ao uso para cultivo e/ou coleta de plantas. Na seção intitulada 'essência" na tabela que segue, foi aplicada como referência conceitual informações levantadas através de entrevista realizada com Arlindo Tupã Veríssimo, em que foram relatados os usos e qualificações de cada área do território, conforme apresenta-se na tabela que segue (Tab. 1.2):

Tabela 1.2: categorias de uso florestal com base em saberes etnobotânicos

Categoria territorial	Matéria	Essência
Ka'agüy Karapeí	Floresta em estágio inicial de regeneração, com algumas porções em estágio secundário.	Área frequentada no cotidiano, por todos os habitantes do território sem restrições. Essa porção é geralmente roçada, e nela estão instalados os cultivos alimentares e as moradias da aldeia.
Ka'agüy ete	Florestas em estágio de regeneração secundário avançado ou terciário.	Área frequentada por adultos, com a finalidade de coleta de alimentos silvestres, assim como plantas úteis para a confecção de artefatos. Nessa porção do território também são realizadas caçadas e pesca.
Ka'agüy Poruey	Mata intocada, vegetação em estágio avançado de regeneração.	Área com restrição de uso, frequentada exclusivamente pelas lideranças espirituais com a finalidade de coleta de plantas para feitio de remédios, assim como para curas espirituais em meditação. É considerada uma área intocada e sagrada.

Fonte: O autor, 2025. Com base em Neira, 2008.

A manutenção das práticas culturais Guarani M'Byá dentro dos territórios em que ocupam e replicam seus conhecimentos preserva os traços do que Ribeiro chamou de 'humanização da natureza', exprimindo seus fundamentos culturais e conhecimentos na forma como gerem e se relacionam com os ecossistemas. Outrossim, expressam um complexo conjunto de interações sociais com o meio ambiente e a biodiversidade da floresta, o que inclui um amplo conhecimento etnobotânico, e, mais amplamente, etnobiológico.

Baseado em conhecimentos ancestrais dessa população, na T. I. Rio d'Areia o sistema tradicional de roçado Guarani M'Byá (Fig. 1.1), associado à gestão sustentável do território

indígena, revela um modo de ser e viver em que sociedade-cultura-natureza estão unidas ao ambiente. Nesse sentido, de acordo com Printes e Coelho-de-Souza, a territorialidade se expressa de forma indissociável ao mundo espiritual, permeando as relações entre todos os seres humanos e não-humanos (Printes; Coelho-de-Souza, 2021).

Figura 1.1: Roça tradicional Guarani na aldeia Rio d'Areia



Fonte: O autor, 2024.

Na gestão territorial Guarani M'Byá se evidencia uma importante interação entre os cultivos alimentares Guarani com a fauna nativa, ampliando exponencialmente as multiplicidades de relações estabelecidas entre a cultura indígena e o ecossistema florestal. Os roçados de milho tradicional Guarani replicam ao menos 7 variedades originárias: *avaxi ju* (milho amarelo do colono), *avaxi xī* (milho branco), *avaxi pytã* (milho vermelho), *avaxi pará* (milho colorido de quatro cores), *avaxi takuá* (milho pequeno), *avaxi oy* (milho com três cores) e *avaxi parakau* (milho antigo do Paraguai) (Fig. 1.2).

Para além de sua provisão como alimento direto, os milharais são também – quando nos meses de janeiro e fevereiro as espigas encontram-se maduras – atrativos a animais como o quati-de-cauda-anelada (*Nasua nasua*), o veado-poca (*Mazama nana*) e o tateto (*Dicotyles tajacu*), além de roedores menores como paca (*Cuniculus paca*) e diversas aves, que se aproximam e interagem com o milharal para se alimentar. A partir de tal diálogo ecossistêmico, os indígenas Guarani M'Byá, cujos conhecimentos da caça envolvem a confecção de

armadilhas como mundéu e chiqueiro, capturam esses mamíferos para abate ou engorda, providenciando, assim, fontes de proteína animal para compartilhamento comunitário (Fig. 1.3).

Figura 1.2: Variedade de milhos originários secando na aldeia Amba Tenonde/PR



Fonte: O autor, 2025.

Figura 1.3: Tateto capturado em roça de milho na engorda para abate, aldeia Rio d'Areia/PR



Fonte: O autor, 2022.

A aplicação e replicação de conhecimentos tradicionais na gestão territorial Guarani M'Byá, portanto, expressa a constituição de sentido ao território indígena, à medida que externaliza valores culturais e simbólicos através das tomadas de decisão de manejo. Isso se manifesta tanto no aspecto do uso da terra, dos recursos ecológicos e do sentido territorial – que envolve a sua essência, tal qual como é e o que abrange em seu significado para a comunidade, porém também no que se imagina como futuro para o território –. A identidade territorial e territorialidade Guarani M'Byá estão, destarte, estreitamente correlacionadas e mutuamente dependentes do meio ecológico, do ecossistema em que cada uma de suas aldeias está instalada, dentro da ampla e complexa rede territorial Guarani.

Os conhecimentos praticados e mantidos nos territórios imemorialmente ocupados pelos povos originários manifestam em si conhecimentos ancestrais, práticas tradicionais e forma de ver e viver o mundo. Não somente relacionados à replicação de conhecimentos e saberes etnobotânicos e etnozoológicos, mas tais conhecimentos colocam em evidência as facetas da

elevada espiritualidade originária. A partir dos dados apontados pela tabela 1.2, constata-se a existência de uma normativa territorial M'Byá relacionada ao uso do território, como é o caso da *Ka'agüy Poruey*, porção territorial única e exclusivamente frequentada por lideranças espirituais. Em caminhadas meditativas, cujo propósito é encontrar remédios físicos e espirituais para indígenas adoecidos, os *Xamoi* caminham pelas matas intocadas dos territórios em busca de uma visão para cumprimento de sua missão curativa e condução espiritual da comunidade. Nesse sentido, as categorias territoriais também disfrutam da aquisição de sentidos sacramentais, vivenciadas para além da materialidade.

Entretanto, a vivência metafísica é, necessariamente, intermediada pela materialidade, de forma que a ancestralidade, saberes e vivências dos Guarani M'Byá na Floresta Ombrófila Mista – e ecossistemas vizinhos, como a Floresta Estacional Semidecidual e Ombrófila Densa, além dos ambientes do Chaco (Paraguai e Argentina) – proveem à cosmovisão indígena elementos de conexão profunda com o ecossistema. Tais conexões se relacionam às histórias de fundação do povo, ao seu autoententimento e identidade coletiva, à medida em que a natureza proporciona ao indígena o sustento e, mais profundamente, a própria origem da vida. Nesse sentido, o escritor indígena Txukarramãe iniciado na cultura Guarani M'Byá na aldeia de Barragem, estado de São Paulo, Kaká Werá Jecupé, afirma que:

> Para o povo indígena, os ancestrais que regem a natureza acompanham toda a evolução humana, como semeadores que espalham sementes pela terra e observam, nutrem e cuidam até frutificarem. O índio [sic] surgiu desses ancestrais sagrados: Sol, Lua, arco-íris, terra, fogo e ar. Dos reinos vegetal, animal e mineral. O ser índio foi se amalgamando com esses seres sagrados. E dessa diversidade emergiram [...]. [...] essa memória cultural, por ser muito diferente de sua ideia de história, os estudiosos chamam de 'mitos' (Jecupé, 2020, p. 62).

Tais interpretações, cuja terminologia de mitos fundadores é apontada criticamente por Jecupé, estão cingidas aos conjuntos narrativos, identitários e culturais de cada etnia, de cada aldeia. Vinculam-se ao entendimento de mundo e ao início da existência das populações indígenas, e, não obstante, apontam para relações e interações metafísicas e ecossistêmicas oriundas "de um tempo tão remoto que parece até mesmo anteceder a memória do próprio tempo" (Jecupé, 2020, p. 62).

Em seu clássico texto *Ayvu Rapyta* (1959), sobre interpretações de narrativas míticas Guarani M'Byá, o antropólogo indigenista León Cadogán aponta que, ademais dos processos de contato históricos com a colonização e sua catequização por ações da Igreja Católica ao longo do tempo, os Guarani M'Byá mantiveram suas narrativas essenciais longe da mitologia cristã. Entretanto, o texto produzido pelo autor contém uma série de narrativas consideradas segredo pelos Guarani, incluso, a transcrição e tradução desta obra, e sua publicação, gerou

conflito entre os indígenas, que acusaram o guia espiritual, o cacique Pablo Verá, de ter revelado os segredos de seu povo para um *juruá* (Cadogán, 1997).

Ademais da questão polêmica que envolveu a obtenção de informações sobre o autoentendimento e compreensão sobre a origem do povo Guarani M'Byá a partir de sua cosmovisão e interpretação espiritual publicado por Cadogán em *Ayvu Rapyta*, a obra apresenta uma série de questões relevantes acerca do entendimento de mundo sob a ótica indígena. Destarte, o autor informa a respeito da profunda interação existente entre o ecossistema e a origem dos Guarani M'Byá no mundo. Árvores como o cedro, a imbuia, o jerivá e o ipê-roxo, nativas em ocorrência na Floresta Ombrófila Mista e, correlatamente, presentes em abundância no território da T. I. Rio d'Areia, representam sustentáculos da origem da Terra e do surgimento dos Guarani M'Byá. Assim, árvores dispostas pelo território expressam símbolos culturais e identitários, à medida em que o jerivá, por exemplo, chamado pelos M'Byá de *pindoty*, *pindovy* ou *pindo ete*, está vinculado ao início da vida na Terra:

> Nhamandú Tenondé criou uma palmeira eterna no futuro centro do mundo, criou outra palmeira eterna na morada de Karaí, criou outra palmeira eterna na morada de Tupã, na origem dos ventos criou outra palmeira eterna e na origem do espaço-tempo criou outra palmeira eterna. Cinco palmeiras ele criou e nas palmeiras eternas está assegurada a morada terrena (Cadogán, 1997, p. 48).

A imbuia, árvore icônica da paisagem da T. I. Rio d'Areia também está ligada à ancestralidade Guarani M'Byá, de forma que aparece nos textos míticos como sustentáculo da luminescência no mundo, árvore que foi criada por *Nhanderu* como ruptura com a escuridão, quando "fez surgir das trevas uma coluna de madeira indestrutível: *yvyra ju'y*, para apoiar sob ela a luz que ia criando; a imagem desta coluna que existe na terra é a da *Aju'y* (Ocotea). "Esta é árvore primitiva, árvore primeira" (Cadogán, 1997, p. 64). O cedro também aparece como uma árvore relacionada ao contexto de origem e identidade Guarani M'Byá, de tal forma que assume dupla identidade: chamado de *yvyra nhamandú* no contexto espiritual e cerimonial e *ygary* na vivência cotidiana (p. 172).

Portanto, uma grande diversidade de plantas com as quais os Guarani interagem em seu cotidiano, além de possuírem utilidades como alimentação, remédios, emprego construtivo e produção de artefatos – no âmbito da materialidade –, as plantas representam marcos identitários e – na perspectiva metafísica – expressam formas de vida sagradas, proporcionando o intermédio dos Guarani com as deidades da floresta, da sabedoria, das águas, do fogo, do vento. Elas também são utilizadas nos rituais de batismos Guarani M'Byá, chamados de *Nhemongaraí* (Fig. 1.4), rituais que tem lugar na casa de reza (*Opy*), ao longo dos quais as lideranças espirituais da aldeia executam jornadas de orações, conduzem os cânticos entoados

pelos corais indígenas e dialogam com seres superiores e ancestrais ascensos com a finalidade de abençoar as crianças, os alimentos, os doentes e toda a comunidade, replicando os rituais antigos e mantendo a cultura religiosa viva dentro da aldeia (Silva, 2020).

Figura 1.4: *Ey nhemongaraí*, o batismo do mel, *Opy Amba Jekupe*, Rio d'Areia/PR



Fonte: O autor, 2024.

A cerimônia do batismo do mel, representada pela figura disposta acima, por exemplo, expressa a confluência e dinâmica interativa existente e abrigada pelo imbricado conjunto territorial Guarani M'Byá. No plano de fundo da imagem se vê a construção estrutural da casa de reza, que utiliza madeira oriunda do extrativismo, fibras de taquara e folhas de jerivá, enquanto no altar, em primeiro plano, é possível observar, à esquerda, o palmito de jerivá, ao centro os pães feitos com o milho (*m'bojapé*) e à direita o mel coletado de colmeias dispostas pelo território. Toda essa cerimônia, de alimentação do corpo-alma M'Byá (Andrade, 2019), portanto, acontece dentro do código religioso e da cosmovisão indígena, sendo sua manifestação somente possível em detrimento dos conhecimentos originários no que se refere aos elementos dispostos no ecossistema da Floresta com Araucárias e a partir da cultura religiosa e espiritualidade mantida e cultivada pelos indígenas.

Os etnoconhecimentos locais praticados e aplicados pelos Guarani M'Byá na gestão territorial entrelaçam sabedoria ancestral, humanidade e ecossistema, em uma complexa troca

simbólica com a natureza (Toledo; Barrera-Bassols, 2015, p. 72), que transpassa a compreensão dicotômica ocidental. Nesse sentido, o território originário compreendido pela T. I. Rio d'Areia se contrapõe ao fluxo territorial conduzido pelas ações de desvinculação e homogeneização historicamente promovidos pelo Estado dentro do ecossistema da Floresta Ombrófila Mista, caracterizando-se como lócus territorial contra-hegemônico fundado em um *ethos* originário/biocultural. Assim, os etnoconhecimentos aplicados como agência territorial desafiam e insuflam resistência à hegemonia dominante, seja em termos de poder político e econômico, mas também em aspectos culturais, sociais, ecológicos e espirituais. Ao manifestar interpretações de mundo e práticas espaciais fundamentadas em cosmovisões específicas, que se pautam na promoção do bem-viver e autonomia comunitária, a gestão territorial Guarani M'Byá reforça a identidade de pertencimento e interação com a floresta.

1.4 ITINERÁRIO INVESTIGATIVO: FONTES, SUJEITOS E O PERCURSO DA INTERPRETAÇÃO TERRITORIAL

No contexto da Floresta Ombrófila Mista, na bacia hidrográfica do Médio Iguaçu, existem, contemporaneamente, duas experiências territoriais que exprimem lógicas de gestão que, em muitos aspectos, apresentam práticas antagônicas no que se refere à interpretação, experiência, significado e manejo ecossistêmico. Se por um lado o processo de colonização converteu o sentido e as práticas territoriais, convergindo-as ao vínculo e pertencimento a um sistema econômico especulativo que submete as práticas territoriais às políticas da reprodução do capital e expansão da conversão paisagística como prática operacional, o sistema de gestão originário preserva traços que buscam a promoção da autonomia baseada na autogovernança, reprodução cultural e sustentabilidade.

Ao longo da tese emergem sínteses conceituais utilizadas como ferramenta interpretativa. O conceito de *ethos*, trazido à tona nas discussões de territorialidades na Floresta com Araucárias, é desenvolvido pelo antropólogo Clifford Geertz, à medida em que define expressões da culturalidade, auxiliando teórica e conceitualmente em mecanismos de ponderação de ontologias e regimes culturais de sociedades. Sua categorização visa encontrar meios de identificar o conjunto de valores que manifestam material e simbolicamente um determinado grupo. O *ethos* dispõe, como fruto da interação com o meio e reprodução cultural, um conjunto de fundamentos e preceitos que sustentem as atitudes perante o mundo e as relações que a vida de uma cultura reflete (Geertz, 1989).

A dualidade de *ethos* territoriais, conforme propõe o raciocínio da tese, é constituída por feições identificadas ao longo da imersão territorial conduzida pela metodologia de pesquisa. O *ethos* originário/biocultural, apoia-se na interpretação de Toledo e Barrera-Bassols que identifica na reprodução territorial indígena a continuidade da interação entre humanidade e ecossistemas como manutenção da memória e preservação do patrimônio biocultural (Toledo, Barrera-Bassols, 2015); por sua vez, o *ethos* expansivo/colonial exprime a materialidade da atuação hegemônica da expansão da mentalidade racionalista através da colonização. Assim, espaço, cultura e tempo representam as três grandezas que, em confluência, externalizam as gestões territoriais antagônicas expressas pela hegemonia (expansivo/colonial) e contra-hegemonia (originário/biocultural).

Nesse sentido, se estabelece um contexto em que a concepção de territorialidade se exprime em dualidade: na gestão embasada no *ethos* originário/biocultural a sociedade e natureza são grandezas indissociáveis; por outro lado, na prática de gestão baseada no *ethos* expansivo/colonial, a sociedade, articulada a partir de interesses comuns de acúmulo e expansividade, se fundamenta na dominação e conquista da natureza, apropriando-se do ecossistema como meio de produção econômica e reprodução de estruturas de poder.

A prática metodológica adotada pela pesquisa se propôs a interpretar as nuances de sentido da paisagem da Floresta Ombrófila Mista, com o intuito de ampliar a compreensão do território em questão e as territorialidades em seus aspectos fundamentais de identidade, uso e sentido. Para tanto, a estrutura investigativa foi pautada nos três aspectos centrais supracitados: espaço, à medida em que o contexto contemporâneo da Floresta com Araucárias urge por reinterpretações diante do paradigma da regeneração ecossistêmica e usos pautados na sustentabilidade; tempo, de forma que permite o entendimento dos fenômenos históricos de uso, ocupação e significação do ecossistema e do território; cultura, ao desvelar as características de entendimento, uso e sentido das interações sociais e ecológicas.

Em certa maneira, o trabalho de pesquisa da presente tese se desenvolveu a partir da introspecção territorial iniciada a partir da dissertação de mestrado em História Ambiental, tomada desde a análise do significado da paisagem de sistemas agrícolas de exploração de erva-mate. A vivência no território, associada às reflexões proporcionadas pela pesquisa histórica, conduzida por entrevistas e investigação de fontes, possibilitou o entendimento acerca da mentalidade dominante e constituinte de regime ético-comportamental hegemonicamente distribuído na gestão territorial da Floresta Ombrófila Mista. O pensamento comum, conduzido pelo Estado a partir de suas estratégias territoriais, impôs um conjunto ordinário de práticas de

gestão do território e manejo da paisagem, estabelecendo no seio da floresta um anexo fomentador do sistema econômico industrial paranaense (Nogueira, 2021; Nogueira, 2024).

A experiência territorial relatada ao longo da etapa introdutória do presente capítulo influenciou a percepção acerca dos processos territoriais como agentes condutores das condições às quais o ecossistema da Floresta Ombrófila Mista foi conduzido ao longo do tempo em que se tornou palco para o protagonismo da brutal violência colonial. Violência essa que se manifesta tanto como elemento de supressão da biodiversidade originária, do rico ecossistema da Floresta com Araucárias, quanto nas violações ao direito territorial e de autonomia dos povos originários, ocupantes legítimos do ecossistema.

Sob essa perspectiva, a primeira etapa da metodologia da pesquisa foi constituída por avaliações referentes às qualidades dos territórios indígenas situados no Paraná, estabelecidos dentro ou parcialmente dentro do ecossistema da Floresta com Araucária. A finalidade desse levantamento esteve relacionada à compreensão do uso do solo dentro dos territórios originários em comparação a territórios colonizados e às reservas ecossistêmicas da Floresta Ombrófila Mista existentes, desvinculadas do manejo originário – áreas enquadradas dentro do SNUC –. Ou seja, tal levantamento se propôs a visualizar as condições espaciais do ecossistema dentro de cada tipo de territorialidade ou de tipologias de gestão territorial.

Com esse intuito, foi consultado o portal Terras Indígenas no Brasil, gerido pelo Instituto Socioambiental[9], e aplicaram-se buscas para os territórios originários situados no Paraná, identificando a existência de um total de 21 territórios dispostos ao longo de 3 diferentes ecossistemas situados dentro do bioma Mata Atlântica no estado paranaense. A partir do portal, após a identificação dos territórios, foi possível classificá-los de acordo com a dimensão territorial, bacia hidrográfica de inserção, percentual de cobertura vegetal por tipo de ecossistema, além de população total por etnia. O presente recorte, portanto, buscou encontrar territórios em que, a partir de métodos interpretativos do sensoriamento remoto, fosse possível a verificação da ausência de arrendamento agrícola[10] e em que houvesse uma proporção de preservação florestal acima de 50% da área do território, situada preferencialmente dentro da bacia do rio Iguaçu.

[9] Disponível em plataforma digital através do link: https://terrasindigenas.org.br/. Último acesso em 13 de novembro de 2025.

[10] Prática vedada pelo Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973), porém constantemente violada dentro do contexto de especulação das Terras Indígenas e práticas associadas ao processo de colonização. Incluso, o arrendamento, praticado em pelo menos 9 T.I. no Paraná, passa a ser promovido a partir da promulgação da Lei 14.701/2023, que também estabelece a tese do Marco Temporal para ocupações indígenas o ano de 1988.

A aplicação de filtros de seleção conduziram a pesquisa a dois territórios: Terra Indígena Marrecas, situada entre os municípios de Turvo, Guarapuava e Prudentópolis, habitada pelos Kaingang e Guarani M'Byá, com 17 mil hectares; e a Terra Indígena Rio d'Areia, com pouco mais de 1.300 hectares, habitada por Guarani M'Byá e Xetá (ISA, 2025). Em princípio, havia sido mantida a ideia de realizar a pesquisa em ambos os territórios, no entanto, os altos custos operacionais e demandas por recursos humanos conduziram para a realização da pesquisa na Terra Indígena Rio d'Areia, situada em Inácio Martins, em localização mais acessível para o pesquisador. O contato prévio com o então cacique Antoninho também agiu no sentido de viabilizar o desenvolvimento da pesquisa na aldeia do Rio d'Areia.

A segunda movimentação acerca do aspecto espacial a ser desenvolvida no transcorrer da aplicação metodológica proposta a seguir pautou-se na efetivação da primeira visita do pesquisador ao território indígena Rio d'Areia, realizada no dia 29 de dezembro de 2021. Nessa primeira visita a recepção foi encaminhada pelo então cacique Antoninho Pires de Lima, sua esposa Marilene Rete Veríssimo e os representantes do Centro Cultural Indígena da *Tekoá* Rio d'Areia: Daniel e Arlindo Veríssimo. A primeira visita deu início ao processo classificado como campo exploratório, no qual há a promoção do engajamento do agente pesquisador ante o próprio objeto de investigação (Suertegaray, 2018). Teve o intuito de proporcionar um diálogo entre as demandas da pesquisa e as demandas da comunidade, objetivando encontrar um ponto de convergência para o desenvolvimento da pesquisa-ação participante, cuja finalidade é a produção de conhecimento prático para a resolução de um problema coletivo, vivenciado pela comunidade.

A principal característica de interação proporcionada pela metodologia de pesquisa confere ao grupo pesquisado o papel de agente ativamente engajado no processo de pesquisa, compartilhando, coletando e analisando dados, tendo por base de ação a constatação de problemas e desenvolvimento de estratégias para a edificação de uma melhor realidade. Nesse sentido, o diálogo inicial foi fundamental à medida em que a comunidade apresentou ao pesquisador uma carta de demandas, na qual estavam elencadas algumas das necessidades urgentes, assim como desejos da comunidade, como o desenvolvimento de Turismo Indígena de Base Comunitária, além da necessidade da consolidação de atividades de autoconsumo e produção de gêneros beneficiados para a comercialização, com especial destaque para a produção indígena de erva-mate[11].

[11] A carta de demandas da Aldeia Rio d'Areia encontra-se disponibilizada na seção de anexos da presente tese.

Com o intuito de complementar as demandas da carta comunitária, a proposta metodológica traçada pela tese incluiu, ao longo do desenvolvimento das primeiras atividades de campo, a realização de diálogos com os professores indígenas da Escola Indígena Arandu Mirí – localizada dentro da aldeia Rio d'Areia. Nesse sentido, foram coordenadas conversas com as professoras Eva Alves, Marilene Veríssimo e Jaxuká Florentino, além do professor Maninho Pires de Lima. Esses diálogos seguiram, em certa medida, um roteiro semiestruturado, apesar de não terem sido exatamente conduzidos como entrevistas, suas conduções tinham um objetivo comum. Dessa forma, porpôs-se a compreesão junto aos professores, figuras de grande respeito e admiração pelos indígenas habitantes do território, quais seriam as maiores preocupações concernentes ao futuro territorial, e quais seriam os maiores desafios da comunidade para que tais preocupações fossem evitadas a partir de ações no tempo presente.

Como resultado dessas conversas, foi elaborado um mapeamento semântico com a finalidade de evidenciar quais palavras ou conceitos mais apareceram no transcorrer dos diálogos com as lideranças comunitárias e professores da escola. Apesar de não terem sido gravadas, pois não havia naquele momento inicial o protocolo para coleta de dados e tampouco o consentimento comunitário, as anotações em cadernos tomadas a partir das conversas viabilizaram a interpretação e categorização dessas informações. Assim, o conceito 'Cultura' foi repetido por todos, sendo a palavra mais mencionada e discutida pelos indígenas, interpretada, portanto, como o aspecto mais importante e preocupante para a comunidade, sobremaneira nos três sentidos que seguem: transmissão da cultura para as novas gerações; a manutenção da cultura; cuidado com o território como prática da cultura.

A partir desse contexto foram desenvolvidos os objetivos da pesquisa de maneira dialógica, à medida em se buscou estabelecer uma aproximação entre os problemas espaciais e de gestão ecossistêmica constatados em etapas anteriores à pesquisa *in loco*, somaram-se às finalidades práticas da pesquisa respostas às demandas da comunidade. Assim, definiu-se como ponto de equilíbrio a convergência temática e interpretativa acerca da gestão territorial originária, posta como paradigma para a gestão territorial da Floresta Ombrófila Mista na região histórica e geográfica definida pela bacia do Médio Iguaçu.

Portanto, através da consolidação do projeto de pesquisa ante o PPGG/UEPG, foram estabelecidos dois aspectos ou pontos de vista fundamentais para a condução da pesquisa: a cultura Guarani M'Byá e suas práticas territoriais mantidas dentro da T. I. Rio d'Areia; as práticas de gestão territorial Guarani M'Byá como paradigma à gestão ecossistêmica sustentável e à preservação e conservação da Floresta Ombrófila Mista no estado do Paraná.

Para o desenvolvimento da pesquisa, portanto, fizeram-se necessárias algumas etapas prévias, sobremaneira em relação aos protocolos de ética de pesquisa. Assim, foi solicitado o parecer de mérito científico da pesquisa ante o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (COGEC/CNPq) – protocolado em 25 de julho de 2022 –, a solicitação de autorização de pesquisa para a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) através do protocolo digital e, por fim, solicitada a requisição e autorização de realização de pesquisa ante o Comitê de Ética em Pesquisa da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UEPG (CEP/PROPESP) para aval da instituição[12]. Por último, e não menos importante, durante a segunda atividade de campo, realizada em março de 2022, foi coletada, junto à comunidade, a carta de autorização para a realização de pesquisa e coleta de dados dentro da aldeia Rio d'Areia. Tal documento foi firmado pelo então cacique Antoninho Karaí Tataendy Pires de Lima, na figura de representante e liderança da aldeia[13]. A etapa foi importante no sentido de garantir e respaldar a execução das ações de pesquisa dentro do território originário.

A complexidade das dinâmicas geográficas em confluência dentro do território indígena e dentro da Floresta Ombrófila Mista no Médio Iguaçu configuram objetos de perspectiva espacial passíveis de interpretação ao longo da realização de atividades de pesquisa *in loco*. Nesse sentido, os fenômenos relacionados à espacialidade se tornaram interessantes à pesquisa à medida em que foram coordenados os processos de observação das dinâmicas do território, da paisagem e da gestão territorial a partir de dois critérios analítico-espaciais: observação ativa dos parâmetros funcionais que desvelam as forma arquitetônicas e organizacionais da cultura na paisagem; a atenção às formas visíveis que reportam ao passado, acrescidos de suas dimensões simbólicas e de conferência de sentido ao ambiente (Claval, 2014, p. 319).

Esse primeiro movimento interpretativo da espacialidade dentro dos recortes territoriais propostos pela pesquisa está diretamente relacionado à etapa metodológica oriunda do "pensar a paisagem" de Augustin Berque. Em sua metodologia, o autor se interessa pela construção processual da paisagem, como ela foi erigida e manejada por gerações passadas, sem haver, de fato, um pensamento sobre a paisagem, e sim o pensamento em construí-la através do trabalho e das interações culturais e ecossistêmicas no âmbito das vivências cotidianas. Tal perspectiva é interpretada como a sobreposição do pensamento *paisageante* ao pensamento *paisagístico* (Berque, 2013, p. 6). Destarte, a proposta da pesquisa necessariamente discorre acerca do

[12] As solicitações, apresentadas na seção de anexos, não foram respondidas, portanto, para que não fosse perdida a pesquisa, decidiu-se por continuá-la exclusivamente com base na autorização e anuência da comunidade indígena.
[13] Tal documento encontra-se disponibilizado para conferência na seção de anexos da presente tese.

fenômeno temporal na materialidade do espaço, e, para tanto, se apoia, parcialmente, nas metodologias de pesquisa histórica desenvolvidas ao longo da escrita da dissertação de mestrado em História Ambiental.

Portanto, para a apreensão das dinâmicas espaciais que se articulam e conformam a complexa contemporaneidade do território, deve-se atentar aos aspectos de historicidade que confluem para a configuração de um território ou uma territorialidade específica. Ao buscar uma leitura do espaço organizado e manejado, Schama (1996) propõe uma análise profunda dos anseios e perspectivas que pairam sobre as atitudes humanas em relação à externalidade e ao meio. Para isso, afirma que os historiadores devem interpretar as "metáforas paisagísticas, pois nelas estão manifestos vestígios e indicadores materiais e simbólicos do longo processo de formação de paisagens e territorialidades" (Nogueira, 2024, p. 82). Assim, para além da metodologia de abordagem acerca da espacialidade do território da Floresta Ombrófila Mista no Médio Iguaçu e as especificidades que perfazem a territorialidade indígena, consolidando-a como um lócus territorial contra-hegemônico, a pesquisa fundamentou-se em extensa aplicação metodológica oriunda da disciplina-irmã História.

Os processos temporais implicam ao espaço características da historicidade de sua execução, ou seja, a paisagem de determinado território está marcada pelas nuances de fenômenos históricos ocorridos e acumulados na configuração da paisagem. Tais marcas são passíveis de interpretação a partir das metodologias de observação de campo, mas são também complementadas e verificadas pelas informações históricas extraídas das fontes interpretativas.

Com esse intuito, o trabalho de pesquisa vinculado ao mestrado em História Ambiental, ao originar-se dos métodos disciplinares próprio da historiografia, viabilizou o desenvolvimento metodológico que resultou em experiência de pesquisa em tal campo das humanidades. Ademais, os resultados obtidos pela dissertação não somente embasaram os métodos de levantamento de dados e fontes na tese, mas consolidaram fontes próprias que permitiram os avanços conduzidos pela presente tese. Como exemplos de fontes próprias mencionam-se as fontes imagéticas levantadas pela dissertação (fontes secundárias) e as entrevistas com agricultores e descendentes de colonos do alocados na bacia do rio Iguaçu (fontes primárias).

De tal maneira, em decorrência das análises do significado e sentido do conjunto paisagístico de pequenas propriedades rurais, conduzidas no Alto Iguaçu, foram anteriormente levantadas informações importantes acerca do processo de ocupação e modo operacional da colonização dentro do ecossistema da Floresta Ombrófila Mista (Nogueira, 2021; Nogueira,

2024). O trabalho de dissertação de mestrado abordou a transformação do uso e significado da floresta em análise paralela à inclusão do ecossistema dentro da lógica colonial e especulativa industrial. Portanto, as entrevistas relacionadas ao processo de gestão territorial colonial da floresta provém da pesquisa anterior. De tal maneira, estabeleceram-se diálogos que evidenciam as matrizes de pensamento territorial, ao contrapor narrativas indígenas – coletadas para a tese – e as entrevistas com agricultores descendentes de imigrantes poloneses e ucranianos ocupantes da margem direita do rio Iguaçu, em propriedades rurais manejadas intergeracionalmente – coletadas ao longo da dissertação –.

As entrevistas conduzidas pela presente pesquisa, portanto, seguiram a aplicação semiestruturada que, de acordo com Manzini (2003, p. 15), é focada em um assunto sobre o qual confecciona-se um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista, proporcionando a emergência de informações de forma mais livre, com respostas não condicionadas à padronização de alternativas. As entrevistas foram gravadas, processadas e interpretadas à luz metodológica da História Oral, onde buscou-se, a partir da oralidade e constituição narrativa, reposicionar os sujeitos periféricos da historiografia escrita como atores ativos e centrais de sua própria história. A partir da História Oral, a interpretação das estruturas de sentimentos, pertencimento e memórias como categoria da produção histórica (Laverdi; Mastrângelo, 2013) possibilitou a interpretação fenomenológica tanto da materialidade da paisagem quanto da trajetividade cultural e histórica da população Guarani no território da Floresta Ombrófila Mista.

Para a estruturação dos primeiro, segundo e terceiro capítulos, através dos quais foram interpretados os processos de formação da aldeia Rio d'Areia dentro de um contexto amplo que se embasou na história da Floresta com Araucárias e da própria cultura Guarani M'Byá, foram tomadas 6 entrevistas com lideranças comunitárias. Tais entrevistas foram realizadas individualmente, em diferentes localidades dentro da aldeia, na casa de cada entrevistado. Conforme sugere a metodologia de aplicação de entrevistas semiestruturadas, optou-se pela manutenção das questões centrais da abordagem voltadas para dois aspectos principais: ocupação histórica Guarani no território da Floresta com Araucária, a partir de narrativas relacionadas ao passado e vivências da infância e juventude; gestão territorial indígena, identidade territorial e conflitos de gestão e pensamento com os brancos. Os demais assuntos debatidos derivaram a partir dessas duas questões fundamentais.

Portanto, para o desenvolvimento da pesquisa histórica – com exceção do etnozoneamento, cuja metodologia está descrita ao longo do quarto capítulo – as entrevistas

foram tomadas com: João Karaí Xijú Alves, ancião Guarani M'Byá; Eva Yvá Alves, filha de João Karaí, habitante da aldeia Rio d'Areia há mais de 40 anos e professora da escola indígena; Arlindo Tupã Veríssimo, *Xamoi* e mestre da cultura Guarani M'Byá, professor e tradutor de textos e livros; Nelson Florentino, ancião indígena, habitou em mais de 20 aldeias diferentes, autor de dois livros com narrativas sobre o passado Guarani M'Byá, desde 2025 é cacique da aldeia Marrecas em Turvo/PR; Julinho Pires de Lima, liderança política da aldeia Rio d'Areia, nascido no território e descendente dos históricos caciques Antônio Júlio e Inácio; Daniel Papa Veríssimo, liderança cultural e diretor do Centro Cultural Indígena Rio d'Areia.

Destarte, recorreu-se à ponderação acerca da qualidade ou características das fontes históricas, pois são elementos de fundamental importância quando o pesquisador pretende buscar conhecimento sobre os fatos temporais que constituem os mais amplos fenômenos da sociedade. Assim, seguindo a linha de pensamento do historiador José D'Assunção Barros, as fontes historiográficas, ou seja, elementos materiais – tais como documentos, impressões, fotografias, construções arquitetônicas e conjuntos paisagísticos – e imateriais – como as narrativas presentes nas falas de anciãos, canções tradicionais, mitos fundadores –, podem se manifestar, dentro da historiografia clássica, como duas variedades de fontes: diretas e indiretas. Entretanto, para esse historiador, tal classificação se refere à posição do conteúdo ou natureza da fonte em face do problema investigado. Assim, o historiador classifica as fontes:

> pode ser secundário se o conteúdo foi produzido com conhecimento direto dos fatos (acontecimentos presenciados, por exemplo), ou se o conteúdo foi produzido de segunda mão, a partir do que o seu autor teria ouvido dizer ou lido em textos de seus contemporâneos. [...] de contraste entre a 'fonte direta' e a 'fonte indireta', relaciona-se à questão da possibilidade que ocorram intermediações no processo informativo ou de produção de uma fonte histórica. [...] A fonte em 'posição indireta' situa-se, por vezes, em uma cadeia documental, testemunhal ou informativa, colocando-se, por exemplo, entre o historiador e um primeiro documento ou testemunho, anterior a todos. Nenhuma fonte, destarte, é direta ou indireta de maneira absoluta (Barros, 2012, p. 134-136).

Portanto, as fontes históricas foram abordadas nessa pesquisa no sentido de construção elucidativa acerca da constituição histórica do fenômeno espacial de gestão territorial antagônico dentro da Floresta Ombrófila Mista no Médio Iguaçu. Ao opor as agências e territorialidades colonial e originária, o fenômeno central da análise constitui-se nas práticas de interação com o ecossistema e de resistência territorial e cultural indígena em meio ao contexto de supressão incentivado pela colonização. Assim, a análise de fontes históricas análogas ao período investigado, cujo recorte foi estabelecido entre as décadas de 1880 e 1940, período de acentuada condução da operacionalização das práticas de colonização na região focal da pesquisa (NOGUEIRA, 2024). Destarte, os esforços investigativos de fontes históricas

desdobraram-se em três frentes: entrevistas – cuja metodologia está descrita acima –, análise documental e análise bibliográfica.

As entrevistas, gravadas e armazenadas na nuvem, em formato de arquivo mp4 para consulta, serviram como fontes diretas, a partir das quais foi possível o levantamento de importantes informações sobre a historicidade do território Rio d'Areia, assim como fomento à compreensão da forma indígena de pensar o espaço. Somadas a essas entrevistas, foram trazidas gravações coletadas para fins de pesquisa da dissertação de mestrado, com a finalidade de estabelecimento das divergências entre as estratégias de gestão do território praticadas historicamente pelos colonos e pelos indígenas. Portanto, as entrevistas se caracterizam como fontes diretas no sentido em que expressam o que o sujeito entrevistado vivenciou dentro de um determinado recorte, período e perspectiva. Além das entrevistas, acrescentou-se a interpretação de fontes documentais, cujo teor versava diretamente acerca do fenômeno estudado, sem ser comunicado ou interpretado por alguém. Ou seja, os documentos históricos, tais como reportagens, protocolos e relatórios são passíveis da interpretação direta na metodologia historiográfica (Barros, 2012).

As metodologias historiográficas constituíram fundamental papel na estratégia investigativa e interpretativa do fenômeno espacial da gestão territorial dentro da tese. No entanto, a estratégia de pesquisa demandou do estudo movimentação metodológica visando o levantamento de fontes documentais dentro do seu contexto de produção e finalidade. Nesse sentido, o desenvolvimento da metodologia de pesquisa demandou, primeiramente, a inventariação de acervos e estabelecimento de prática de ação investigativa envolvendo coleções documentais históricas relacionadas ao processo de ocupação e colonização da Floresta com Araucária no Médio Iguaçu. Ao longo desse processo foram selecionados acervos cujas fontes potencialmente evidenciam, de alguma forma, as relações estabelecidas entre os colonos, a colonização e os indígenas Guarani M'Byá na região.

Nesse sentido, agradecemos ao historiador Eder Gurski pela colaboração na presente tese, à medida em que disponibilizou acervos nos quais estavam depositadas muitas fontes históricas referentes aos indígenas Guarani M'Byá da T. I. Rio d'Areia e ao território indígena. Sua pesquisa de mestrado, intitulada "Territorialidades Guarani: a circularidade e a Terra Indígena Rio d'Areia", apresentada ante o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste campus Irati (UNICENTRO/Irati) no ano de 2015, concentrou em seu corpo investigativo relevantes fontes tais como mapas históricos e os relatórios do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), obtidos na íntegra junto ao Museu

Nacional dos Povos Indígenas. O contato com o pesquisador Eder foi positivo no sentido em que o autor compartilhou com a pesquisa os filmes digitalizados com os relatórios do inspetor Sertório da Rosa, de 1937, e do inspetor Deocleciano de Souza Nenê, escrito em maio de 1942 ao longo de estadia no "toldo dos Indios [sic] Guaranys de Rio da Areia, distrito de Guarapuavinha, município de Guarapuava" (SPI, 1942, p. 2).

A seleção dos acervos contribuintes à investigação, portanto, conduziu à inventariação de reservas arquivísticas e fundos patrimoniais temáticos e regionais em que poderiam ser encontradas fontes que embasassem interpretações correlatas aos objetivos da tese. O processo de escolha das coleções investigadas e visitadas pela pesquisa foi pautado pela aplicação da metodologia de pesquisa em acervos e divisão temática proposta por Norder et al. (2019). Tal proposta de investigação, desenvolvida pelo grupo de pesquisa em ruralidades e populações tradicionais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), analisa acervos – no estudo de caso específico, bibliográficos – a partir de palavras-chave pontuais dentro de sistemas de dados específicos. Além de proporcionar a quantificação de menções do termo dentro do sistema de informação, permite ao pesquisador classificar a qualidade do material ou fonte a ser consultada.

Aplicando-se à pesquisa a busca por palavras-chave, conforme a metodologia proposta, realizou-se a varredura terminológica, a partir da qual foi possível o mapeamento de coleções, tanto nacionais quanto regionais, de registros em fontes históricas contendo os seguintes termos: *indígena*, *Paraná*, *Guarani M'Byá*, *Guarani*, *Rio d'Areia*, *Inácio Martins*, *Guarapuavinha* e *Rio Iguaçu*. Como resultado do processo, foi possível selecionar quais reservas possuem em suas coleções fontes que relacionam os temas pesquisados em forma de palavras-chave.

O resultado do levantamento viabilizou, para além da constatação de fontes, a qualificação dos documentos a serem consultados. Dessa forma, organizou-se a tabela que segue constando o nome da instituição que sedia e zela pelas coleções e o tipo de material disponibilizado por tais e consultado para a escrita da contextualização histórica do processo geográfico e cultural discutido pela presente tese (Tab. 1.3). Nesse sentido, o levantamento de fontes históricas se pautou na construção metodológica cuja finalidade erigiu o desenvolvimento do raciocínio interpretativo do processo espaço-temporal da constituição de gestões territoriais antagônicas dentro do ecossistema da Floresta Ombrófila Mista. Seu propósito, portanto, se relaciona à ampliação do conhecimento factual acerca do processo

colonizatório e a relação com os povos originários da Floresta com Araucária na região do Médio Iguaçu.

Tabela 1.3: Acervos e fontes históricas levantadas e consultadas pela pesquisa

Instituição	Tipologia da fonte consultada
Arquivo Público do Paraná	Documentações fundiárias, mapas, plantas, material cartográfico em geral; Comunicações oficiais e burocráticas do governo do Paraná.
Biblioteca Pública do Paraná	Publicações editoriais e da imprensa; Fontes bibliográficas em geral.
Centro de Documentação e Memória da UNICENTRO/Guarapuava	Fontes físicas e digitalizadas, documentos fundiários, comunicações da Inspetoria Indígena de Guarapuava, comunicações oficiais do governo do Paraná; Material cartográfico.
Museu Nacional dos Povos Indígenas	Filmes digitalizados contendo os Relatórios Antropológicos do SPI e FUNAI (1937, 1942, 1986), materiais cartográficos e recenseamentos históricos.
Acervo histórico da aldeia Rio d'Areia	Fotografias: paisagem, vegetação, uso e cobertura do solo, demografia histórica.
Biblioteca Digital Curt Nimuendajú	Revistas e jornais informativos históricos sobre Terra Indígena Rio d'Areia

Fonte: O autor, 2025.

A investigação conduzida dentro de cada acervo e suas específicas fontes, tais como livros, mapas, fotografias, publicações, reportagens e documentações históricas, consultadas presencialmente nos acervos regionais e em arquivos digitais nos acervos nacionais, contribuiu fundamentalmente para a construção da arguição encaminhada pela tese. O processo de gestão territorial característico de cada territorialidade inserida no ecossistema foi passível de interpretação e contextualização histórica a partir do levantamento e apreciação dos conteúdos das fontes e suas relações com narrativas coletadas em entrevistas. De tal maneira que as informações são complementares, como o exempli da interação entre a fonte histórica verbal de João Xijú Alves e a fonte impressa de Capri e Olivero (1924) – consultada no acervo da Biblioteca Pública do Paraná (BPP) – discutida pelo terceiro capítulo da tese.

Os processos históricos perfazem e coagem a constituição de territorialidades, outorgando à externalidade do conjunto social, mais ou menos coeso, uma série de símbolos e sentidos que atuam diretamente na capacidade de um ou outro grupo compreender o espaço e o ambiente em que se insere. Destarte, a partir do levantamento e consulta às diversas fontes

históricas que informam sobre o passado como perspectiva à compreensão do presente, foi conduzido um regresso ao ponto de partida da descrição metodológica proposta: os fenômenos territoriais contemporâneos, em quaisquer que sejam os recortes propostos, expressam conjuntos espaciais compostos por sobreposições de camadas de sentido, concebidas ao longo do tempo, pelos grupos humanos. Assim, as próprias condições e especificidades territoriais contém, em si, conteúdo histórico passível de diálogo e verificação com as diversas fontes (Nogueira, 2024).

Portanto, a linearidade seguida pelo processo de interpretação de disputas históricas no âmbito dos fenômenos de gestão territorial regionais, à luz das etapas estabelecidas pelo procedimento metodológico proposto, conduz para que a paisagem e o próprio espaço geográfico sejam passíveis de interpretação como fonte. Assim, Berque entende que o próprio espaço é uma expressão cujos traços identitários e históricos estão à vista e são "fontes interpretativas do conjunto paisagístico e de territorialidades" (Berque, 2013, p. 7). Ou seja, a paisagem de determinado território expressa uma trajetividade temporal, social, ecológica e cultural únicas, de maneira em que os processos históricos do uso, ocupação e conferência de sentido se encontram implícitos à paisagem, exteriorizados em seus conjuntos de objetos e ações, sujeitos à interpretação sensível do olhar geográfico.

Portanto, o espaço geográfico se alinha à temporalidade de sua formação e contínua construção, sendo composto por camadas de sentido e suas sucessivas sobreposições e ressignificações. O sentido e pensamento sobre o espaço e sua manifestação como paisagem pode ser classificada como conjuntos de sentido que intermediam a experiência do indivíduo com o ambiente (Tuan, 2013). Nessa linha de raciocínio, a disposição dos objetos, os circuitos organizacionais e usos cotidianos do território expressam formas de pensamento e configuram um sentido à paisagem a ser interpretada. Portanto, a paisagem pode ser compreendida como fonte histórica e interpretativa dos diversos aspectos práticos de ações e sentidos constituídos pela cultura de certo grupo social. Ou seja, a territorialidade expressa o conjunto de sentidos que narra acerca de como determinado território é gerido com base em princípios, regras e entendimento de mundo, pautados pela cultura. Quase em equivalência às letras que perfazem as palavras de um antigo documento que relata um fato, os detalhes e sutilezas de uma paisagem contém a sua essência, sua lógica.

Para tanto, com o intuito de prosseguimento da linearidade interpretativa, dispostos concretamente ao longo da narrativa do terceiro e seguinte capítulo da presente tese, ainda se faz necessário apresentar, ao longo dessa seção, quais foram os critérios avaliativos dos

aspectos da paisagem hegemônica do Médio Iguaçu e contra-hegemônica da Terra Indígena Rio d'Areia, para que fosse possível interpretá-las em seus antagônicos aspectos práticos, organizacionais e de gestão. Nesse sentido, a identificação e classificação das estratégias territoriais fundamentadas em aspectos antagônicos foram interpretadas ao longo da realização das mais de vinte atividades de campo imersivas na região do Médio Iguaçu e no território indígena Rio d'Areia.

A cultura, a partir dos seus fundamentos práticos e sentido que confere ao entorno de sua atuação ante o meio, através da sociedade, é importante agente de significação da paisagem (Berque, 2013). Nesse sentido, analisar e compreender aspectos materiais da paisagem passa pela interpretação e avaliação da culturalidade que se expressa a partir do território. Assim, elementos passíveis da sensível observação do geógrafo incluem interpretações de formas de relacionamento e entendimento da natureza e do ecossistema. Aspectos como coesão social e empatia comunitária, assim como as estratégias de manejo agrícola e função social do trabalho aplicado à terra conferem sentido às organizações dos circuitos espaciais da gestão territorial. Outro relevante elemento da prática cultural, que influencia diretamente na forma como os grupos sociais gerem seus territórios e conduzem os usos e sentidos da paisagem em interação com os recursos naturais disponíveis.

O manejo florestal sustentável, como expressão maior do antagonismo territorial constatado pelo alicerce interpretativo da presente pesquisa, portanto, é uma estratégia de gestão territorial que se exprime como elemento contra-hegemônico e de manifestação antagônica entre as territorialidades existentes na Floresta com Araucárias no Médio Iguaçu. Assim, todo o conjunto de pensamentos e ações que transitam no entorno da manutenção e interação ecossistêmica são fenômenos espaciais que viabilizam o entendimento da essência da territorialidade, tanto indígena quanto não-indígena na região em questão. Dessa forma, nas atividades de campo, embasadas nas práticas metodológicas da pesquisa-ação participativa, buscou-se a identificação de práticas culturais que interagem de forma sustentável com o meio, em seu conjunto de práticas, de objetos e de autonomia.

Nesse sentido, se estabelece a interpretação sob a ótica da culturalidade, de maneira a perceber quais estratégias de gestão se aplicam no território e como elas interagem com o ecossistema: diversidade de espécies de plantas cultivadas em sistemas agrícolas, variedade de usos e conhecimentos da fauna e flora locais, pensamentos sobre a finalidade e significado do território, disposição e organização comunitária em relação à Floresta Ombrófila Mista. Esses aspectos evidenciam traços identitários associados à territorialidade, e, no presente estudo de

caso, assumem fundamentais aspectos espaciais no que se refere à gestão territorial indígena, com base em sua cultura e modo de ser.

Portanto, ao longo do próximo capítulo da tese, propõe-se leitura minuciosa acerca dos traços identitários que conformam a territorialidade Guarani M'Byá. Nisso estão inclusos aspectos espaciais, temporais e culturais, em uma análise sobre o território do Rio d'Areia que culmina no quarto e derradeiro capítulo da tese, no qual é elaborado o etnozoneamento da T.I. Rio d'Areia. O etnozoneamento é uma ferramenta territorial que deriva das práticas de proteção dos territórios e manutenção cultural indígenas previstos pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), estabelecida pelo Decreto Presidencial nº 7.747/2012. Ao avaliar os usos do território praticados e mantidos pelas culturas indígenas, essa ferramenta de gestão territorial interpreta e resume o conjunto de práticas territoriais indígenas em seus específicos usos.

O etnozoneamento visa auxiliar a gestão territorial ao mapear *in loco* as qualidades de frequência, utilização e interação socioecológica com a diversidade biológica existente dentro dos territórios originários. Em decorrência de sua proposta de identificação de usos a partir das territorialidades, o etnozoneamento potencialmente viabiliza a proteção dos territórios, à medida em que identifica e categoriza os usos específicos de determinada área dentro dos territórios; promove a gestão sustentável do território, ao se propor a interpretar as práticas culturais praticadas e mantidas em cada porção territorial; fortalece os laços identitários e culturais dos territórios ao identificar e valorizar práticas de gestão ecossistêmica e de sustentabilidade, além de atuar na contribuição para o desenvolvimento sustentável e garantia de direitos constitucionais aos povos indígenas.

Entretanto, para a elaboração do etnozoneamento da Terra Indígena Rio d'Areia, utilizou-se como referência a cartilha/manual de etnozoneamento elaborado pela organização não-governamental com sede em Rondônia chamada Kanindé (Kanindé, 2017), cuja atuação histórica ante as comunidades Suruí da Amazônia resultou em um protocolo-base para o desenvolvimento de mapeamentos sociais e etnozoneamentos ao longo de todo o território nacional. Acerca do desenvolvimento prático, seguindo a metodologia proposta pela organização indígena e em pleno diálogo da pesquisa-ação participativa dentro da aldeia Rio d'Areia, recomenda-se a leitura do quarto capítulo, em que estão dispostos também os resultados do processo. No entanto, como base do território, o capítulo que segue busca contextualizar a T. I. Rio d'Areia como lócus da contra-hegemonia e do modo de ser originário.

2 A FLORESTA COM ARAUCÁRIAS: RESILIÊNCIAS DO PASSADO COMO ALICERCE PARA O FUTURO

A Floresta com Araucárias, classificada como Floresta Ombrófila Mista, estendia-se, de acordo com o naturalista Reinhard Maack, baseado em dados levantados ao longo de incursões científicas à região de ocorrência durante as décadas de 1930 e 1940, por cerca de 182 mil km², distribuída pelos três estados do sul do Brasil com ainda alguns fragmentos no estado de São Paulo e na Serra da Mantiqueira, no estado das Minas Gerais (Maack, 2012). Posteriormente, a partir de novas tecnologias de mensuração, foi estabelecido que a FOM se distribuía ao longo de 250 mil km², predominantemente no Planalto Meridional Brasileiro (Fritzsons et al., 2021). Apesar das variações, referentes às diferenças metodológicas, contemporaneamente tem-se o comum entendimento de que este ecossistema se encontra entre os mais deteriorados e ameaçados da América Latina (Britez, 2007).

O estado do Paraná é considerado a unidade federativa em que existiu a maior área de ocorrência da FOM no Brasil, com cobertura vegetal próxima a 74 mil km², cerca de 46% do total de seu território (Maack, 2012; SFB, 2018). Entretanto, uma pesquisa publicada no ano de 2004 pelo Ministério do Meio Ambiente apontou que, à época, existiam apenas 0,8% de cobertura de Floresta com Araucária em estágio avançado de regeneração florestal (Castella e Britez, 2004). Isso quer dizer que, há duas décadas, existiam menos que 600 km² de áreas de Florestas com Araucárias não degradadas no Paraná. De acordo com a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (2001), à época, restavam apenas 12% da área de cobertura original de FOM no Paraná, entretanto, além de uma distribuição heterogênea e geralmente não interligada, 40% do total são florestas secundárias em estágio inicial e médio de sucessão, já bastante degradadas (Britez, 2007). Ainda se soma à essa fragmentação o fato de remanescentes desse ecossistema não ultrapassarem a dimensão de 50 hectares (Lacerda, 2016).

A configuração contemporânea da Floresta com Araucárias no Brasil, mas principalmente no estado do Paraná, evidencia a fragilização imposta a esse ecossistema a partir do partir do final do século XIX e como processo contínuo até os dias de hoje, mesmo com os limites impostos ao desmatamento com a Lei da Mata Atlântica de 2006. Essa intensa degradação causou e segue causando a perda de diversidade genética, isolamento populacional, alteração das dinâmicas climáticas e hídricas regionais, erosão de solos e erosão da memória biocultural de populações tradicionalmente ocupantes desse ecossistema (Toledo e Barrera-Bassols, 2008).

Na já mencionada obra Futuro Ancestral (2022), Ailton Krenak afirma que a humanidade se encontra em um estágio de mergulho profundo na terra para encontrar soluções que criem mundos possíveis, futuros menos assombrosos no que diz respeito à qualidade de vida, à estabilidade climática e à sustentabilidade da existência. Para ele, nas narrativas em que somente o ser humano age se manifesta o silenciamento de todas as outras presenças, havendo a opressão das formas de vida e das possibilidades de se viver. Nesse sentido, Krenak, com toda sua vivência como indígena e compartilhamento com inúmeras etnias do Brasil e da América Latina, afirma que dentro da cultura Tukano, do Alto Rio Negro, não existe a noção de fronteira entre o ser humano e os outros seres, pois para essa cultura, o ser humano é feito de barro, é a própria natureza, portanto, não existe uma dicotomia entre a humanidade e a própria Terra segundo essa cosmovisão originária.

No âmbito dos fóruns científicos, a aplicação de uma terminologia utilizada para denotar uma nova era geológica no planeta, ocasionada pelos impactos das ações humanas sobremaneira após a primeira revolução industrial, tem acalorado os debates teóricos. O Antropoceno, proposto como era geológica em que o conjunto de interferências provocadas pelos seres humanos na cadeia energética, nas mudanças da composição química atmosférica, na biodiversidade, nos ciclos das águas e em alguns ciclos biogeoquímicos em escala planetária (Crutzen e Stoemer, 2000; Steffen, Crutzen e Mcneill, 2007), tem colocado em evidência o tamanho do impacto ambiental gerado pela cultura ocidental do consumo em escala global (Pádua, 2016).

Para o geógrafo Erik Swyngedouw (2019) a humanidade encontra-se em um patamar em que há a urgente necessidade do rompimento com o paradigma cartesiano da externalização do natural, onde os humanos são colocados como os agentes condutores e mestres da Natureza, em uma relação dualista e de dominância impositiva, propondo, como alternativa, a interpretação das relações socioecológicas a partir de uma ótica de simetria que defende humanos e não-humanos – materiais e organismos – como atores que se inter-relacionam e funcionam em um intricado conjunto.

O rompimento não é um movimento qualquer, ele representa uma ruptura epistemológica contra a imposição de um pensamento que ocasionou severas ameaças e colocou em xeque a permanência da própria humanidade na Terra. São as sementes da racionalidade economicista e instrumental, plantadas pela globalização como perversidade – parafraseando o Professor Milton Santos – que cresceram e se fortificaram em forma de crise socioambiental planetária. Entretanto, tal movimento demanda o exercício de sua compreensão no que tange,

também, à identificação de suas matrizes imaginárias na produção de sentidos instituintes de práticas sociais ligadas às formas insustentáveis de gestão dos bens naturais. Isso quer dizer, as práticas de consumo da Terra se manifestam em todos os lugares em que a colonialidade do saber e de símbolos e a capitalização dos ecossistemas pôde alcançar. Ou seja, o movimento de ruptura epistemológica tão clamado para a construção de novos mundos está no entendimento da instituição de um regime de natureza capitalista como agência territorial e como produtora de territorialidades.

No presente capítulo é conduzida uma incursão pelo território da Floresta com Araucárias, a área de abrangência e ocorrência natural deste ecossistema integrante da Mata Atlântica brasileira (IBGE, 2004), considerada um *hotspot* para preservação da biodiversidade (IBGE, 2012; Fritzsons et al., 2021). Predominantemente dispersa pelo Planalto Meridional do Sul do Brasil, a floresta acumula traços de múltiplas perturbações promovidas por seres humanos, movidas pela ganância especulativa e apropriatória. No entanto, também abriga territorialidades que potencialmente embasam as rupturas paradigmáticas com o racionalismo cartesiano almejadas e tão necessárias para o estabelecimento de uma nova forma de se relacionar com a ecologia, com o meio ambiente, com a construção de possíveis futuros. Assim, a abordagem acerca desse território foi estruturada em uma perspectiva espaço-temporal, devido ao ecossistema apresentar uma historicidade conformativa passível de interpretações em perspectivas, tanto da autoecologia e paleogeografia, quanto socioambientais e ontoterritoriais.

No contexto das grandes questões planetárias relacionadas ao clima e à manutenção da vida na Terra, encontrar estratégias eficazes de conservação de ecossistemas marinhos e terrestres, preservação de áreas florestadas e, sobremaneira, a regeneração de biomas e ecossistemas degradados historicamente são pautas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas pela agenda global para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015). Neste sentido, dentre as ações tomadas em ampla escala está a instauração da Década da Restauração de Ecossistemas (2021-2030), promovida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Com essa finalidade, pesquisas nas áreas das ciências florestais vêm sendo desenvolvidas no âmbito da preservação e estabelecimento de viabilidade para paráticas de regeneração da Floresta com Araucárias no Sul do Brasil (Radomski et al., 2014; Lacerda, 2016; Lacerda, 2023). Ademais de importantes avanços no sentido do conjunto técnico aplicado ao manejo regenerativo prático em pequenas propriedades rurais, esses trabalhos raramente discutem os processos sociais e históricos de gestão do ambiente da FOM, tampouco se

preocupam com as territorialidades historicamente em disputa dentro desse ecossistema, o que, na perspectiva da gestão do território, é um tópico fundamental. As práticas regenerativas, portanto, devem ser estabelecidas a partir de uma abordagem de integração entre a sociedade e o ambiente, ao propor uma ruptura com o paradigma cartesiano, ao não somente abordar uma ou outra grandeza separadamente (Cornut e Swingedouw, 2000).

Portanto, ao longo do texto, a compreensão do ecossistema da FOM em sua complexidade ecológica é validada a partir de pesquisas científicas que apontam para sua formação gradual ao longo de Eras Geológicas anteriores, sobremaneira em sua fundamental interação com Araucareáceas, família de coníferas da qual a *Araucaria angustifolia* representa o ícone maior desse ecossistema e que também é responsável pela manutenção das condições ambientais em que a floresta se desenvolveu historicamente. A compreensão do ecossistema também consiste na interpretação da interação antrópica e da formação de territorialidades dentro da floresta, em perspectiva histórica. A proposta narrativa apresentada ao longo dos subcapítulos que se seguem está diretamente relacionada ao propósito interpretativo ecológico e histórico, assim como da História Ambiental, ao pavimentar possibilidades para se pensar estratégias de restauração de ecossistemas a partir da plena interação socioambiental, histórica e espacial (Nogueira et al., 2023).

2.1 METAMORFOSES DA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS: TRAJETIVIDADE ECOLÓGICA E CARACTERÍSTICAS ECOSSISTÊMICAS

Para compreender a experiência de estar dentro da FOM, propõe-se o exercício de se colocar presente, mesmo que por alguns instantes, em um ambiente bastante úmido, cuja baixa luminosidade é creditada às espaçosas copadas de anciões pinheiros-do-paraná (*Araucaria angustifolia*) que fazem do dossel florestal o marco transitório da penumbra. A atmosfera, apesar de densa, é bastante fresca, o oxigênio é ali incessantemente produzido pela fotossíntese realizada por um sem-fim de plantas. Ao fundo, escutam-se pássaros que, em não raros momentos, são avistados cruzando, entre uma árvore e outra, o ambiente fechado da parte debaixo da floresta.

A depender da época do ano, é possível encontrar nesse ambiente cogumelos em tocos estacionados nas beiras dos riachos e córregos, muitos dos quais comestíveis; se é outono, volta e meia se escutam pinhões caindo das alturas das araucárias, e quando são encontradas suas

desfalhas[14] o chão é forrado dessas sementes, não à toa inúmeros carreiros de animais, como pequenos mamíferos e roedores, se entremeiam e ligam os pinheiros uns aos outros por trilhas. Durante o verão, a abundância de alimentos disponibilizados pelos frutos das árvores – como guabiroba (*Campomanesia xanthocarpa*), araçá-vermelho (*Psidium cattleianum*) e erva-mate (*Ilex paraguariensis*) – proporciona o avistamento de muitos pássaros, o que inclui gralhas-picaça (*Cyanocorax chrysops*), tucanos-do-bico-verde (*Ramphastos dicolorus*), sabiás-poca (*Turdus amaurochalinus*) e bem-te-vis (*Pitangus sulphuratus*).

Envolto por um ambiente rico e plural em formas de vida, inúmeras espécies arbóreas compartilham a simbiose: pinheiro-do-paraná, imbuia (*Ocotea porosa*), bracatinga (*Mimosa scabrella*), pinheiro-bravo (*Podocarpus lambertii*), cedro (*Cedrella fissilis*), ipê-amarelo (*Tabebuia alba*), jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), pitangueira (*Eugenia uniflora*), canela-guaicá (*Ocotea puberula*), canela-sassafrás (*Ocotea odorífera*), canela-lageana (*Ocotea pulchella*), pessegueiro-bravo (*Prunus sellowii*), miguel-pintado (*Matayba elaeagnoides*) e erva-mate. Um ecossistema de múltiplas associações, classificado inicialmente por Maack como floresta de erva-mate[15] (1931), e posteriormente por Hertel (1962) como formação Araucaria-Podocarpus-Ilex-Ocotea.

Além destas, ao menos outras 400 espécies de árvores e arvoretas são catalogadas na Floresta com Araucárias somente no Paraná. De acordo com pesquisas publicadas por Gerdt Hatschbach e Museu Botânico de Curitiba, a FOM é a morada para mais de 1500 espécies botânicas (Koch; Corrêa, 2010). Além, portanto, da marcante presença de lianas, líquens, musgos, pteridófitas, briófitas, herbáceas e epífitas (Roderjan et al; 2002; Bittencourt et al; 2004) existe, em interação com o ecossistema, grande variedade nativa de insetos (BURG Mayer et al; 2018; Ritter et al; 2011), répteis (Bittencourt et al; 2007), aracnídeos (Ricetti, 2014), mamíferos (Brocardo; Cândido Jr., 2012; Pereira et al; 2018), aves (Dos Anjos; Bóçon, 1999; Kaminski; Carrano, 2006; Scherer-Neto et al; 2011), anfíbios (Conte, 2010; Lucas; Marocco, 2011) e relevante biodiversidade fúngica (Pires et al; 2014).

Sua condição ecossistêmica, entretanto, é resultante de um longo processo da história biológica e evolutiva do planeta, em que a interação entre espécies, condições climáticas e atmosféricas possibilitaram a confluência para a formação de tamanha diversidade abrigada pela FOM contemporânea. Sua espécie icônica, o pinheiro-do-paraná, a araucária, representante

[14] Denominação utilizada para referir-se ao conjunto de pinhões que caem de uma araucária quando maduros, formando manchões de sementes no chão da floresta (Zechini et al., 2012).
[15] Maack utilizou o termo *Herva Mate Wald* para se referir à formação da Floresta Ombrófila Mista (Maack, 1931).

da família botânica das Araucariacea, exerce relevante papel no entendimento acerca desses processos formativos, que envolvem dissipações, retrações e modificações durante milhares de anos até o presente. De acordo com pesquisas desenvolvidas por Dutra e Stranz (2003) e pelo Manual Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 2012), a área de ocorrência paleogeográfica da Floresta com Araucárias era bastante diferente da atual.

Fósseis da família Araucareacea encontrados em sítios juracretácicos (aproximadamente 146 milhões de anos) em isoladas localidades do atual território brasileiro, como no Nordeste e no Sul do país, levam à compreensão de que florestas com a ocorrência desta espécie se espalhavam pela área territorial onde hoje é o Brasil em grande proporção. Isso se deve pois ao longo dos períodos Jurássico e Cretáceo (entre 200 e 66 milhões de anos atrás), de intensa atividade vulcânica no continente sul-americano – presumindo-se um massivo despovoamento vegetal – florestas com a presença de araucárias já existiam (como evidenciam os fósseis), tendo, provavelmente, se dissipado nesta vasta área de abrangência no final da Era Paleozoica e início da Mesozoica (entre 359 e 200 milhões de anos atrás).

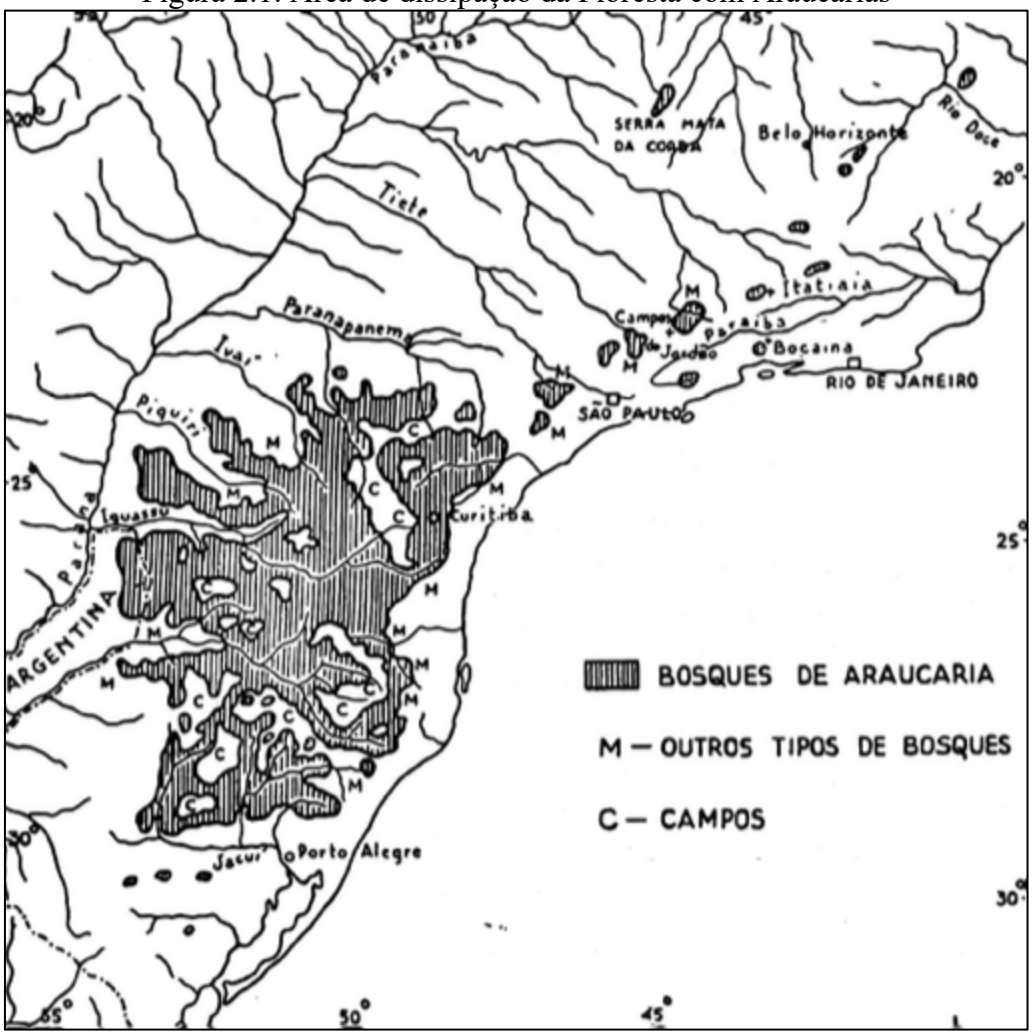
Em tal condição, especula-se que, a partir de certos Refúgios Alto-Montanos, onde diversas espécies de plantas encontraram habitat ideal para sua continuidade, formados antes mesmo da separação continental, a Floresta com Araucárias – não exatamente a que se vê hoje, mas sua ascendente – tenha resistido, se transformado e se adaptado às condições e fatores externos, sendo extinta em determinadas localidades, tomando sua forma e distribuição atual a partir do final da última glaciação, sobretudo a partir do Holoceno Médio, há 6 mil anos (Arruda, 2016).

Dispersa ao longo dos três estados do Sul do Brasil, além de ilhas ecológicas em regiões serranas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, existem registros de ocorrência dessa tipologia florestal na província de Missiones, Argentina, conforme evidenciou o mapeamento elaborado pelo botânico Kurt Hueck, publicado em 1953 (Figura 2.1). Recentemente ainda houve a catalogação da ocorrência espontânea de formação florestal associada ao pinheiro-do-paraná em Cerro Largo, no Uruguai (Arballo, 2019), o que ainda não está representado em mapas, em detrimento da necessidade de aprofundamento investigativo no tema.

Apesar de ocorrer naturalmente em uma ampla variedade de condições geológicas, pedológicas e geomorfológicas, existe uma estreita dependência entre a eventualidade da FOM e a condição climática (Klein, 1960; Puchalski et al., 2006; Oliveira-Filho et al., 2015). Esse fator se deve às características de crescimento das espécies pioneiras desse ecossistema, pois

são suscetíveis ao ambiente de insolação, umidade e principalmente à frequência de geadas (Fritzsons et al., 2021). São exatamente essas características que delimitam a área de ocorrência da FOM contemporaneamente, pois à medida que as condições de uma localidade se tornam menos favoráveis (como ocorrência de fogo, geadas, baixas temperaturas e maior elevação do terreno), as espécies tropicais latifoliadas perdem progressivamente seu poder competitivo, deixando espaço sobremaneira para a araucária (Castro, 2015).

Figura 2.1: Área de dissipação da Floresta com Araucárias



Fonte: HEUCK, 1953.

A este fenômeno, Wrege et al. (2009) apontam que as mudanças climáticas, sobremaneira o aquecimento global, potencialmente ocasionarão mudanças tanto na estrutura quanto na sucessão vegetativa, assim como reduzirá drasticamente as condições climáticas para a reprodução da araucária, o que consequentemente diminuirá a área considerada ideal para manutenção do ecossistema. A equilibrada relação entre a FOM e a araucária, especificamente, ocorre pelo fato dela ser uma espécie emergente no ecossistema, tida como determinante da fitofisionomia florestal, pois ao colonizar áreas abertas ou campos, ela cria condições de

umidade e fertilidade que facilitam o recrutamento de outras espécies de plantas (Solórzano-Filho & Kraus, 1999). Assim, com o progressivo aumento do aquecimento global e a redução da área de seu clímax climático, assim como a condição de elevada vulnerabilidade apresentanda pela araucária, a FOM poderá ficar restrita a áreas cada vez mais elevadas e/ou condicionada à ocorrência em latitudes maiores. Desta forma, poderá ser gradativamente substituída por outros ecossistemas e florestas que a circundam, o que inclui a possibilidade de invasão de plantas exóticas.

A FOM é caracterizada por apresentar quatro variações de formações. Tais formações se dão por influência dos diversos aspectos de ambientes físicos, principalmente pelas variações de altitude, umidade e profundidade do solo, ou seja, essas formações estão estreitamente relacionadas à geomorfologia e características microclimáticas dos terrenos ocupados pelas formações do ecossistema em questão. De acordo com o Manual Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 2012), as variações de feição da FOM se diferenciam entre si, para além da dispersão em terrenos com características variadas, pelas ocorrências consorciadas das araucárias com demais espécies nos estratos florestais. A classificação proposta pelo manual se dá da seguinte maneira:

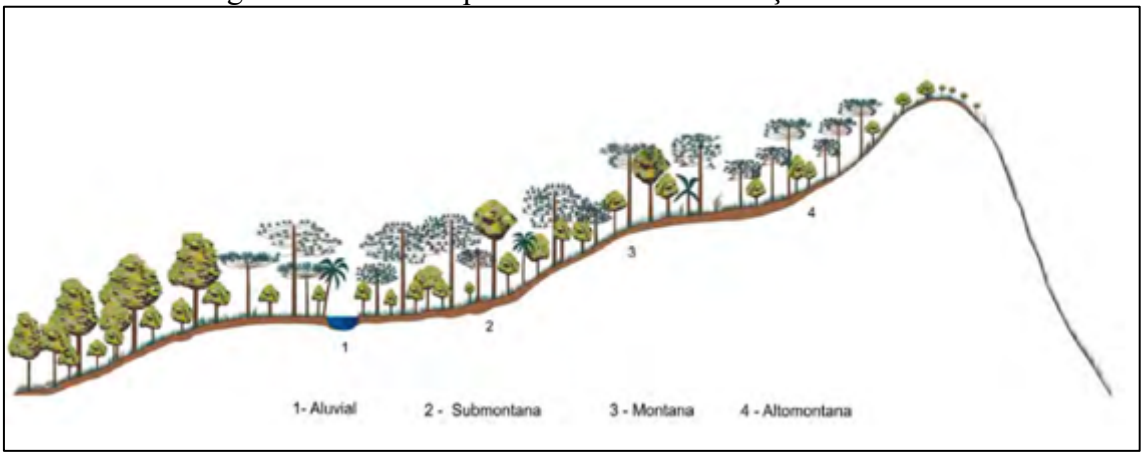
- Floresta Ombrófila Mista Aluvial: formações próximas a córregos, riachos e rios. Ocorre em ambientes com potencial alagadiço em períodos curtos. Essa formação tem como característica a interação da FOM com a concentrada presença de indivíduos de açoita-cavalo (*Luehea divaricata*), guamirim (*Blepharocalyx salicifolius*) e xaxim no estrato emergente, assim como a presença de branquilho (*Sebastiania commersoniana*) e ainda de bracatinga e jerivá no estrato arbóreo.
- Floresta Ombrófila Mista Submontana: são as áreas em que a floresta ocorre em formações de depressão em ambientes nos quais não é o ecossistema dominante, em áreas periféricas de seu núcleo ocupacional. Está em regiões mais baixas ou em encostas de vales, em áreas baixas, vales localizados entre os campos naturais (Campos Gerais paranaenses) e Pampas sul-rio-grandenses.
- Floresta Ombrófila Mista Montana: ocorre em áreas com altitude acima dos 500 metros, não ultrapassando a altitude de 1000 metros acima do nível do mar. É nessa tipologia em que as espécies clímax encontram condições ideias para seu desenvolvimento. Segundo as informações fornecidas pelo Manual Técnico da Vegetação Brasileira, essa formação abriga as maiores extensões de FOM no Brasil, com a presença de pinheiros e imbuias adultas muito antigas, com indivíduos com até 40 metros de altura. Nessa formação ocorre a associação da

araucária com lauráceas, como a imbuia, canela-sassafrás (*Ocotea odorífera*), canela-lageana (*Ocotea pulchella*), canela-fogo (*Cryptocarya aschersoniana*), canela-preta (*Nectandra megapotamica*) e outras 18 espécies dessa família, popularmente chamadas de canelas (Völtz e Blum, 2020). A diversidade florística dessa formação também se completa pela presença de mirtáceas e da erva-mate no sub-bosque.

- Floresta Ombrófila Mista Alto-Montana: formação da FOM situada em áreas acima dos 1000 metros de altitude. Essa formação apresenta pinheiros com menor envergadura, geralmente devido à pouca profundidade dos solos das áreas montanhosas ou altas (como na Serra da Mantiqueira, em Minas Gerais, Aparados da Serra, no Rio Grande do Sul ou na região da Serra da Esperança, no Paraná). Segundo o IBGE, a característica de associação entre espécies nessa formação se dá a partir da interação da Araucária com o pinheiro-bravo e cedro, além de angiospermas como a cataia (*Drimys brasiliensis*). Martins-Ramos et al., (2010) afirmam haver na formação alto-montana presença mais concentrada de espécies arbustivas e herbáceas, citando o exemplo de solanáceas como o joá-velame (*Solanum paranense*) e o papa-goela (*Solanum ramulosum*) e de rosáceas como a amora-do-mato (*Rubus erythroclados*) e capinuriba ou moranguinho silvestre (*Rubus selowii*).

Um perfil esquemático elaborado por Veloso, Rangel Filho e Lima (1991) e reeditado pelo IBGE (2012), traça, resumidamente, a disposição de espécies e características físicas dos tipos de formações da Floresta com Araucárias (Fig. 2.2). Na área de recorte da abordagem deste estudo, na região Centro-Sul do Paraná, estão presentes todas as tipologias de formação, com exceção da sub-montana, de acordo com o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Paraná (Paraná, 2009). As formações presentes na área de estudo estão representadas nas figuras que seguem o perfil esquemático (Figs. 2.3, 2.4 e 2.5)

Figura 2.2: Perfil esquemático com as formações da FOM



Fonte: IBGE (2012), com base em Veloso et al. (1991)

Figura 2.3: FOM Aluvial às margens do rio Palmital em Mallet/PR



Fonte: O autor, 2021.

Figura 2.4: FOM Montana em associação à vegetação de campo, Pinhão/PR.



Fonte: O autor, 2025

Figura 2.5: FOM Alto-Montana em estágio secundário, Inácio Martins/PR.



Fonte: O autor, 2024.

A Floresta Ombrófila Mista leva essa nomenclatura em razão de dois fatores. O primeiro, ao contrário do que se assegura nas narrativas do senso comum, apoiadas na afirmação de que se trata da qualidade sombreada do interior da floresta, ombrófila está ligada à dependência e afinidade da ocorrência desse ecossistema com o regime de chuvas. O termo floresta ombrófila foi instituído como grupo de formação florestal com base nos resultados obtidos pelo grupo de trabalho da UNESCO para classificação e mapeamento da vegetação global (Ellenberg e Mueller-Dombois, 1965). A terminologia empregada refere-se ao grego antigo, cuja etimologia é composta por duas palavras: *ombrós*, que quer dizer chuva, e a palavra *philos*, significando amigo. Ou seja, em essência, a Floresta com Araucárias é uma floresta pluvial. A segunda característica fundamental expressa na nomenclatura de classificação refere-se à sua especificidade de diversidade biológica de espécies florísticas, pois esse ecossistema abriga o encontro de duas floras, a Tropical Afro-Brasileira e a Temperada Austro-Brasileira, ocasionando em uma mistura dessas duas floras, conferindo-a a característica de mista (IBGE, 2012).

Uma pesquisa desenvolvida por Bertoldo et al. (2014) se propôs a investigar, a partir de análise palinológica, a escala temporal da presença da Floresta com Araucárias na região

Sudoeste do Paraná. Para tanto, foram coletadas amostras de solos profundos em um sítio de pesquisa situado a uma altitude de 610 metros. A partir da metodologia implicada à análise do material coletado, foi possível afirmar que o ecossistema da FOM se estabeleceu na região há ao menos 13.400 anos antes do presente. Essa afirmação foi possível devido às amostras de registros polínicos coletadas em camadas profundas de solo de remanescente de FOM que apontou, para além da presença de Araucária, a presença de outras espécies que integram esse ecossistema, como: *Podocarpus sp*., *Drymis sp*., *Ilex sp*. e *Symplocos sp*.

Outras pesquisas, entretanto, indicam a dissipação do ecossistema associado à Araucária há um tempo consideravelmente menor na região. Behling, ao coletar amostras de pólen em camadas profundas de solo e elaborar uma comparação com períodos mais antigos, concluiu que a FOM ocupou o nicho ecológico da vegetação de campos a partir da mudança climática do Holoceno tardio, com clima mais sazonal e úmido. Essa característica auxiliou o avanço do ecossistema em áreas mais altas a partir de 2.890 anos antes do presente (Behling, 1997). Apesar de suas metodologias e resultados diversos, as pesquisas realizadas indicam que a FOM vem ocupando as áreas mais altas da região do sul do Brasil há, ao menos, alguns milênios.

A FOM apresenta uma variedade de configurações no que diz respeito aos seus estágios sucessionais. Com a finalidade de interpretação das variadas formações que compõem o mosaico paisagístico desse ecossistema, o Instituto Água e Terra (IAT), com base nas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA, 1994), elaborou um índice avaliativo em que é possível interpretar o estágio sucessional de uma determinada área florestada. Para tanto, faz-se necessária a apreciação da ocorrência de certas espécies, assim como a interpretação da idade e dispersão das espécies arbóreas existentes na área florestada em questão (Nascimento et al., 2001). Assim, os estágios de sucessão da FOM foram classificados em quatro:

- Estágio inicial: quantidade de árvores com diâmetro à altura do peito (DAP) maior que 40 cm por hectare menor do que 10 indivíduos; a altura média do dossel nesse estágio não ultrapassa 10 metros; densidade arbórea menor que 100 indivíduos por hectare; apresenta concentração de espécies pioneiras como: bracatinga, canela-guaicá, vassourão preto (*Vermonia discolor*), vassourão branco (*Piptocarpha angustifólia*), capororoca (*Myrsine ferruginea*), aroeira (*Schinus terebinthifolius*), carne-de-vaca (*Clethra scabra*) e leiteiro (*Sapium glandulatum*).
- Estágio médio: etapa de transição entre o estágio inicial e o avançado, apresentando uma concentração de indivíduos com DAP maior que 40 cm entre 10 e 30 por hectare; a altura média

do dossel nesse estágio é de até 17 metros; as espécies que caracterizam o estágio são, para além das pioneiras: erva-mate, miguel pintado, pessegueiro-bravo, guabirobeira, pimenteira (*Capsicodendron dinisii*), caroba (*Jacaranda puberula*), mamica-de-porca (*Zanthoxylum spp*), lauráceas e mirtáceas.

- Estágio avançado: nesse estágio encontram-se as espécies que indicam o clímax florestal, como pinheiro-do-paraná, cedro, pinheiro-bravo e imbuia; nesse estágio evolutivo da floresta o número de indivíduos com DAP maior que 40 cm ultrapassa 30 por hectare e a altura média do dossel é geralmente maior que 30 metros.
- Estágio primário: é a floresta originária, madura, que nunca sofreu nenhuma alteração estrutural, sobremaneira antrópica.

Embora os estágios evolutivos e sucessionais da Floresta com Araucárias sejam fenômenos naturais, a presença de uma espécie exótica a esse ecossistema proporcionou, ao longo do tempo, e em diferentes intensidades, profundas alterações na dinâmica de expansão e regeneração nesse ecossistema. O ser humano (*Homo sapiens*) passou a interagir com a FOM provocando alterações, promovendo seletividades e auxiliando tanto na expansão como na supressão dessa tipologia florestal. Portanto, os estágios sucessionais são dependentes dos graus de interferência conduzidos, grandemente, pelo ser humano no ecossistema em questão. Para adentrar nessa discussão é necessário, primeiramente, a interpretação do processo histórico da interação humana com a Floresta com Araucárias.

2.2 FLORESTA COMO PROVISÃO: INTERAÇÕES ANTRÓPICAS NO ECOSSISTEMA DA FOM PRÉ-COLONIAL

O presente subcapítulo se propõe a abordar geohistoricamente as transformações da paisagem do território biocultural da FOM, assim como interpretar as sobreposições de sentido e gestão desse ecossistema no estado do Paraná. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica nas temáticas de arqueologia na FOM paranaense, buscando compreender quais foram os movimentos de ocupação e interação com a floresta ao longo dos últimos milênios, assim como quais foram os níveis de compartilhamento e modificações direcionados ao ecossistema por parte de cada uma das culturas ao longo da escala de análise espaço-temporal. Assim, construir-se-á, nesta seção, uma leitura geo-histórica da ocupação da floresta e sua utilização como morada, provisão de alimentos e cosmogonias fundadoras de mentalidades incutidas no conjunto de ações dos grupos historicamente ocupantes da FOM no Paraná.

Embora coletas palinológicas apontem para a presença da araucária na região desde o Pleistoceno (REIS et al., 2014), dados arqueológicos entrecruzados com evidências paleoambientais na região de ocorrência da FOM indicam que a interação entre humanos e o ecossistema da Floresta com Araucárias teve intensa troca durante o final do Holoceno. Além disso, as pesquisas indicam que embora não houvesse uma relação de exclusividade na interdependência humana com a floresta, a Araucária e seu ambiente consorciado devem parte de sua dissipação à ação antrópica, que conduziu a floresta à expansão e influenciou sua morfologia e diversidade biológica (Bonomo et al., 2015; Lauterjung et al., 2018). Pesquisas apontam a ocorrência de um importante paralelo entre a ocupação demográfica do planalto meridional brasileiro e a ocorrência da Floresta com Araucária na região.

Os estágios sucessionais da floresta naturalmente são indicativos do avanço gradual do ecossistema sobre outro tipo de formação vegetacional, como os campos naturais. Contudo, pesquisas afirmam que para a expansão do ecossistema da FOM ao longo de sua área de ocorrência conhecida hoje, necessariamente houve confluência entre clima e ação humana. De acordo com Robinson et al. (2018b), evidências de carbono isotópico apontam que em uma tendência de expansão natural, sem participação humana, o padrão de ocupação de nichos ecológicos da FOM seria limitado a manchas florestais em encostas. Contudo, estratégias de gestão territorial adotadas por grupos humanos ao longo dos últimos milênios promoveram a expansão da FOM para além de suas fronteiras naturais.

Para a compreensão acerca das sucessivas ocupações e tradições culturais que interagiram ao longo do tempo com os ecossistemas em que hoje está estabelecido o território paranaense, se faz necessária a interpretação das classificações que envolvem tanto a escala temporal como o conjunto de práticas e relações com o meio estabelecidas pelas tradições mantidas pelos grupos de populações pretéritas cujas atividades puderam ser identificadas. Assim, com base nas pesquisas do Museu Paranaense, coordenadas pela arqueóloga Cláudia Parellada, escavações realizadas nos segundo e terceiro planaltos paranaenses, sobremaneira ao longo dos médio e baixo vales do rio Iguaçu, apontam para o fato de que a região foi frequentada por uma variedade de culturas. Os registros apontam para ao menos cinco tradições pré-coloniais com vestígios de interação na região (Parellada, 2008).

Dos cinco diferentes grupos culturais, três são classificados como tradições pré-ceramistas, ou seja, eram compostos por caçadores-coletores nômades, cujos vestígios arqueológicos são compostos majoritariamente por fragmentos de pedras lascadas utilizadas na confecção de objetos relacionados à caça e processamento de alimentos. Entre 15 mil e 12 mil

anos AP (antes do presente) a região foi frequentada por grupos nomeados Paleoíndios (Sedor et al., 2004), e entre 10 mil e 4 mil anos AP a região foi frequentada por duas tradições de caçadores-coletores: Umbu e Humaitá. Ambos os grupos interagiram com a megafauna na região do estado do Paraná, antes do degelo que culminou na mudança climática que proporcionou o avanço da FOM sobre o ambiente de campos (Miretzki; Parellada, 1999).

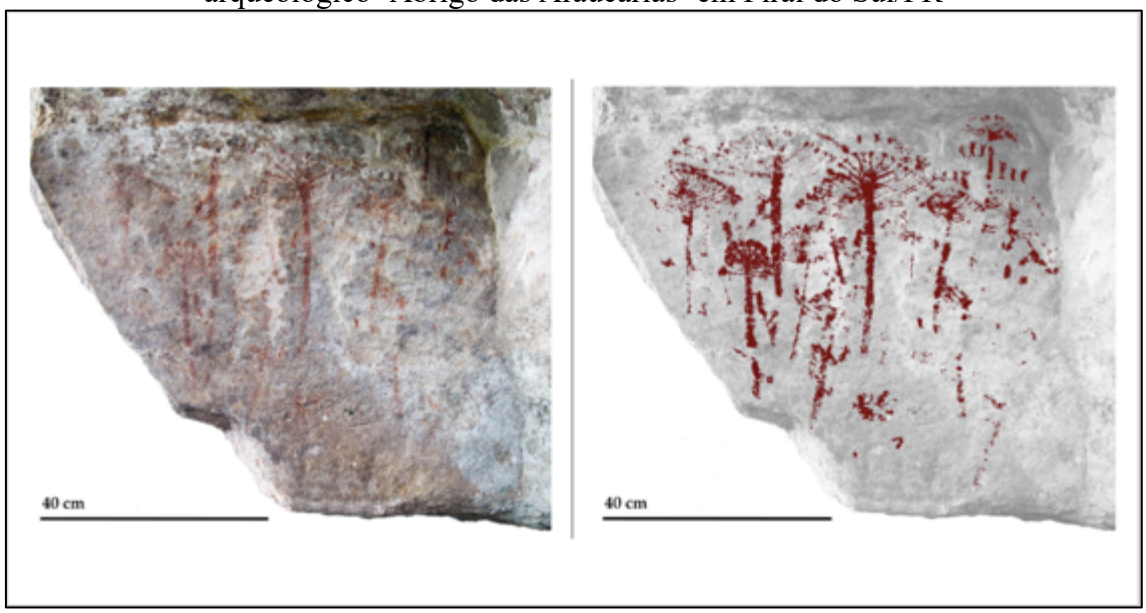
Interpretações arqueológicas indicam haver a possibilidade de grupos da tradição Humaitá terem interagido com a Floresta com Araucárias pelo fato de frequentarem ambientes de caça mais próximos de matas de galeria, paleoambiente de ocorrência da FOM em sítios que datam de mais de 6 mil anos AP (Chmyz e Chmyz, 1986; Parellada, 2005; 2008). Apesar de ainda não se compreender exatamente como se estabeleceram as estratégias de assentamento desses grupos pré-ceramistas, alguns pesquisadores apontam para a possibilidade de contribuição dos mesmos na dispersão de certas espécies, como as palmeiras do gênero *Bactris* ou mesmo a araucária, formando 'florestas antropogênicas' ou 'matas culturais' (Balée, 1988; Noelli, 1999). Entretanto, a estabilidade ocupacional das populações nômades Umbu e Humaitá passou a ser perturbada por populações ceramistas e agricultoras que trouxeram consigo modelos de organização sociopolítica e econômica baseado no manejo florestal e na produção de alimentos, ocasionando uma ruptura e expulsão ou absorção das tradições pré-ceramistas por parte dos novos ocupantes do território (Noelli, 2000).

Foi entre 4 mil (Parellada, 2020) e 2,2 mil anos AP (Noelli, 2000; Iriarte et al., 2017) que a região passou a abrigar tradições culturais com características sedentárias. A tradição Taquara/Itararé, também chamada de proto-Jê, originária do Centro-Oeste do Brasil, foi localizada e identificada nos sítios arqueológicos com evidências de manejo agrícola mais antigos registrados no estado do Paraná. As pesquisas indicam que essa tradição ocupou uma larga porção territorial ao longo do vale do rio Iguaçu, onde existem escavações de seis paleoaldeias relacionadas tal grupo (Parellada, 2016). Evidências induzem à conclusão de que essa tradição promoveu manejos da biodiversidade e adaptações no conjunto paisagístico da emergente Floresta com Araucárias durante o Holoceno tardio. Segundo apontam as investigações, a abundância das sementes de araucária se tornou um importante atrativo para a alimentação humana e de caça por parte da tradição Taquara/Itararé (De Masi, 2005; Bitencourt e Krauspenhar, 2006; Parellada e Gomes, 2022).

Pesquisadores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a partir de prospecções espeleológicas, puderam identificar e catalogar a mais antiga representação de um fragmento da FOM (Fig. 2.6), encontrado em uma caverna localizada no município de Piraí do Sul/PR,

em uma área de Floresta com Araucárias Submontana (Pontes et al., 2023). Apesar de datações radiométricas não terem sido aplicadas às pinturas encontradas no sítio arqueológico ‘Abrigo das Araucárias’, o que não permitiu a conclusão precisa acerca da cultura produtora de tal representação, pôde-se, entretanto, com base nas coletas em sítio, somadas à qualidade dos materiais utilizados na representação dos pinheiros e pelas formas antropomórficas representadas escalando as árvores, estabelecer uma associação crono-cultural com a tradição Taquara/Itararé.

Figura 2.6: Representação de conjunto de 13 pinheiros-do-paraná e 20 antropomorfos no sítio arqueológico ‘Abrigo das Araucárias’ em Piraí do Sul/PR



Fonte: PONTES et al., 2023.

De acordo com Parellada (2020), a tradição Taquara/Itararé, ao se assentar sob os domínios da FOM, constituiu autonomia através de um conjunto de práticas baseadas na coleta de pinhão e mel, na caça e pesca, no cultivo de algumas plantas alimentares, assim como no manejo ambiental de recursos naturais, alternando o extrativismo com a prática agrícola. De acordo com a pesquisadora, o pinheiro e outras árvores cujos frutos apresentam importantes suplementos na alimentação, como o araçá, a pitanga, a guabiroba e o butiá (*Butia eriospatha*), tiveram sua área de ocorrência multiplicada através da dispersão planejada de sementes em locais próximos às habitações e roças (Parellada, 2005).

Para Iriarte e Behling, o desenvolvimento da ocupação por parte de grupos da tradição Taquara/Itararé está fortemente atrelado com o avanço da Floresta com Araucárias na região durante o Holoceno tardio. A existência de sítios arqueológicos em forma de templos cerimoniais e vilarejos indica uma ocupação mais duradoura que estaria embasada em uma economia relacionada à floresta que, através do auxílio da dissipação antrópica das sementes,

expandiu-se mais rapidamente sobre outras formações, com uma notável progressão ao longo dos últimos 1.400 anos (Robinson et al., 2018a). A essa proposição somam-se os vestígios que indicam a presença de pinhões na dieta alimentar dessas populações com a ocorrência de cascas dessas sementes carbonizadas junto às fogueiras dos sítios arqueológicos (Iriarte e Behling, 2007).

Além da tradição Taquara/Itararé, outra matriz cultural de ceramistas agricultores, nesse caso originária da Amazônia central (Urban, 1992), ocupou e interagiu com a FOM ao longo do período pré-colonial. No atual território do Paraná existem vestígios de assentamentos da tradição Tupi-Guarani desde 2 mil anos AP em áreas de vales de rios com indicativos de potencial interação com a FOM (Parellada, 2020). De acordo com Neves (1988) houve, ao longo da dissipação dos povos de matriz cultural e linguística Tupi-Guarani no sul do Brasil, grande deslocamento populacional dos grupos de matriz Jê relacionados à tradição Taquara/Itararé que haviam ocupado esse território alguns séculos antes. Nesse movimento, muitos sítios arqueológicos onde são encontrados vestígios da tradição Tupi-Guarani, sobremaneira na região Centro-sul do estado do Paraná, estão ao lado ou mesmo sobrepostos aos sítios Taquara/Itararé ao longo dos cursos dos maiores rios da região, com destaque para o rio Iguaçu (Chmyz, 2010).

A expansão Tupi foi um grande movimento migratório ocorrido a partir da bacia amazônica em direção ao sul do continente e à costa brasileira entre 3 e 2 mil anos AP (Ramallo et al., 2013). Os Tupi-Guarani se expandiram pela maior parte das terras mais baixas da América do Sul ao longo do Holoceno tardio, tornando-se o mais populoso e diverso grupo linguístico alocado no território hoje tido como brasileiro (Pereira, 2009). De acordo com Iriarte et al., durante a expansão, os grupos de matriz linguística Tupi-Guarani tinham preferência por ocupar nichos ecológicos relacionados à ocorrência de florestas sub-tropicais, em localidades próximas a rios navegáveis, estabelecendo-se em sítios onde praticavam agricultura policultural em associação aos sistemas florestais, o que incluía o manejo de florestas secundárias e de áreas alqueivadas (2017).

Rogge argumenta que os primeiros assentamentos Tupi-Guarani no ambiente de Floresta com Araucária muito provavelmente enfrentaram conflitos territoriais com os já estabelecidos grupos de matriz linguística Jê (Rogge, 2005). Entretanto, a frequência de contatos ocasionadas pela expansão e o consequente adensamento populacional Tupi nos ambientes florestais circundantes estabeleceu uma área fronteiriça de contato pleno com outros

grupos, onde houve intercâmbio de informações, miscigenação e circulação de objetos, conforme evidenciam pesquisas de Arqueologia de Contato (Souza e Rizzi, 2023).

No ambiente de Floresta com Araucárias os grupos Tupi-Guarani implantaram e reproduziram seus sistemas adaptativos baseados na agricultura e, paralelamente, incorporaram as novidades vegetais e animais do ecossistema, úteis para alimentação, medicina e elaboração de cultura, tanto material como imaterial. Noelli afirma que durante 2 mil anos os grupos Tupi-Guarani ocuparam de maneira constante os diferentes ambientes do sul do Brasil, mantendo uma complexa e articulada rede de troca de informações e objetos (2000). Essa afirmação foi tomada com base na manutenção do estilo de cerâmica praticada pelos grupos de tradição Tupi-Guarani em sítios arqueológicos espalhados por todo o sul do país. A regularidade de forma e ornamento, assim como o da liga cerâmica demonstra a capacidade de adaptação dessa tradição a diferentes meios, o que inclui o conhecimento de diferentes tipos de solos; mesmas funções demonstram hábitos dietários muito próximos mesmo em grupos distanciados geograficamente, o que reforça a teoria de que essa tradição levava consigo uma série de plantas alimentares através de suas caminhadas.

As estratégias de interação dos grupos Taquara/Itararé, de matriz Jê, e dos grupos Tupi-Guarani com a FOM estiveram estreitamente ligados ao manejo florestal e à utilização dos serviços ecossistêmicos para a provisão de alimentos e matéria-prima para uma grande gama de utilidades às famílias que se assentavam na região. A prática de agricultura aplicada por esses grupos consistiu no adensamento e dissipação de palmitais, pinheirais, ervais dentre outros, além de cultivares de roças compostas de plantas exóticas à FOM, como do milho (*Zea mays*), mandioca (*Manihot esculenta*), feijão (*Phaseolus sp.*) e abóboras (*Curcubita sp*.) (Noelli, 2000; Parellada, 2005). O conhecimento do processamento de elementos provenientes da floresta também era aplicado na fabricação de ferramentas úteis para o cotidiano, como machados, arcos, flechas, pilões, cachimbos além de cestarias com diversas finalidades (Chmyz, 1969).

No sul do Brasil essas tradições divididas em duas famílias linguísticas e culturais conformaram diferentes etnias indígenas que ocupam os territórios da Floresta com Araucárias até a contemporaneidade (Noelli, 2000). Os atuais indígenas das etnias Kaingang e Xokleng representam a continuidade dos grupos de matriz linguística Jê nos territórios de ocorrência da FOM (nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), Floresta Estacional Semidecidual (Paraná) e Estepes (Rio Grande do Sul) (IBGE, 2004, 2017). Já os grupos derivantes do tronco linguístico Tupi-Guarani sofreram sucessivas cisões ao longo do tempo, e

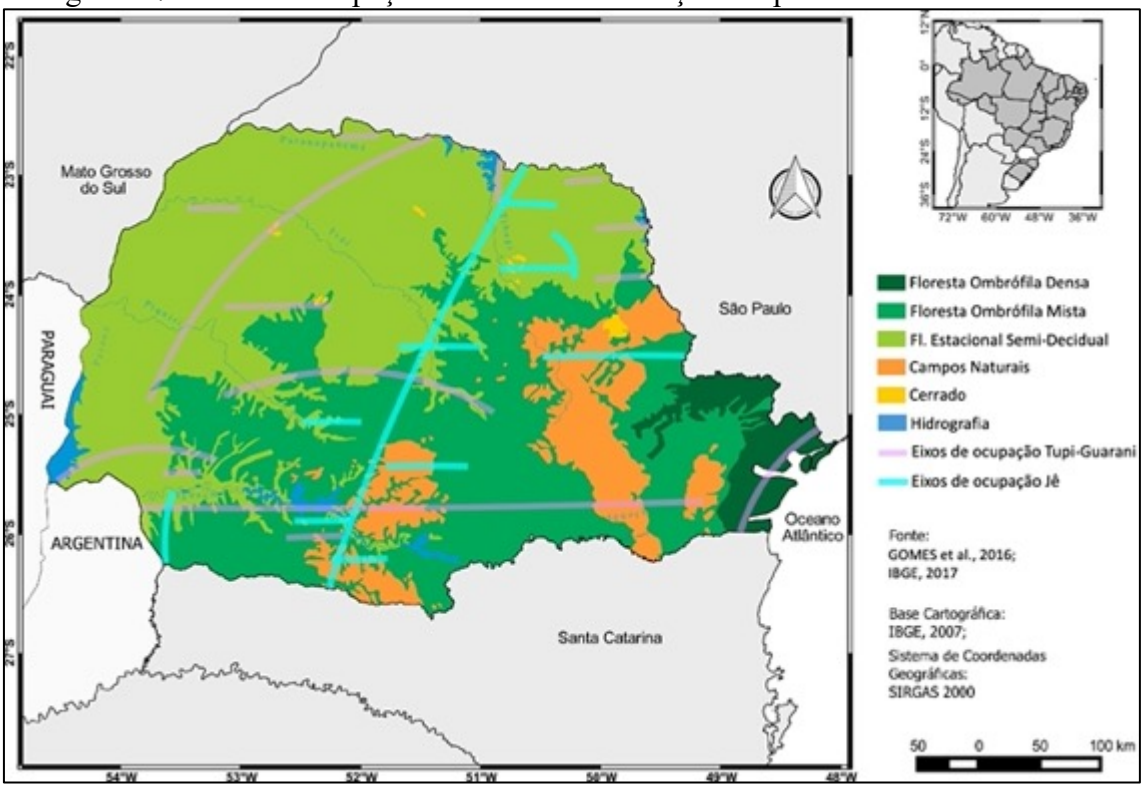
por consequência do isolamento geográfico pela ocupação de novos ambientes, constituíram diferentes etnias falantes de dialetos originados da matriz Tupi-Guarani, a mais difundida no continente sul-americano antes da dominação europeia (Urban, 1992). No estado do Paraná, especificamente, as etnias ainda existentes que deram continuidade a essa tradição são os indígenas Guarani (Guarani Nhandeva e Guarani M'Byá) e Xetá (ISA, 2023)[16].

Apesar de as pesquisas não se aprofundarem nas práticas cotidianas no que diz respeito ao uso e ordenamento do território manejado pelas antigas tradições que ocuparam a FOM, ainda é possível elaborar pensamentos acerca de práticas sazonais adotadas por essas tradições, tal como evidenciam as pesquisas arqueológicas e paleoambientais citadas ao longo da discussão do presente subcapítulo. A agricultura de coivara, com a queimada de áreas de roçado seguida do plantio de plantas alimentares associadas ao conhecimento e prática da caça, embasou os hábitos dietários tanto da tradição Itararé/Taquara quanto Tupi-Guarani. As pesquisas apontam para o relevante papel das tradições Jê na interação e dissipação da Floresta com Araucárias a partir da propagação de sementes de pinheiros ao longo de suas caminhadas. Ademais, populações Tupi-Guarani potencialmente atuaram de maneira semelhante, pois foram contemporâneos à Itararé/Taquara na região.

A figura a seguir (Fig 2.7) sobrepõe a área de ocorrência das coberturas vegetais do estado do Paraná ao Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, elaborado pelo etnólogo e indigenista Curt Nimuendajú (IBGE, 2017 [1944]). No mapa, no qual há um enfoque específico no estado do Paraná, pode-se notar a ocorrência de áreas de entrecruzamento das matrizes Jê e Tupi-Guarani, catalogadas a partir de registros, documentações e coleções históricas pesquisadas por Nimuendajú. Os registros históricos que pautam os eixos de ocupação elaborados pelo autor estão ligados às documentações produzidas a partir do contato dessas culturas com europeus, iniciada no século XVI, com a colonização ibérica da América do Sul.

[16] Fonte: Instituto Socioambiental (ISA). Povos Indígenas no Brasil: Quadro Geral dos Povos, 2021. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos. Acesso em 17 de outubro de 2023.

Figura 2.7: Eixos de ocupação territorial das tradições Tupi-Guarani e Jê no Paraná



FONTE: O autor (2026), com base em Gomes et al., 2016; IBGE, 2017.

Percebe-se que boa parte dos eixos de ocupação territorial e de interação ecológica estão associados aos vales dos grandes rios, assim como situados em áreas de ecótone, com grande variedade de recursos ecossistêmicos, sobremaneira para caça e coleta. As estratégias de uso e ocupação dos territórios estiveram profundamente associadas às dinâmicas do meio, à autoeconomia florestal e ao extrativismo – o consumo de fibras, frutos, sementes e mel – integradas às práticas de agricultura, relacionadas aos conhecimentos cíclicos e cosmogônicos de cada tradição, que, em partes, perduram até hoje nos conhecimentos empregados pelas populações indígenas no Paraná.

A apresentação da ancestral interação das etnias indígenas e, sobremaneira, da população Guarani para com a floresta, buscou introduzir aspectos temporais de conformação da interação etno-ecossistêmica, conteúdo investigado e devidamente aprofundado mais adiante na pesquisa, no terceiro capítulo. Portanto a pesquisa arqueológica potencialmente embasa aspectos interpretativos acerca da longevidade de práticas territoriais, suas origens e transformações ao longo do tempo. Tais práticas embasam comportamentos contemporâneos que atravessam as gerações em adaptação e resiliência, sendo relevantes para a interpretação da gestão territorial historicamente praticada na Floresta com Araucárias e da formação da territorialidade indígena dentro desse ecossistema.

2.3 A COLONIZAÇÃO DA FOM NO MÉDIO IGUAÇU: ENTRE O XIX E O XX, A CONSOLIDAÇÃO DO PARADIGMA DA HOMOGENEIZAÇÃO

A partir da virada do século XIX para o XX, mais precisamente no período compreendido entre 1880 e 1940, o paradigma de homogeneização plena da Floresta com Araucárias se constituiu como dispositivo do regime da ordem colonizadora e princípio de gestão territorial fundamentado em um imaginário ocidental de natureza a ser aplicado no território da FOM no Paraná. O recorte têmporo-espacial proposto é do período da territorialização desse paradigma de gestão dos recursos florestais, ocorrido entre a da segunda metade do século XIX e a primeira metade do XX, no território biocultural da FOM do vale do Médio Iguaçu, conforme discutido mais adiante. Assim, a presente seção busca elementos da historicidade para embasar o processo de invasão de uma frente colonizadora que trataria de instituir um imaginário ocidental de natureza, cuja consolidação resulta na instauração do modo de produção capitalista no território. Outrossim, visa situar o paradigma homogeneizante das paisagens em contraposição às outras formas de gestões territoriais periféricas mantidas, com não pouco enfrentamento, dentro desse ecossistema.

Desde os primeiros movimentos colonialistas no ambiente da Floresta com Araucárias houveram especulações acerca da grande diversidade física e biológica abrigada por esse ecossistema. Não obstante, os colonizadores também demonstraram interesse na apropriação da mão-de-obra indígena para o trabalho e em sua aculturação (Nimmo e Nogueira, 2019). Além do mais, as condições ecossistêmicas e fitogeográficas do Paraná estiveram, desde o início das ações da colonização, especuladas e apropriadas pelas elites econômicas e políticas, conforme suas demandas e possibilidades de acúmulo de poder e capital (Oliveira, 2001). Como exemplo desse contexto, aponta-se a expansão colonial apoiada na conversão dos campos naturais em fazendas de criação de gado, cuja posse foi conferida a famílias luso-brasileiras, impondo conflitos de domínio territorial contra os Kaingang, conforme apontam as pesquisas acerca dos campos do Atalaia e Sepultura em Guarapuava (Mota, 1994; Santos, 1999; Durat, 2011).

Para o autor Boaventura de Sousa Santos, o ato colonizatório implica em um conjunto de ações que incluem destruição, espoliação e descontinuidade como elementos inerentes às ideias do progresso, integração e a criação de riquezas – sendo esses os argumentos que embasam os discursos da colonização –. Para ele, uma característica-chave do colonialismo é a íntima relação entre o capital e a propriedade (Santos, 2022). A posse de terras, assim como os

discursos colonialistas, faz parte da narrativa fundacional, e atua como importante veículo de concentração de poder por parte dos agentes da colonização.

Seguindo a linha de raciocínio proposta pelo autor, epistemicídio, historicídio e aculturação tornam-se modos operacionais da usurpação de terras, inseridas em um conjunto de ações territoriais em que o colonizador se impõe ante o colonizado, desvinculando esse de sua identidade cultural e territorial, convertendo-o em um agente de sua própria repressão socioespacial. De acordo com a jurista Brenna Bhandar, a posse de terras foi e continua sendo o objetivo máximo do poder colonial, sendo o "direito de propriedade o meio primordial para a realização desse desejo" (2018).

As condições da colonização identificadas pelos autores atuaram no processo dentro da FOM, em que ocorreu a associação entre o potencial acúmulo de capital – a partir da exploração de uma economia florestal – e a implementação, como política de Estado, do branqueamento populacional e integração territorial (Costa e Ferreira, 1999). Os movimentos de colonização da FOM no Paraná, a partir da segunda metade do século XIX, tiveram na especulação de terras a condução de ações de inserção no território através da lógica capitalista de economia integrada em escala transnacional (Linhares, 1969; Wachowicz, 1981).

A elite política do Paraná, organizado administrativamente como uma província independente desde 19 de dezembro de 1853, pautava o interior do estado a partir da seguinte perspectiva: [há] "uma quantidade inumerável de índios (sic) que vagueiam perdidos para o trabalho e para a indústria pelas suas terras devolutas e em grande parte ainda por explorar" (Paraná, 1854)[17]. O crescente interesse das elites em explorar o potencial econômico do território da Floresta com Araucárias no interior do Paraná se desdobrou na estratégia de estabelecimento de colônias de imigrantes, pois, de acordo com Lamenha Lins, então Presidente da Província, em relatório apresentado à Assembleia Provincial, "[era] preciso, pois, preparar os colonos para penetrarem nas regiões de matas virgens" (Paraná, 1877)[18], com o intuito de que aqueles convertessem a paisagem de acordo com os anseios e interesses das elites econômicas e seu projeto de colonização (Nogueira, 2021).

Entretanto, o processo de ocupação e conversão paisagística colonial da Floresta com Araucárias no Paraná foi estabelecida ao longo de diversas etapas, sobremaneira condicionadas pelo ambiente e funções específicas relativas às instalações das colônias de imigrantes. O

[17] PARANÁ. Relatório do Presidente de Província do Paraná, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembleia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854, p. 60 – 64.
[18] PARANÁ. Relatório do Presidente de Província do Paraná, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembleia provincial em 15 de fevereiro de 1877. Typ. Da Viúva Lopes, Curitiba, 1877.

primeiro movimento de alojamento de colônias no estado, por exemplo, se deu entre 1820 e 1850, com a fixação de alemães na região da Lapa e do Rio Negro a partir do ano de 1829 (Cardoso; Westphalen, 1981, p. 62; Wachowicz, 2010, p. 173). Segundo o historiador Ruy Wachowicz (2010), a primeira colônia de europeus não luso-brasileiros fundada às margens do rio Negro – maior afluente do rio Iguaçu (Maack, 2012) – foi uma estratégia utilizada para afastar indígenas Xokleng da rota comercial que interligava o Rio Grande do Sul a São Paulo utilizada por tropas comerciais.

Nessa seção, portanto, buscamos regionalizar o processo colonizador para o espaço do Médio Iguaçu. Especifiamente, o processo de colonização na bacia hidrográfica do Médio Iguaçu se desenvolveu pautado em um conjunto de ações que ocorreram em período histórico comum. A regionalização da análise da colonização do território da FOM – em suas grandezas biológica, física e populacional – permite uma análise mais consistente das fontes históricas primárias e secundárias. Viabiliza também maior enfoque na escala interpretativa da agência territorial da colonialidade dentro da FOM, assim como dos processos de resistência e reconstrução de gestões territoriais periféricas face à homogeneização das paisagens promovida pelos agentes territoriais das forças dominantes.

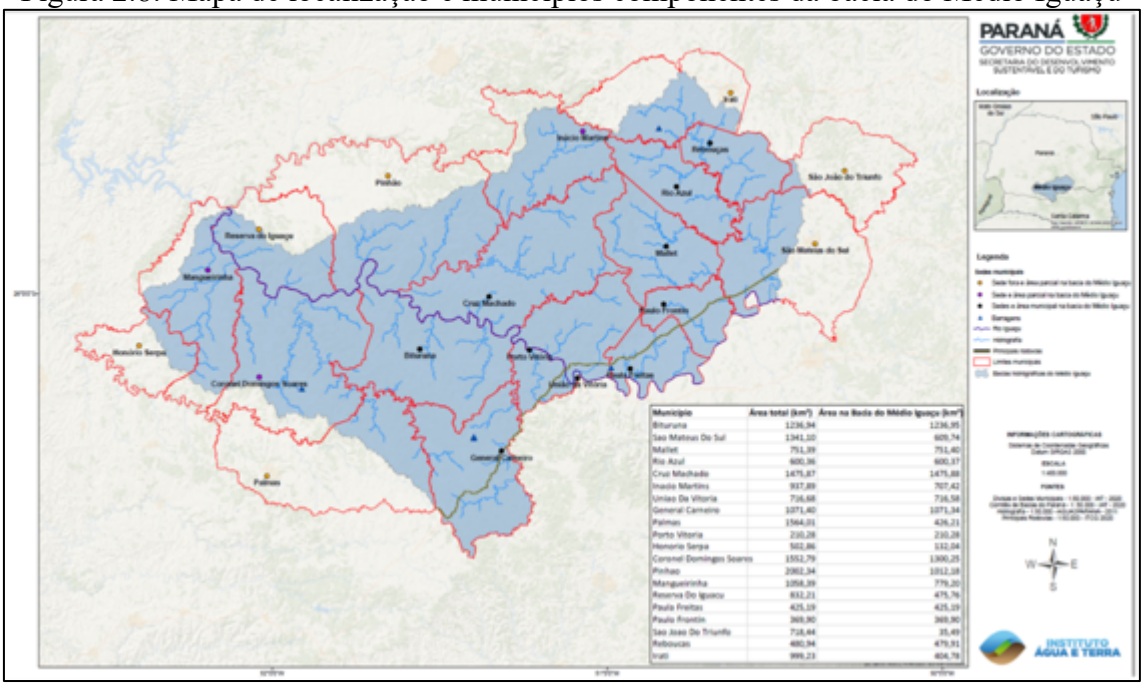
Para tanto, propõe-se o recorte da FOM a partir da bacia hidrográfica do Médio Iguaçu, cuja dimensão espacial se distribui em uma área total de 17.950 km^2, espalhando-se pelo território hoje compartilhado entre 20 municípios, sendo os seguintes: Honório Serpa, Coronel Domingos Soares, Palmas, General Carneiro, Porto Vitória, União da Vitória, Paula Freitas, Paulo Frontin, Mallet, Cruz Machado, Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão, Pinhão, Rio Azul, Irati, Bituruna, São Mateus do Sul, São João do Triunfo, Rebouças e Inácio Martins (IAT, 2024).

O recorte territorial da pesquisa delimitado pela bacia hidrográfica inspira-se na metodologia proposta por Diogo Cabral (2007) que defende o recorte de bacias hidrográficas como categoria investigativa para interpretação dos fenômenos históricos ocorridos em amplos territórios com características naturais específicas, tal como a Floresta com Araucárias, em recortes mais detalhados. A leitura a partir de escalas hidrográficas proporciona categorizações mais acuradas da linha de base biofísica, condensando maior número de nuances interpretativas (Cabral, 2007).

A bacia do Médio Iguaçu, em sua formação fitogeográfica originária, está em mais de 90% coberta pela FOM, tanto na formação montana quanto na alto-montana – sobremaneira na associação à formação da Serra da Esperança – apresentando, ainda, em sua porção sudoeste,

áreas de ocorrência de campos naturais (Paraná, 2009). A escolha desse recorte territorial está relacionada ao território que ocupará papel central nas discussões encaminhadas ao longo da tese: a Terra Indígena Rio d'Areia, situada às margens do rio d'Areia, no município de Inácio Martins. Além disso, o processo de colonização nessa bacia hidrográfica se desenvolveu pautado em um conjunto de ações homogeneizantes ante o espaço e sociedade, e em período histórico comum. A figura 2.8 abaixo, apresenta o recorte com base nos dados do Instituto Água e Terra (IAT).

Figura 2.8: Mapa de localização e municípios componentes da bacia do Médio Iguaçu



FONTE: IAT, 2024.

Partindo da bacia do Médio Iguaçu como lócus da "terrenidade" dos acontecimentos históricos que fundamentam as condições estabelecidas no tempo presente (Pádua, 2010), ao longo da próxima seção do capítulo está desenvolvida uma leitura geohistórica do território da FOM do Médio Iguaçu. A finalidade desse movimento é de proporcionar caminhos para a interpretação dos processos históricos e espaciais atuantes no território em questão, cujos usos e sentidos constituem, contemporaneamente, uma paisagem homogênea como resultado da implementação das ações ligadas à colonização.

2.3.1 A colonização como *modus operandi*: o planejamento e a essência da conversão paisagística como dominação territorial

No interior do estado do Paraná, ao longo da primeira metade do século XIX, os campos naturais foram apropriados pelas elites econômicas e convertidos em 'ilhas' de posse territorial

do Estado brasileiro – inicialmente tomados pela Coroa portuguesa, posteriormente pelo Império do Brasil –, sendo convertidos em grandes propriedades e fazendas de pecuária, uma das vertentes econômicas mais especuladas pelas elites e pelo próprio Estado (Oliveira, 2001; Nogueira, 2021). O sistema de gestão territorial das fazendas se dava, como mencionado acima, em ilhas de domínio, pois era dentro das áreas de campos que o seu poder e forma operacional se manifestava, incluindo nesse processo a fundação de vilas – como Ponta Grossa, Guarapuava, Palmeira e Palmas – e exploração da mão-de-obra de pessoas escravizadas dentro das grandes fazendas (Franco Netto, 2005). Esse regime de territorialização tinha uma barreira física de contenção à sua expansão: as florestas que circundavam os campos.

Entretanto, o processo de exploração da floresta era condição *sine qua non* para a promoção do desenvolvimento do mercado agroexportador por parte do Estado, que se beneficiou dentro de um contexto geopolítico, a partir da década de 1830, com o Paraguai se fechando ao comércio exterior. Especificamente o Paraná – à época ainda não independente da Província de São Paulo –, se torna interessante à exploração, beneficiamento e comercialização da erva-mate (Linhares, 1969; Wachowicz, 2010). Ainda de acordo com o historiador Temístocles Linhares, nesse contexto, o Paraguai deixava de ser o maior exportador mundial de erva-mate, pavimentando o caminho para que o estado do Paraná assumisse essa condição, a partir da instalação de indústrias de beneficiamento de erva-mate no estado.

O desenvolvimento da indústria ervateira no Paraná, que em 1853 já abrigava 90 engenhos de beneficiamento de erva-mate (Wachowicz, 2010), tornara-se objetivo central nas políticas públicas de Estado. Em 1857 a Secretaria de Agricultura publicou circulares acerca da padronização do processamento da erva-mate retirada de ervais nativos espalhados pelas chamadas terras devolutas paranaenses (Linhares, 1969; Nogueira, 2021). A economia ervateira, na condução interpretativa construída na presente subseção da tese, portanto, representa um conjunto de pensamentos e ações que pautaram os anseios e interesses da classe governista paranaense e alocou no seio das discussões o sub-bosque da Floresta com Araucárias, deslocando a floresta, dentro da mentalidade colonialista, da condição de fronteira à condição de terreno a ser colonizado, convertido à lógica de exploração, acúmulo e desenvolvimentismo. Porém, ainda antes de se consolidarem os movimentos de fundação de colônias no território, é relevante inserir ainda outro importante elemento econômico associado à indústria ervateira.

No ano de 1871 foi fundada, por Antônio Rebouças, a Companhia Florestal Paranaense, representando a primeira movimentação concreta dos industriais locais em direção à exploração

econômica das demais árvores que compõem o ecossistema da Floresta com Araucárias. Segundo pesquisas históricas relacionadas ao estabelecimento dessa, que foi a primeira indústria madeireira instalada no território do Paraná, afirma-se que o principal objetivo do processamento de tábuas de madeira de pinheiro-do-Paraná estava relacionado ao acondicionamento da erva-mate processada pelos já estabelecidos engenhos ervateiros na capital Curitiba e no litoral do estado (Trindade, 2011). Essa afirmação, inclusive, foi publicada pelo engenheiro André Rebouças, irmão de Antônio, em comunicado à Associação Brazileira de Aclimação da Província do Paraná, publicado em 1876. Além da especulação ervateira e madeireira, outras características ecossistêmicas da FOM tornaram-se interessantes à exploração. O nó-de-pinho[19], por exemplo, passou a ser utilizado para geração de pressão de vapor suficientemente forte para mover as engrenagens da serraria instalada às margens do primeiro planalto paranaense, passando a ser um objeto comercializado (Bigg-Wither, 1974).

Assim, o estabelecimento de uma economia de extrativismo florestal se incorporou como principal atividade de geração de renda e produção de riqueza econômica no Paraná. Essa condição fundamentou os interesses especulativos das elites política e econômica paranaenses em relação ao desenvolvimento de estratégias de ação territorial colonial. Ou seja, tanto a economia ervateira quanto a economia madeireira tinham em comum a base de extração de recursos ambientais de dentro do ecossistema da FOM, e esse fator alicerçou o planejamento do movimento de territorialização proposto pelas políticas de colonização, fazendo da sustentação da colonização sua ligação imediata ao sistema econômico vigente no território do Paraná.

Os fatores históricos acima mencionados são trazidos com a finalidade de elucidar as condições e pensamentos vigentes quando foram elaboradas as primeiras ações de condução e estabelecimento de imigrantes europeus na região do Médio Iguaçu a partir da década de 1880. Deste momento em diante, a floresta colonizada, associada à especulação madeireira, ervateira e ao uso extensivo agropecuário passou a ser o modo operacional de uma territorialidade em plena expansão, que avançava, desta vez, por debaixo dos pinheirais, convertendo a paisagem e expandindo a fronteira agrícola do Paraná.

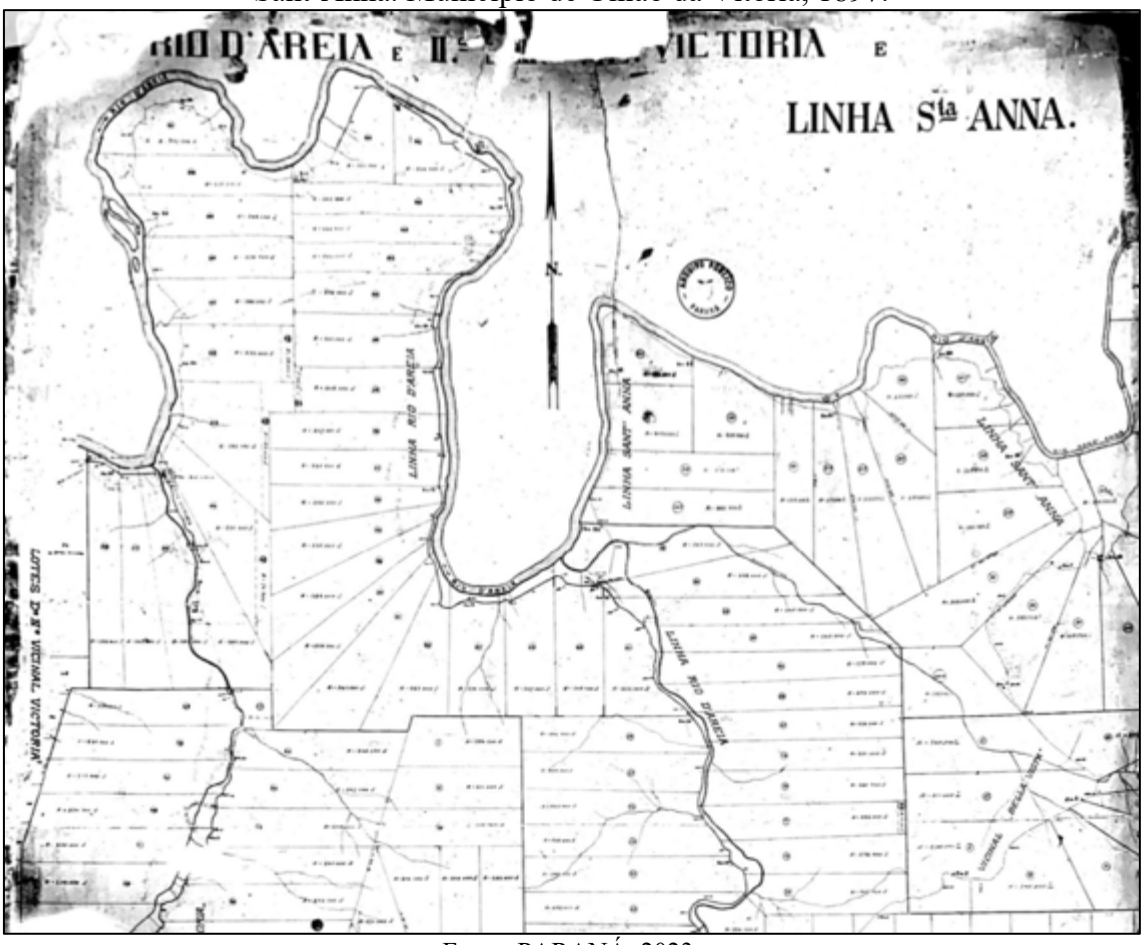
[19] O nó-de-pinho se forma após a morte e decomposição da *Araucaria angustifólia*, sendo um núcleo nodoso que é encontrado no solo, geralmente próximos aos caminhos d'água dentro das florestas, originado na interseção dos galhos do pinheiro com o cerne da árvore. É caracterizado pela sua forma cônica, elevado peso específico e alto poder calorífero. *In*: VARGAS, M. J. P; SANQUETTA, C. R; WEBER, K. S; SANTOS, K. Levantamento qualitativo de nós-de-pinho em um remanescente de Floresta Ombrófila Mista – General Carneiro – PR. Revista Acadêmica, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 77-84, abr/jun., 2006.

Destarte, antes do avanço da narrativa em direção às práticas territoriais cotidianas da colonização, praticada na vivência *in loco* pelos colonos, sob influência direta dos anseios do Estado brasileiro, serão apresentadas as estratégias do planejamento do processo de ocupação colonial da FOM no território do Médio Iguaçu.

O engenheiro Cândido Ferreira de Abreu[20] ocupou por diversos momentos, durante as décadas de 1880 e 1890, o cargo de Secretário de Obras Públicas e Colonização do Estado do Paraná. O Arquivo Público do Paraná concentra em seu acervo numerosas comunicações e relatórios elaborados pelo então secretário, a partir das quais podem ser encontradas densas informações acerca das estratégias territoriais adotadas para a efetivação da colonização do interior do estado. No acervo de documentações e mapas verifica-se como foram projetadas colônias, dividindo áreas florestadas em numerosos lotes com a finalidade de instalação de pequenas propriedades rurais. A figura a seguir (Fig. 2.9), uma planta cartográfica do ano de 1897, é o projeto original de loteamento das chamadas linhas de colonização Rio d'Areia, 2ª Vicinal Victória e Linha Santana, situada no contemporâneo município de Cruz Machado/PR.

[20] Engenheiro civil, prefeito de Curitiba, deputado federal e senador da República, cuja relação familiar imediata com Agostinho Ermelino de Leão Júnior, convertido no maior exportador de madeira e erva-mate de todo o século XX no Paraná (NEGRÃO, 1928, p. 179), indica traços da histórica associação entre o Estado e a burguesia industrial paranaense. Segundo o professor Ricardo Oliveira, essas relações estiveram pautando, inclusive, as tomadas de decisão do Governo em benefício direto das empresas e negócios familiares. OLIVEIRA, R. C. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

Figura 2.9: Mapa dos loteamentos coloniais Linha Rio d'Areia, 2ª vicinal Victória e Linha Sant'Anna. Município de União da Vitória, 1897.



Fonte: PARANÁ, 2023.

A primeira etapa de colonização, portanto, ao visar o estabelecimento de núcleos coloniais dentro do regime de expansão territorial adotado pelo estado, consistiu no loteamento das áreas florestais a serem convertidas e ocupadas por colonos. Essas áreas, geralmente, estavam localizadas não muito distantes de vilas ou estações ferroviárias nas quais havia parada do trem de carga – para transporte, sobremaneira, de toras de madeira – da Rede Viação Paraná – Santa Catarina, antiga ferrovia São Paulo – Rio Grande (Carvalho, 2006; 2011; Nogueira, 2024) ou então próximas ao rio Iguaçu e seus portos, objetivando a ocupação paralela à via de navegação fluvial estabelecida em 1882 (Riesemberg, 1973; Bach, 2006). No Médio Iguaçu, a maioria dos municípios foi fundada ou desmembrada de municípios mais antigos, conforme foram sendo estabelecidas colônias em seu entorno e gerando autonomia econômica e administrativa às então recém-formadas cidades e núcleos coloniais, entre 1877 e 1930[21] (IBGE, 2024).

[21] União da Vitória (1877), Mangueirinha (1887 como distrito de Palmas), São João do Triunfo (1890), São Mateus do Sul (1890), Pinhão (1892, como distrito de Guarapuava), Honório Serpa (colônia madeireira estabelecida em

Com a finalidade de ocupação territorial e expansão do sistema econômico extrativista, associado à produção agrícola primária, com a ideia de que os imigrantes eram necessários para o povoamento e produção de riqueza para o Paraná (Oliveira, 2007), o Governo do Estado, em comum ação com o Governo Federal e companhias privadas de colonização, passaram a atuar na captação de imigrantes e desenvolver estratégias para assentá-los nas regiões de florestas ao longo do vale do Iguaçu. Para as finanças do Estado, os esforços para colonização representavam um jogo de ganha-ganha, conforme apontou Abreu no relatório de 1893: "[...] os lotes distribuídos attingiram [a quantidade de] dous mil e oitocentos, que ao preço médio de quinhentos mil reis representão uma receita de mil e quatrocentos contos, que dentro de oito anos o Estado cobrará sem ter para isso contribuído com importancia alguma." (Paraná, 1893).

Portanto, antes mesmo da fixação de colonos nos lotes projetados pelo Estado, já estava estabelecida a necessidade de produção econômica com finalidade de pagamento das terras cedidas pelo governo por parte dos imigrantes que nelas se estabeleceriam com suas famílias. Esse fundamento condicionava aos colonos a obrigatoriedade de sua inserção em um regime produtivista voltado ao acúmulo, instituindo, ao processo de territorialização da FOM, uma matriz epistêmica de gestão territorial baseada na homogeneização da paisagem.

Pesquisadores da história demográfica do Paraná classificam o período compreendido entre 1880 e 1940 como de acentuado aumento populacional no estado, com os censos demográficos indicando um crescimento de praticamente dez vezes na quantidade de pessoas habitando a totalidade do território paranaense (Cardoso e Westphalen, 1981)[22]. A grosso modo, esse crescimento resultou da política de colonização promovida pelo estado, e isso se aplica ao ambiente da FOM das margens do Médio Iguaçu e seus afluentes. Durante esse período, foi assentada grande quantidade de imigrantes oriundos da Europa Central nas colônias da região. Apesar de o número exato de famílias e imigrantes de primeira geração instalados na região não seja preciso e nenhuma bibliografia explicite tais informações, e, embora pesquisas apontem a dificuldade em se categorizar imigrantes por suas nacionalidades na virada do XIX para o XX (Oliveira, 2009), existe robusta produção acadêmica que retrata o panorama de

1896), Mallet (1896), Paulo Frontin (1902, antiga colônia Vera Guarani), Paula Freitas (1905, a partir da colônia Carazinho), Irati (1907), Inácio Martins (como distritos de Rio d'Areia em 1900 e Guarapuavinha em 1910), Cruz Machado (1918), Rio Azul (1918), Bituruna (desmembrando de Palmas através da Colônia Santa Bárbara em 1924) e Rebouças (1930). IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em 22 de março de 2024.

[22] Segundo os pesquisadores, a população cresceu em número absoluto de 126.722 habitantes em 1872 para 1.236.276 em 1940, o que representa um crescimento de 975% em um período de seis décadas.

origem étnica dos imigrantes conduzidos ao meio rural e às cidades dentro do processo de colonização no Médio Iguaçu.

De acordo com dados levantados pelo historiador Ruy Wachowicz em pesquisa arquivística, é possível afirmar que entre 1880 e 1948 entraram no Paraná cerca de 128 mil imigrantes, sendo que 3/5 desse total eram imigrantes provenientes dos territórios contemporâneos da Polônia e Ucrânia (Wachowicz, 2010). Essa proporção é indicada como tendência na bacia do Médio Iguaçu de acordo com as pesquisas históricas e sociais com abordagem étnica nesse território (Boruszenko, 1969; Wachowicz, 1970; Chang, 1988; Carvalho, 2006; 2011; Straube, Urben-Filho e Kopij, 2007; Reis e Silveira, 2008; Barreto, 2008; Oliveira, 2009; Tedesco e Heinsfeld, 2009; Guérios, 2012; Dvorak, 2013), evidenciando, assim, uma presença majoritária de imigrantes oriundos da Europa Central e do Leste alocados na FOM.

No ano de 1891 um padre polonês, de nome Zygmunt Chelmicki, realizou uma visita às colônias com imigrantes poloneses recém-fundadas nas imediações da cidade de São Mateus do Sul. O objetivo do religioso era elaborar um relatório acerca dos problemas encontrados pelos seus compatriotas em território brasileiro, visando embasar estratégias para conter o movimento que ficou conhecido naquele país como a ‘febre migratória brasileira’ (Oliveira, 2009; Dvorak, 2013). Nas vivências dos colonos, percebidas e relatadas pelo padre, encontram-se evidências sobre o regime de especulação da terra, mão-de-obra e demanda produtiva, à medida em que “o colono é obrigado a pagar a terra e a casa em prestações anuais, conforme o preço das mesmas determinado pela agência de colonização” (Chelmicki, 2010 [1891], p. 254). Para tanto, o colono, logo ao se instalar nos lotes, também chamados de glebas, deveria iniciar as atividades agrícolas, também havendo necessidade de trabalho na construção da rede territorial “até sua primeira colheita, trabalhando 15 dias de cada mês nas obras de construção das estradas que cortam as colônias, recebendo do governo o pagamento de 1.500 a 2.000 réis por dia” (Chelmicki, 2010 [1981], p. 261).

A confluência de fatores expostos até aqui fundamenta a condição para a ação territorial do colono como agente local da colonização. Isso quer dizer que os colonos das mais variadas origens, ao serem conduzidos aos lotes de terra, foram condicionados a atuar dentro de um rol de ações comum, definidas pelas circunstâncias instituídas pelo Estado. Estando eles, necessariamente atuando dentro de um *modus operandi* de expansão do projeto de territorialização da Floresta com Araucária. Para tanto, a atitude pioneira a ser tomada pelo imigrante alocado em nova gleba estava imediatamente relacionada à conversão da paisagem,

à transformação do ambiente em uma propriedade produtiva, controlada, na qual ele pudesse instalar uma roça para sustento e iniciasse práticas visando intergração à rede comercial. Nesse circuito de ações, as observações do padre Chelmicki são interessantes e elucidativas:

> Existem dois tipos de terra que estão sendo demarcados para os colonos: o campo, extensão de terra coberta por apenas capim e certo tipo de pequenos arbustos, e a mata virgem. O campo requer, já de saída, um tratamento corretivo, pois existe o preconceito, entre os colonos, de que o campo é estéril. Digo preconceito porque só os italianos os escolhem e instalam vinícolas, que lhes dá um bom lucro, porém conquistado a duras penas. Para o colono polonês, a mata virgem agrada mais, já porque a floresta sempre foi a sua maior tentação, já pelo fato da ideia errônea de que lá encontrará terra muito melhor. [...] Ninguém pode ter ideia do que seja uma floresta virgem, ou melhor, uma floresta brasileira, se não viu com os próprios olhos. É uma compacta massa verde. Milhares de cipós entrelaçados envolvendo tanto as árvores menores como as gigantes, centenárias. Do meio dela apenas as folhas e as pontas sobressaem. Do solo despontam milhares de espécies de samambaias e arbustos (p. 257). [...] Então, primeiramente começa pelo corte do mato e dos cipós com uma ferramenta apropriada que tem forma de um alfanje curto, a foice, ferramenta desconhecida na Polônia. Assim consegue vencer o primeiro obstáculo, apanha o machado e empenha-se no corte das árvores de menor porte. Em seguida, chega a vez das maiores e por fim as gigantes (Chelmicki, 2010, p. 254-59).

O procedimento básico, portanto, para o avanço e estabelecimento da colonização na FOM, contou com a conversão da floresta em áreas produtivas, severamente antropizadas, a partir das quais o colono exerceu, intergeracionalmente, a colonização do território. O avanço do sistema de colonização dentro da FOM se consolidou a partir dos loteamentos e conversão da floresta, sendo notada a gênese do ordenamento territorial colonial na consolidação da paisagem do Médio Iguaçu, conforme apontou Leo Waibel a partir de levantamento local realizado na década de 1930:

> Nas áreas que eram outrora florestais, encontramos hoje em dia uma população de pequenos agricultores brancos, que juntamente com suas esposas e filhos têm lavrado a terra e estabelecido lares do tipo europeu. [...] Nas zonas serranas de colonização antiga, as linhas coloniais seguem normalmente os fundos de vales fluviais e de cada lado delas estão alinhados os lotes dos colonos, a distâncias de algumas centenas de metros [...] Esses lotes são estreitos ao longo da estrada e do rio, mas se estendem numa longa faixa retangular para o fundo, muitas vezes até o divisor de águas (Waibel, 1979, p. 231-259).

A partir da implantação do sistema de fundação de colônias e o modo operacional de avanço colonial em direção à floresta, o ecossistema em questão deixou de ser uma barreira para se tornar um território potencial a ser ocupado e controlado pelo Estado. À medida em que avançava a colonização europeia na região, adentrando progressivamente a floresta e os territórios indígenas, seus habitantes foram sendo divididos. Se em partes a população indígena fora absorvida[23] pela política integracionista das frentes colonizadoras, miscigenando-se e

[23] Como exemplo da política integracionista aplicada aos indígenas no Paraná, cita-se a Cláusula 24ª de contrato de Colonização firmado por particular com o Governo do Paraná, publicado em Relatório Oficial de 1896:

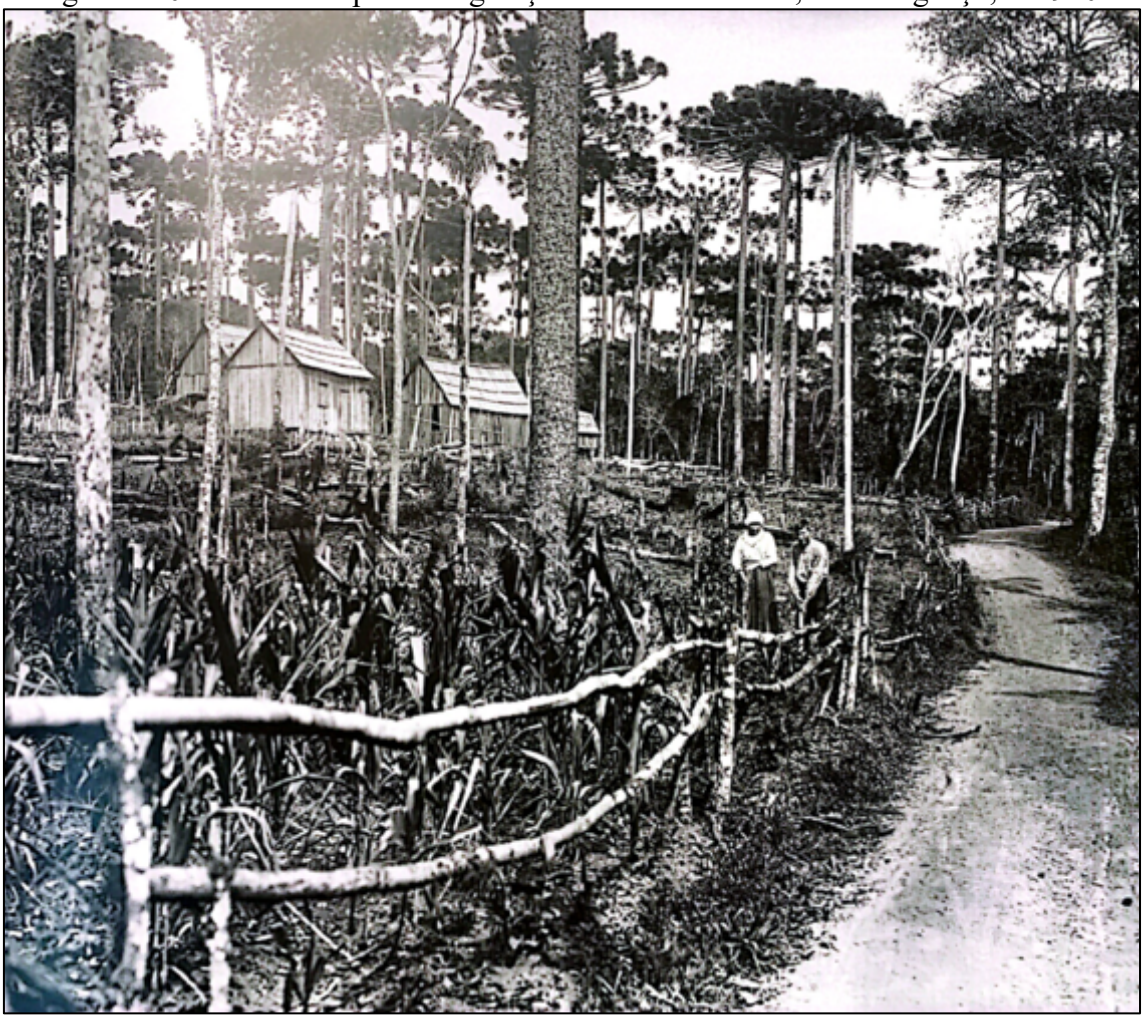
formando uma nova classe de trabalhadores (Novak, 2015), outra parte adotara métodos de resistência à colonização, fundamentados na fuga, cada vez para lugares mais isolados dentro das florestas[24], e esse fator será retomado na construção da tese, na ocasião de diálogos acerca das especificidades históricas e culturais de Terra Indígena Rio d'Areia, no terceiro capítulo.

A soma de fatores que se colocam como agentes da territorialização da FOM a partir da segunda metade do século XIX e primeira metade do XX embasam o modo operacional de ocupação do território, processo-base que viria a caracterizar o paradigma de gestão territorial na região, conforme apontou Nogueira (2024). A Floresta com Araucárias, a partir do avanço da colonização, portanto, passou a ser convertida em paisagem de pleno uso, com o avanço da instalação de áreas de produção de grãos e cereais, principais cultivos mantidos pelos colonos (Wachowicz, 1970; Tedesco e Heinsfeld, 2009), como se averigua na fotografia (Fig. 2.10) a seguir. O processo de colonização em questão se articulou no território a partir de um conjunto de ações que contou com o loteamento florestal, fundação das colônias e núcleos coloniais (vilas e cidades), inserção do colono, aplicação de mão-de-obra na conversão da paisagem e implementação do trabalho dentro de regimes econômicos.

"Proceder à catechese e aldeamento, nos pontos convenientes e à escolha do Governo, dentro da zona a colonisar, dos índios (sic) nella existentes, de modo a tornal-os aptos para os trabalhos agrícolas e industriaes." O contrato ainda colocava a condição de não cumprimento dessa medida como passível de multa. (p. 15). PARANÁ, Arquivo Público do. **Relatório apresentado ao Governador do Paraná pelo Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública**. Typographia Moinho à Vapor, setembro de 1896, 207 p.

[24] Essa informação se verificou através da abordagem por meio de entrevista em História Oral, realizada com o Sr. João Karaí Xijú Alves para o pesquisador. Sr. João é um ancião Guarani cujas memórias da juventude remontam a década de 1940. ALVES, J. K. X**. Entrevista aldeia Rio d'Areia I**. Entrevista concedida ao autor. Inácio Martins/PR: UEPG, 2023. Arquivo mp4. Entrevista realizada para a pesquisa.

Figura 2.10: Colonos de primeira geração cultivando milho, Médio Iguaçu, c. 1910.



Fonte: WEISS, 2017, p. 35.

A territorialização colonial na FOM contou com a expansão das fronteiras agrícolas e o abrupto aumento demográfico do interior do Paraná, e isso se aplica incisivamente à bacia do Médio Iguaçu. Esse processo foi também incentivado pelos setores da economia paranaense baseados na indústria extrativista, conforme apontado anteriormente. Assim, paralelamente ao impulso dado à colonização, fora conduzida a ação do trabalho dos colonos no sentido de fomentar a rede de comércio de matérias-primas às indústrias. Isso significa que os colonos foram alocados dentro de uma rede econômica cujo mais novo agente – o próprio colono – era a base laboral do sistema.

O desenvolvimento da economia ervateira se pautou na colheita anual de folhas cruas, processamento e armazenamento realizado pelos colonos estrangeiros e nacionais em suas propriedades[25], enquanto a economia madeireira encontrou período de grande expansão durante

[25] Sobre os pormenores históricos e modificações ao espaço geográfico constituídos pela economia ervateira, recomenda-se a leitura de uma série de trabalhos consolidados, como: Martins, 1926, 1937; Leão, 1931; Bacilla,

a colonização, com o número de madeireiras, também chamadas serrarias, dispersas na FOM tendo aumentado significativamente entre 1896 e 1943, conforme indicam os dados apresentados na tabela a seguir (Tab. 2.1):

Tabela 2.1: Crescimento de serrarias no Paraná entre 1896 e 1943

Ano	Quantidade de serrarias em operação no Paraná
1896	64
1909	120
1920	174
1943[26]	643

Fonte: WALLE, 1910; MARTINS, 1944.

Os movimentos econômicos conduzidos pelas indústrias madeireira e ervateira atribuíram à paisagem do Médio Iguaçu, através de sua influência no comportamento colonial, profundas transformações no ecossistema florestal. A narrativa de Esequiel Hupalo, agricultor familiar descendente de terceira geração de colonos ucranianos, enfatiza a gestão territorial de conversão da paisagem e uso do solo exploratório. A partir de levantamentos em entrevista, as memórias familiares acerca do cultivo de roça e comércio de madeira para serrarias locais nos tempos da primeira geração de imigrantes (c. 1940) revelam práticas da conversão paisagística:

> À época dos falecidos avós era diferente, tudo aqui era mato, tinha como se viver, erva-mate, mel e madeira davam o sustento pra família, além do que o avô plantava. [...] o madeireiro vinha pra cá na comunidade e marcava as árvores que ele queria comprar, aí passava uns dias e vinha os empregados dele e derrubavam os pinheiros e as imbuias. Eles puxavam e levavam pra madeireira uma por uma de carroça [...], aqui tinha sete serrarias antigamente, hoje não tem mais nenhuma. Naquela época o pessoal chegava a derrubar pinheiro porque fazia sombra na roça (Hupalo, 2019)[27].

Além da exploração madeireira, as perturbações antrópicas foram conduzidas pelas ações ligadas à economia ervateira, como a chamada 'limpeza' de áreas de sub-bosque com grande concentração de erveiras, removendo espécies nativas da FOM para que não exercessem competição natural com a *Ilex paraguariensis*, reduzindo a variabilidade genética e biológica ecossistêmica. Incluso, a classificação entre florestas para exploração de madeira e florestas para extração de erva-mate, estabelecida a partir da concentração de determinada espécie por hectare, foi uma prática comum durante a colonização na FOM (Inoue et al., 1984, p. 94). O pesquisador Miguel Carvalho afirma, em sua tese de doutorado, que a exploração econômica

1940; Orreda, 1968; Wachowicz, 1967, 1983; Linhares, 1969, Costa, 1981; Costa, 1989, Urban, 1990; Trevisan, 1998 e Vanali, 2013.

[26] De acordo com Romário Martins, os dados referentes ao ano de 1943 colocam a madeira do pinheiro como o produto de maior valor econômico do Paraná, representando 30% das entradas, superando o café e a erva-mate (Martins, 1944, p. 243).

[27] HUPALO, E. **Entrevista Espigão dos Carijos**. Entrevista concedida ao autor em 14 de agosto de 2019. Antonio Olinto/PR: UEPG, 2019. Arquivo mp4. Entrevista realizada para a pesquisa. Total de 42:23 de duração.

da floresta e sua conversão em áreas de cultivo não foram as únicas modificações diretas da ação antrópica nos pinheirais, mas também as criações de animais como bois, cavalos e porcos, criados soltos nos sub-bosques da região também foi uma espécie de agência na conversão da paisagem e contenção de regeneração, atuando no processo de territorialização da FOM (Carvalho, 2010).

Durante a década de 1900, Paul Walle, conselheiro de comércio exterior do Ministério do Comércio da República Francesa, visitou a região de extrativismo florestal do estado do Paraná, e, em algumas passagens de sua obra, publicada em seu país de origem em 1910, evidenciam-se elementos interessantes no que se refere às práticas de interação com o meio adotadas pelas recém-estabelecidas famílias de colonos estrangeiros na região da FOM, mais especificamente nas colônias fundadas próximas ao núcleo colonial de Irati. Dentre as práticas mais bem descritas por Walle na região está a utilização da madeira na vida cotidiana:

> É possível ver lugares habitados por todas as partes: as casas, de estilo polonês bem característico, são construídas em madeira e cobertas por telhas igualmente de madeira, como a maioria das habitações no interior e nas colônias. A madeira é a matéria mais abundante e a menos custosa, desta forma, seu uso é abundantemente empregado, as propriedades são cercadas por pedaços de madeira no lugar de fio de ferro (Walle, 1910, p. 284).

A prática mencionada por Walle é passível de verificação ao retomar-se a análise da figura 2.10 acima, em que se vê, paralelamente aos limites das roças, a utilização de caules de árvores de menor porte como cerca de divisa da propriedade rural, assim como as casas construídas em madeira pelos colonos. Outra importante utilização das madeiras da Floresta com Araucárias durante a colonização e até, especificamente, a década de 1980, foi para a produção de material lenhoso (Carvalho, 2010, com base em Souza, 1950). Além da necessidade de utilização nas atividades domésticas, como cozinha e aquecimento das casas dos colonos, muita lenha foi utilizada para a secagem de erva-mate nos barbaquás[28] de famílias de colonos espalhados pelo território.

Assim, ao estabelecer uma leitura interpretativa do conjunto de fatores atuantes no processo de avanço da colonização dentro da FOM, igualmente como na análise das fontes, fica evidente que o processo de colonização se deu em etapas bem definidas e articuladas,

[28] Os barbaquás foram estruturas bastante utilizadas na região do Médio Iguaçu até a década de 1980, antes da mudança na normativa processual do fabrico de erva-mate. Construídos em madeira, eram pequenas estruturas montadas com a finalidade específica de processamento e secagem da erva-mate. Sua forma era composta por um túnel através do qual o calor do fogo era transferido para dentro de um abrigo onde a erva-mate é colocada para secar. Para conhecer mais sobre o assunto recomenda-se a leitura da seção intitulada 'Materialidade socioecológica' (p. 77-92) de Nogueira (2021). NOGUEIRA, J. F. M. M. **Historicidade e significado nas paisagens dos sistemas tradicionais de produção de erva-mate na bacia do Alto Iguaçu, sul do Paraná.** 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

expandindo-se intergeracionalmente, consoante ao que se pode interpretar na fotografia que segue (Fig. 2.11), – a partir das primeiras gerações de colonos – dentro do ambiente da Floresta com Araucárias, ampliando o controle do Estado e a integração colonial dentro um mesmo circuito. Destarte, identifica-se, como parte integrante das demandas impostas pelas agências externas, um conjunto de ações, usos e sentidos paisagísticos e espaciais que consolidaram o modo operacional de expansão da colonialidade dentro da FOM no Médio Iguaçu.

Figura 2.11: Paisagem de propriedade rural em plena conversão paisagística, com presença de áreas de plantio, remanescentes de FOM e intergeracionalidade. Colônia Gonçalves Júnior, Médio Iguaçu, c. 1906.



Fonte: WEISS, 2017, p. 33.

Basicamente, tal *modus operandi* idealizou a gestão territorial, determinando a condução das estratégias adotadas pelos colonos para a expansão da territorialidade colonial na região, estabelecendo o conjunto prático que se estendeu até o início da mecanização agrícola da região, durante a década de 1960/1970 (Sauer e Balestro, 2013). O modo de atuação, por conseguinte, estruturou-se na comercialização de madeira das áreas florestadas, exploração econômica da erva-mate nativa, conversão da floresta em áreas de plantio, expansão das atividades agrícolas, sucessão intergeracional da propriedade e integração de habitantes nativos

ao sistema colonial. Esse conjunto operacional resultou em um cenário regional no qual a idealização do *ethos* colonial funda a mentalidade agente como *status quo* colonizatório, discutido ao longo da subseção que segue.

2.3.2 Paradigma da hegemonia como *status quo*: imaginários e práticas no processo de territorialização expansivo/colonialista na Floresta com Araucárias

No decorrer da presente subseção discute-se como o fenômeno da territorialização colonial instituiu um estado de ser das múltiplas relações manifestas no espaço geográfico dentro da FOM na bacia hidrográfica do Médio Iguaçu. A partir do conjunto de ações através dos quais o território foi pautado durante as décadas finais do século XIX e anos iniciais do século XX, debate-se aqui o conjunto de resultados impressos na paisagem e em conformação de sentido territorial. Tais práticas resultam da constituição de uma sociedade embasada nas práticas, comportamentos e valores idealizados pelo *modus operandi* colonial ante a gestão territorial, conforme discutido ao longo da subseção anterior (2.3.1).

Estabelecidos como pensamentos e conjuntos de ações dominantes dentro do território em questão, a proposta da presente subseção, portanto, está em compreender a gestão territorial hegemônica instituída e continuada intergeracionalmente em relação às interações ecossistêmicas e em face das populações indígenas estabelecidas nesse território. Tal perspectiva embasa o entendimento acerca da complexa configuração contemporânea da gestão territorial da FOM no Médio Iguaçu.

Entretanto, em um primeiro movimento, se manifesta a necessidade de estabelecimento da diferença de sentido que fundamenta a análise da territorialização da colonialidade no recorte geográfico proposto. Se na interpretação acerca dos interesses e das condicionantes impostas à ocupação promovida pelos colonos, na conversão da ‘floresta como barreira’ para ‘floresta como território em expansão’, foi possível evidenciar o *modus operandi* da colonialidade, a partir do presente ponto, portanto, a tese busca interpretar como esse modo de vida influenciou no estabelecimento das relações que pautaram a gênese de um regime de natureza especulativo territorial como *status quo*.

O presente capítulo abordou, em seu conteúdo, o estado das condicionantes econômicas e políticas que caracterizaram os dispositivos da territorialização do processo colonizador enquanto um conjunto de movimentos planejados. Assim, ações conduzidas com finalidade desenvolvimentista e especulativa atuaram na territorialização da racionalidade econômica e instrumental dos agentes colonizadores da região. Não obstante, manifesta-se a necessidade da

caracterização do regime ético-comportamental expansivo/colonialista, o *ethos* do processo colonizador, que está ligado ao imaginário e suas práticas, entendido como *status quo* ou a lógica colonizadora. Na presente seção o *status quo*, conforme discutido, é concebido como forma de atuação do pensamento paisageiro através dos sujeitos-agentes paisageiros, que erigem a paisagem pelo trabalho e relações cotidianas. À medida em que vincula-se à lógica constituída pelo *ethos* dominante (Berque, 2013; Marandola e Oliveira, 2018).

Desde tal perspectiva, o processo de colonização da FOM no Médio Iguaçu foi pautado por um *modus operandi* – prática de colonização da paisagem – e no *status quo* – o imaginário colonizador da paisagem –, conduzido pelos agentes colonos estabelecidos no território. Esse *status quo* passa a embasar o conjunto de ações territoriais de modo a pautar o manejo da paisagem dentro dos circuitos da colonialidade, influenciando, no âmbito das ações espaciais, ambientais e identitárias, a formação da territorialidade colonizadora.

Com o intuito de categorizar os aspectos de ação do *status quo* inerente ao *ethos* expansivo/colonialista, foram estabelecidos três pontos fundamentais para a compreensão da atuação do *status quo* como dispositivo semiótico da constituição do *modus operandi* colonizador da FOM do Médio Iguaçu. Tais pontos se desdobram em: intensiva exploração econômica da floresta, expansão ilimitada da fronteira agrícola, condução de segregação, isolamento e diluição cultural dos povos originários da FOM.

A intensiva exploração econômica da floresta pautou-se pelo pensamento especulativo conduzido pelas indústrias ervateira e madeireira ante a biodiversidade da Floresta com Araucárias. A erva-mate foi inserida em um sistema extrativista rotacional, ou seja, a partir do estabelecimento de propriedades rurais dentro da floresta, as folhas verdes da erva-mate passaram a ser extraídas em ciclos visando sua regeneração, pautado na rebrota das mesmas, a cada dois, três ou mesmo quatro anos (Nogueira, 2021). A economia madeireira, por sua vez, agitou e conduziu um conjunto de ações exploratórias das árvores da Floresta com Araucárias, determinando valor econômico às maiores espécies de árvores da floresta: cedro, imbuia e pinheiro-do-Paraná (Lavalle, 1974). A manutenção a longo prazo dessa prática exploratória conduzida à biodiversidade florestal no Médio Iguaçu foi percebida pelo então diretor do Jardim Botânico de São Paulo, o botânico Frederico Carlos Hoehne, em incursão ao Paraná em 1928, e publicada em 1930:

> Essas mattas são caracterizadas ainda pela presença do ‘Mate’ e do ‘Pinheiro’. Dentro de alguns decênios, talvez só restará, porém a lembrança dessas florestas. Sobreviverá, certamente o Ilex paraguariensis, St. Hilaire, que, além de ser o mais resistente dos três, tem a seu favor o facto de que só é explorável enquanto vivo (Hoehne, 2014 [1930], p. 51).

De acordo com historiadores culturais regionais, a industrialização madeireira fundada na região embasou a ideação de um desenvolvimentismo pleno (Braga, 2011). As indústrias madeireiras, também chamadas de serrarias, eram grandes empresas em escala local cuja forma organizacional e de controle do trabalho eram inspiradas nas indústrias inglesas da primeira revolução industrial, baseadas em um modelo autossuficiente, com o estabelecimento de vilas operárias fundadas no entorno das madeireiras (Jorge; Martins, 2010, p. 97). Essa informação foi complementada através da oralidade, em entrevista coletada em São Mateus do Sul, Belarmino Silveira firmou que: "Aqui nessa propriedade era a sede da serraria Gavazone. [...] trabalhavam muitos imigrantes, poloneses, ucraínos, tinha caboclo, índio [sic], e na época morava todo mundo na vila [operária]"[29].

Portanto, é possível interpretar que, além de núcleos coloniais e colônias estabelecidas ao longo do período em questão, muitas comunidades tiveram suas origens a partir do estabelecimento de serrarias, ou seja, eram comunidades fundadas com a finalidade de exploração econômica da floresta. Alguns registros históricos evidenciam como eram organizadas as vilas de serrarias, dentre os quais as fotografias publicadas por Paul Walle em 1910 (Fig. 2.12) e as fotografias da Foto Progresso, de Augusto Weiss, também registradas durante a década de 1910 (Figs. 2.13 e 2.14). Esses vilarejos operários são relevantes para a compreensão do estabelecimento do *status quo* colonial no sentido de que representam epicentros do pensamento paisageiro extrativista, pois a partir das serrarias ocorreu dissipação de ocupação territorial e especulação econômica da Floresta com Araucária no Médio Iguaçu.

[29] SILVEIRA, B. X. **Entrevista Campo São Miguel da Roseira, São Mateus do Sul**. Entrevista concedida ao autor. São Mateus do Sul: UEPG, 2019. Arquivo mp4. Entrevista realizada exclusivamente para esta pesquisa. Total de 46:35 de duração.

Figura 2.12: Serraria em pinheiral, com vila operária, Mallet, Médio Iguaçu, 1909.



Fonte: WALLE, 1910, p. 297.

Figura 2.13: Vila operária da serraria Iraty, Irati, Médio Iguaçu, 1914.



Fonte: WEISS, 2017, p. 57-8.

A atividade de exploração econômica da floresta, baseada na indústria madeireira, durante o período de expansão da territorialidade colonial na região, entre 1880 e 1940, esteve

fundamentalmente embasada nos diversos empregos industriais da madeira, para além do uso como combustível e construção de casas de colonos. No 'Livro das Árvores do Paraná', cuja primeira edição foi publicada pelo então deputado estadual Romário Martins no ano de 1944, o autor esmiuça e detalha as qualidades e aplicações de cada tipo de madeira produzida pelas árvores dos ecossistemas paranaenses, incluindo-se aí a FOM. Ao total, o autor classificou 138 espécies vegetais cujas madeiras apresentavam, à época, potencial especulativo econômico. Segundo as especificações de usos apontadas por ele, a imbuia era muito utilizada para marcenaria, confecção de móveis de luxo, painéis, esquadrias, dormentes. Sua comercialização era feita em "toras, peças serradas e laminadas" (p. 62); o cedro, por sua vez, foi muito especulado para a "produção de mobília, forros de casas, esquadrias, caixilhos, venezianas" (p. 49). O pinheiro, segundo o autor a principal madeira explorável existente no Paraná, apresentava aplicações numerosas:

> Obras de marcenaria e carpintaria em geral; esquadrias, vigamentos, forros; mastros de embarcações, gurupés [estrutura naval], vergas; caixotaria, barricas; caixinhas e palitos de fósforo; cabo de vassoura e utensílios agrários; produção de resina industrial para fabricação do alcatrão, breu, piche; pasta e celulose para papel (Martins, 1944, p. 185-86).

As atividades exploratórias inerentes à colonização e propagação de serrarias no território do Médio Iguaçu fomentaram um conjunto de práticas territoriais de derrubada das florestas e conversão da paisagem. Em 1911, Gonzaga de Campos, nas notas explicativas sobre o 'Mapa Florestal do Brasil', afirmou que "recentemente, enormes derribadas estão sendo feitas para exportação, na mais larga escala, no vale do Iguaçu" (Campos, 1911 apud Martins, 1944, p. 15), enquanto o botânico paraguaio Moisés Bertoni, em 1924, afirmou haver um intenso processo de conversão de paisagem na região entre União da Vitória e Irati, com a derrubada de florestas e a transformação em campos (Bertoni, 1924).

Uma das características mais relevantes para a compreensão do papel do território do Médio Iguaçu como espaço central na exploração dos recursos florestais no estado do Paraná é o fato desse território ser atravessado, em grande parte, pela linha férrea, conforme mencionado anteriormente, com base em Carvalho (2006; 2011) e Nogueira (2024). Esse fator, de acordo com o apontado por Carvalho e Nodari (2005), para além da influência na condução do estabelecimento de colônias pelo Estado, atuou no estímulo à exploração florestal com base na economia madeireira, pois o transporte das madeiras, processadas ou não, passava, invariavelmente, pela estrutura logística oferecida pela linha férrea. Inclusive, relevante levantamento estatístico comparativo, elaborado e publicado por Martins (1944), embasou-se em informações acerca do transporte de cargas de toras de madeira pela Rede Ferroviária

Paraná-Santa Catarina (RVPSC) e dimensiona o desflorestamento ao quantificar os pinheiros e imbuias que foram retirados do ambiente da FOM. Em grande proporção oriundos do Médio Iguaçu, entre os anos de 1924 e 1934 foram comercializados em média ao menos 117.000 pinheiros por ano, de acordo com o mostrado na tabela a seguir (Tab. 2.2):

Tabela 2.2: Quantidade aproximada de toras de árvores da FOM comercializadas pela indústria madeireira entre os anos de 1924 e 1934[30]

Ano	Pinheiro (unidades)	Imbuia (unidades)
1924[31]	115.000	28.750
1925[32]	63.900	16.000
1926	53.000	13.300
1927	59.200	14.800
1928	53.200	13.200
1929	61.300	15.300
1930[33]	171.200	42.800
1931	151.200	37.800
1932	138.400	34.600
1933	200.800	50.200
1934	220.000	55.000

Fonte: MARTINS, 1944.

[30] Os valores unitários apresentados nesses dados estão embasados em uma proporcionalidade apresentada por Martins acerca da exploração econômica da FOM, baseada na ocorrência natural de pinheiros e imbuias dentro da FOM (1944, p. 206). De acordo com esse dado, baseado nas medições de Hoehne (1930), havia uma média de ocorrência de 1 imbuia para cada 4 pinheiros na FOM. Essa foi também a mesma proporção da especulação e comercialização da indústria madeireira. Portanto, os dados da tabela estão baseados em proporções referentes ao volume total registrado pelos órgãos responsáveis, com exceção ao ano de 1924, cuja medição em unidades foi publicada por Martins. Algumas das medidas, como as apresentadas sobre os anos de 1930 até 1934, estão baseadas pelo peso da carga, tendo em média uma tora de pinheiro 1.500 kg e uma de imbuia 1.600 kg (MARTINS, 1944, p. 62, 82).

[31] Dados relativos à estatística elaborada pela Diretoria da Receita da Secretaria de Fazenda, Indústria e Comércio do Paraná.

[32] Os valores referentes aos anos de 1925, 1926, 1927, 1928 e 1929 foram levantados por Martins a partir da exploração florestal registrada nos anais estatísticos do Conselho Federal de Comércio Exterior, e se referem exclusivamente às madeiras exportadas para fora do Brasil pelo estado do Paraná, por isso se vê uma redução na comparação com o ano anterior ou mesmo os posteriores. Apesar de não apresentar o dado completo, mesmo assim é possível ter noção da dimensão do fenômeno da especulação florestal em processo contínuo.

[33] Os dados referentes aos anos de 1930, 1931, 1932, 1933 e 1934 foram extraídos dos Relatórios de Transporte da Rede Ferroviária Paraná-Santa Catarina (RFVPSC), obtidos e publicados por Martins (1944, p. 250).

O conjunto de ações praticadas na retirada de árvores de dentro do ambiente da Floresta com Araucárias envolveu uma ampla variedade de agentes, que, dentro de um *status quo* instituído, agiu em prol da colonização e expansão territorial da região. Jorge e Martins (2010), por exemplo, demonstraram como as relações econômicas e de trabalho se aplicaram nos movimentos de exploração da floresta e a atuação de cada agente dentro de uma cadeia especulativa da floresta. Através de abordagens de história oral e análise em fontes documentais, os autores identificaram que os contratos de venda de árvores presentes nas áreas florestadas envolviam o proprietário do terreno em que estava a floresta, o comprador das árvores e a equipe de toreiros[34]. Os contratos se respaldavam na quantia aproximada de árvores existentes em uma determinada área e o tempo necessário para a equipe derrubá-las. Em um contrato interpretado pelos autores, consta, como exemplo da ação em questão, "dez mil pinheiros de dois palmos e meio pra cima de diâmetro, exceto a casca, ao preço de dois mil réis cada pinheiro" para ser derrubado em um período de cinco anos (Jorge e Martins, 2010, p. 103).

Nesse sentido, Nogueira (2021), através de abordagens com agricultores descendentes de terceira geração de colonos poloneses, levantou a informação que, para além da comercialização contratual, as árvores da FOM eram negociadas de maneira informal, pela ação de atravessadores que atuavam no abastecimento das serrarias locais. Como exemplo, o autor cita uma entrevista com a família Iavorski Oliva, em São Mateus do Sul, na qual há o relato da troca de pinheiros por materiais de construção, como telhas para paiol, ou mesmo por animais de criação, ao longo do processo de estabelecimento dos colonos de primeira geração no território durante a década de 1940 (Nogueira, 2021).

Na fotografia que segue (Fig. 2.14) observa-se o funcionamento operacional do carregamento de toras de imbuias, por intermédio dos toreiros ou atravessadores, em uma serraria instalada na comunidade de Engenheiro Gutierrez, município de Irati. O registro foi feito por Augusto Weiss na década de 1910, e nele é possível visualizar as carroças puxadas por animais trazendo largas toras de árvores puxadas das florestas adjacentes para a sede da serraria.

[34] Toreiro é o adjetivo dado ao profissional que trabalhava com a derrubada da árvore na floresta e seu transporte até a serraria ou local combinado com o contratante do serviço.

Figura 2.14: Serraria na região de Irati, início do século XX



Fonte: WEISS, 2017, p. 19.

A instituição da economia ervato-madeireira fundamentada em um *status quo* que percebia a floresta como possibilidade de proveito financeiro, através da especulação madeireira ou mesmo a ervateira, originou-se no *modus operandi* conduzido pelo Estado na formação de uma sociedade colonial no território de ocorrência da FOM. Essa condição imposta às florestas, na territorialização abordada no texto até aqui, se associou a outras imposições dos modos operacionais conduzidos ao território, como a expansão das fronteiras agrícolas, intergeracionalidade da propriedade e do domínio sobre a paisagem. Essa associação permitiu que a condução das ações territoriais ocorresse de forma sucessiva, ou seja, uma ação conduzia à outra, e dessa forma a floresta foi territorializada pelo conjunto mentalidade e ação fundada no *ethos* expansivo/colonialista .

À medida em que os colonos se estabeleciam nos lotes financiados pelo governo, como levantado anteriormente, cabia às famílias sua imediata inserção em um regime econômico, o qual era embasado pelo extrativismo e consequente implementação de sistema produtivo agrícola. Portanto, a criação de terras cultiváveis em áreas florestais necessariamente se desenvolveu a partir da derrubada das florestas. Tendo esse fator como base para a expansão econômica dos núcleos familiares, não é de se espantar que as serrarias se espalharam pelo território em ritmo proporcional ao das colônias de imigrantes europeus. Entretanto, não eram todas as árvores que tinham um valor especulativo tão alto quanto o cedro, a imbuia e o pinheiro-do-Paraná, sendo, após as derrubadas, imensa variedade de espécies foram simplesmente descartadas, deixadas para apodrecer ou por vezes queimadas.

A derrubada seguida de plantio conduziu à expansão da territorialidade colonial dentro da FOM no Médio Iguaçu. Entretanto, a matriz epistêmica constituída na gestão deste território, em pleno processo de formação, pautou-se pelo estabelecimento de fixação em lotes, a partir da sucessão e intergeracionalidade. Isso fez com que as áreas de plantio fossem multiplicadas com o passar do tempo, resultando no crescimento demográfico nas colônias. Nesse sentido, constatou-se o estabelecimento de um *status quo* expansivo, fundamentado no avanço incessante em direção às florestas, com a derrubada dos pinheirais e converção do sub-bosque em áreas agrícolas severamente antropizadas e sem regeneração (Carvalho, 2010).

O *status quo* extrativista, como um estado de ser da condição territorializante da colonização no Médio Iguaçu, atuou como um agente de formação de pensamento e conjunto de ações comuns dentro da sociedade, e essa expansividade, correlata à intergeracionalidade gestional do lote ou propriedade, foi apoiada pela conversão contínua de usos e sentidos da paisagem territorial. Algumas fotografias do período nos auxiliam a compreender essa etapa da colonização como conjunto de ações de gestão territorial.

A figura 2.15, por exemplo, datada de 1918, retrata a derrubada de pinheiral na margem esquerda do rio Iguaçu (provavelmente na região do atual município de Porto Vitória). Associado ao comércio de madeira, porém também à necessidade de expansão econômica pautada na conversão da paisagem, o avanço incessante da colonização em direção ao interior das florestas é representado também na figura 2.16 em seguida, com o processo de conversão em pleno desenvolvimento, ao evidenciar o sub-bosque da FOM sendo progressivamente convertido para a plantação de monoculturas, no caso, de um vinhedo instalado na colônia de Cruz Machado, na década de 1920.

Figura 2.15.: Derrubada de pinheirais na margem esquerda do rio Iguaçu, 1918.



Fonte: KOCH e CORRÊA, 2010.

Figura 2.16: Parreiral implantado na FOM, Cruz Machado, década de 1920.



Fonte: Fundação de Cultura e Turismo de União da Vitória *in:* CARVALHO (2006).

Como expressão comportamental homogeneizadora da paisagem, o *status quo* da ação colonizadora da FOM na região se manifestou como agência dos modos operacionais impostos ao território do Médio Iguaçu. Complementar e interdependente em relação aos dois elementos fundamentais do condicionamento pontuados na subseção até aqui, como terceiro elemento para a formação do domínio e imposição hegemônica ao território em questão está o conjunto de ações e pensamentos conduzidos ante as populações originárias da Floresta com Araucária.

Conforme indicam as pesquisas históricas, a FOM fora majoritariamente ocupada por aldeias e pequenos acampamentos Guarani – conforme indicam documentos históricos referentes à ocupação da floresta acessados nos acervos do Arquivo Público do Paraná e CEDOC/UNICENTRO, assim como em entrevistas com abordagem em História Oral –. Nesse contexto, a ação da territorialidade colonial influenciou o estabelecimento de um *status quo* embasado na expansão colonial extrativista e espoliadora, cuja idealização de sociedade se pautou no racismo, apropriação de territórios originários, repelimento e/ou conversão dos indígenas locais em mão-de-obra não qualificada para execução de trabalhos na base econômica do sistema exploratório da floresta (Oliveira, 1975).

Diferentemente do ocorrido no território dos afluentes do Iguaçu em Santa Catarina, onde a colonização se organizou a partir de grupos armados chamados de bugreiros, que tinham como finalidade ‘exterminar aldeamentos indígenas por completo’ (Santos, 1973), no Médio Iguaçu a zona de contato entre os colonos e os indígenas não foi estritamente um palco de violência física, porém um palco de violência simbólica. De acordo com Di Creddo, a violência utilizada para remover os antigos ocupantes do território se consistiu em uma prática usual. Assim, segundo o imaginário hegemônico colonizador, não existia a possibilidade de se aguardar o processo de modificação da estrutura social dos grupos indígenas, sendo necessário removê-los do caminho do desenvolvimento, ou convertê-los forçosamente à sociedade colonial (Di Creddo, 1987, p. 74). Nesse contexto, a fuga e autoisolamento frente ao movimento de plena expansão colonizatória foi a estratégia indígena adotada para a manutenção cultural e enfrentamento à aculturação ideológica conduzida pela territorialidade hegemônica homogeneizante.

A contextualização do pensamento estratégico desenhado pelos agentes do Estado em relação aos indígenas em meio ao processo de colonização da Floresta com Araucárias esclarece as formas de ação coloniais em relação aos originários. A explicitação do racismo presente na comunicação de Luiz Daniel Cleve, juiz de direito que ocupou o cargo de Diretor Geral dos Índios de Guarapuava entre 1880 e 1892, ao então Presidente do Paraná, acerca da estratégia

de aculturação defendida por tal nas florestas abrangidas por seu município[35], evidencia os traços de violência apontados por Di Creddo (1987):

> A causa que atua para varrer da face deste continente os silvícolas está nas leis eternas da natureza, na evolução constante e secular da matéria, dos seres orgânicos de nosso globo, nas condições que fixam o aparecimento, desenvolvimento, a decadência, e morte do indivíduo assim como de gerações. O selvagem americano está no último período de sua existência, procedente de uma raça decaída, e há de fatalmente desaparecer para sempre, impossível será reerguê-lo, e onde quer que o homem civilizado procurar elevá-lo ao nível da sociedade culta, o índio cairá mais depressa [...] desprezando o bom exemplo, enquanto aquelas hordas errantes pela floresta, nada a fazer. Tempo virá em que estes desgraçados descendentes de uma raça outrora poderosa, procurarão a sociedade culta para vegetarem à sua sombra, findando-se (Paraná, 1892).

A etnia Guarani ocupava uma diversidade de ambientes dentro da FOM, estabelecida em uma dinâmica de plena mobilidade territorial, aplicada tanto às suas roças quanto aos agrupamentos e acampamentos. De acordo com Torres, o meio de subsistência tradicional empregado pelos Guarani em seus territórios era embasado na satisfação de necessidades imediatas, na coleta do que o meio ambiente oferecia em questão de frutas silvestres, mel, raízes, ovos, produtos de caça e pesca, sem a finalidade de armazenamento e conservação por muito tempo, tampouco a necessidade de acumulação de riqueza (Torres, 1997). A condição da territorialidade originária, em seu conjunto cultural e comportamental, representava um impeditivo ao avanço dos comportamentos colonizados, fundamentos-base do *modus operandi* de territorialização da FOM.

Em diversas documentações oficiais do governo, mantidas sob tutela do Arquivo Público do Paraná, são encontradas passagens referindo-se aos Guarani ocupantes da FOM com menções à ‘necessidade de colonizá-los’ (Paraná, 1887), ‘índios descendentes da desgraçada raça Guarany [...] precisam ser aldeados e aplicados à agricultura e ao trabalho braçal’ (Paraná, 1879), ‘estabelecer um rocio para que possam desenvolver plantações de trigo, mandioca, chá, algodão, fumo, uvas e batatas’ (Paraná, 1880). Essas citações viabilizam a interpretação da ação do pensamento expansionista da colonização da região ao colocar os indígenas sob a condição de agentes territoriais que deveriam ter sua cultura modificada para se adequar às demandas da colonização, mudando sua lógica de territorialidade móvel para uma territorialidade fixa, de cultivo total da terra, em uma alteração profunda de sua episteme territorial (Nogueira, 2024).

Numerosas pesquisas buscam comprovar como se estruturou a política indigenista no Paraná, com o estabelecimento de aldeamentos indígenas militarizados, a atuação da catequese e doutrinação da fé e do comportamento dos originários a partir das conduções do Estado

[35] Em 1892, os 20 municípios do Médio Iguaçu estavam distribuídos em seis municípios: Palmas, União da Vitória, Palmeira, São Mateus do Sul e Guarapuava, sendo o último com a maior extensão territorial na bacia hidrográfica.

brasileiro (Tommasino, 1995; Santos, 1999; Mota, 2000; Novak, 2006, 2015; Weigert, 2020). No entanto, na interpretação proposta, tomada a partir da condição estabelecida no território da FOM, busca afirmar como o *status quo* da colonialidade impôs aos indígenas ocupantes da floresta uma ruptura com o seu estilo de vida tradicional e com sua gestão territorial originária. Dentro do contexto de uma floresta convertida em território de expansão colonizatória, e cada vez mais rodeadas pelo processo territorial colonial, as populações Guarani, tais como refugiados ambientais, mantiveram certo grau de interação com os colonos, porém, como estratégia de autoproteção, foram se embrenhando nas matas e nas áreas montanhosas mais íngremes e de difícil acesso, buscando a invisibilidade e o isolamento (Printes e Coelho-de-Souza, 2021).

João Karaí Xijú Alves, ancião indígena da etnia Guarani M'Byá entrevistado pela pesquisa, apontou para um fator de relevância acerca da relação estabelecida entre colonos e indígenas dentro do processo de territorialização discutida. Segundo o indígena, suas memórias de infância e juventude, vividas entre as décadas de 1930 e 1940, entre Rebouças, Rio Azul e São Mateus do Sul, remetem às relações de apropriação tanto dos territórios como do trabalho indígena por parte dos colonos e agentes colonizadores. Segundo João, seus pais e avós deixaram de viver em aldeias para viver em áreas próximas às propriedades de colonos e fazendeiros para realizar trabalhos braçais:

> limpava área, fazia roçada de mato, uns dez, quinze alqueires pra transformar em pastagem. Não sei se pagavam ou não, mas a gente então tinha autorização pra fazer rancho lá e plantar pra consumo. Plantava batata doce, amendoim, mandioca, vivia de carne de caça. Era uma vida bastante simples. Assim que acabava o serviço a gente ia embora pra próxima fazenda (Alves, 2023)[36].

Trabalhos científicos, como os desenvolvidos por Ferreira e Brand (2009) e Teao (2015), abordam acerca da apropriação, por parte da territorialidade colonial, da mão-de-obra de populações Guarani para o serviço da coleta de erva-mate. Entretanto, a fala do ancião amplia o entendimento acerca da apropriação do trabalho, sendo os Guarani convertidos a trabalhadores atuantes nos serviços mais duros dentro do conjunto de ações para a conversão plena da paisagem, atuando nas roçadas e nas derrubadas de capoeiras, realizadas após a retirada das árvores comerciais. Sua fala revela um importante mecanismo de assimilação e aculturação da territorialização extrativista-espoliadora sobre o patrimônio biocultural e populações originárias.

[36] ALVES, J. K. X**. Entrevista aldeia Rio d'Areia I**. Entrevista concedida ao autor. Inácio Martins/PR: UEPG, 2023. Arquivo mp4. Entrevista realizada para a pesquisa. Total de 38:47 de duração, 2023.

O arraigamento do *ethos* expansivo/colonialista, associado à instituição de um *status quo* no território e do estabelecimento de um *modus operandi* na região do Médio Iguaçu, é um processo que se desenvolve incessantemente há cerca de pouco mais de um século. Dele se desenvolvem estratagemas de ação e fundamentos de gestão do território por parte de um sistema hegemônico instituído pelo Estado e controlado pelas agências dominantes locais, representadas por latifundiários, capitais e empresas estrangeiras, forças militares, assim como pelos agentes vinculados aos poderes políticos regionais.

Esse conjunto, que envolveu planejamento e ação dentro da FOM, apoiou, ao longo do tempo, a construção do que se refere na presente tese como o paradigma da homogeneização paisagística. Tal paradigma representa o conjunto de movimentos assimilantes que conduziram as normativas da territorialização da Floresta com Araucárias no vale do Médio Iguaçu. Ou seja, mesmo com modificações de interesses econômicos transpassados ao longo das décadas, a homogeneização paisagística atuou incessantemente, a partir da operacionalização do *status quo* colonizador do território da FOM no Médio Iguaçu condicionando o ecossistema ao elevado grau de fragmentação e homogeneização verificado contemporaneamente.

O censo demográfico de 2022 elucida alguns indicativos sobre feições homogeneizadas da paisagem do território do Médio Iguaçu no que se refere às características populacionais – com a predominância de população branca ante indígena e parda em mais de 400% (IBGE, 2023) – e características do uso e cobertura da terra – com elevadas taxas porcentuais de uso da terra voltado para lavoura permanente e alta produtividade dos cultivos de trigo, milho, soja e reflorestamento de pinus (*Pinus elliottii*) e eucalipto (*Eucalyptus spp*) (IBGE, 2017) –. Essas feições territoriais demonstram o processo de territorialização do *ethos* expansivo/colonialista sobre a FOM, iniciado no período compreendido entre 1880 e 1940, origem da fixação das feições da gestão territorial continuadas até o tempo presente na FOM do Médio Iguaçu.

Por outro lado, mesmo com as movimentações históricas decorrentes da formação do *status quo* colonizatório, o processo de isolamento organizado por certos grupos indígenas como resposta ao avanço incessante da colonização no Médio Iguaçu permitiu a resistência de alguns lócus espaciais contra-hegemônicos (Floriani e Floriani, 2020), nos quais a gestão territorial é praticada distintamente da gestão hegemônica do território, isto é, daquela baseada na estrita racionalidade econômica dos recursos naturais do território, apoiada em um *ethos* expansivo/colonialista erigido há mais de um século na região. (Nogueira, 2024).

Esses lócus contra-hegemônicos no Médio Iguaçu são a comunidade quilombola Quilombo Invernada Paiol de Telha, localizada em Reserva do Iguaçu e duas terras indígenas,

sendo a Terra Indígena Ka'aguy Guaxy (Palmital), localizada em União da Vitória[37] e a Terra Indígena Rio d'Areia, situada no município de Inácio Martins, território central do argumento da tese.

[37] Em situação de estudo por parte da FUNAI, a partir da Portaria nº 574/2006 (DOU, 18 de maio de 2006).

3 OS GUARANI M'BYÁ DO RIO D'AREIA: HISTORICIDADE E MODO DE SER NA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS

Visando a compreensão da territorialidade indígena como um conjunto de atitudes espaciais contra-hegemônicas dentro da territorialidade colonizatória é necessário exercitar a interpretação do processo de conformação, continuidade e resistência da comunidade indígena Guarani M'Byá dentro do contexto territorial da FOM no Médio Iguaçu. Nesse impositivo conjunto, marcado pelos *modus operandi* próprios e *status quo* estabelecidos, a manutenção e reprodução da culturalidade Guarani M'Byá encontrou, em meios aos morrotes de transição da Serra da Esperança, entre as nascentes do rio Claro e o abrupto vale do rio d'Areia, um lócus de resistência e preservação de seus traços identitários através do autoisolamento e constante enfrentamento às articulações da territorialidade colonizatória. Entretanto, a possibilidade de existência da Terra Indígena em meio a um território majoritariamente convertido ao uso e condições impostas pela territorialidade dominante tem uma longa trajetividade histórica e territorial.

Destarte, para a contextualização da condição imposta aos indígenas Guarani M'Byá na circunstância histórica da territorialização colonial, o presente capítulo se propõe a investigar e dialogar acerca do contexto territorial e histórico da formação da aldeia Rio d'Areia, assim como pontuar sobre suas configurações históricas e contemporâneas: aspectos ecológicos, culturais, usos e significados do território. Nesse sentido, o capítulo se propõe a construir a perspectiva da gestão territorial Guarani M'Byá como paradigma para a preservação da FOM e manutenção intergeracional dos conhecimentos ecológicos, territoriais e culturais (Nogueira, 2024). Portanto, a finalidade do presente capítulo está diretamente relacionada à necessidade de se compreender o processo histórico de conformação do território e territorialidade Guarani na T. I. Rio d'Areia em Inácio Martins, Paraná.

Destarte, propõe-se a construção do capítulo em dois momentos: na primeira seção é elaborarada uma abordagem aberta sobre a tradição cultural Guarani e suas relações históricas com as florestas tropicais e subtropicais na América do Sul, sustentando a elaboração de uma interpretação geral acerca da origem e da caminhada Guarani pelo território do continente americano. A análise de tal questão é constituída a partir de pesquisas bibliográficas, publicadas por pesquisadores da área de antropologia, mas também nas áreas de história e arqueologia. A finalidade dessa seção introdutória é contextualizar a trajetividade e conjunto de práticas Guarani para que seja possível avançar em direção ao complexo conjunto territorial Guarani M'Byá do Rio d'Areia.

Em um segundo momento, aprofunda-se a investigação histórica para dentro do território da Floresta com Araucárias e, mais especificamente, para a aldeia Rio d'Areia, epicentro territorial da tese em questão. Com esse intuito, a metodologia de abordagem organiza-se a partir da interpretação de fontes primárias, como relatórios dos antigos Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN)[38] e Serviço de Proteção ao Índio (SPI)[39], assim como relatórios antropológicos da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)[40], somados às entrevistas e coleta de dados realizada ante a comunidade indígena do Rio d'Areia ao longo dos trabalhos de campo, procedimentos os quais apresentam-se detalhados na quarta seção do primeiro capítulo.

Para além dessas fontes, utiliza-se como respaldo científico e informativo a dissertação de mestrado do historiador Eder Gurski, que desenvolveu importante estudo acerca da história da T. I. Rio d'Areia na perspectiva de sua identificação, demarcação, homologação e registro pelo governo brasileiro. Dentro dessa pesquisa o autor analisou os autos judiciais dos processos de disputa e demarcação do território além de realizar entrevistas com o cacique Antoninho Pires de Lima[41]. A segunda seção do presente capítulo, portanto, visa ampliar o entendimento acerca do processo de formação histórica da aldeia do Rio d'Areia, ou seja, foca nos processos e enfrentamentos em uma perspectiva temporal pelos quais foram submetidos os indígenas para que pudessem ter reconhecido o seu direito ao território e autonomia.

Nesse sentido, como parte da compreensão da trajetividade histórica transcorrida ao longo do processo de conformação da aldeia Rio d'Areia, no encerramento do presente capítulo se estabelece uma leitura acerca das dinâmicas de usos tradicionais do território pelos indígenas Guarani M'Byá na aldeia Rio d'Areia. Assim, foram discutidos, a partir de vivências em atividades de campo e a coleta de informações por entrevistas, dois aspectos centrais da dimensionalidade e uso do território, que, dentro da perspectiva cultural, regem o cotidiano da comunidade indígena Guarani M'Byá habitante do território ancestral do Rio d'Areia: os conceitos de *Tekoá* e *Nhande Reko*. Ao relacionar a filosofia indígena e sua territorialidade, reflexiona-se acerca do sentido do território para a população em questão, à medida que o texto

[38] Fundado em 1910, por Nilo Peçanha, sob direção de Marechal Cândido Rondon. Em 1918 o serviço de localização de trabalhadores nacionais passou a constituir um órgão próprio, mudando o nome do órgão para Serviço de Proteção ao Índio (SPI).
[39] Órgão que atuou até 1967, sendo extinto e substituído pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).
[40] Todos os relatórios analisados para o desenvolvimento desse subcapítulo e do terceiro capítulo foram fornecidos pelo Museu do Índio, situado no Rio de Janeiro.
[41] Cacique histórico da aldeia Rio d'Areia, tendo sido liderança indígena por mais de 40 anos, herdando o posto de seu pai, Antônio Júlio Pires de Lima.

se encaminha para a construção do quarto e derradeiro capítulo da tese, consistido no etnozoneamento territorial da aldeia Rio d'Areia.

3.1 A GRANDE CAMINHADA GUARANI: *TEKOÁ* COMO EXPRESSÃO M'BYÁ

No decorrer do segundo capítulo, sobremaneira a partir das discussões abordadas no subcapítulo 2.2, estabeleceu-se o diálogo acerca das interações antrópicas e as modificações ecossistêmicas conduzidas pela ação humana ao longo do tempo na Floresta com Araucárias. Naquele capítulo foram abordadas algumas perspectivas acerca dos movimentos históricos de ocupação e interação com a FOM por grupos originários, através de levantamentos realizados por pesquisas arqueológicas e paleoambientais. Algumas das interações proporcionadas por intermédio de grupos tidos como proto-indígenas e caçadores-coletores, como as populações pertencentes às tradições Umbu e Humaitá, foram relevantes para se pensar acerca da própria formação e dissipação da Floresta com Araucárias e a ocupação populacional na área da bacia do Médio Iguaçu.

Naquele momento, foi evidenciado o processo ocupacional da FOM a partir do estabelecimento de culturas sedentárias e praticantes de conhecimentos agrícolas, cuja finalidade era produzir autonomia alimentar para os grupos culturais estabelecidos nos ambientes em interação com a floresta, tais como foram as tradições Taquara/Itararé e os assentamentos da tradição Tupi-Guarani. De tal maneira discutiram-se algumas das estratégias de ocupação e base alimentar desses grupos, apontando, de acordo com as investigações arqueológicas, etnológicas e arqueobotânicas, a origem de tais grupos e algumas de suas estratégias de ocupação e assentamento no território.

No presente capítulo, em continuidade interpretativa, propõe-se, no entanto, especificar e tornar contemporâneo o processo histórico de ocupação e adaptação ao território da FOM, com enfoque na culturalidade Guarani, que é um dos grandes grupos culturais indígenas derivado diretamente da matriz originária Tupi-Guarani amazônica (Silva et al., 2020). De maneira mais incisiva, a proposta do presente subcapítulo consiste em discutir alguns dos preceitos fundamentais da culturalidade Guarani, para, em um segundo momento, aproximarmo-nos do subgrupo étnico Guarani M'Byá – também chamado de M'Byá ou Mbyá Guarani —, situando-os dentro da trajetividade histórica mais ampla dos Guarani, no entanto acentuando o enfoque aos traços e práticas culturais específicas desse subgrupo. O objetivo, portanto, é distinguir a expressão cultural e territorial do grupo ocupante da Terra Indígena Rio d'Areia.

Nesse sentido, parte-se da perspectiva de que existe uma gama muito ampla de relações que constituem a manifestação cultural de um determinado grupo, e essas relações também são profundamente afetadas, adaptadas e modificadas em detrimento da disponibilidade de uma série de elementos que conformam o ecossistema em que cada grupo dessa cultura em específico se estabelece e interage. Portanto, não existe um conjunto definido de práticas e interações que encerram uma cultura, mas existem certas manifestações às quais as pesquisas culturais e antropológicas buscam se atentar.

Dionisio Torres, professor de Cultura Guarani na Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional de Assunção, no Paraguai, aponta que existem aspectos materiais e imateriais que conformam o que ele descreve como a complexa cultura Guarani (Torres, 1997, p. 21).

Pinturas corporais, grafismos, alimentação, prática médica, tratamentos de saúde, manifestações da espiritualidade, ritos de passagem, habitações, mobília, emprego de materiais, utensílios domésticos, ferramentas, vestimentas, adornos, organização social, estrutura política, relações familiares, núcleos populacionais, meios de subsistência, flora medicinal, caça, coleta de alimentos, agricultura, pesca, utilização e manufatura de artefatos, cestaria, instrumentos musicais, costumes cotidianos, religião, mitos e lendas são alguns dos aspectos mencionados por Torres que, em confluência, caracterizam a unicidade da manifestação cultural do grande grupo étnico e cultural Guarani (Torres, 1997).

Além de tantas singularidades que se expressam na totalidade de uma cultura, sua trajetividade histórica, como grupo social e cultural, é de fundamental relevância para que sejam compreendidas suas expressões e fundamentadas estratégias para a preservação das identidades e valorização histórica.

De acordo com o Caderno Guarani Continental, elaborado no âmbito do projeto intitulado Campanha Guarani, uma colaboração internacional entre diversas organizações indigenistas da América do Sul e com execução cartográfica do Instituto Socioambiental (ISA), os indígenas Guarani estão espalhados ao longo dos territórios de Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. Ainda segundo o levantamento feito pela pesquisa, os grupos Guarani cujas aldeias estão estabelecidas nesse vasto território estão divididos em alguns grupos culturais mais específicos, que geralmente estão ligados à sua autoidentificação. São eles: Avá Guarani, Mbyá Guarani, Chiripá, Tapieté, Isoseño Guarani, Gwarayu, Guasarung'we, Mbia Siriono, Kaiowá/Tavyretã, Nhandeva, Paī Tavyterã, Guarani Ocidental e Ache Guarani (EMGC, 2016).

Os grupos que compõem a complexa e extensa nação Guarani representam uma diversidade cultural tão significativa quanto é a abrangência territorial ocupada pelos originários descendentes dessa grande matriz étnica. De acordo com Torres, com base na obra do etnólogo e antropólogo argentino Salvador Canals Frau, os Guarani tiveram seu núcleo original no atual território do Paraguai e que dali teriam saído em migrações por todo o território do continente sul-americano, existindo no Paraguai contemporâneo um grupo étnico compreendido como antecessor dos Guarani, os chamados Guayakí, ou também Guarani históricos (Frau, 1950 apud Torres, 1997, P. 51).

O território do Paraguai como epicentro cultural foi mencionado em entrevista pelo *Xamoi* Arlindo Tupã Veríssimo como a origem de todos os Guarani (Veríssimo, 2023). Em sua origem os Guarani são, portanto, um grande grupo étnico cujas raízes culturais estão fundamentadas em costumes bosquímanos, seus conhecimentos e práticas cotidianas tem fundamentação em relações e interações ancestrais com ambientes florestais de variadas configurações.

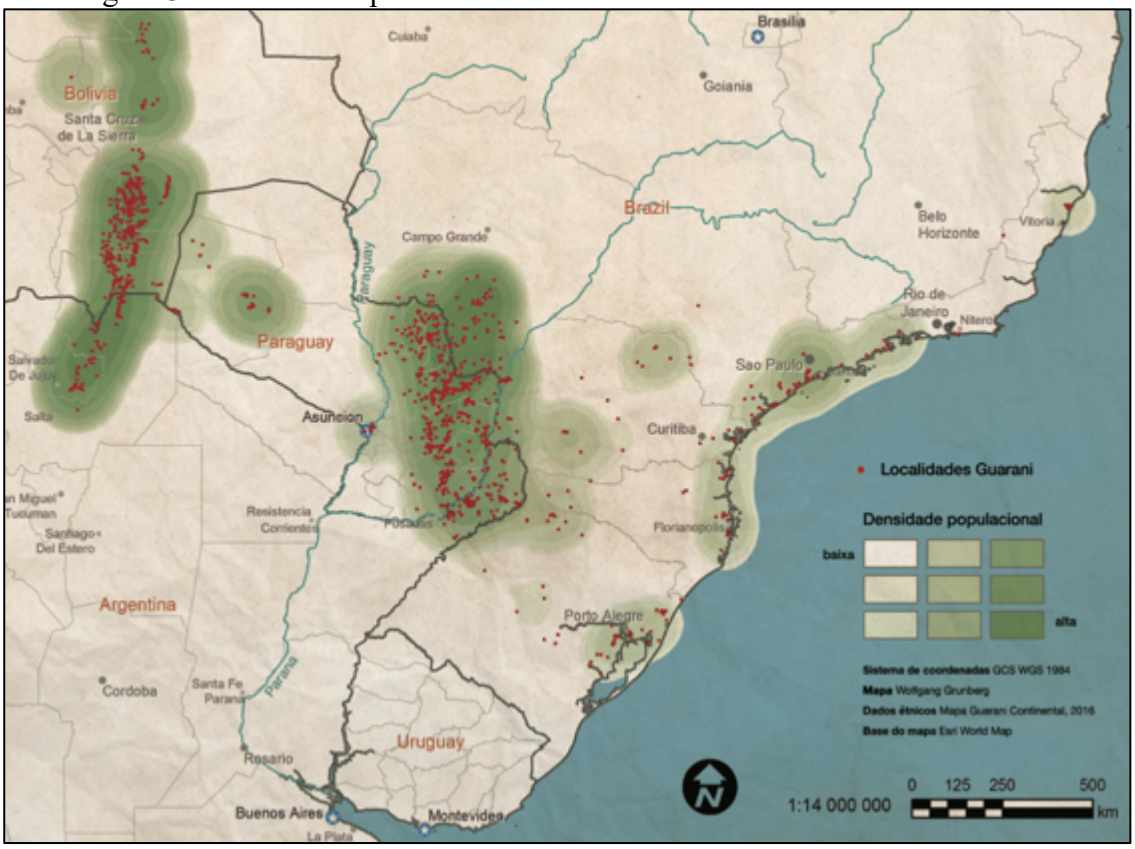
Acerca dos estudos que investigam a dispersão inicial de grupos da grande família Tupi-Guarani desde a bacia do rio Madeira na Amazônia até a formação do grupo Guarani no Paraguai e sua dissipação pela bacia do Prata, recomenda-se a leitura do sexto capítulo da obra de Torres (1997, p.51-56). Além desse interessante levantamento bibliográfico, em 2014 um grupo internacional de arqueólogos organizou, a partir do monitoramento de ocorrência de sítios arqueológicos, um modelo de expansão Guarani ao longo da bacia do rio da Prata. Eles concluíram que a dispersão Guarani se deu a partir do atual Paraguai por vias fluviais como o rio Paraná, Paranapanema, Ivaí, Piquiri, Iguaçu, Uruguai, Pelotas, Ibicuí e Jacuí, assim como por tributários menores (Bonomo et al., 2015, p. 70).

Destarte, destaca-se a característica de mobilidade Guarani e versatilidade em sua adaptação em face da ampla diversidade ambiental florestal. De acordo com Bonomo et al., os estudos arqueológicos indicam um padrão de expansão através da navegação fluvial e o estabelecimento de núcleos populacionais e acampamentos Guarani em ricos ambientes fluviais, geralmente instalados em áreas de alta densidade florestal (Bonomo et al., 2015). Essa característica associa-se à excelência canoeira atribuída às populações Guarani nas fontes históricas primárias, datadas dos séculos XVI e XVII, nas quais eclesiásticos europeus descreveram o fato de as canoas e balsas Guarani possuírem capacidade de transporte de até 40 pessoas, possuindo por vezes mais de 6 metros de comprimento (Thevet, 1575; Montoya, 1639).

Aspectos históricos relacionados à origem dos Guarani, sua unidade cultural e extensão populacional ao longo do processo de disputa territorial iniciado pelos europeus a partir do século XVI são discutidos com profundo detalhamento pelo naturalista e botânico paraguaio Moisés Bertoni, em sua obra intitulada '*La civilizacion Guarani*'. O autor enfoca sua pesquisa na etnologia, as estratégias do estabelecimento indígena e o desenvolvimento cultural Guarani a partir da floresta Atlântica do Alto Paraná (Bertoni, 1922, p. 65), também conhecida como Floreta Estacional Semidecidual, ecossistema que apresenta extensas faixas de ecótono com a Floresta com Araucárias.

Contemporaneamente, somando-se todos os subgrupos étnicos que conformam a grande família ou nação Guarani, existem mais de 280.000 indígenas, distribuídos em 1.416 comunidades, aldeias, bairros urbanos ou núcleos familiares, dispersos em um território amplo e diverso, que se estende desde a costa litorânea do Brasil até os platôs montanhosos do sopé dos Andes bolivianos. De acordo com dados levantados pelo Caderno Mapa Guarani Continental (CMGC), os Guarani constituem um dos povos indígenas com mais ampla presença territorial em todo o continente americano. É uma população que vive em diferentes países, unidos pelos vínculos do idioma, cosmovisão, história e cultura. No Brasil são aproximadamente 85 mil indígenas Guarani (EMGC, 2016). A ilustração cartográfica a seguir (Fig. 3.1) representa a disposição das aldeias Guarani no sul do continente, e demonstra a ampla variedade de ambientes e territórios ocupados pelos Guarani, destacando a concentração do grupo na macro bacia do rio da Prata.

Figura 3.1: Área de dispersão de aldeias da etnia Guarani na América do Sul.



Fonte: EQUIPE MAPA GUARANI CONTINENTAL, 2016.

A cultura Guarani se baseia em uma matriz epistêmica em que mobilidade territorial e impermanência – tanto de suas roças como de suas aldeias – estão, historicamente, relacionadas às interações que este grande grupo étnico estabeleceu com os ecossistemas pelos quais percorreu.

De acordo com Egon Schaden, um dos fundamentos essenciais para a cultura Guarani é sua grande mobilidade, o que conferiu ao grupo étnico igual variabilidade linguística, territorial e cultural dentro de uma matriz comum (Schaden, 1962, p. 13). Dentre os muitos aspectos de interação com o meio ambiente, tanto em sua organização social, política e econômica, a identidade religiosa e espiritual indígena se sobressai, conforme afirma Schaden[42]:

> O que se nota é um extraordinário predomínio da religião em todas as esferas da cultura, inclusive na economia, a ponto de as atividades econômicas aparecerem, não raro, como simples pretexto para a realização de cerimônias de contato com o sobrenatural e controle dos poderes pessoais que se julgam ter influência no destino dos homens. Quer seja um puxirão, a colheita dos produtos da roça, a partida para uma viagem, o aparecimento de qualquer fenômeno inesperado ou invulgar – tudo, enfim, pode ser motivo para rezas e danças rituais. A tal ponto isto é verdade que o ciclo econômico anual é, antes de mais nada, um ciclo de vida religiosa. O ano

[42] A partir de observações tomadas ao longo de oito anos de convivências e estudos dentro de aldeias Guarani localizadas em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, em atividades de campo realizadas entre 1946 e 1954.

> eclesiástico acompanha, em especial, as fases da cultura do milho (Schaden, 1962, p. 46).

Tal observação trazida por Schaden destaca um relevante traço da cultura Guarani, que está apoiado na relação profundamente espiritualizada e ritualizada para com o ecossistema em que se estabelecem os seus territórios originários. Para os Guarani, geralmente, os princípios religiosos se externalizam em fenômenos naturais e elementos ligados aos ecossistemas florestais e características geomorfológicas dos lugares. A divindade suprema na concepção religiosa Guarani é *Nhanderu Tenondé*[43]*,* que, apesar de amorfo, se manifesta mediante relâmpagos, raios, fogo, chuva, sol e vento. Tupã é sua manifestação mais próxima ao ser humano, com o qual os *Xamoi* e pajés conseguem se comunicar em orações dentro das casas de reza – *Opy* e *Opy'i* – (Torres, 1997).

Em narrativas coletadas por Curt Nimuendajú, na década de 1910, os Guarani explicam sobre o histórico de ocupação territorial étnico a partir de um "massivo movimento de êxodo que teria ocorrido por volta do ano de 1835, o qual teria levado à fundação de inúmeros *Tekoás* no Paraná e em São Paulo, até a chegada à costa litorânea" (Nimuendajú, 1954, p. 15). Ao longo desse processo migratório, os grupos Guarani foram se dividindo, se estabelecendo em vales de rios ao longo do percurso. Alguns relatórios antropológicos elaborados pela FUNAI, assim como artigos científicos, indicam que os territórios originários de Palmeirinha e Rio d'Areia, situados no Baixo e Médio Iguaçu, respectivamente, provavelmente se originaram desse processo migratório, que liga o interior do Paraguai ao litoral do Brasil, ocorrido em detrimento de preceitos religiosos e espirituais (FUNAI, 1984; Rosa, 1999).

Nesse sentido, a constante caminhada e movimento migratório Guarani embasa uma das mais marcantes características identitárias relacionada ao grupo étnico (Nimuendajú, 1954; Melià, 1990). Ladeira discute em sua tese de doutorado as obras etnológicas clássicas que embasam a interpretação equivocada de que os Guarani unicamente se deslocavam em "movimentos messiânicos", ou seja, migrações religiosas ou proféticas. A autora apresenta a hipótese de Helène Clastres que defendeu que o crescimento demográfico Guarani esteve associado à expansão geográfica e fatores de ordem religiosa, sem excluir outros motivos (Ladeira, 2015, p. 82). Ou seja, os movimentos migratórios, ou deslocamentos territoriais Guarani se embasaram, historicamente, a preceitos religiosos, ao cultivo da terra – seu consequente esgotamento e busca por novas localidades – e aos movimentos de fuga e autoisolamento mediante as frentes de avanço da colonização (Souza, 2008).

[43] Que em tradução livre para o português pode ser interpretado como Nosso Pai Verdadeiro.

Contemporaneamente, a presença Guarani no Brasil é bastante diversificada. Os cerca de 85 mil indígenas pertencentes a essa etnia, habitantes de diversos ecossistemas brasileiros, ocupam territórios situados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Pará. Ao todo são três os subgrupos espalhados pelo Brasil, entretanto, ao se considerar as dificuldades de recenseamento dos Guarani, devida à grande mobilidade em suas numerosas aldeias, os números apresentados pela Equipe do Mapa Guarani Continental representam estimativas regionais acerca da população. Foram recortadas as estimativas por subgrupos, assim como sua área de ocorrência contemporânea e disponibilizadas na tabela a seguir (Tab. 3.1).

Tabela 3.1: Subgrupos Guarani habitantes do Brasil

Subgrupo étnico	**Localização (UFs)**	**População**
Guarani Kaiowá	MS	64.455
Guarani Nhandeva (Avá Guarani, Tupi-Guarani e Xiripá)	MS, PR, RS, SC e SP	13.000
Guarani M'Byá	ES, PA, RJ, RS, PR, SC, SP e TO	8.026

Fonte: ISA, 2025; EMGC, 2016. Elaboração: O autor, 2025.

No estado do Paraná, aproximando o recorte territorial da tese, ao todo existem, de acordo com a informação compartilhada pelo antropólogo Rodrigo Nassif do escritório regional da FUNAI em Guarapuava, 37 territórios, acampamentos e ou *Tekoás* Guarani. Desse total, 9 estão inseridas no ecossistema da FOM: T. I. Barão de Antonina em São Jerônimo da Serra; T. I. Mangueirinha em Chopinzinho, Mangueirinha e Coronel Vivida; T. I. Marrecas em Turvo, Guarapuava e Prudentópolis; T. I. Ka'aguy Guaxy (Palmital) em União da Vitória; T. I. Rio das Cobras em Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu; T. I. São Jerônimo da Serra em São Jerônimo da Serra; T. I. Araçaí Karuguá em Piraquara; *Tekoá* Kakané Porã em Curitiba; T. I. Rio d'Areia em Inácio Martins. Esse último é o único território indígena habitado na região do Médio Iguaçu (Nogueira, 2024).

A Terra Indígena Rio d'Areia – confluência socioespacial das reflexões conduzidas pela tese desde sua condição de lócus territorial contra-hegemônico dentro da FOM na região do Médio Iguaçu – é, imemorialmente, ocupada e gerida por indígenas da etnia Guarani M'Byá. Portanto, a presente subseção do capítulo se propõe discorrer mais detalhadamente sobre as características culturais e singularidades históricas relacionadas a esse subgrupo Guarani, para

que na seção seguinte seja possível enfocar nas especificidades que manifestam a territorialidade indígena na T. I. Rio d'Areia.

De acordo com dados levantados por pesquisadores alocados no Instituto Socioambiental (ISA), há um consenso entre os autores indigenistas quanto às dificuldades em recensear os indígenas Guarani, mas sobremaneira os Guarani M'Byá. De acordo com a publicação "Guarani M'Byá – Povos Indígenas do Brasil", disponibilizada em versão digital pelo instituto, no caso específico dos M'Byá "há uma rede de parentesco e reciprocidade que se estende por todo seu território, implicando em uma dinâmica social que exige intensa mobilidade, tornando tecnicamente quase impossível contar os indivíduos" (ISA, 2025, p. 3).

A alta mobilidade Guarani M'Byá está ligada às visitas a parentes moradores de outras *Tekoás*, participação em cerimônias religiosas em outros territórios, intercâmbio com a finalidade de troca de materiais e realização de empreitadas ou mesmo à simples expressão do caminhar Guarani, em que indígenas se movem de aldeia em aldeia até se estabelecer por mais tempo em algum território, constituindo família e novas moradias.

Apesar da dificuldade em se recensear os indígenas Guarani M'Byá, existem estimativas baseadas em números levantados pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) em conjunto com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), assim como pelo IBGE e ISA, que viabilizam a estimativa de que no Brasil existam entre 8 e 9 mil indígenas Guarani M'Byá (ISA, 2025; IBGE, 2025). Esses dados foram complementados por recenseamentos realizados no Paraguai (INEP, 2012), Argentina (INDEC, 2010) e Bolívia (EMGC, 2016), concluindo que no mundo todo existam, contemporânea e estimadamente, pouco mais de 27 mil Guarani M'Byá (ISA, 2025).

Compreender o processo de dissipação histórica dos Guarani e sua variabilidade linguística e cultural existente em seus subgrupos interessa no sentido do avanço em direção ao entendimento dos preceitos morais e espirituais, materiais e culturais que regem as práticas cotidianas da gestão territorial praticada pelos Guarani M'Byá. Até aqui foi possível entender que esse grande grupo étnico tem uma relação histórica muito longínqua no que diz respeito ao conhecimento e interação com ambientes florestais, utilização de plantas nativas de cada ecossistema, cultivo e manutenção de roças e práticas de subsistência que envolve domesticação de animais, caça, pesca e coleta de alimentos.

Dentro do ambiente cultural Guarani M'Byá, entretanto, alguns elementos ganham notório destaque nas expressões culturais, que conferem ao grupo usos e sentidos territoriais e territorialidade bastante específicas. De acordo com Paul Little, a base mais importante para

manutenção e reprodução cultural e identitária étnica é o território. Para o autor, “esse é o alicerce da organização política, social, econômica e cultural, além de promover a sustentação física do grupo social” (Little, 2006, p. 17). Nesse sentido, existem dois conceitos Guarani M’Byá fundamentalmente ligados ao território que representam a forma de se viver de acordo com suas leis e costumes, que remetem ao estilo de vida dessa etnia: *Nhande Reko* e *Tekoá*.

A interação com o ambiente dos variados ecossistemas é a essência cultural Guarani, sendo, portanto, a base de sua identidade como grupo social autoidentificado. Existe, dentro da cosmologia Guarani M’Byá, uma série de divindades que se ligam diretamente a elementos da natureza: à floresta, às águas dos rios e das chuvas, às rochas, ao fogo, aos animais, aos frutos, ao vento e à bruma. Esses são elementos com os quais os Guarani convivem cotidianamente e reproduzem seu modo de vida e suas fundamentações do pensamento e do espírito (Clastres, 1990; Torres, 1997).

Ambos os conceitos dialogados adiante, portanto, se relacionam de maneira interdependente entre si e manifestam a essência da expressão de autoconhecimento e identidade dos Guarani M’Byá em seus princípios práticos – na relação com a matéria – e ideológicos – na relação com o mundo metafísico –.

A terminologia e conceitualização de *Nhande Reko* tem sido objeto de investigação de inúmeros pesquisadores das áreas das ciências humanas e nos estudos de linguística, inclusive o termo se popularizou nas investigações acadêmicas ao longo da última década (Martins, 2022; Maroto Guerola, 2023; Colombera, 2024; Pereira, 2024). *Nhande*, ou também encontrado como *ñande*, em livre tradução, diz respeito ao que “pertence a nós”, o que é “nosso”; *reko*, por sua vez, é traduzido como “suster”, “segurar” (Glosbe, 2025) ou “ter” (Bueno, 1987, p. 482). Ou seja, o *Nhande Reko*, ou *Nhandereko*, é um conceito que expressa a ideia de “nossa sustentação”, e dentro do entendimento Guarani M’Byá, essa expressão se refere ao “nosso jeito de ser, nosso sistema, nossa lei, nossos costumes e tradição” (Ladeira, 2001, p. 136; Melià et al; 2008).

Tekoá, no entanto, invoca, em sua tradução imediata, a ideia de aldeia, que é a sua forma mais empregada cotidianamente. Os lugares onde os Guarani M’Byá formam seus assentamentos familiares e comunitários, portanto, são identificados como *Tekoá*. Entretanto, a palavra também é composta por uma junção de outras duas palavras que, somadas, exprimem um complexo sentido. *Teko*, de acordo com Ladeira, remete à ideia de “ser, estar, sistema, lei, norma, tradição, costumes” (Ladeira, 1992); enquanto o sufixo *-a* condiciona o sentido da palavra a uma localidade (Dooley, 1982). Ou seja, a aldeia é, simbólica e linguisticamente, o

lugar em que se manifestam os costumes, onde está o sistema filosófico e espiritual Guarani M'Byá, é a localidade onde se manifesta o regime ético-comportamental da cultura originária.

O território Guarani M'Byá é, nesse sentido, materialmente *Tekoá* e eticamente *Nhande Reko*. Enquanto o conceito de aldeia inclui em seu sentido traços físicos do espaço geográfico, como rios, montes, lagos, florestas, animais, mas também as roças, casas e casas de reza, o conceito *Nhande Reko* confere sentido ao conjunto de práticas, conhecimentos, preceitos morais, éticos, filosóficos e religiosos que regem e caracterizam a originalidade da cultura Guarani M'Byá. Assim, um conceito trata sobre o espaço ou o ambiente, e o outro trata sobre a culturalização do espaço através de um conjunto de valores que o transforma e significa. Os dois conceitos juntos expressam a essência da territorialidade Guarani M'Byá (Nogueira et al., 2025).

A complementaridade do entrelaçamento desses dois conceitos chave para a compreensão da manifestação identitária e territorial indígena representa o suporte do mundo na perspectiva Guarani M'Byá (Ladeira, 1992). Entretanto, tal discussão deve, necessariamente, entender o papel central que a espiritualidade possui na formação identitária desse grupo, validando, por si só, a expressão e aplicabilidade de ambos os conceitos. Nesse sentido, a pesquisadora Maria Inês Ladeira analisou a condição para o reconhecimento de uma *Tekoá* a partir da força espiritual do ancião que lidera o grupo Guarani M'Byá alocado em um território:

> a aldeia pode ser considerada um *tekoá*, em razão da sua coesão social, do comportamento em relação ao mundo dos brancos e do empenho em seguir os princípios éticos e religiosos definidos no *teko* (Ladeira, 2001, p. 161).

Essa informação também foi compartilhada e confirmada por Daniel Papa Veríssimo[44], ao afirmar que a coesão de uma comunidade Guarani M'Byá está na força espiritual do *Xamoi* e da *Xary'i* (patriarca e matriarca fundadores da casa de reza central da comunidade), sendo eles os condutores da união do grupo Guarani M'Byá nas atividades religiosas conduzidas na *Opy* – as casas de reza Guarani M'Byá – (Fig. 3.2), que marca o centro simbólico da *Tekoá*. Nas *Opy* e *Opy'i* a comunidade se reúne para a celebração de rituais religiosos, cujas orações, em forma de canção, evocam passagens da história e cultura indígena, acompanhado da meditação conduzida pela fumaça do *pety* (tabaco) carburado no *petynguá* (cachimbo) (Setti, 1997; Marques, 2012).

[44] Em comunicação verbal, no dia 2 de março de 2025, na aldeia Guarita, Tekoá Amba Tenonde, município de Chopinzinho/PR.

Figura 3.2: Casa de reza da aldeia Araça'i, em Piraquara/PR.



Fonte: O autor, 2022.

Nas celebrações abrigadas pelas casas de reza os anciãos aconselham os mais jovens e apontam os direcionamentos para a construção da vida plena Guarani, para a prática efetiva do *Nhande Reko* como caminho a ser seguido. Dentro do conjunto de fundamentos ensinados pelos mais velhos aos mais jovens, em um processo intergeracional de transmissão de conhecimentos, estão os preceitos que embasam a continuidade da cultura Guarani M'Byá e o seu jeito de ser. São compartilhados entre a comunidade os entendimentos acerca da saúde, da mente, da fé e dos conhecimentos tradicionais aplicados ao cotidiano: plantio da roça, hábitos, botânica, comportamento de animais, etc. (Silva, 2020). Portanto, nesses espaços são discutidas e apresentados preceitos fundamentais voltados à proteção e reprodução do *Nhande Reko*.

Na *Tekoá*, portanto, acontece a confluência indígena, é o ponto de encontro dos Guarani M'Byá, sendo a expressão de sua territorialidade, manejada e constituída a partir do conjunto de práticas e filosofias que remetem à essência indígena e à sua profunda ancestralidade cultural (Ladeira, 2001). Tais práticas e pensamentos, abrangidas pelo conceito do *Nhande Reko*, seriam, portanto, as bases do conjunto de ações aplicadas pelos Guarani M'Byá ante o território, com o intuito de culturalizá-lo e adaptá-lo às suas necessidades, imprimindo nele sua forma organizacional e comunitária em forma de *Tekoá*.

Pesquisadores apontam que há um modelo de manejo territorial Guarani, que inclui a premissa de que o *Nhande Reko*, em sua origem, está imediatamente associado ao manejo do território e sua replicação em *Tekoás* dentro de um sistema cuja unidade de domínio territorial fora estruturada por "ciclos ecológicos, sociais, econômicos, políticos e cosmológicos" (Noelli et al; 2019, p. 18). Isso quer dizer que o ambiente e a interação indígena com tal é constituinte identitário de um grupo cultural, seu meio de sobrevivência, o que remete à citação de Little (2006) sobre a identidade étnica enraizada nos seus territórios.

O conhecimento e prática dos conceitos fundamentais culturais Guarani M'Byá sustentam a reprodução cultural e manutenção do estilo de vida originário, mesmo dentro de um contexto de expropriação de terras e uma política nacional que visou, historicamente, aculturar os grupos indígenas. Nesse sentido, a discussão proposta acerca dos conceitos chave da prática identitária e territorial Guarani M'Byá objetivou instruir e informar acerca do pensamento e das práticas que regem a territorialidade desse grupo.

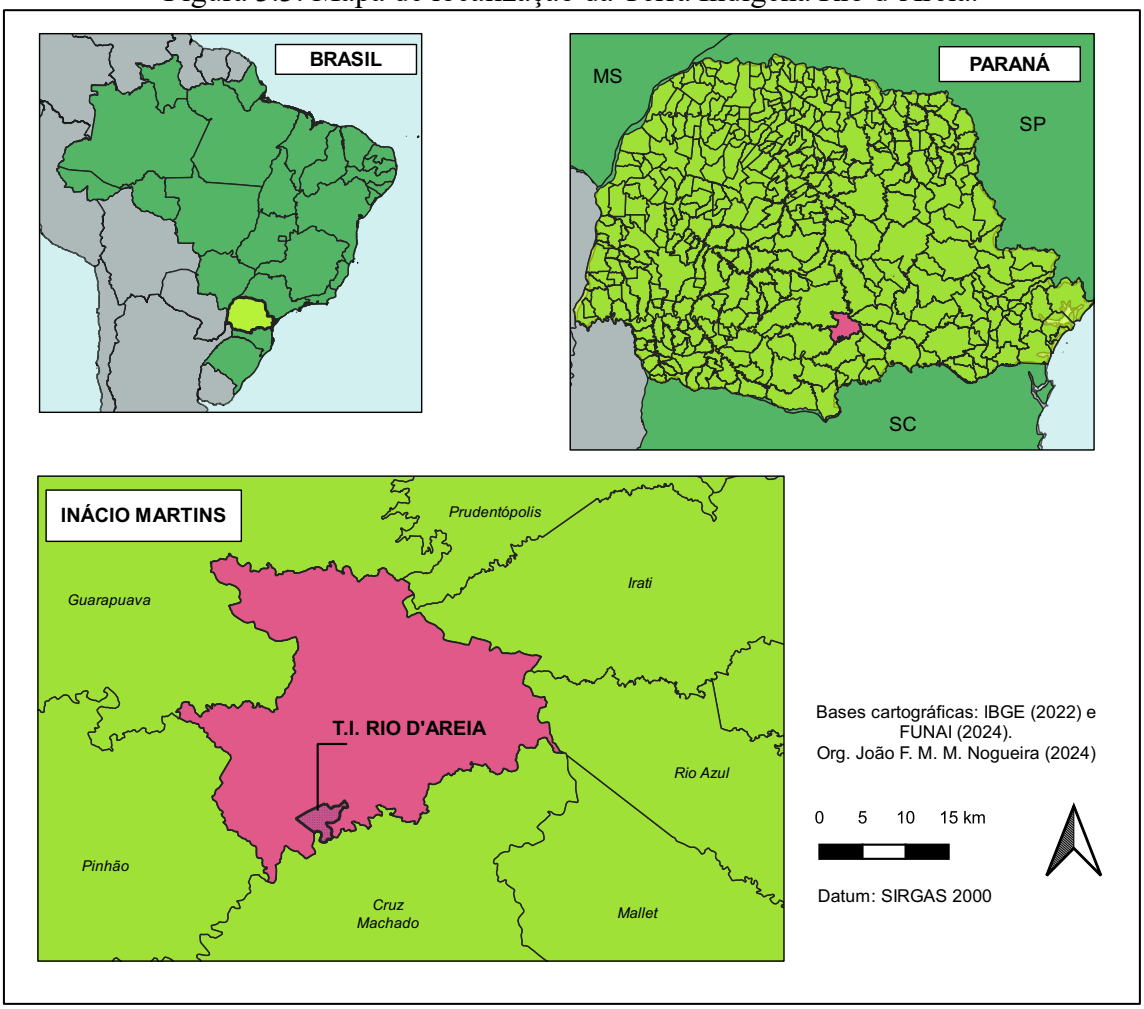
A partir da contextualização ecológica, histórica e cultural, o entendimento do *ethos* originário/biocultural emerge como regime ético-comportamental resultante e resultado do modo de vida Guarani e sua complexa e ancestral interação com o ambiente e, sobretudo, com as florestas. Nesse sentido, a tese se aproxima do território ocupado imemorialmente pelos indígenas Guarani M'Byá na Floresta com Araucárias: a Terra Indígena Rio d'Areia, no município de Inácio Martins/PR. As concepções indígenas de *Nhande Reko* e *Tekoá* sustentam, ao longo de toda a existência desse território, a continuidade da cultura Guarani M'Byá em face de um contexto territorial homogeneizante, expansivo e especulativo, dominado pela territorialidade colonial, hostil ao indígena e à FOM. Dessa forma, a manutenção do território em suas estratégias de gestão voltadas à continuidade cultural, conforma o conjunto territorial interpretado pela tese como lócus contra-hegemônico na região do Médio Iguaçu.

3.2 TERRA INDÍGENA RIO D'AREIA: *NHANDE REKO* COMO CONTRAPONTO TERRITORIAL

Localizada em meio aos topos de morros situados nos limites geomorfológicos da formação Serra da Esperança, estabelecida em um platô às margens do abrupto vale do rio d'Areia, a aldeia Rio d'Areia, que dá o nome à Terra Indígena, está situada no município de Inácio Martins, o mais alto do Paraná, na divisa com Cruz Machado, centro da bacia do Médio Iguaçu. O território ancestral ocupado pelos Guarani M'Byá está disposto inteiramente na área abrangida pela influência hidrológica do Médio Iguaçu assim como pela influência

ecossistêmica da Floresta com Araucárias. Ademais, sua localização está ligada ao processo de fundação de aldeias ao longo do processo histórico de caminhadas Guarani entre o interior do continente – sobremaneira o Paraguai – e a costa litorânea situada no Brasil, como representa o mapa a seguir (Fig. 3.3)

Figura 3.3: Mapa de localização da Terra Indígena Rio d'Areia.



Fonte: O autor (2026), com base em IBGE (2022) e FUNAI (2024).

A existência de tal território, ocupado imemorialmente pelos indígenas da etnia Guarani M'Byá, representa um contraponto à expansão e territorialização colonial que promoveu o processo de homogeneização da paisagem e das práticas territoriais na região. Homologada, ou seja, oficialmente reconhecida pelo Estado brasileiro em 15 de abril de 1998, habitam contemporaneamente na *Tekoá Yakã Ita Ku'í*, ou aldeia Rio d'Areia – única aldeia do território –, 152 pessoas[45], dispersas em uma área territorial de 1.372 hectares (Brasil, 1998), em uma

[45] Informação obtida através do recenseamento interno realizado pelas lideranças da aldeia Rio d'Areia em maio de 2024.

altitude média de 985 metros, sendo que algumas áreas do território ultrapassam os 1.100 metros de altitude.

Nas fontes históricas pesquisadas, a primeira menção à presença de indígenas da etnia Guarani às margens do rio d'Areia é feita por Capri e Olivero, em 1924. Naquela obra os autores apontam para a relação existente entre indígenas originários de uma região denominada Água Quente, situada no município de Rebouças, com o fluxo migratório em direção à aldeia do Rio d'Areia. Segundo os autores, os indígenas estabelecidos no território no qual fora então fundada a municipalidade de Rebouças tiveram seu território convertido em uma fazenda de criação de gado com extração ervateira e de madeira, dispersa ao longo de uma área de 850 alqueires (2.057 hectares), fundada em 1906 por Simão Domingues da Luz.

Ainda segundo as informações levantadas e publicadas no ano de 1924, os Guarani ali existentes foram convertidos em trabalhadores rurais, prestando serviços para o fazendeiro até 1918, quando decidiram mudar-se para a margem do rio d'Areia. Na narrativa dos autores, propagandistas da colonização, esse foi um processo natural e bem aceito pelos indígenas, os quais foram 'bem tratados' e 'civilizados' pelo fazendeiro que se apossou do antigo território Guarani M'Byá, que, no momento da visita dos autores, apresentava atividades econômicas sustentadas por "lavouras de optima qualidade [...] de milho, feijão, centeio, trigo, batatas, etc. [...] cujos pinhaes foram vendidos" (Capri e Olivero, 1924, s/n).

Apesar da menção de Capri e Olivero indicar que a aldeia do Rio d'Areia havia sido fundada no acima citado movimento migratório de 1918, Gurski aponta para a leitura dos autos de um processo judicial movido em 2006 pela FUNAI e Ministério Público acerca da homologação da Terra Indígena Rio d'Areia ante o Tribunal Regional Federal. No sentido de identificar a temporalidade de ocupação do território pelos Guarani M'Byá, foi realizada uma entrevista com um ancião Guarani de nome Manoel Fermino, que, à época com 105 anos de idade e na condição de testemunha no processo, alegou ter nascido na aldeia do Rio d'Areia no ano de 1893 (TRF, 2006, p. 575, *apud* Gurski, 2015, p. 168-69). A fala do indígena, considerada prova substancial em favor dos originários no processo mencionado, portanto, indica que o povoamento e estabelecimento da aldeia em questão se deu há mais de 130 anos.

Sobre a investigação acerca da fundação do assentamento indígena do Rio d'Areia, o Relatório Antropológico coordenado por um Grupo de Trabalho designado pela FUNAI, em 1984, entrevistou o então cacique Antônio Júlio, que à época com 85 anos de idade, afirmou ter nascido na aldeia do Rio d'Areia por volta do ano de 1900. Segundo o antigo cacique, ele seria a quinta geração de caciques do referido território, havendo sido a aldeia resultado da união de

vários grupos de indígenas Guarani que andavam pela Floresta com Araucárias. Ainda segundo o resultado histórico apontado pelo Relatório Antropológico da FUNAI, os indígenas podem ter se juntado naquele território ainda mesmo durante a primeira metade do século XIX.

A temporalidade de conformação do território da aldeia Guarani no rio d'Areia, portanto, é incerta, mas é possível considerar que sua fundação e desenvolvimento se deu em um movimento paralelo aos incessantes avanços coloniais na região, os quais foram severamente intensificados a partir da década de 1880, e, em múltiplas formas e momentos, continuam pressionando o território Guarani. Esse fator pode indicar, conforme já discutido em momentos anteriores da tese, a condução de uma ação conjunta, por parte dos indígenas, de fuga e afastamento das ações coloniais.

Assim como indicaram Capri e Olivero (1924) acerca da movimentação migratória de esvaziamento, por parte dos indígenas, de um território tradicionalmente ocupado em Água Quente, Rebouças, que foi apropriado por um fazendeiro[46]. De toda maneira, somente especula-se acerca da fundação da aldeia Rio d'Areia, pois como foi constatado pelo relatório antropológico elaborado pela FUNAI, há a característica da imemorialidade[47] acerca da fundação daquela aldeia em específico (FUNAI, 1984).

No mês de maio de 1930 um grupo de indígenas Guarani M'Byá oriundos do Rio d'Areia chegou em Curitiba, após dois meses de caminhada, para protestar, perante o governo do estado, a invasão de suas terras por parte de colonos. Segundo a cobertura da reportagem jornalística que publicizou a chegada da comitiva liderada pelo cacique Manoel Guedes Paulista, o território Guarani do Rio d'Areia estava sofrendo um processo de espoliação, com o avanço da colonização e a invasão de colonos ao território, os quais estavam comercializando terrenos dentro da terra indígena:

> Em Rio da Areia, município de Guarapuava, estão localizados setenta casaes de índios Guarany com seus respectivos rebentos, formando um total de 600 pessoas [...] indivíduos compareceram em Rio da Areia e intimaram os guaranys a se retirarem para outras plagas, visto como iam ser desapropriados de suas terras, que passariam à propriedade dos requerentes. [...] classificados pelos indígenas como portugueses, afirmaram que as terras

[46] Contemporaneamente, a localidade onde foi estabelecida a fazenda é dividida entre duas comunidades: Água Quente dos Domingues (Rio Azul-PR) e Água Quente dos Luz (Rebouças-PR). Ambas as comunidades estão localizadas entre Rebouças e Inácio Martins, há cerca de 40 quilômetros de distância da T. I. Rio d'Areia. Ao que as fontes históricas indicam, essas comunidades originaram-se da instalação da Fazenda Santa Cruz de Água Quente, de propriedade de Simão Domingues da Luz, havendo sido fundadas sobrepostas ao antigo território Guarani.

[47] Para um amplo entendimento sobre o que se refere e diz respeito o adjetivo imemorial dentro dos processos de identificação, reconhecimento, demarcação e homologação de terras indígenas sugere-se a leitura da seção intitulada 'as bases para a prática demarcatória: o grupo de trabalho e a demarcação administrativa', presente na dissertação de Eder Gurski, entre as páginas 92 e 110. In: GURSKI, E. A. Territorialidades Guarani: A Circularidade e a Terra Indígena Rio D'areia. 2015. **Dissertação** (Mestrado em História) – PPHIS, UNICENTRO, Irati, Paraná, 2015.

> lhes pertenciam e que os guaranys seriam, afinal, expulsos pelas forças do governo se não retirassem por bem (Gazeta do Povo, 9 de maio de 1930).

Na ocasião, de acordo com a Gazeta do Povo, jornal curitibano que cobriu o acontecimento, o problema fora resolvido por intermédio de José Maria de Paula[48], quem teria emitido uma documentação, junto ao SPI, comprovando a posse do referido terreno às margens do Areia aos indígenas Guarani[49]. A menção a José de Paula reaparece na dissertação de mestrado da antropóloga Maria Lygia Moura Pires, que, ao entrevistar moradores da aldeia Rio d'Areia que estavam de passagem pela aldeia de Palmeirinha do Iguaçu (Chopinzinho-PR) na década de 1970, afirmaram que essa pessoa havia cedido as terras devolutas daquela região em favor dos Guarani, porém, novamente, o "território havia sido apropriado por um colono, dessa vez de nome Chico Lompo, para o qual os Guarani estavam trabalhando" (Pires, 1975, p. 12).

Um ano após a tentativa de invasão do território indígena por colonos, no episódio narrado acima, no ano de 1931 foi elaborado uma planta cartográfica de divisões de terrenos cujo conteúdo principal era o loteamento das áreas florestadas situadas no então distrito do Rio d'Areia em Guarapuava. Nessa planta encontra-se o primeiro documento cartográfico referente à presença de indígenas Guarani às margens do rio d'Areia, localizados em meio a uma área em pleno processo de conversão à territorialização colonial, entre grandes fazendas e lotes de colonos. Isso nos é revelado a partir do documento levantado por Gurski (Fig. 3.4).

[48] Chefe Regional da Inspetoria Federal de Proteção aos Índios durante a década de 1930. Advogado, foi Diretor Geral do SPI entre 1944 e 1947. LIMA, A. C. S. O governo dos índios sob a gestão do SPI. *In*: CUNHA, M. C. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. P. 159.

[49] Infelizmente a documentação à qual é referida a movimentação de 1930 não foi encontrada pela pesquisa e tampouco encontra-se em posse dos Guarani do Rio d'Areia contemporaneamente.

Figura 3.4: Planta de 1931 indicando a presença de indígenas Guarani no Rio d'Areia



Fonte: TRF (2006) *in*: GURSKI, 2015, p. 168.

Antes da ponderação acerca da questão do território indígena como lócus contra-hegemônico face à territorialidade especulativa de matriz expansiva e colonialista, se vê interessante a interpretação acerca da dinâmica demográfica histórica do território. A dinâmica populacional indígena no Rio d'Areia potencialmente embasa as interpretações acerca do avanço colonizatório dentro do território imemorialmente ocupado pelos Guarani, assim como abre espaço para que seja viável a condução da discussão e compreensão dos percalços territoriais vivenciados pela comunidade acerca da manutenção e continuidade de seu território e sua reprodução cultural dentro do ambiente de FOM.

Os dados temporais de população, portanto, foram levantados com base nas fontes constituídas pelos processos históricos de identificação e caracterizão da população indígena habitante do território da aldeia do Rio d'Areia, disponibilizadas em publicações a partir de levantamento iniciado em 1930. Esses dados auxiliam na interpretação acerca da atuação do processo colonizatório em suas múltiplas confluências dentro da territorialidade Guarani e dentro da própria Floresta com Araucárias.

Situada em meio às frentes de avanço territoriais da colonialidade, o território originário resiste aos modos operatórios das indústrias extrativistas e da conversão da paisagem, assim como os estados especulativos e segregatórios estabelecidos nas relações sociais e no uso da terra –, a Terra Indígena Rio d'Areia representou, e porventura ainda hoje pode representar, no ponto de vista da territorialidade colonizatória, o que Sertório da Rosa afirmou ser um 'entrave à expansão colonial' (SPI, 1937, p. 12). A tabela a seguir (Tab. 3.2) mostra como a movimentação e estabelecimento demográfico indígena no território em questão pode servir como fonte interpretativa das dinâmicas territoriais, de ocupação e colonização na região.

Tabela 3.2: Demonstrativo populacional da aldeia Rio d'Areia de acordo com fontes históricas

Ano	População Guarani na Tekoá Yakã Ita Ku'í	Fonte
1930	600	Gazeta do Povo
1937	400	Relatório SPI
1942	49	Relatório SPI
1975	70	M. L. M. PIRES
1980	60	Relatório CIMI-Sul
1981	56	FUNAI
1984	45	Relatório FUNAI
1990	83	Gazeta Mercantil
1995	72	FUNAI
2000	79	ISA
2014	141	SESAI
2024	152	Cacique Sidnei Pires de Lima

Fonte: O autor, 2024.

A tabela acima evidencia o processo de despovoamento do território ao longo do último século, demonstrando, inclusive, movimentos acentuados de esvaziamento demográfico em determinados momentos, como a retirada de 551 indígenas em um período de apenas 12 anos, entre 1930 e 1942. É fato que a aldeia Rio d'Areia esteve por muitos anos sem nenhum amparo legal do Estado, ou seja, não houve, até 1975, nenhum esforço ou política pública voltada à manutenção e preservação da cultura e territorialidade Guarani. Isso se reflete na abrupta queda populacional histórica ocorrida em seu território, chegando a abrigar apenas 45 indígenas em 1984, como mostrou o Relatório Antropológico da FUNAI. Contemporaneamente, encontram-se habitando o território praticamente um quarto da população total aldeada na década de 1930, período em que os indígenas tornaram público o conhecimento acerca da invasão de colonos em seus domínios territoriais. De acordo com o líder indígena Julinho Pires de Lima, antes de

1930 haviam duas aldeias naquele território, o que também fazia o número de habitantes ser maior, com cerca de 300 a 400 pessoas por *Tekoá* (Pires de Lima, 2024)[50].

A abrupta redução populacional ocorrida durante a década de 1930 se deu paralelamente ao processo de colonização da região de Inácio Martins, quando a expansão colonial resultou na emancipação daquele município em 1960. Durante esse período muitas comunidades foram fundadas junto às instalações de serrarias que se espalharam por aquela região, tendo sido a madeira o principal pilar do referido avanço colonizatório (Gurski, 2015).

De acordo com o Jornal Folha do Oeste, de 26 de maio de 1946, a expansão da territorialidade colonial se deu em Guarapuavinha – antigo nome do município de Inácio Martins – a partir de ações conduzidas por "batalhadores que se interessam em trazer o progresso[...], abnegados exploradores de nossas riquezas, que por todos os meios vem a estas paragens [...] povoadas por féras bravías" (Folha do Oeste, 1946). As interpretações de Eder Gurski indicam que as referidas feras bravias seriam "os indígenas Guarani que ocupavam aquele território de maneira mais ampla" (Gurski, 2015, p. 18).

Em meio a esse processo, com os indicativos populacionais apresentados, além do conhecimento da expansiva condução da territorialização colonial previamente discutida, somam-se aos elementos interpretativos da agência colonial ao território Guarani as narrativas de Antoninho Karaí Tataendy Pires de Lima, histórico cacique da aldeia Rio d'Areia, cargo que ocupou por mais de quatro décadas, sendo sucedido por seu irmão Julinho a partir de abril de 2025. Antoninho, em entrevista ao historiador Eder Gurski, rememorou como acontecia a invasão de colonos ao território indígena, com a tomada de posse de pequenos lotes, que, progressivamente se expandiam, chegando a tal ponto em que praticamente todo o território indígena do Rio d'Areia fora ocupado pelos invasores:

> [...] até onde eu conheço a história dessa aldeia, a nossa terra já vinha sendo tomada pelos brancos. Os não-índios que entravam pra tomar a terra chegavam querendo um pedaço para fazer roça, tipo alugado. O Cacique cedia para ele plantar um ano, ele colhia os mantimentos e continuava lá no próximo ano, assim já não queria sair mais e o Cacique ia cedendo, até que ele foi criando raízes, de repente quando o índio abriu os olhos ele já estava com um pedaço adquirido por ele mesmo. Assim, foi formando o grupo dos não-índios aqui, foram crescendo que chegou uma época que eles começaram a expulsar os índios, foram expulsando. E tudo isso pela grande falta de respeito. Os índios, alguns permaneciam e outros foram embora, até que a FUNAI veio e fez uma pré-demarcação para dar uma segurada, para poder segurar aquelas poucas famílias que ainda estava resistindo (Lima, 2014, *apud* Gurski, 2015, p. 61).

[50] PIRES DE LIMA, J. **Entrevista aldeia Rio d'Areia V**. Entrevista concedida ao autor em 23 de janeiro de 2024. Inácio Martins/PR: UEPG, 2024. Arquivo mp4. Entrevista realizada exclusivamente para a pesquisa. Total de 33:44 de duração.
.

Como é passível de verificação, o sistema de apropriação praticado pelos colonos dentro do território ocupado pelos Guarani contava com a cessão de terras por parte dos indígenas, entretanto, os colonos não cumpriam com os tratos e permaneciam dentro do território, praticando ações ligadas à conversão paisagística, como a abertura de áreas de roçado e a extração de erva-mate e madeira de dentro da área do território originário. Ou seja, mesmo em um movimento de fuga e autoisolamento adotado pelos Guarani em face da colonização, a própria territorialidade colonial alcançou o território Guarani, avançando com suas práticas para dentro da territorialidade indígena. O uso e especulação da terra foi além da conversão paisagística, havendo sido retirada muita madeira de pinheiro e imbuia de dentro do território do Rio d'Areia, através de duas frentes: uma organizada pelos colonos e outra conduzida pelo próprio SPI e, posteriormente, FUNAI.

Em informação compartilhada verbalmente, o histórico cacique Antoninho informou como os colonos negociavam com os indígenas a troca de animais de criação, como gado suíno e bovino, por pinheiros e imbuias. Como as árvores não eram dotadas de valor e sentido econômico para os indígenas, eles não conseguiam entender a razão de os colonos se interessarem tanto em derrubar as árvores. Segundo Antoninho:

> o colono vinha e oferecia um casal de porco para o índio em troca de derrubar uma árvore que ele falava que ia fazer casa e paiol. Pro índio aquilo não fazia muito sentido, mas tinha sua vantagem por que aí ele criava o animal pra reproduzir e abater depois, alimentando sua família (Pires de Lima, 2024).

De acordo com Antoninho, muitas das antigas árvores da aldeia foram derrubadas dessa forma, entretanto, a madeira presente no território indígena também foi especulada e apropriada em um esquema organizado por antigos funcionários do SPI. Isso foi informado por Arlindo Tupã Veríssimo em entrevista, e verificado em informações levantadas pela Comissão Estadual da Verdade, no capítulo 4, intitulado 'Graves violações de Direitos Humanos contra Povos Indígenas' (Comissão Estadual Da Verdade Teresa Urban, 2017, p. 148). Segundo o ancião Guarani, habitante da Terra Indígena Rio d'Areia, antigos funcionários do SPI/FUNAI convenciam os indígenas a ceder as maiores árvores das florestas de seu domínio com o intuito de que com elas seriam feitas tábuas, vigotes e ripas para serem erguidas casas para as famílias indígenas. Entretanto, após a derrubada e transporte dessas árvores para as serrarias, intermediada pelos funcionários das entidades de prestação de serviços aos indígenas, retornavam à aldeia somente as tábuas mais fracas, chamadas 'terceirinhas', retiradas da parte superior dos pinheiros, onde encontram-se os nós, deixando a qualidade da madeira quebradiça.

A madeira boa, por sua vez, ficava toda em posse da serraria, sendo vendida para São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília (Veríssimo, 2023)[51].

Assim, a grande maioria da cobertura vegetal florestal existente na área da Terra Indígena Rio d'Areia, contemporaneamente, é composta por florestas secundárias em estágio avançado de regeneração (Nogueira, 2024). Além disso, existe grande quantidade de tocos de imbuia ao longo do circuito de trilhas que interliga as casas da aldeia, fato que evidencia que amplo volume de árvores dessa espécie foi retirado do território durante as incursões da territorialização colonial e suas estratégias de remoção e especulação madeireira.

As figuras apresentadas em sequência mostram algumas das características supracitadas acerca da configuração das florestas em estágio secundário avançado de regeneração (Fig. 3.5) e a presença concentrada de tocos de imbuia (Fig. 3.6) dentro da T. I. Rio d'Areia. Esses elementos manifestam potenciais elementos interpretativos de marcos geossimbólicos, resquícios de sobreposições de territorialidades externas atuantes dentro da paisagem Guarani.

Figura 3.5: Floresta com Araucária em regeneração margeia o território originário



Fonte: O autor, 2022.

[51] VERÍSSIMO, A. T. **Entrevista aldeia Rio d'Areia II**. Entrevista concedida ao autor. Inácio Martins/PR: UEPG, 2023. Arquivo mp4. Entrevista realizada exclusivamente para a pesquisa. Total de 23:47 de duração, 2023.

Figura 3.6: Toco de antiga imbuia derrubada por colonos dentro da T. I. Rio d'Areia



Fonte: O autor, 2023.

A unidade territorial da Terra Indígena, inclusive, esteve em disputa judicial entre a madeireira Madeirit Agroflorestal S/A e a posse dos próprios indígenas. A empresa madeireira reivindicou juridicamente parte do território Guarani, atestando sua reclamação ao apresentar comprovantes de aquisição de várias glebas vendidas por particulares. Essas terras haviam sido compradas entre 1941 e 1965 pela madeireira, de forma que mesmo antes da madeireira comprar as terras, elas já haviam sido tornadas propriedades particulares rurais de colonos, que efetivaram a venda da terra. A empresa alegou que os Guarani haviam invadido sua propriedade, tese que foi acatada pela Justiça Federal em 1994, obrigando os Guarani a se retirarem de parte de seu território. O despejo originário foi revertido por ação da FUNAI, que levantou entre os indígenas provas de que a porção territorial em litígio era ocupada pelos Guarani M'Byá antes da tomada de posse por parte dos colonos. Portanto, somente no ano de 1998 a Justiça definiu a causa favorável aos indígenas, que reintegraram a posse de uma grande porção da T. I. Rio d'Areia.

Alocados em seu território ancestral, porém ilhados em meio à territorialização colonial, os indígenas Guarani M'Byá habitantes da T. I. Rio d'Areia resistem aos processos de invasão, especulação e alienação. A resistência cultural se dá como enfrentamento ideológico e prático

às ações conduzidas por demandas externas à territorialidade e cultura indígenas. A manutenção da *Tekoá* se fortalece com base na reprodução cotidiana da culturalidade e modo de vida Guarani M'Byá, assim como na manutenção de sentido dos símbolos territoriais indígenas que reforçam a identidade e reafirmam a linha ancestral do conhecimento e modo de vida tradicional indígena.

O processo e agência de um *ethos* expansivo/colonialista na Floresta com Araucárias, em imposição ao *ethos* originário/biocultural Guarani, resultou em uma inversão à lógica territorial, de maneira que converteu território florestal de livre e fluído para uma territorialidade de fixação e expansão contínua, embasada na especulação e capitalização ecossistêmica (Nogueira, 2024). Mesmo em isolamento comunitário as estratégias da ontologia territorial da colonização adentraram o território Guarani e impuseram normas gestionais e comportamentais inspiradas em sua fundação especulativa.

Após 1975, com a publicação da dissertação de mestrado da antropóloga Maria Lygia Moura Pires, a T. I. Rio d'Areia passou a ser mais conhecida, pois, de certa forma, o meio acadêmico, junto aos movimentos sociais indigenistas voltados para a proteção e preservação dos povos originários – tais como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Instituto SocioAmbiental (ISA) –, assim como a atuação política de lideranças indígenas, como a relevante atuação do líder indígena da etnia Kaingang, o histórico cacique Ângelo Kretã, passou-se a se estabelecerem diálogos com o setor público acerca da manutenção, preservação e proteção desse território.

Entretanto, apenas nove anos depois, em 1984[52], é que foi realizado o Relatório Antropológico da FUNAI na T.I., a partir do qual foi possível compreender algumas características do uso do solo e condição social dos Guarani aldeados naquele território. Nesse relatório fica evidente que os indígenas se encontravam em um estado de avançada aculturação, sendo que muitos não-indígenas habitavam o interior da aldeia e grande parte dos Guarani ali alocados prestava serviços de trabalhadores rurais para fazendeiros cujas propriedades faziam divisas com o território indígena (FUNAI, 1984).

De acordo com a interpretação de Gurski, as condições impostas ao grupo de indígenas do Rio d'Areia relatados pela FUNAI em 1984 evidencia a atuação da territorialização hegemônica que, ao pautar, através de suas dominações, a integração à sociedade colonial,

[52] O primeiro Relatório Antropológico sobre os Guarani no Rio d'Areia, elaborado presencialmente, foi em escrito em 1942, por Deocleciano Nenê, inspetor do SPI. Naquela ocasião, o relatório apresentava mais uma característica mais voltada à descrição demográfica e de posses das famílias indígenas. O Segundo Relatório Antropológico foi o de 1984, escrito pela antropóloga Olga Novion, da FUNAI.

representava o abandono radical da culturalidade originária e uma rápida e consequente inserção forçada à base da pirâmide social como mão de obra agrícola (Gurski, 2015). Essa condição, que se aplicava à alienação da categoria de indígena, assim como da própria autonomia territorial dos originários, embasou a política adotada pelo Estado brasileiro na gestão da T. I. Rio d'Areia, que, a partir de Portaria Interministerial de 1989, passou a classificar o território Guarani do Rio d'Areia – após o processo de declaração da T. I. – como Colônia Indígena do Rio Areia, com a finalidade de conversão dos indígenas em trabalhadores nacionais, privilegiando o "modelo de contato seguido de desestruturação linguística, cultural e religiosa" (Gurski, 2015, p. 119).

No Estatuto do Índio de 1973, a categoria de Colônia Agrícola Indígena se refere à área destinada à exploração agropecuária, administrada pelo órgão de assistência aos povos indígenas, onde convivem grupos aculturados e membros da comunidade nacional (Brasil, 1973). Ou seja, mesmo ao longo de anos de resistência ao processo colonial, por muitas décadas sem nenhum tipo de amparo legal, os indígenas do rio d'Areia, por intermédio do Estado brasileiro, ao invés de terem seu território e sua cultura protegidos, receberam o status de território a ser explorável por práticas de agropecuária, tornando-se "colonos-indígenas ou indígenas-colonos, sujeitos integrados que lavram e cultivam a terra em benefício do Estado" (Gurski, 2015, p.129).

A conversão do território Guarani dentro da Floresta com Araucárias em uma Colônia Indígena, entretanto, foi objeto de grande contestação por parte de setores da sociedade ligados ao indigenismo e à defesa dos territórios e culturas indígenas. Segundo algumas entidades, o fato de converter um território tradicional e imemorialmente ocupado por um grupo indígena às normatizações e interesses especulativos do Estado representava uma grave violação à manutenção dos direitos indígenas previstos na Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, conforme indicou editorial da Revista Tupari de agosto de 1989. Sob o título 'Colônias indígenas chegam ao Sul', a revista discutiu a questão das divergências entre a territorialidade originária e a territorialidade colonial constituída historicamente no Brasil, lamentando o desrespeito às especificidades dos valores culturais e organização social e econômica dos povos indígenas:

> Segundo missionários do CIMI/SUL, a lamentável e equivocada política de implantação de colônias indígenas chegou ao sul após tentativas de sua imposição entre os povos indígenas do norte do país. Através da portaria Interministerial nº 353, assinada pelos ministros do interior e da agricultura em 13/03/1989, criou-se a colônia indígena Rio Areia. Consideramos este ato mais um desacato a constituição, haja visto que a nova Carta Magna assumiu "proteger e fazer respeitar os costumes, línguas, crenças e tradições indígenas, conforme estabelece o 'caput' do artigo 231". Além de inconstitucional a portaria é abusiva. Sobre a definição dos limites do território da colônia indígena Rio Areia, tradicionalmente ocupada

> pelo povo Guarani, próximo ao município de Inácio Martins no Estado do Paraná. Área prevista na referida portaria chega a cifra de 390ha, o que é bem inferior aos 1.016ha previstos praquela comunidade Guarani. A história desse país tem demonstrado que essa política não trouxe resultados positivos aos povos indígenas. Na verdade, não se conhece muitos exemplos de índios que integrando-se a economia regional lograram transformar-se em colonos bem-sucedidos. As tais colônias indígenas são, portanto, uma nova artimanha para transformar índios [sic] em colonos, o que demonstra um profundo desconhecimento e desrespeito a especificidade dos valores e da organização econômica e social dos povos indígenas (Tupari, nº 30, agosto de 1989, p. 9).

Apesar de invalidada a portaria ministerial que conferiu a característica de colônia indígena à T.I. em questão, esse episódio somente corrobora à compreensão do processo histórico das disputas territoriais na FOM. A análise da trajetividade histórica do território Guarani permite interpretá-la como ação de enfrentamento constante, na qual o próprio território tornou-se espaço de disputa entre ontologias territoriais, em um embate que colocou em jogo a culturalidade e a gestão territorial indígenas face à territorialização colonial hegemônica homogeneizante e seus mecanismos operacionais (Nogueira et al., 2025). Nesse sentido, os domínios territoriais e suas práticas de relação com o meio tornam-se disputas simbólicas, antagônicas nesse caso. Ao manter seus alicerces culturais fundamentais vinculados à manutenção do ecossistema e na gestão de seu território, o conjunto de ações da territorialidade Guarani M'Byá da aldeia Rio d'Areia concentra práticas e pensamentos que não estão vinculados e tampouco pautados pela especulação e expansividade da matriz epistêmica colonizada (Nogueira, 2024).

Assim, a territorialidade indígena na T. I. Rio d'Areia manifesta-se, no Médio Iguaçu, como autêntica antítese territorial, à medida que sua continuidade, em meio aos processos históricos de formação do amplo território em questão, resulta de disputas socioculturais e ecológicas históricas, prevalecendo a resistência cultural e territorial Guarani M'Byá. Culturalidade essa que se respalda no paradigma da preservação dos recursos naturais existentes no território, na manutenção da vida e da biodiversidade da floresta, ao propor uma gestão sustentável e autônoma do território, apresenta-se, portanto, como um paradigma à conservação, a médio e longo prazo, da FOM no Médio Iguaçu. De maneira em que a territorialidade mantida pelos indígenas possibilita leituras amplas do ecossistema e viabilizam uma interpretação decolonial da gestão territorial da Floresta com Araucárias a partir desse lócus específico.

A T. I. Rio d'Areia, cuja integridade territorial contemporânea somente se firmou a partir de reconhecimento federal a partir do processo liderado pela FUNAI em 2006, abriga o único território indígena habitado no Médio Iguaçu. Dentro de seus domínios, além dos já mencionados 152 habitantes indígenas, a aldeia abriga duas casas de reza (*Opy'i*), um Centro

Cultural Guarani M'Byá, um Colégio Estadual Indígena, um posto de atendimento primário em saúde com enfoque no conhecimento farmacológico indígena, um viveiro para replicação e crescimento de mudas de árvores nativas, 33 habitações em alvenaria e ao menos 14 casas tradicionais Guarani (*óga*) feitas em taquara (Pereira, 2023). Sua área de preservação abriga nas florestas indígenas os últimos refúgios de grande variedade florística e fáunica nativa.

Nesse contexto, a manutenção e sobrevivência do território indígena Rio d'Areia dentro do ecossistema se apresenta, portanto, como alicerce e potencial para o futuro da Floresta com Araucárias, em face de sua resiliência histórica fundamentada num *ethos* originário/biocultural. A partir de uma gestão territorial sustentável, desenvolvida ao longo de séculos de interação com o ecossistema em questão, a gestão territorial Guarani M'Byá praticada no território da T.I. Rio d'Areia viabiliza que as estratégias de conservação e preservação ecossistêmicas sejam revistas, sob ótica decolonial, sendo desvinculadas das matrizes epistêmicas que resultaram no condicionamento ameaçador ao qual foi colocada a Floresta com Araucárias ao longo do último século.

Nesse contexto, se faz necessária uma interpretação do sentido do território indígena em meio ao contexto de supressão histórica à territorialidade contra-hegemônica. Tal interpretação deve considerar a duplicidade de sentido: no âmbito cultural – regido pela tríade símbolos, saberes e tecnologias, que confere ao território seus significados e essência semântica sob a óptica indígena – e no âmbito do propósito ou objetivo do território – pautados pelas suas funções, usos e finalidades com base na percepção e ação dos conhecimentos locais aplicados ao ambiente florestal.

Com tal finalidade encaminha-se, no capítulo a seguir, o etnozoneamento da Terra Indígena Rio d'Areia, desenvolvido a partir dos preceitos da pesquisa-ação participante, no qual os usos e sentidos territoriais indígenas são levantados com a finalidade de desenvolvimento de ferramenta de gestão territorial. A partir da identificação das especificidades territoriais serão levantadas soluções para problemas que envolvem a cultura, o território indígena e a FOM. Pretende-se, nesse sentido, que o mergulho investigativo na lógica paisageira e territorial indígena viabilize interpretações e revisões tanto práticas quanto conceituais no que se refere à manutenção de sua territorialidade e à conservação da Floresta com Araucárias

4 ETNOZONEAMENTO COMO FERRAMENTA PARA A GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA

A proposta metodológica do Etnozoneamento da gestão territorial Guarani M'Byá está alicerçada na ideia de níveis paisagísticos sobrepostos e em conformação de sentido de Berque. Sob tal perspectiva, o espaço geográfico é constituído por níveis paisagísticos sobrepostos, sendo o primeiro nível o da complexidade ecológica – meio natural, dinâmicas ecossistêmicas, condições físicas do ambiente –, o segundo nível consiste na organização social – aspectos da cultura, usos e ocupação do solo, cultura e historicidade –, enquanto o terceiro nível exprime o resultado da interação entre os dois primeiros níveis, convertendo-se na paisagem como manifestação da gestão territorial (Berque, 2013).

A presente proposta sugere a elaboração de uma ferramenta interpretativa territorial que pondera acerca do desenvolvimento da combinação passível de consideração como quarto nível de interpretação, vinculada à constituição da materialidade do território em questão. Para tanto, se faz necessária a interpretação das complexas relações estabelecidas entre a população, o meio ambiente, o território e a constituição de sua paisagem com base no ambiente e na cultura.

O objetivo do etnozoneamento participativo, portanto, passa a ser o de instrumentalizar a tradução cartográfica do *ethos* originário/biocultural Guarani M'Byá. Nesse sentido, o objetivo dessa seção passa a ser o de materializar, através do mapeamento, como aspectos que envolvem a espiritualidade indígena, o pluricultivo sacramental e a clarividência dos *Xamoi* determinam as zonas de uso e sentindo do território, de forma a atuar diretamente na curadoria da floresta. Tal objetivo se propõe a provar, cientificamente, que o alto índice de conservação da FOM dentro da T. I. Rio d'Areia não é obra do acaso, mas sim o resultado prático de um regime ético-cultural fundamentado em preceitos culturais antagônicos em relação ao regime hegemônico na bacia do Médio Iguaçu.

Assim buscou-se a escolha de um mecanismo capaz de dialogar com os dois primeiros níveis da paisagem de Berque e que ainda se prestasse como ferramenta útil às necessidades da comunidade indígena Guarani M'Byá habitante do território Rio d'Areia, não somente como ferramenta interpretativa mas também como ferramenta de identificação, reconhecimento e fortalecimento de estratégias de defesa do território. O desenvolvimento do presente capítulo, destarte, orbita em torno da tomada de consciência em relação à relevância da gestão territorial indígena Guarani M'Byá dentro da Terra Indígena Rio d'Areia, à medida em que a territorialidade originária tem por fundamento prático e ideológico a conservação,

interdependência e reprodução sociocultural em ativa interação com a Floresta com Araucárias (Nogueira et al., 2025).

Nesse sentido, o etnozoneamento surge como a ferramenta ideal para atender a ambas demandas, pois, ao mesmo tempo em que viabiliza a síntese das relações territoriais intrínsecas à T.I. Rio d'Areia, avança na interpretação da territorialidade ao propor um quarto nível paisagístico, estabelecido como materialização espacial de ideia e ação de valores ético-comportamentais originários. Como mapa, possibilitando a identificação, caracterização e representação gráfica de especificidades de uso e sentido em áreas estabelecidas pelas estratégias de gestão do território indígena. Ademais, a metodologia cartográfica promove a visão sinóptica dos graus de proteção ambiental no território, servindo como um mecanismo que garante a manutenção cultural e a sobrevivência da população originária.

O etnozoneamento de terras indígenas como instrumento de planejamento e gestão territorial e ambiental, com a participação efetiva dos povos indígenas, é uma das ferramentas objetivadas e promovidas pelos processos estabelecidos pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI.

A PNGATI, por sua vez, é resultado de discussões travadas historicamente no âmbito do Estado brasileiro e do próprio contexto internacional de diálogos e decisões frente à crise ambiental global. Sua consolidação como Política Nacional resulta, fundamentalmente, da promulgação da Constituição de 1988, que reconheceu a identidade e autonomia cultural indígena, inaugurando uma nova fase no relacionamento dos povos indígenas com o Estado e com a sociedade brasileira, ao "reconhecer suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças, tradições e territórios, atribuindo ao Estado o dever de respeitar e proteger as manifestações das culturas indígenas" (Smith et al., 2016, p.11).

A PNGATI foi estabelecida através do Decreto Presidencial nº 7.747 de 5 de junho de 2012, dentro de um contexto no qual se sobressaíam, historicamente, dificuldades de garantias aos direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas e do usufruto exclusivo sobre os recursos naturais, sobretudo em regiões de colonização e ocupação mais antigas, exatamente como é o caso da Terra Indígena Rio d'Areia, conforme foi possível compreender ao longo dos três primeiros capítulos da tese.

Nesse sentido, ainda de acordo com Smith et al. (2016), a PNGATI se propõe a elaborar projetos de autonomia e gestão indígena a partir de seus territórios, tendo em vista o enfrentamento ao atual contexto de desenvolvimento econômico do país e de reordenamento

territorial por que passam, em intensidades e dimensões variadas, as comunidades indígenas nos diferentes biomas e ecossistemas brasileiros.

De acordo com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a PNGATI tem como objetivo maior

> garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente (FUNAI, 2021).

Os objetivos específicos a serem alcançados através das ações da PNGATI, por sua vez, são estruturados em 7 eixos temáticos que orientam o desenvolvimento de um plano de Gestão Territorial de acordo com o que estabelecem as demandas determinadas pelo Decreto Presidencial nº 7.747 de 5 de junho de 2012. Nesse sentido, tais eixos se organizam em práticas territoriais, perfazendo um complexo conjunto que assimila os objetivos específicos e suas estratégias conduzidas no âmbito da política de gestão territorial indígena. A tabela que segue (Tab. 4.1) visa estruturar a subdivisão em eixos da PNGATI, associando cada eixo às suas específicas demandas, objetivamente:

Tabela 4.1: Objetivos específicos da PNGATI e ações previstas por eixo temático

EIXOS TEMÁTICOS PNGATI	CONJUNTO DE AÇÕES A SEREM CONDUZIDAS
Eixo 1: **Proteção territorial e dos recursos naturais**	Proteger, fiscalizar, vigiar e monitorar aspectos ambientais; Promover a participação dos povos, comunidades e organizações indígenas em ações de proteção ambiental e territorial de T.I.; Proteger recursos naturais das T.I. em processo de delimitação através de ações de defesa ambiental; Elaborar, sistematizar e divulgar informações sobre a situação ambiental em T. I. com a participação indígena; Apoiar a celebração de acordos e instrumentos que viabilizam o acesso indígena a recursos naturais tradicionalmente utilizados; Proteger e recuperar corpos hídricos essenciais aos povos indígenas; Apoiar o monitoramento de transformações ecossistêmicas; Assegurar que bens apreendidos em decorrência de ilícitos ambientais sejam revertidos em benefício do povo indígena afetado; **Promover o etnozoneamento de T.I. como instrumento de planejamento e gestão territorial e ambiental, com participação indígena;** Promover e garantir a integridade ambiental e territorial de T.I. em áreas de fronteira.
Eixo 2: Governança e participação indígena	Atuação indígena na governança e implementação da PNGATI; Participação dos povos indígenas e da FUNAI nos processos de zoneamento ecológico-econômico que afetem T.I.; Monitorar qualidade da água em T.I.; Apoiar a participação indígena em comitês e subcomitês de bacias hidrográficas; Promover a participação indígena em fóruns sobre mudanças climáticas; Promover o direito a consulta prévia aos povos indígenas sobre empreendimentos que afetem seus territórios.
	Promover o direito de consulta prévia aos povos indígenas no processo de criação de Unidades de Conservação (U.C.); Incentivar o direito de

Eixo 3: Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas	participação nos planos conjuntos de administração de áreas de sobreposição de T.I. com U.C.; Viabilizar a participação indígena nos conselhos gestores das U.C. contíguas a T.I.; Garantir a participação da FUNAI em conselhos gestores de U.C. contíguas a territórios habitados por povos indígenas isolados.
Eixo 4: Prevenção e recuperação de danos ambientais	Recuperar e restaurar áreas degradadas em T.I.; Agir pela prevenção e controle de contaminação por poluição e resíduos sólidos em T.I.; Priorizar o uso de espécies nativas de importância sociocultural em T.I.; Apoiar a recuperação e conservação da agrobiodiversidade e dos demais recursos naturais essenciais à segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas; Prevenir e combater o processo de desertificação através de restauração e recuperação de áreas degradadas e condições ambientais em T.I.; Regularizar atividades econômicas no interior de T.I. incentivando medidas mitigatórias e compensatórias.
Eixo 5: Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas	Garantir aos povos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos em T.I.; Fortalecer e incentivar as iniciativas produtivas indígenas objetivando consolidação de tecnologias sustentáveis; Efetivar a conservação e uso sustentável dos recursos naturais fundamentais à cultura indígena; Articular a substituição de atividades produtivas insustentáveis para sustentáveis em T.I.; Estimular iniciativas de etnoturismo e ecoturismo; Promover a regulamentação da certificação dos produtos oriundos dos povos indígenas; Viabilizar a sustentabilidade ambiental das iniciativas indígenas de criação de animais de médio e grande porte; Oferecer assistência técnica de qualidade, continuada e adequada aos povos indígenas dos diversos biomas.
Eixo 6: Propriedade intelectual e patrimônio genético	Proteger e salvaguardar os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético nacional; Desenvolver iniciativas junto às comunidades indígenas de pesquisa, criação e produção de conhecimento etnocientífico e inovação tecnológica.
Eixo 7: Capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental	Proporcionar a formação de quadros técnicos com servidores e parceiros executores objetivando a implementação da PNGATI; Auxiliar na formação de comunidades e organizações indígenas sobre PNGATI; Promover a discussão sobre formação de agentes indígenas de gestão territorial e ambiental; Incentivar a capacitação e equipagem dos povos indígenas para prevenção e controle de queimadas e incêndios florestais; Impulsionar ações de educação ambiental no entorno de T.I; Articular a condução da realização de intercâmbio de experiências de gestão territorial.

FONTE: O autor, com base em FUNAI (2021).

Para além de sua estruturação a partir de ações abrangidas por objetivos em forma de eixos, a aplicação das práticas pretendidas e favorecidas pela PNGATI segue diretrizes estabelecidas pelo Decreto Presidencial nº 7.747 de 5 de junho de 2012. Tais diretrizes pautam os preceitos que guiam, comportamental e politicamente, as ações conduzidas nos territórios com o intuito de alcançar os objetivos propostos pela política nacional. Dessa forma, o escopo das práticas e ações registradas pela Tabela 4.1 acima são regidas por 13 diretrizes fundamentais que, de certa maneira, estruturam a forma de atuação de cada conduta, buscando sempre

reconhecimento e respeito às práticas sociais, culturais e territoriais indígenas. As diretrizes estão organizadas conforme segue:

- I) Reconhecimento e respeito às crenças, usos, costumes, línguas e tradições de cada povo indígena;
- II) Reconhecimento e valorização das organizações sociais e políticas dos povos indígenas;
- III) Protagonismo e autonomia sociocultural dos povos indígenas;
- IV) Reconhecimento e valorização da contribuição das mulheres indígenas e do uso de seus conhecimentos e práticas;
- V) Valorização dos biomas das T.I. por meio de proteção, conservação e recuperação de recursos naturais;
- VI) Proteção territorial, ambiental e melhoria na qualidade de vida nas áreas reservadas a povos indígenas;
- VII) Proteção territorial e ambiental das terras ocupadas por povos indígenas isolados ou de contato recente;
- VIII) Implementação da PNGATI para povos e comunidades indígenas, cujas terras se localizam em áreas urbanas;
- IX) Proteção e fortalecimento dos saberes, práticas e conhecimento dos povos indígenas e de seus sistemas de manejo e conservação dos recursos naturais;
- X) Reconhecimento, valorização e desenvolvimento da gestão ambiental como instrumento de proteção dos territórios;
- XI) Garantia do direito à consulta dos povos indígenas;
- XII) Reconhecimento dos direitos dos povos indígenas relativos a serviços ambientais em função da proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais em T. I.;
- XIII) Promoção de parcerias com governos estaduais, distritais e municipais no âmbito de promoção da PNGATI.

O Art. 2º do Decreto Presidencial em questão informa que “são ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas o etnomapeamento e o etnozoneamento” (Brasil, 2012). Ou seja, as ferramentas para o desenvolvimento e aplicação das práticas de gestão territorial indígena estão relacionadas diretamente a estratégias de manejo e condução de relações mediadas entre a população originária, em seus territórios e aldeias, e o espaço

geográfico, em suas especificidades ecossistêmicas, geomorfológicas, de uso e ocupação histórica. Nesse sentido, as principais ferramentas de interpretação da espacialidade indígena, em suas amplas perspectivas, se dá, conforme indica a PNGATI, a partir de metodologia interpretativa pautada em análises geográficas.

Assim, tanto etnomapeamento quanto etnozoneamento se apresentam como ferramentas de gestão territorial que promovem o entendimento acerca de aspectos das práticas territoriais, pensamentos condutores de ações de manejo e significados culturais, identitários e étnicos do recorte espacial constituído pela interação entre ecossistema e povos indígenas. Um importante traço a ser mencionado antes da discussão acerca do escopo metodológico e prático que diferencia cada uma das ferramentas territoriais acima mencionadas é o aspecto etimológico que confere sentido e identidade às mesmas.

Little, em um movimento que busca conceituar cada terminologia e prática prevista para o desenvolvimento das ações concernentes à aplicação da PNGATI aponta para questões que antecedem os instrumentos de gestão territorial em Terras Indígenas. Nesse sentido, ele discute inicialmente o conceito de etnia, e busca justificar a razão pelas quais as ferramentas de gestão territorial indígena utilizam-se do prenome *etno*.

De acordo com o autor, grupo étnico é uma coletividade de indivíduos que se diferencia dos demais grupos por sua especificidade sociocultural. Essas "especificidades podem se manifestar em diversos aspectos: língua (idioma), cosmologia (filosofia), religião (espiritualidade), nas práticas cotidianas, organização social e política" (Little, 2006, p. 17).

Tais características constituem a identidade étnica, baseada no processo de autoidentificação dos membros dos grupos. Little afirma ainda que uma das bases mais importantes da identidade étnica é o território – alicerce da reprodução social, econômica e cultural, além de provedor da sustentação física do grupo social. Entretanto, as ferramentas de gestão territorial, pautadas na etnicidade e territorialidade indígenas, em realidade, são instrumentos "híbridos" que contém "elementos da sociedade ocidental e elementos das sociedades indígenas, preocupadas com a qualidade do meio ambiente, com a manutenção das culturas originárias e apoiada nos preceitos fundamentais do uso do território pelas etnias" (Little, 2006, p. 22).

Outrossim, o diálogo acerca de especificidades e manifestações culturais originárias implica o vínculo étnico, ao alocar a categoria de práticas, saberes e tradições culturais à etnicidade, à autoidentificação e pertencimento da população ao seu grupo cultural, como é o caso dos Guarani M'Byá da aldeia Rio d'Areia, quando se referem às suas tradições e modo de

ser. Apesar de híbridas por essência, etnomapeamento e etnozoneamento representam importantes ferramentas para a proteção territorial e dos recursos naturais, à medida que se prestam como instrumentos básicos à gestão territorial e ambiental, elaborado com ativa participação das comunidades indígenas, conforme destacado ao longo da primeira seção da tabela 4.1 acima.

Destarte, ambas as ferramentas expressam, em seu conteúdo, as formas de relacionamento e percepção ambiental étnica e territorial, compondo o que Little aponta como "instrumentos técnicos e políticos de ordenamento territorial de um grupo étnico que faz parte da etapa normativa do processo global da gestão territorial" (2006, p. 21). Seu desenvolvimento é necessariamente dialogado e negociado internamente pelos povos indígenas como parte integrante dos processos de gestão territorial das suas respectivas Terras Indígenas. Dessa forma, tais ferramentas territoriais são consideradas etapas fundamentais para a elaboração dos planos de gestão territorial indígena, de maneira que auxiliam no estabelecimento do 'dever ser' do povo indígena com respeito a seus territórios (Little, 2006).

A proposta de elaboração da presente pesquisa está pautada nos princípios que erigem a prática investigativa da pesquisa-ação participativa, a qual, de acordo com o discutido ao longo do primeiro capítulo, se propõe a dialogar ativa e constantemente com o grupo social focal da pesquisa. Nesse sentido, a metodologia de execução da pesquisa conduziu a reflexão acerca do território como alicerce para a manutenção cultural e do estilo de vida Guarani M'Byá dentro da T. I. Rio d'Areia.

Entretanto, constatou-se, e foi manifestado por parte das lideranças da aldeia, a ausência de estratégias ou acordos formais para a gestão dos recursos comunitários. Ou seja, não há nenhuma ferramenta de gestão territorial que se proponha a classificar e ordenar as ações de uso e sentido do território indígena na aldeia Rio d'Areia. Assim, tomadas de decisão são efetivadas a partir de assembleias organizadas pela e para a comunidade, no entanto, os Guarani M'Byá habitantes desse território não disfrutam de nenhum aparato ou ferramenta de manejo que promova a manutenção de seus recursos ecossistêmicos e a proteção integral do território e da territorialidade indígena local.

Tomando como ponto de partida as questões fundamentais que guiam a presente tese, e, sobremaneira, com base na pergunta de partida apresentada na introdução e contextualização da pesquisa: "como a territorialidade Guarani M'Byá da *Tekoá* Rio d'Areia em Inácio Martins/PR possibilita promover um conjunto de estratégias para a conservação do ecossistema da Floresta Ombrófila Mista e gestão territorial sustentável no Médio Iguaçu?", decidiu-se pelo

desenvolvimento do etnozoneamento com base na espacialidade originária na FOM da T. I. Rio d'Areia.

O desenvolvimento dessa ferramenta tem como objetivo atender às demandas de sua essência híbrida: se por um lado o etnozoneamento se propõe a definir áreas específicas de uso e ocupação do território, racionalizando-as em porções definidas e lineares, por outro, visa promover e garantir o aporte da geograficidade étnica em questão, de maneira a viabilizar o protagonismo indígena acerca do entendimento sobre seu próprio território.

Portanto, apesar do hibridismo poder ser apontado, em alguma medida, como uma sobreposição cultural ante a gestão interna e tomadas de decisões indígenas dentro de seus territórios, entende-se que tal ferramenta permite, apesar dos problemas atinentes à tradução cultural, a confluência de visões sobre o fenômeno discutido, apontando para intencionalidades múltiplas a serem consensuadas no sentido da consolidação do objetivo comum de proteção territorial e valorização cultural indígena.

Ao categorizar áreas ambientais a partir de usos cotidianos e valores culturais, o processo de desenvolvimento do etnozoneamento investiga, interpreta e classifica a gestão territorial originária estritamente com base na experiência da vivência territorial e informações levantadas *in loco* junto aos povos originários, através de conversas, de oficinas, de entrevistas e atividades de campo. Destarte, a elaboração da ferramenta prioriza critérios de valorização cultural e reafirmação identitária no que diz respeito à etnicidade e territorialidade.

Sobre a definição metodológica e execução prática de um etnozoneamento, há uma problemática manifesta por Little, que não diminui o etnozoneamento como ferramenta, mas, em realidade, atenta para a necessidade de que o propósito da ferramenta esteja de acordo com as necessidades comunitárias:

> O zoneamento ambiental é um instrumento ocidental, altamente técnico, que está sendo introduzido aos povos indígenas com o intuito de ajudá-los no seu processo de gestão territorial. A análise das distintas experiências revela que quase todas elas têm como meta induzir o povo indígena a aceitar e incorporar o uso do instrumento técnico (seja levantamento, mapeamento ou zoneamento) como parte de seu projeto étnico cotidiano. Mas, na prática, as experiências mostram que o grau de aceitação e incorporação dos instrumentos é muito variável, sendo que são poucos os casos nos quais o processo é plenamente incorporado como parte de sua agência étnica (Little, 2006, p. 22)

Entretanto, Little retoma o objetivo comum da ferramenta territorial, evidenciando a centralidade dos usos e sentidos do espaço geográfico como estratégia de gestão e sustentabilidade:

> não existe uma maneira única para traduzir uma lógica espacial indígena para a do zoneamento ocidental. No processo de tradução, sempre há perdas pelo lado indígena. Para tanto, cada vez que os instrumentos de etnozoneamento são aplicados, produz

> uma nova mistura, em proporções distintas, dos elementos das duas sociedades. Apesar das distintas concepções e práticas de etnozoneamento, podemos identificar um fio condutor temático que atinge todas elas: a questão do uso do território (Little, 2006, p. 22).

A escolha pela elaboração de tal ferramenta territorial junto à aldeia indígena Rio d'Areia se deu no sentido de suprir uma real demanda da comunidade e, ao mesmo tempo, levantar informações de gestão territorial indígena com o intuito de identificar e reconhecer tais práticas como os caminhos para a consolidação de gestão sustentável, de médio e longo prazo, dentro do ameaçado ecossistema da FOM.

A Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, organização não-governamental sediada em Porto Velho/RO desenvolveu, no ano de 2017, uma cartilha metodológica para servir como referência à implementação de processos de diagnóstico ambiental, planos de gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e etnozoneamentos. Nesse sentido, a partir da robusta experiência da organização em pesquisas-ações participativas com comunidades indígenas na Amazônia brasileira e seu ativo papel na articulação e escrita de planos de gestão territorial, a proposta metodológica para o etnozoneamento, seguiu, em sua estruturação, os protocolos de ação e de abordagem sugeridos pela Kanindé.

De acordo com a cartilha Kanindé para o desenvolvimento de etnozoneamento, são cinco etapas principais, que, ao dialogar ações práticas e metodológicas realizadas pelas atividades de campo e pesquisas bibliográficas, constituem e fundamentam tal ferramenta territorial. Essas etapas, as quais orientaram a atuação da presente pesquisa, consistem em levantamentos de informações que confluem para a caracterização do território em questão, destacando suas especificidades sociais, culturais, econômicas, ecológicas e ambientais, de acordo com o pontuado e descrito a seguir, com base em Kanindé (Cardozo et al., 2017):

- Levantamento sociocultural: etnohistória, cultura, práticas cotidianas e tradições do povo indígena ocupante do território;
- Levantamento socioeconômico: aspectos sobre a economia local e do entorno do território, contextualização de uso e cobertura do solo e características de gestão e influências da externalidade dentro da T.I.;
- Levantamento biológico: fauna e flora existente no território originário e os níveis de interação da comunidade com a fauna e ecossistema local;
- Levantamento geopedológico: caracterização geológica e pedológica do território, mas também perspectivas acerca da História Ambiental e Natural do ecossistema ocupado pela população indígena;

- Levantamentos geográficos: características climáticas, geomorfológicas, hidrológicas, aspectos físicos do território que interagem e são utilizados pela população indígena.

No entanto, para objetivar o desenvolvimento da tese em atendimento à demanda proposta pela questão de partida central e os objetivos específicos da pesquisa, alinhados às especificidades e necessidades manifestas pela comunidade indígena da aldeia Rio d'Areia, o presente etnozoneamento buscou adaptações em sua exequibilidade. A partir da escuta de anciãos e lideranças indígenas, o propósito da ferramenta se fundou no levantamento e categorização das práticas culturais indígenas, sua interação com o ecossistema florestal e os valores e simbolismos que guiam a manutenção da territorialidade e modo de vida Guarani M'Byá no presente e para o futuro.

Nesse sentido, levando em consideração a ponderação de Little sobre o resultado da ferramenta etnozoneamento como uma base técnica para a condução executiva de um plano de Gestão Territorial e Ambiental eficaz dentro dos territórios originários, dando lugar para a última etapa do ciclo de gestão territorial (2006). A ferramenta se propõe a interpretar usos específicos do território, classificando-os de acordo com o cotidiano e o pensamento indígena acerca de cada porção territorial.

Assim, a apresentação, a execução e escrita do etnozoneamento adaptado resulta de abordagens investigativas sobre etnohistória, etnocultura, biologia, aspectos de composoção dos meios físico e socioeconômico (Cardozo et al., 2010). Tal alinhamento de abordagem conduz, somada aos levantamentos de usos e sentidos do território, o avanço da proposta da síntese interpretativa constituinte da quarta camada de paisagem, seguindo a aplicação metodológica de Berque. O etnozoneamento, portanto, é a consolidação das informações levantadas associadas às caracterizações de uso e cobertura do solo, de acordo com o entendimento indígena e em alinhamento às suas práticas cotidianas manifestas pela territorialidade, estabelecendo as zonas de uso e sentido territorial com base nas experiências adquiridas ao longo das atividades de campo e oficinas da pesquisa.

Ademais de não existir, ao momento da escrita da presente tese, nenhum plano de Gestão Territorial em Terras Indígenas no estado do Paraná, portanto, também inexistente para os Guarani M'Byá e para a Floresta com Araucárias, o ecossistema vizinho, da Floresta Estacional Semidecidual ocupado pelos indígenas Kaingang, já experienciou o desenvolvimento de um diagnóstico etnoambiental. Sob a coordenação do Professor Lúcio Tadeu Mota, o grupo de pesquisas da Universidade Estadual de Maringá elaborou o estudo na Terra Indígena Ivaí,

localizada no município de Manoel Ribas, tradicionalmente ocupada por indígenas da etnia Kaingang (Mota, 2003).

Nesse documento, um grupo multidisciplinar de pesquisadores elaborou o estudo específico para a T.I., analisando o processo histórico de ocupação do território, as disputas com a colonização e a organização social, política e cultural dos indígenas Kaingang habitantes do território em questão. Em um segundo momento, aspectos físicos foram debatidos, em um relatório minucioso que abordou questões climáticas, pedológicas, ecológicas, hidrológicas e agrícolas do território indígena. Entretanto, sem avançar no sentido de confluência de dados e estabelecimento de usos territoriais por zonas, a ferramenta desenvolvida pelo grupo terminou como um diagnóstico etnoambiental, sendo encerrado em etapa anterior ao desenvolvimento do etnozoneamento.

Assim, a ferramenta que se pretende elaborar na presente seção textual, ademais de suas adaptações metodológicas e executivas, configura-se como um instrumento de gestão territorial inédito no estado do Paraná. Sua finalidade, portanto, está ligada às demandas de manutenção cultural e ecossistêmica, confluência complementar expressa pela territorialidade originária manifesta na Terra Indígena Rio d'Areia, em Inácio Martins/PR, além de promover o eixo de proteção territorial e dos recursos naturais, previsto pelas ações abrigadas pela PNGATI.

O etnozoneamento apresentado ao longo do presente capítulo deriva de exercício interpretativo que parte da perspectiva na qual o território, e todo o conjunto paisagístico abrangido por tal categoria, resulta de ações diretas da gestão do espaço e interação com o ecossistema. Portanto, com alguns aspectos territoriais previamente descritos e discutidos ao longo do texto, a presente seção se propõe a ampliar a contextualização territorial com o intuito de contemplar as demandas apresentadas pelo processo de elaboração do diagnóstico territorial seguindo o protocolo Kanindé (2017). Informações relacionadas aos levantamentos socioculturais e socioeconômicos foram apresentadas em capítulos anteriores, assim como dados referentes aos levantamentos biológicos – ao mensurar a biodiversidade da FOM e aspectos da interação da população indígena do Rio d'Areia com fauna e flora locais.

Estando tais características introduzidas e contextualizadas pela própria narrativa de interpretação proposta pela tese, na continuidade da presente seção, portanto, avança-se no sentido de levantamento de informações relacionadas ao meio físico e interações cotidianas que resultam na preservação do ecossistema e manutenção cultural indígena. Portanto, a expressão da territorialidade originária e suas especificidades será o fenômeno central a partir do qual se dará o desenvolvimento e desdobramento do presente capítulo, levando-se em consideração o

objetivo de elaborar o detalhamento das zonas de uso territorial. Tais zonas, de acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, associadas ao propósito maior do manejo e gestão, conferem sentido ao território à medida em que "vinculam as atividades permitidas e praticadas em cada área, estabelecendo as normativas relacionadas às práticas e suas definições" (ICMBIO, 2018, p. 97), alinhadas às demandas da territorialidade originária, conforme instruem as diretrizes da PNGATI.

Isso posto, a estrutura da ferramenta territorial proposta se dará a partir de critérios que devem ser melhor aprofundados acerca da contextualização do território. Nesse sentido, ao se oferecer como ferramenta híbrida que visa o estabelecimento da tradução do território – conjunto de práticas, usos e identidade cultural que o perfazem – ao entendimento racionalista ocidental acadêmico, o etnozoneamento identifica e determina quais usos e sentidos são expressos e mantidos em cada local e ponto específico do território. Com este objetivo, a ferramenta a ser apresentada a seguir divide-se em duas seções sequenciais: a primeira consiste no desenvolvimento de abordagem contextual física, explicitando as características geológicas, pedológicas, hídricas, climáticas, geomorfológicas e ecossistêmicas que configuram a bacia do Médio Iguaçu e a porção espacial reconhecida como T. I. Rio d'Areia.

A segunda e subsequente seção aborda como a fundamentação cultural indígena ordena, utiliza e classifica o meio ambiente, direcionando traços identitários ao território. Destarte, tal seção da ferramenta territorial aborda e se aprofunda nas questões culturais, sociais, econômicas e ambientais que configuram as especificidades de uso e pensamento sobre o território por parte da população indígena Guarani M'Byá na aldeia Rio d'Areia. Práticas culturais, marcos geossimbólicos territoriais, interações socio-ecossistêmicas e culturais, assim como as relações e possíveis tensionamentos com áreas de entorno do território são feições constantes na pauta de discussão da seção, assim, o território é caracterizado em acordância aos fenômenos da materialidade física, porém, interdependentes à gestão humana do ambiente.

4.1 ENTRE MORROS E FLORESTAS: O MEIO FÍSICO DA T. I. RIO D'AREIA

A presente seção se propõe a contextualizar o ambiente físico em que está inserido o território da Terra Indígena Rio d'Areia. Os levantamentos aqui apresentados buscam explicar as características naturais que regem as dinâmicas dos fenômenos ecossistêmicos e de uso e ocupação do solo no recorte territorial interpretado pela tese e abrangido pela presente ferramenta territorial. A interpretação das características físicas da área de estudo possibilita que elementos da materialidade e conformação do ambiente – como aspectos geológicos,

pedológicos, hídricos, geomorfológicos, climáticos e ecossistêmicos – aliem o conhecimento tradicional originário às informações técnicas e científicas, resultando na elaboração de uma ferramenta territorial eficiente, culturalmente adequada e vinculada à realidade.

O meio físico, como levantamento fundamental do etnozoneamento, garante que o planejamento territorial seja tecnicamente consistente, pois mensura dados e viabiliza a adoção de estratégias de ordenamento, gestão sustentável e identificação de áreas prioritárias para preservação ou regeneração, conforme sugere a PNGATI. Ademais, as características físicas do ambiente, além do provimento informativo e reflexivo sobre a conformação do território, relatam acerca da exterioridade e da ambiência, fundamentais constituintes do cenário configurado pela etnopaisagem[53] da T. I. Rio d'Areia, expressa pela territorialidade Guarani M'Byá habitante da Floresta com Araucárias na bacia do Médio Iguaçu.

Nesse sentido, de acordo com o Mapa Geológico e de Recursos Minerais do Estado do Paraná, publicado no ano de 2021 em uma parceria entre o Serviço Geológico do Brasil, Instituto Água e Terra e Universidade Federal do Paraná, a T. I. Rio d'Areia está situada sob a formação geológica Vale do Sol, originária do período Cretáceo inferior, cuja constituição se deu há aproximadamente 145 milhões de anos (BESSER et al., 2021). Tal formação caracteriza-se pela ocorrência de andesitos basálticos, rochas ígneas vulcânicas formadas pelo resfriamento de lava em erupções por subducção – processo que ocorre quando duas placas tectônicas convergem – formando derrames espessos e extensos, nesse caso chegando a mais de 25 metros de espessura cada camada de basalto, "imprimindo à paisagem um relevo escalonado" (Brumatti, et al., 2024, p. 77).

A formação Vale do Sol ocorre a partir da face oeste da escarpa transicional entre o Segundo e Terceiro Planaltos Paranaense, a Serra da Esperança. Assim, a morfologia do terreno se configura de maneira ondulada e montanhosa, por se tratar de uma área de transição geomorfológica e geológica, intercalando a formação de derramamentos basálticos com afloramentos de arenito Botucatu que infiltram águas pluviais, provendo recursos hídricos subterrâneos ao Aquífero Guarani (Rocha, 1997). A elevação terrenal é uma característica geofísica da região, à medida em que o município de Inácio Martins, onde está situado o território em questão, possui a sede da cidade a 1.238 metros de altitude, sendo a mais alta do estado do Paraná.

[53] Terminologia aplicada para interpretação do território indígena no Etnozoneamento da porção paraense das Terras Indígenas Trombeta-Mapuera e Nhamundá-Mapuera (Cardozo e Vale Júnior, 2012).

Ainda sobre características da influência geológica sob o território, de acordo com o antigo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG), hoje absorvido pelo Instituto Água e Terra (IAT), a região do Médio Iguaçú possui características pedológicas bem específicas. No caso do território indígena, há a predominância de cambissolo, ou seja, um solo relativamente jovem, cuja pedogênese caracteriza-se por, geralmente, um quadro de níveis de erosão mais acentuados do que de formação de solo (Paraná, 2008). De acordo com a definição do Sistema Brasileiro de Classificação de Solos, desenvolvido pela Embrapa Solos, o cambissolo é um tipo de solo pouco desenvolvido, no sentido em que apresenta características da rocha ígnea que o origina (Santos et al., 2018).

Na área de estudo, a predominância da formação basáltica delega ao solo grandes quantidades de óxido ferroso (FeO), oriundo da alta concentração de ferro existente na composição química do basalto. Tal característica condiciona à aparência do solo a tonalidade majoritariamente avermelhada. Outra característica importante para a interpretação ambiental do território em análise é o fato de o basalto possuir alta concentração de sílica (SiO2), e, no contexto pedológico, sua erosão produz pequenos cristais que ficam visíveis a olho nu no solo, fato que chama a atenção nos roçados indígenas. Tal fenômeno, ainda, acumula às margens dos corpos hídricos, onde o processo erosivo é mais intenso, quantidades abundantes de areia, cujos grãos são compostos, em sua maior proporção, por cristais de sílica erodidos. Essa especificidade ambiental é especulada economicamente na região, onde há a prática de atividades minerárias: extração de basalto britado no município de Cruz Machado, saibro e areia no município de Inácio Martins (Besser et al., 2021).

Os processos geológicos atuam no território incessantemente, desde a formação das enormes placas de basalto – oriundas de seguidas erupções vulcânicas ocorridas há centenas de milhares de anos –, até a contemporaneidade das dinâmicas naturais da paisagem – cuja cotidiana erosão basáltica deposita, ao longo do leito do rio d'Areia, quilos diários de novas pequenas rochas moídas –, o próprio nome indígena do território evidencia o entendimento Guarani M'Byá sobre a geologia local.

A aldeia Rio d'Areia, conforme informado na seção 3.2 da presente tese, é identificada pelos originários como *Tekoá Yakã Ita Ku'i*. A composição de palavras, no sentido toponímico, apresenta *Tekoá* como aldeia – palavra relacionada ao território como manutenção e reprodução cultural –, *Yakã* como rio, *Ita* como pedra e *Ku'i* como a ação de tornar algo menor, à medida em que o sufixo '*i* adjetiva o que é pequeno em tamanho, ou seja, sinônimo de moer, esmagar,

macerar. Tal entendimento semântico revela traços da complexa interpretação ecológica e expressa feições da cultura indígena através do idioma Guarani.

Ao escorrer pelas lajes de basalto, depositando areia em seu leito, o rio d'Areia é um dos grandes corpos hídricos que escoam pelo relevo da formação geológica Vale do Sol, que, por sua vez, está repartida em duas bacias hidrográficas. Ao norte, a bacia hidrográfica do Alto Ivaí, abastecida pelos tributários: rio das Marrecas, rio Cachoeira e rio São Francisco. Ao sul, a bacia do Médio Iguaçu, com dois grandes tributários: o rio Jordão e o rio d'Areia. O rio d'Areia nasce nas áreas mais altas da formação geográfica, às margens da Serra da Esperança, e atravessa a bacia hidrográfica sentido NE-SO, desaguando no rio Iguaçu.

Dentro do território indígena, na divisa leste da T.I., o rio d'Areia recebe um aumento considerável de volume, ampliando sua vazão a partir da deságua do rio Potinga. O Potinga, por sua vez, deságua com certa robustez no rio d'Areia, após receber carga do tributário rio Claro ao concentrar, nesse sentindo, as águas na desembocadura, situada na divisa territorial. Distante em 8,5 km, à jusante pelo leito do Areia, há uma estação de monitoramento hídrico que mensura os níveis diários e séries históricas do nível e vazão do Areia. Tal estação está instalada junto à PCH da antiga madeireira Gavazzoni, hoje gerida pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

De acordo com os dados fornecidos pelo monitoramento hidrológico da COPEL[54], a vazão média do rio d'Areia indica uma variação semanal entre 15 e 30 m³/s, podendo atingir 50 m³/s em dias de precipitação. A medida de altura de nível a partir de uma régua, por sua vez, aponta para uma variação média semanal de 50cm na altura do nível de água a partir de dados coletados para o mês de fevereiro de 2026 (COPEL, 2026).

O território originário, portanto, está profundamente marcado pelas características físicas do ambiente que exercem influência direta nos processos de uso e ocupação do solo. Tais características geográficas e do meio físico, em certa medida, viabilizaram a existência e, sobremaneira, a manutenção territorial, à medida em que o autoisolamento comunitário Guarani (Printes E Coelho-de-Souza, 2021), se deu, no caso da T. I. Rio d'Areia, a partir de suas feições geomorfológicas.

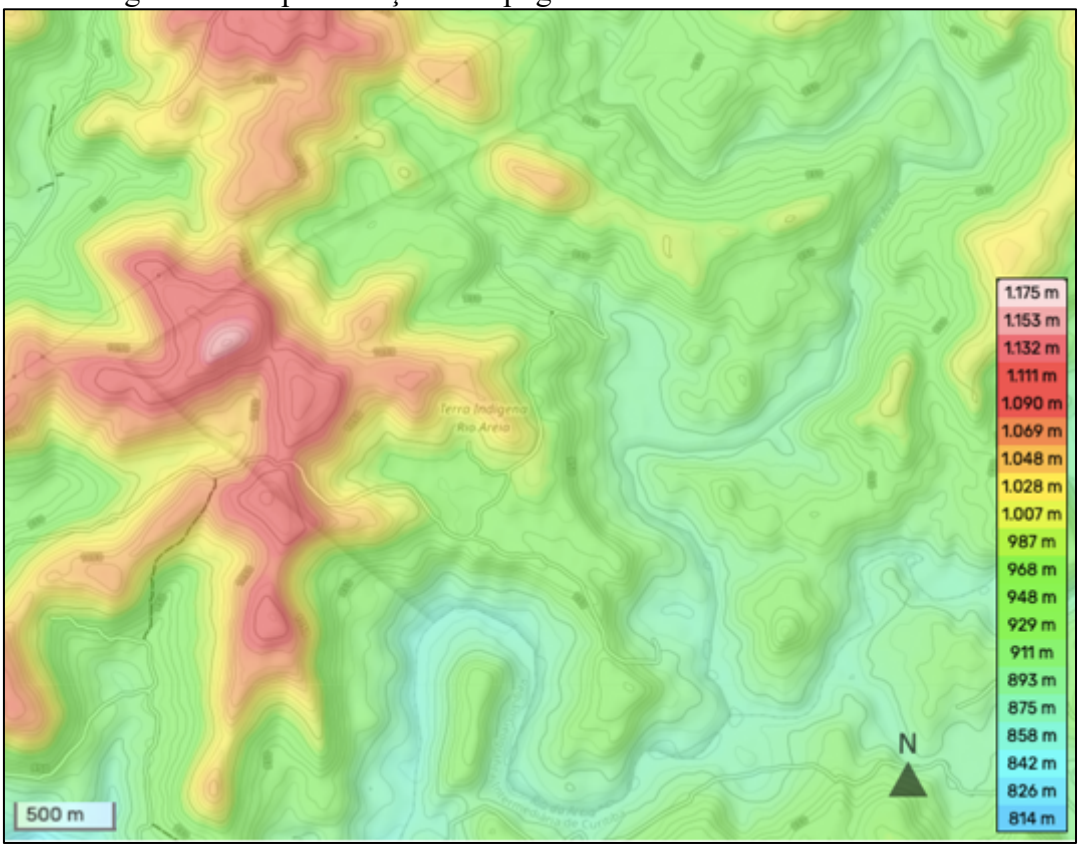
O território indígena imemorialmente ocupado está situado entre as ondulações que margeiam a formação da Serra da Esperança e o abrupto vale do d'Areia, portanto, seu relevo

[54] COPEL, Companhia Paranaense de Energia. Monitoramento Hidrológico: Situação hidrológica da bacia do Iguaçu. Dados para a estação Madeireira Gavazonni no rio d'Areia, divisa de municípios entre Inácio Martins e Cruz Machado. Disponível em: https://www.copel.com/mhbweb/paginas/bacia-iguacu.jsf. Acesso em 17 de fevereiro de 2026.

se distribui em três níveis que formam a estrutura análoga a um anfiteatro. Enquanto o leito do rio define a porção mais baixa do território, há, a partir dele, o primeiro nível, composto por relevo íngreme, de acentuada subida; o segundo nível é estabelecido pela planície na qual está fundada a aldeia, na qual existem áreas alagadiças transformadas em tanques e se estabelece a zona de uso público territorial; o terceiro nível é o mais alto, no qual há a formação de morros que cercam e, de certa forma, protegem e isolam a aldeia do seu entorno colonizado.

Dessa forma, a formação e disposição do relevo no território indígena apresenta variação de declividade de 288 metros, sendo sua porção mais baixa medida à margem do rio d'Areia, no ponto mais à jusante do leito dentro do território (25°46'35.62"S 51°14'54.89"O), com a elevação de 864m. O ponto mais alto do território, por sua vez, está no terceiro nível de relevo, em que o cume do morro mais alto atinge 1.171m de altitude, próximo à divisa seca ao oeste do território (25°45'30.68"S 51°15'43.03"O). A imagem a seguir busca representar, a partir da sobreposição de curvas de nível e volumetria terrenal, a dinâmica topográfica do terreno da T. I. e sua nivelação desde o leito do rio até os morros do entorno da aldeia (Fig. 4.1).

Figura 4.1: Representação da topografia e relevo da T. I. Rio d'Areia



Fonte: O autor, com base em CyclOMS e OpenStreetMap, 2026.

De acordo com o Decreto Presidencial de 14 de abril de 1998, o qual homologou a demarcação administrativa da Terra Indígena Rio d'Areia, o perímetro total do território originário perfaz 21.738,52m de comprimento, de forma que 14.073,55m são margeados pelo

rio d'Areia, ou seja, praticamente 65% do perímetro territorial é delimitado pelo corpo hídrico (Brasil, 1998). O rio d'Areia tem suas nascentes nos pontos mais altos da Serra da Esperança, dentro da Área de Preservação Ambiental (APA) da Serra da Esperança, nas zonas de ocorrência de FOM Alto-Montana (Paraná, 2009). Situadas em pontos acima dos 1.300m de altitude, as nascentes distam, em média, 8km à montante do território indígena (Reise, 2016). O rio d'Areia adentra a T. I. à altitude de 929m, descendo 62m enquanto margeia por mais de 14km o território da T. I. Rio d'Areia, através de formações de lajes de basalto e degraus que formam cachoeiras, conforme representa a imagem que segue (Fig. 4.2).

Figura 4.2: Cachoeira em degrau basáltico, rio d'Areia, território indígena.



Fonte: O autor, 2025.

Para a continuidade do levantamento dos dados geofísicos que caracterizam a região e embasam os conhecimentos necessários para a elaboração da ferramenta territorial, a presente seção avança no sentido de adensar informações sobre particularidades físicas, ao investigar as feições climáticas do território. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas e análises de dados primários e secundários gerados por pesquisadores e órgãos oficiais. Nesse sentido, foram levantadas informações acerca dos dados de precipitação média mensal e anual, assim como temperatura média mensal e anual, com o intuito de ambientação às dinâmicas atmosféricas que influenciam a vivência cotidiana no território e as condições ambientais que estão dispostas na T. I. Rio d'Areia e sua área de entorno.

Com tal finalidade, foram levantados dados climáticos e meteorológicos a partir de plataformas de pesquisa disponibilizadas pelo Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR), pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e pelo Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR). Seguindo a classificação do Atlas Climático do Paraná, publicado em 2019, o território em questão está situado em uma faixa de precipitação que varia entre 1.800mm a 2.000mm de pluviosidade anual (Nitsche et al., 2019). No que se refere à temperatura média do ar ao longo do ano, os dados apontam para a variação entre 15,1ºC a 16ºC, sendo que ao longo do verão mantém-se uma alternância entre 19,1ºC e 20ºC, enquanto no inverno as temperaturas oscilam, em média, entre 12,1ºC e 13ºC (Nitsche et al, 2019, p. 39-42). Quanto ao aspecto de variação absoluta de temperatura anual, registra-se a mínima absoluta entre -3,9ºC e -3ºC nos meses de inverno, enquanto ao longo do verão a máxima absoluta anual situa-se entre 32,1ºC e 33ºC (Nitsche et al, 2019, p. 73, p. 107).

A classificação climática de Köppen para a região em questão é Cfb, cuja sigla refere-se ao clima temperado oceânico, com verão ameno e sem estação seca definida. Nesse tipo de clima a temperatura média do mês mais quente não ultrapassa os 22ºC e uma das características fundamentais está relacionada à ocorrência de geadas severas e frequentes em um período médio entre 10 e 25 dias anualmente (Wrege et al., 2012). Além da ocorrência de geadas, a partir do final de abril com possibilidade de ocorrência até o mês de setembro, há registros históricos de precipitação de neve na Terra Indígena Rio d'Areia, conforme demonstra o registro a seguir, realizado pelo então cacique Antoninho Pires de Lima, em maio de 2021 (Fig. 4.3).

Figura 4.3: Registro de ocorrência de neve na T. I. Rio d'Areia em maio de 2021.



Fonte: Antoninho Pires de Lima, 2021.

O exercício interpretativo da presente tese se propõe a analisar um específico recorte espacial e refletir acerca de suas possibilidades como estratégia de gestão territorial para o ecossistema da FOM dentro de um território mais amplo, no qual está inserida a T. I. Em tal direcionamento, ao construir a contextualização das características físicas que conformam a base das dinâmicas territoriais, sociais e ambientais, faz-se necessário alternar a perspectiva de observação do fenômeno, tendo em vista que as diversas feições naturais que se apresentam no recorte territorial estão distribuídas em equivalente variedade de escalas. Distribuição e ocorrência climática, formações geológicas, tipologia de solos, relevo e hidrografia são grandezas geofísicas específicas que, sobrepostas, especificam determinada localidade e singularizam o recorte espacial ou territorial, instituindo a ambiência das práticas locais. Destarte, a T. I. Rio d'Areia está sob o regime de grandezas geofísicas que, em interação, caracterizam as dinâmicas do meio físico em que está inserida a imemorial ocupação originária.

Outrossim, deve-se ainda abordar uma característica que é essencial à proposta da presente tese e que fundamenta o antagonismo gestional praticado pelos indígenas Guarani M'Byá em relação à hegemonia territorial regional: a inserção do território originário dentro das características ecossistêmicas da Floresta Ombrófila Mista disposta na bacia hidrográfica do Médio Iguaçu. Segundo as informações compartilhadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica

dos Afluentes do Médio Iguaçu, a área total de drenagem da bacia é de 13.232,49 km², o equivalente a 1.323.249 hectares (IAT, 2025), de tal forma que os corpos hídricos de 20 municípios confluem para o deságue no Médio Iguaçu antes de sua transição final para o Baixo Iguaçu, no município de Reserva do Iguaçu (Fig. 2.8). Com o território medindo 1.372 hectares, a T. I. Rio d'Areia ocupa somente 0,1% da dimensão total da bacia do Médio Iguaçu.

Conforme indicado ao longo do segundo capítulo da presente tese, a área de drenagem do Médio Iguaçu está 100% inserida dentro do bioma da Mata Atlântica, sendo que dois ecossistemas constituem a cobertura vegetal da área de drenagem, sendo eles: o ecossistema de Campos, especificamente Campos limpos, caracterizado pela ocorrência de estepes de gramíneas baixas com capões, matas de galeria e ciliares ao longo dos corpos hídricos, cuja feição também apresenta ilhas de araucárias distribuídas nos campos e capões com presença de jerivá, butiá e licuri (*Allagoptera campestris*) (Maack, 1981); e a Floresta Ombrófila Mista, ecossistema cuja cobertura vegetal prevalece na maior parte da extensão do domínio da bacia hidrográfica em questão.

No capítulo acima mencionado são trazidos dados acerca dos processos de formação ecossistêmica e distribuição da Floresta com Araucárias – discutidos no âmbito das ciências florestais, fitogeografia e ecologia histórica – com o intuito de contextualizar os aspectos de resiliência ambiental do ecossistema (seção 2.1), assim como informações acerca de suas especificidades fitológicas e aspectos da biodiversidade (seções 2 e 2.1). Também foram levantadas informações referentes às históricas e interativas relações das culturas originárias com a floresta, no que se refere a manejo e interdependência interespécies dentro do ecossistema (seção 2.2). De tal forma, o constructo da ferramenta territorial proposta pelo presente capítulo, a título de interpretação das circunstâncias geofísicas constituintes do ambiente no qual está inserida a *Tekoá Yakã Ita Ku'i*, o elemento cobertura vegetal exerce notado interesse.

A manutenção e preservação da cobertura vegetal proporcionadas pela gestão territorial indígena conduzem para a regeneração ecossistêmica, à medida em que um estudo temporal comparativo analisou que, entre os anos de 2000 e 2015, o estágio de sucessão florestal dentro de territórios originários na bacia do rio Iguaçu progrediu, indicando que a FOM dentro dessa categoria territorial "encontra-se preservada e evolui para o clímax estrutural" (Martins, 2020, p. 101). Nesse sentido, monitoramentos conduzidos por pesquisadores da UFPR afirmam que as florestas em estágios mais avançados de sucessão florestal possuem maior capacidade de absorção de dióxido de carbono e armazenamento de carbono em sua biomassa, sobremaneira

na madeira, notadamente contribuindo para a redução de concentração de gases do efeito estufa na atmosfera (Martins et al., 2023). Assim, os estágios sucessionais, conforme maior o nível de preservação florestal, indicam maior potencial de retenção de carbono e produção de serviços ecossistêmicos, como água, oxigênio e biodiversidade (Fonseca; Bustamante, 2025).

A biodiversidade, por sua vez, também representa importante indicador em que se fundamenta a avaliação da qualidade, saúde e vitalidade das florestas. Na perspectiva do recorte da FOM no Médio Iguaçu tem-se como referência de inventário ecossistêmico o Plano de Manejo da APA da Serra da Esperança de 2009. No levantamento, conduzido pelo Instituto Água e Terra (IAT), foram catalogadas para a área da Unidade de Conservação – distante 8 quilômetros da T. I. – a ocorrência de 304 espécies arbóreas, 388 espécies de aves, 94 espécies de mamíferos, 40 espécies de peixes, 32 espécies de anfíbios e 58 espécies de répteis (Paraná, 2009). Tal inventário indica a existência de grande biodiversidade associada à manutenção e preservação da FOM no território compreendido pelo Médio Iguaçu.

Contudo, conforme dados apresentados por Martins (2020), áreas no Médio Iguaçu, alocadas dentro do SNUC, apresentam, contemporaneamente, maiores índices de desmatamento e conversão de uso e ocupação do solo se comparados à categoria territórios indígenas na mesma área de abrangência. Ainda, no Plano de Manejo da APA, foram constatadas como fatores de ameaça à manutenção do ecossistema e da cobertura vegetal na unidade de conservação fatores como a extração desordenada de recursos fáunicos e florísticos, produção ilegal de carvão vegetal, uso e ocupação desordenados do solo, aplicação de agrotóxicos, caça ilegal e o cultivo florestal do pinus, espécie invasora (Paraná, 2009).

O acesso aos recursos florestais e à biodiversidade da FOM constitui direito fundamental para a reprodução e continuidade da cultura Guarani M’Byá, assim como embasa a sustentação de toda a população habitante da bacia do Médio Iguaçu. Entretanto, a gestão territorial predatória conduzida pelo processo de colonização consolidou a acentuada fragmentação da cobertura vegetal na região, assim como impôs condições de fragilidade ao ecossistema da FOM no Médio Iguaçu ao longo do curso da história da colonização da região (Nimmo et al., 2022; Nogueira et al., 2025).

Nesse sentido, a cobertura vegetal, como contexto geofísico do território, representa a grandeza natural feita cenário de tensionamentos, conflitos, disputas e violências históricas no território. É a partir dos interesses de acesso, uso e exploração do ecossistema da Floresta com Araucárias que se estabelecem, no território, antagonismos de gestão e interação com o ecossistema e se configuram as ameaças à manutenção da floresta, sua biodiversidade e seus

serviços ecossistêmicos. Como é possível averiguar na imagem abaixo (Fig. 4.4), onde a fragmentação e conversão da floresta nativa em florestas plantadas evidencia uma das tensões territoriais manifestas pelo tensionamento entre os ethos expansivo/colonialista e originário/biocultural, logo na divisa entre uma propriedade rural privada e a T. I. Rio d'Areia.

Figura 4.4: Contraste de uso e cobertura de solo na divisa da T. I. Rio d'Areia



Fonte: O autor, 2026.

A presenet ferramenta territorial de etnozoneamento tem por finalidade promover o conhecimento sobre as práticas e fundamentos que regem o convívio e a relação da população indígena Guarani M'Byá com a FOM, tendo em vista que seu modo de vida e gestão territorial promovem a conservação e preservação da Floresta com Araucárias ao mesmo tempo em que promovem práticas de regeneração desse ecossistema. O contexto geofísico em que se insere o território é, portanto, a base introdutória para o aprofundamento interpretativo acerca da gestão territorial e cultura indígena no contexto da FOM no Médio Iguaçu, que conduz ao estabelecimento do quarto nível de leitura da paisagem, conforme a metodologia da tese. Para tanto, faz-se necessária a compreensão dimensional da pluralidade relacional da população indígena do Rio d'Areia com a biodiversidade da FOM.

4.2 USO E SENTIDO DO TERRITÓRIO: IDENTIDADE COMO FUNDAMENTO DA INTERAÇÃO COM A FLORESTA

O presente subcapítulo se propõe a inventariar o complexo conjunto de práticas mantidas pelos indígenas Guarani M'Byá dentro de seu território, imemorialmente ocupado, delimitado pelo governo do Brasil e identificado pelo nome de T. I. Rio d'Areia. O processo de inventário cultural territorial busca identificar as práticas de gestão e interação com o ecossistema da Floresta com Araucárias. Tal conjunto imaginário (representações) e de ações (práticas) se manifesta através dos sentidos vividos e constituídos pela população originária em suas atitudes cotidianas, em seus valores culturais e na reprodução e replicação dos fundamentos que orientam os preceitos do *Nhande Reko*. Dessa forma, a relação indígena com a floresta e o território, apoiada na cultura ancestral originária, exprime a territorialidade cultural.

O fenômeno da territorialidade, ou etnoterritorialidade, é constituído, portanto, pelas nuances da experiência e usos cotidianos mantidos e praticados pela população indígena na T. I. em questão, de forma a expressar categorias de uso de acordo com características ambientais e do próprio conjunto paisagístico territorial. Nesse sentido, o ordenamento territorial indígena, tal como o é em seu cotidiano, embasa, através das prioridades e desejos da comunidade, estratégias para o planejamento e gestão territorial de Terras Indígenas, servindo como mecanismo de suporte à execução dos processos estabelecidos como objetivos da PNGATI. Assim, o etnozoneamento, como mecanismo previsto pelo processo de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), constitui-se como "ferramenta de ordenamento e planejamento indígena desenvolvida a partir de suas categorias de classificação e usos do território" (FUNAI, 2013, p. 16).

Considerando a definição de Cardozo *et al*., o etnozoneamento consiste no mapeamento das áreas de uso do território indígena com base nas informações coletadas ao longo do processo de diagnóstico etnoambiental participativo (2010). Nesse sentido, o mapeamento e classificações de zonas de uso apresentados no decorrer do presente subcapítulo originam-se da imersão territorial realizada com base na metodologia de pesquisa-ação participativa – em alinhamento ao apresentado no primeiro capítulo da tese –. Para tanto, foram realizadas 20 atividades imersivas de campo dentro da Terra Indígena Rio d'Areia[55]. Tais atividades *in loco*

[55] Dezembro de 2021, março de 2022, abril de 2022, maio de 2022, agosto de 2022, setembro de 2022, novembro de 2022, janeiro de 2023, março de 2023, maio de 2023, junho de 2023, agosto de 2023, dezembro de 2023, fevereiro de 2024, setembro de 2024, dezembro de 2024, abril de 2025, agosto de 2025, janeiro de 2026 (2 atividades).

foram pautadas pela práxis da interpretação geográfica e etnoambiental, tendo sido realizadas entre o período de 2021 a 2026. Ao longo dos quais foram coletadas e gravadas 6 entrevistas, cujos papeis de destaque na liderança espiritual, cultural e educacional da aldeia conferem aos entrevistados reconhecimento comunitário como vozes de representação comunitária.

Durante as atividades de campo, para além da realização de entrevistas e coletas de dados orais, foram efetivadas caminhadas pelo território, pelos carreiros às margens do rio d'Areia, pelos ervais e taquarais, além do percurso de trajetos para a cata de pinhão no inverno ou observação de armadilhas. Além disso, foram visitadas ao longo das atividades *in loco* um total de 20 residências, a partir das quais foi possível estabelecer diálogos e conversar acerca das expressões culturais indígenas na gestão e manejo territorial praticados no Rio d'Areia. Com a finalidade de ampliar a capacidade de compreensão das manifestações culturais no território, foi impresso um mapa da T.I. em escala 1:6.500, tamanho A0 (118x84cm), em papel sintético, o qual foi utilizado como material de apoio para a realização das atividades de campo e diálogo com a comunidade, no sentido de construção do diagnóstico etnoambiental e mapeamento cultural indígena (Machado, 2014), conforme mostra a figura 4.5 a seguir.

Figura 4.5: Realização de atividade com mapa na garagem do cacique Antoninho



Fonte: O autor, 2025.

As atividades de levantamento de dados para a construção do etnozoneamento, portanto, foram conduzidas a partir de amplas frentes de trabalho, que consistiram em mapeamento comunitário, entrevistas, conversas informais, atividades de caminhadas e visitação a zonas e localidades de usos específicos do território. Todas as atividades foram realizadas com acompanhamento de representantes da comunidade indígena e executadas sob tutela e consentimento das lideranças da aldeia[56].

A estruturação do presente capítulo, portanto, segue a proposta de metodologia de categorização e usos territoriais para etnozoneamento da Kanindé, a qual propõe o estabelecimento da divisão do território indígena em oito zonas de uso da terra. Tais zonas são definidas conforme o levantamento do inventário cultural indígena no território, sendo definidas com base no diagnóstico e coleta de dados elaborado durante as atividades *in loco* nos territórios indígenas. Nesse sentido, o estabelecimento de zonas prioriza definir, junto à comunidade, quais são as "normas gerais e atividades permitidas em cada porção do território" (Cardozo et al., 2010, p. 62). A tabela (Tab. 4.2) que segue, baseada na metodologia Kanindé, embasa o desenvolvimento do instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas (Brasil, 2012).

Tabela 4.2: Categorias de zonas de uso territorial e suas características.

Categoria de zona de uso territorial	**Características**
Zona de Proteção Integral	Delimita espaços onde concentram-se relevada riqueza biológica, podendo mesmo levar em conta espécies endêmicas do território. Considera-se o grau de dificuldade de acesso a tais áreas, prevendo e reduzindo o potencial de antropização que a zona possui. Pode estar diretamente relacionada a características naturais do relevo: zonas de morros, serras, igarapés e rios, assim como nascentes.
Zona de Produção	Considera e abrange todas as áreas de roçado, junto às casas ou no entorno da aldeia, utilizadas para o cultivo agrícola ou extrativismo florestal.
Zona de Recuperação	Delimita áreas identificadas como de prioridade para recuperação e regeneração ecossistêmica, tendo sofrido desmatamento ou perturbações no passado.
Zona Sagrada	Onde existem cemitérios e lugares habitados por espíritos, mas também se relaciona a localidades

[56] Tal documento encontra-se disponibilizado para conferência na seção de anexos da presente tese.

	nas quais se manifestam práticas religiosas e se cultua a espiritualidade originária.
Zona de Caça	Localidades de prática de caça pela comunidade.
Zona Primitiva	Áreas dentro do território que não passaram por modificações antropogênicas, em que a floresta se encontra em estágio avançado de regeneração florestal, abrigando exemplares antigos da flora local.
Zona de Resgate	Consiste em áreas anteriormente ocupadas pelos indígenas que se encontram fora da demarcação realizada pela FUNAI.
Zona de Uso Público	Corresponde aos locais específicos de acesso para visitantes externos que buscam realizar atividades de ecoturismo, etnoturismo e conservacionistas.

Fonte: CARDOZO et al., 2010.

Antes da caracterização de usos e sentidos dados às áreas e zonas territoriais da T. I. Rio d'Areia, se faz necessária a importante constatação contextual ecológica e histórica, assim como de adaptabilidade metodológica. Tal contextualização se refere às diferentes realidades constituídas entre a Amazônia – ambiente social, cultural, histórico e ecológico no qual se originou a ferramenta territorial etnozoneamento, com acentuado destaque para os estados de Rondônia e Acre – e a Floresta Ombrófila Mista. Faz-se relevante a interpretação dos contextos no sentido de que o processo colonizatório desses dois ambientes ocorreram em momentos distintos da história do Brasil, ao investir práticas de violência contra os povos indígenas desses ecossistemas em momentos e condições históricas diferentes.

À medida em que os territórios originários na Floresta Ombrófila Mista confinam as populações indígenas a estabelecem-nas, em muitos casos, em áreas não historicamente ocupadas pelas etnias ou mesmo forçando a convivência entre etnias distintas dentro de territórios arbitrariamente definidos pelo estado (ex. T. I. Marrecas, T. I. Rio das Cobras), no ambiente Amazônico os territórios geralmente abrigam a mesma etnia e respeitam, em tese, áreas imemorial e tradicionalmente ocupadas pelas etnias. Não avançando no mérito da questão, mas propondo uma interpretação sensível a tal fenômeno histórico, social e ecológico, os processos hegemônicos de dominância territorial em cada um desses ecossistemas conferiu à Amazônia proporções mais amplas de territórios indígenas protegidos e reconhecidos pelo estado brasileiro em comparação à realidade da FOM. Nesse sentido, os territórios indígenas na FOM são muito menores em proporção territorial e área total do que os territórios amazônicos.

Essa informação é pertinente pois comunica acerca da diversidade territorial indígena brasileira, apontando que dentro do desenvolvimento da ferramenta de gestão territorial etnozoneamento, ou mais amplamente nas medidas adotadas para a aplicação da PNGATI nos territórios originários do Brasil, existem variações de usos de acordo com a realidade de cada território, de cada aldeia e cada floresta. Dentro do contexto da FOM, o território indígena do Rio d'Areia está cercado, em todos os lados, por propriedades privadas e grandes plantações de *Pinus sp*, portanto, o território está separado apenas pelo arame farpado das normativas operacionais e especulativas da territorialidade hegemônica.

Nesse sentido, ademais da proposta metodológica Kanindé apontar para a classificação de usos específicos para cada área ou zona territorial, no contexto da T. I. Rio d'Areia constatam-se sobreposições de usos e sentidos, além de que se constata a necessidade de atenção a fenômenos de uso do território que se sobrepujam no Rio d'Areia. Tais características, descritas ao longo do texto que se segue, estão associadas não somente à dimensão do território, mas também à própria territorialidade Guarani M'Byá, fundamentada no movimento, na interdependência com o meio e nos preceitos da espiritualidade comunitária. Portanto, no etnozoneamento do Rio d'Areia, existem inúmeras sobreposições de usos territoriais que também estão representadas no mapa apresentado na seção de resultados da pesquisa, levantadas a partir da aplicação metodológica conduzida pelas atividades de campo.

Com a finalidade de adaptar a metodologia à territorialidade Guarani M'Byá do Rio d'Areia, optou-se pela remoção de duas zonas previstas pela metodologia Kanindé: zona primitiva e zona de resgate não se aplicam ao território em questão. Os processos históricos de expropriação territorial e destruição ecológica conduzidos pela territorialidade hegemônica na região da FOM no Médio Iguaçu estabeleceu ao território imemorialmente ocupado a condição de área de exploração madeireira até que o território fosse legalmente definido e protegido. Dessa forma, não existem feições de ecossistema não antropizado na floresta abrangida pela T. I. Rio d'Areia. Ainda, no ano de 2002, conforme aponta Gurski (2015), o território indígena absorveu uma área que se encontrava em litígio, recuperando importante porção territorial, o que, no sentido estrito da metodologia Kanindé, não abre margem para áreas que tenham, porventura, sido perdidas pela demarcação.

Por fim, tendo em vista uma melhor exequibilidade prática em adaptação à condição territorial de usos e práticas mantidas pelos Guarani M'Byá do Rio d'Areia, decidiu-se, para o desenvolvimento do etnozoneamento em questão, converter a zona de recuperação, criada com o intuito de definir porções territoriais com fins de regeneração ecossistêmica, para zona de

extrativismo. A zona de extrativismo tem um relevante papel econômico, cultural e de sentido na gestão territorial da aldeia Rio d'Areia, promovendo a manutenção de práticas de regeneração ecossistêmica da FOM. Dessa forma, pelo seu relevante destaque na gestão territorial, propõe-se, no presente estudo de caso, a inclusão de uma zona de extrativismo.

Portanto, nas subseções de capítulo que seguem, serão definidos os usos e sentidos das seguintes zonas: zona de proteção integral, zona de produção, zona de extrativismo, zona sagrada, zona de caça e pesca e zona de uso público.

4.2.1 Zona de proteção integral

As zonas territoriais classificadas como de uso de proteção integral estão voltadas para a preservação e manutenção do ecossistema em que está inserido o território indígena. Nesse sentido, a proteção integral está relacionada à preservação do ecossistema e à não frequentação ou utilização de recursos de tal porção territorial pela população originária. Dentro da T. I. Rio d'Areia, tal tipologia de zona de uso e sentido territorial apresenta relevante função no sentido de promover a proteção não somente do ecossistema, mas em resguardar e ao mesmo tempo promover o conceito Guarani M'Byá de *ka'aguy heté reguá*, as criações naturais originárias e verdadeiras, de origem vegetal, fungi, animal e mineral disponíveis na Terra (Printes e Coelho-de-Souza, 2021). Tal conceito remete ao fundamento cultural Guarani M'Byá da equivalência humana – material e espiritualmente – à natureza e ao meio ambiente, sendo, portanto, as zonas de manutenção ecossistêmica, em essência, uma prática da gestão territorial baseada na sustentabilidade da reprodução cultural e física indígena.

Na T. I. Rio d'Areia existem amplas áreas com características de zonas de proteção integral. Seus usos estão definidos por critérios relacionados à sustentabilidade, apoiada nas duas condições complementares: ecológica (física) e de sentido (cultural). As zonas de proteção integral da Floresta com Araucárias estão localizadas em porções territoriais que apresentam limitado e difícil acesso, frequentada, em seu sentido cultural, exclusivamente pelas lideranças espirituais da aldeia: os *Xamoi* – anciões líderes espirituais da *Tekoá* Guarani M'Byá –, *Xamoin* – discípulos experientes dos anciãos nas práticas do xamanismo e condução espiritual da *Tekoá* – e os *Xondaro* – guerreiros, jovens aprendizes das lideranças –. A dificuldade de acesso se dá pelo fato dessas zonas estarem situadas em terrenos montanhosos ou de relevo abrupto dentro do território, distante das estradas internas percorridas por veículos automotores, sendo acessíveis somente através de carreiros, geralmente conhecidos exclusivamente pelas lideranças.

Nas zonas de proteção integral da T. I. Rio d'Areia o ecossistema da FOM disfruta de perturbação mínima, no sentido de que a fauna encontra nessas zonas refúgio ecológico para reprodução, as águas das chuvas e umidade da mata abastecem as sangas que fomentam os riachos e córregos que abastecem o território e a flora se desenvolve em direção ao clímax ecológico florestal. Além do mais, em tais zonas encontram-se espécies botânicas raras e endêmicas em microambientes dentro da floresta, as quais são esporadicamente coletadas pelas lideranças espirituais da *Tekoá* para o feitio de remédios, sendo essa a razão principal das frequências a tais áreas por parte das lideranças espirituais da aldeia. Portanto, as reservas para uso de proteção integral da T. I. Rio d'Areia são utilizadas como reservas biológicas que circundam o território originário, abrigam a manutenção da biodiversidade e preservação do ecossistema e, simultaneamente, promovem a manutenção sociocultural do território, à medida que seu uso tem base cerimonial.

A zona de proteção integral como prática da gestão do território indígena do Rio d'Areia se baseia no preceito de reciprocidade entre o Guarani M'Byá e a Floresta com Araucárias, e tem como objetivo a promoção da constante regeneração da floresta. Nesse sentido, o deliberado ato de preservar o ecossistema resulta na constante reprodução das formas de vida originais existentes no ecossistema da FOM. Assim, essas áreas florestais são constantemente monitoradas pelos indígenas, através de percursos em carreiros às margens do rio d'Areia ou em pontos de observação e monitoramento situados em localidades estratégicas, conforme representa a figura que segue (Fig. 4.6).

Figura 4.6: *Xamoi* Arlindo monitora a condição da floresta na zona de proteção integral



Fonte: O autor, 2022.

A preservação da floresta e a gestão voltada à manutenção e integridade ecossistêmica embasa a própria vida Guarani M'Byá, tanto do ponto de vista ambiental quanto cultural e identitário. Ainda de acordo com informações levantadas em campo, as zonas de proteção integral são sobrepostas a outras zonas de uso e sentido no Rio d'Areia. Embora não sejam totalmente vinculadas à característica da sobreposição, a depender da ação e do momento em que determinada demanda de uso ocorre, a zona de proteção integral pode ter o sentido variado, apresentando usos comuns a outras duas zonas territoriais. Assemelhando-se à zona sagrada, à medida em que é conferida de sentido simbólico e espiritual pela frequência e propósito do *Xamoi* em busca da coleta de remédios (*pohã*) para prática da medicina indígena, assim como assemelha-se também aos usos e sentidos da zona de caça.

Ademais da prática de caça dentro da zona de proteção integral, em um primeiro momento, apresentar-se como uma possível contradição gestional, a zona de proteção integral provê a caça ritualística, e não a caça alimentar, como é o uso da zona de caça e pesca, apresentada na subseção 4.2.5 mais adiante. Portanto, há uma diferença de sentido, correlacionando aspectos da zona de caça e zona sagrada em sobreposições de uso e sentido à zona de proteção integral. A caça ritual nessa zona é realizada de acordo com a interpretação

religiosa e por determinação dos diálogos tomados dentro da casa de reza, sendo conduzida por um ancião, caçador experiente, cuja prática de caça se dá conforme a fundamentação da cultura e das demandas da espiritualidade originária.

A última caçada ritual realizada na *Tekoá* do Rio d'Areia foi conduzida pelo *Xamoi* Nelson Florentino, quando o ancião caçou uma onça-parda (*Puma concolor*), que, segundo a narrativa indígena, se ofereceu como alimento para o fortalecimento do espírito e da cultura dos Guarani M'Byá[57]. Tal caçada, realizada na primavera de 2018, resultou no abate de um animal de 60kg, cuja carne foi compartilhada entre todos os moradores da aldeia e o couro curtido, e, posteriormente exposto no Centro Cultural Indígena da aldeia Rio d'Areia (Fig. 4.7). Dessa forma, evidenciam-se alguns aspectos de mutabilidade de usos nas zonas territoriais.

Figura 4.7: Pele de onça-parda exposta no Centro Cultural Indígena



Fonte: O autor, 2021.

A coesão cultural resultante da manutenção e uso da zona de proteção integral, à medida em que promove a preservação do ecossistema, proporciona ou viabiliza os processos naturais

[57] Nelson Florentino compartilhou a informação, de forma verbal, que estabeleceu uma conversa com o mamífero, e que em um comum acordo, ele ofereceu a própria vida como forma de provisão ao fortalecimento cultural, identitário e espiritual de toda a comunidade indígena do Rio d'Areia, permitindo-se ser abatido para tal propósito.

da replicação e multiplicação da biodiversidade. Nesse sentido, ampliam-se as possibilidades de interação cultural com a biodiversidade mantida pelo território, fomentando a própria identidade e fundamentação cultural Guarani, tendo em vista que as plantas e, sobremaneira, as árvores, possuem significados dentro da cosmovisão e da territorialidade originária. Dentro da Floresta com Araucárias existem espécies cujas características biológicas, associadas à simbologia cultural e conhecimento profundo do ambiente florestal, expressam marcos geossimbólicos (Bonnemaison, 2002).

Ao descrever sobre as moradas espirituais dentro da cultura Guarani, León Cadogán (1997) afirma que algumas espécies originárias da FOM representam, em diversos aspectos, deidades ou seres de atuação divina. O cedro (*Cedrella fissilis*), chamado *ygary*, é "o símbolo vivo de uma alma doce, sendo uma árvore de *Nhamandú* – enviado terreno do Deus Maior, *Nhanderú*"– (p. 147); a imbuia (*Ocotea porosa*), chamada *aju'y*, representa a "coluna de madeira indestrutível que segura a abóbada do céu, simbolizando o sustentáculo da existência do mundo" (p.64); da mesma forma o jerivá, chamado *pindoty heté*, foi "erigido no horizonte onde nasce o Sol" (p. 48), carregando em sua existência, como espécie componente do ecossistema, um relevante sentido cultural e espiritual para a população indígena. Dessa forma, à medida em que se preserva integralmente a floresta, deliberadamente preservam-se e multiplicam-se os símbolos culturais e o fortalecimento da identidade territorial Guarani M'Byá.

Conforme apresentado anteriormente, ao longo do segundo capítulo da tese, a preocupação maior da comunidade Guarani M'Byá do Rio d'Areia é a manutenção e preservação de sua cultura, de forma que seja transmitida para as próximas gerações dentro do território, por meio de suas práticas educacionais. Dessa maneira, o território, gerido pelas estratégias adotadas em interação à territorialidade originária, é o palco, por essência, da continuidade e replicação da cultura indígena, o que inclui os usos de cada zona territorial. Portanto, se faz fundamental o apontamento acerca de conduções de práticas que ameaçam a função ecossistêmica e dos usos culturais das zonas territoriais indígenas.

Destarte, ao longo das atividades tomadas em campo, foi possível a identificação e levantamento de condutas que atuam, a partir de influências instituídas por agentes externos ao território, no sentido de converter os usos territoriais originários e, por consequência, das etnozonas (Nogueira et al., 2025). No caso da zona de preservação integral existente e gerida contemporaneamente pela comunidade da *Tekoá*, foi identificado o processo histórico de devastação florestal ocorrido até meados da década de 1980. Ao longo de tal momento, grande

parte dos antigos pinheirais existentes dentro do território imemorialmente ocupado foram derrubados e comercializados, através da ação territorial hegemônica da colonização.

As áreas reservadas à proteção integral, hoje, são porções do território em regeneração florestal promovidas e mantidas desde a demarcação em 1998. Dessa forma, a manutenção da zona em questão cumpre com o papel simbólico de reavivamento da cultura e resistência indígena em face das invasões e das violências históricas, devendo ser reconhecidas e sua proteção incentivada. Entretanto, o território segue sofrendo invasões e a existência da zona de proteção integral é constantemente ameaçada pelas entradas ilegais de caçadores nas áreas de floresta próximas às divisas da T. I. e o fomento internacional à expansão das zonas de produção dentro do território.

A invasão por caçadores ocorre dentro das zonas de proteção integral pois, para além da característica de uso e frequentação restrita, o fato de estarem localizadas nas áreas de divisa do território – com propriedades rurais e pelo leito do rio d'Areia –, viabiliza que grupos adentrem o território em áreas remotas para a prática de caça. Tais caçadores entram em pequenos grupos, armados e acompanhados de cães de caça, em busca de caça de tateto, veado-mão-curta, tatu, paca e outros mamíferos. O processo de invasão se dá por áreas nas quais o território indígena faz divisa com plantações de pinus, de maneira que este tipo de plantio possui corredores retos e compridos em seu interior (vide Fig. 4.4). Tal condição permite que os grupos adentrem com carros nesses plantios e invadam através dos corredores que levam até as cercas das divisas da Terra Indígena, nas zonas de proteção integral. Essa prática ocorre também pela travessia de trechos remotos do rio d'Areia, em pontos de baixa profundidade chamados vaus, os quais os invasores acessam através das fazendas de plantio de pinus situadas do outro lado da margem que beira o território originário.

Para tanto, os Guarani M'Byá adotam práticas de monitoramento no sentido de expulsar os invasores. A comunidade possui um protocolo de comunicação interna e ação em caso de constatação da presença de invasores, no entanto, repelir os invasores não é uma missão simples, à medida em que os caçadores estão sempre armados e em grupos. Ademais, muitas invasões só são constatadas em momentos posteriores através de vestígios deixados para trás pelos criminosos. Nesse sentido, o fato de inexistirem áreas de amortecimento nas propriedades rurais vizinhas ao território indígena, somadas à organização das plantações que viabilizam e facilitam o acesso às divisas da T.I., a biodiversidade e integridade ecossistêmica das florestas das zonas de proteção integral são constantemente violadas. Essa é uma ameaça cotidiana da externalidade à territorialidade, identidade e cultura indígena em Rio d'Areia.

Outro fator de ameaça à manutenção e integridade das zonas de preservação integral é a expansão das zonas de produção. Essa ameaça se manifesta na dualidade gestional conduzida pelos interesses do mercado e é fomentada por uma empresa estadunidense de comércio internacional de erva-mate, que tem vigente um contrato de longa duração de compra de erva-mate extraída de dentro do território indígena. Em associação às instituições de extensão do estado e organizações não-governamentais, tal empresa, cuja sede está na cidade de Sebastopol – Califórnia, Estados Unidos, conduz ações dentro do território indígena com o intuito de ampliar a oferta da principal matéria-prima de sua indústria. Para tanto, regulamentam demandas produtivas e códigos de conduta, além de haverem construído, com recursos financeiros próprios, um viveiro de erva-mate dentro do território (Fig. 4.8). A partir do discurso de capacitação técnica, orientam as operações, práticas e usos do território de acordo com os interesses da indústria (Nogueira et al., 2024).

Figura 4.8: Equipe técnica da empresa Yerba Madre monitora mudas de erva-mate reproduzidas no viveiro instalado na Terra Indígena



Fonte: O autor, 2023.

Entretanto, apesar de não ser uma questão unânime dentro do território, a constante demanda por expansão produtiva conduzida pela empresa e as agências externas dentro do território ocasiona um fenômeno de sobreposição de sentidos, resultando na conversão de uso de zonas territoriais. No caso em específico, as demandas produtivas do mercado externo

influenciam diretamente as tomadas de decisão dentro do território, aumentando as áreas de plantio ou adensamento de erva-mate. Essas novas áreas produtivas são instaladas dentro da zona de proteção integral, gradativamente reduzindo sua área e sua função cultural e ecológica.

Em uma das atividades de campo, realizada em maio de 2023, levantou-se a informação, e verificou-se *in loco*, que a expansão dos sistemas de plantio de erval seguindo as orientações da empresa estava se sobrepondo à zona de proteção integral, reduzindo a biodiversidade e removendo, através da roçada, a regeneração da floresta e exterminando plantas com valor e significado cultural para os Guarani M'Byá (Fig. 4.9). Tal situação foi constatada e manifestada pelo *Xamoi* Nelson Florentino e pelo *Xamoin* Hélio, ao identificarem que plantas relevantes para o feitio de medicinas Guarani M'Byá estavam sendo mortas para serem substituídas por erva-mate do comércio, evidenciando a disputa de sentidos no que se refere à gestão do território e ameaças à zona de proteção integral.

Figura 4.9: Roçada de sub-bosque para adensamento de erva-mate em zona de proteção integral



Fonte: O autor, 2023.

Nesse sentido, o etnozoneamento proporciona a avaliação e dimensionamento das zonas de usos, monitora as ameaças e propõe interpretações, à medida em que o território – e a territorialidade indígena – são tensionados por disputas de sentido, conduzidas pelas agências especulativas da territorialidade colonialista e hegemônica. Como antítese, a manutenção e

promoção da territorialidade originária apresenta contrapontos fundamentais para o pensamento acerca da gestão da floresta, interação ecossistêmica e utilização de recursos ecológicos. Assim, a zona de proteção integral expressa um conjunto de símbolos culturais e práticas de gestão que promovem a identidade territorial Guarani M'Byá.

4.2.2 Zona de produção

As zonas de produção do território indígena do Rio d'Areia consistem em áreas de uso e sentido voltadas para a manutenção e promoção de práticas agrícolas dentro da *Tekoá*. A partir dos levantamentos territoriais foi constatada a existência de dois tipos de zonas de produção no território, diversos em sua finalidade, porém comuns no sentido de concentrarem o trabalho indígena na aplicação de manejo agrícola, reprodução de plantas, cultivo, podas e replicação de conhecimentos práticos e etnobotânicos. Assim, as zonas de produção da T. I. Rio d'Areia foram classificadas no presente etnozoneamento a partir de duas finalidades: zona de produção voltada à promoção da soberania alimentar comunitária indígena e zona de produção para a promoção da autonomia econômica comunitária indígena.

Ademais das finalidades aparentemente diversas, na prática territorial o que se revela é que as zonas de produção são manejadas no sentido de complementaridade entre a promoção de soberania alimentar e autonomia econômica. Ao propor o equilíbrio de usos na gestão do território, visa-se o bem-estar comunitário. Alinhada aos valores culturais indígenas, as zonas de produção manifestam-se em feições variadas de uso, localização e sentido dentro da T. I. Rio d'Areia. O entorno das casas e as roças isoladas representam categorias da zona de produção voltadas à promoção da soberania alimentar, enquanto os ervais adensados e as áreas de reflorestamento expressam os usos e manejo focados na autonomia econômico-financeira da comunidade habitante do território. Nesse sentido, a presente subseção se propõe a classificar cada uma dessas áreas e compreendê-las dentro do etnozoneamento a partir de sua função sociocultural e ambiental como zonas de produção.

A área de entorno das casas abriga roçados administrados cotidianamente pelas famílias originárias, no sentido que sua manutenção faz parte do conjunto de ações espaciais fundamentadas pela cultura Guarani M'Byá, o *Nhande Reko*. Os conhecimentos implicados na manipulação de seus quintais e roças, instalados nas imediações das moradas de cada família indígena tem origem ancestral, à medida que são transmitidos através da oralidade e da prática cotidiana (Moraes, 2018). De acordo com levantamento etnobotânico conduzido por Noelli, os indígenas Guarani possuem como elemento de sua identidade cultural a alta capacidade de

desenvolver, manejar e reproduzir complexos sistemas agrícolas, cultivando em espaços limitados grande diversidade de plantas alimentícias, úteis, sacramentais e medicinais (Noelli, 1994).

Na aldeia do Rio d'Areia existem 33 casas (Pereira, 2023) e todas elas possuem, em variados tamanhos e diversidade de cultivo, roças e pomares manejados em suas imediações, às quais os indígenas tem acesso todos os dias. Tais cultivares exprimem a etnobiodiversidade agrícola Guarani M'Byá e representam importantes remanescentes de preservação da memória biocultural humana, à medida em que as sementes plantadas pelas gerações passadas seguem vivas através do conhecimento e da prática do cultivo originário. O processo de cultivo consiste na replicação teórica e prática de conhecimentos antigos, trazidos até o tempo presente através da oralidade e da experiência de vida de cada um dos indígenas manejadores de roças. Os conhecimentos são complexos e envolvem uma profunda e consistente interação com a natureza e seus ciclos (Mirim, 2025).

Portanto, o cultivo das plantas nas roças situadas nas áreas de entorno das casas seguem conhecimentos e práticas originárias, englobando conhecimentos astronômicos para a avaliação do melhor momento para o manejo da terra, plantio da semente, crescimento da planta e colheita dos frutos. Nesse sentido, o cultivo agrícola realizado nos roçados dentro das zonas de produção, sobremaneira no entorno das casas, obedece a ciclos de crescimento natural e pleno das plantas, podendo estar associados ao calendário religioso e ritual da aldeia, estabelecido pelos conhecimentos e clarividência dos anciãos e líderes espirituais da comunidade. Ou seja, o processo completo de plantio, podas – quando necessário – e colheita estão estritamente alinhados aos ciclos naturais da Terra, sobremaneira no que se refere ao calendário lunar. Assim, os Guarani M'Byá reforçam como identidade cultural e prática territorial o manejo agrícola com base em conhecimentos das influências dos corpos celestes na reprodução da vida e na agricultura originária.

Ao longo do primeiro capítulo da tese, especificamente conforme o apresentado pela tabela 1.1 (p. 58), encontram-se relacionadas as espécies cultivadas com mais frequência nas roças de entorno das casas na aldeia Rio d'Areia, assim como constam seus usos dentro da cultura Guarani M'Byá. No contexto de usos e sentidos do território, as roças tradicionais indígenas cultivadas nessa tipologia de zona de produção apresentam o predomínio do consórcio de pluricultivo de milho (*avaxi*), batata-doce (*jety*) e mandioca (*mandi'o*), com variações que incluem o feijão (*kumandá*), o amendoim (*manduvi*), a cana (*taquareé*) e abóbora (*andaí*). As imagens que seguem demonstram como se dá o cultivo das roças tradicionais

Guarani no território (Fig. 4.10 e 4.11), assim como evidenciam a organização da zona de produção na tipologia entorno da casa (Fig. 4.12).

Figura 4.10: Roça tradicional de mandioca consorciada com frutíferas e amendoim



Fonte: O autor, 2022.

Figura 4.11: Consórcio de milho e feijão em roça tradicional no entorno de casa



Fonte: O autor, 2025.

Figura 4.12: Roça tradicional de pluricultivo ao lado da casa Guarani M’Byá



Fonte: O autor, 2026.

As roças mantidas pelos indígenas na zona de produção entorno da casa são responsáveis pela provisão de alimentos consumidos nos lares e compartilhados entre as famílias. Sua proximidade ao lar permite que seja efetivado manejo agrícola cotidiano, aumentando a diversidade e a qualidade das plantas cultivadas. No entorno da casa também são cultivadas árvores frutíferas como pitanga, guabiroba, goiaba, pêssego, jaboticaba e butiá, cujos frutos proveem alimento à população indígena, assim como às aves e demais animais de criação mantidos no entorno das casas. Portanto, tais zonas produtivas concentram, em sua essência, não somente a produção de alimento, mas o envolvimento gestional de pequenos nichos ecossistêmicos culturais, nos quais são promovidas interações entre produção alimentar, reprodução cultural e manejo agrícola.

A interação entre espécies, reprodução de plantas ornamentais, medicinais, alimentares e sacramentais fazem parte da prática cotidiana de manejo da zona de produção do entorno das casas. As sementes raras, de plantas vinculadas à cultura ancestral Guarani M'Byá, são cultivadas próximas ao lar, no sentido de que os indígenas controlam melhor a integridade do crescimento e boa formação dos frutos. Após a colheita essas plantas são colocadas para secar e ficam armazenadas em bancos de sementes originárias para que sejam replicadas em cultivos futuros. As figuras a seguir demonstram como são realizados os processos de secagem do *avaxi oy* – milho de três cores – e a separação do *kumandá xa'i* – espécie de feijão roxo Guarani, possivelmente *Strophostyles diversiflora* (Noelli, 1999) – colhidos na zona de produção entorno da casa (Fig. 4.13 e 4.14).

Figura 4.13: A secagem do *avaxi oy* é feita próxima ao fogo



Fonte: O autor, 2022.

Além de plantas alimentícias raras, cujas sementes integram o patrimônio biocultural Guarani M'Byá, a zona de produção situada no entorno das casas reproduz, em escala menor e em ambiente manejado, a variedade ecossistêmica de plantas úteis para a confecção de artefatos culturais. Assim a taquara, imbé, porongo, timbó e outras plantas são reproduzidas em pequenas mudas cultivadas, sendo transplantadas para vasos ou plantadas no entorno das casas. Esta prática também é adotada para o cultivo e reprodução de plantas medicinais e de significado religioso/espiritual, as quais são mantidas em canteiros específicos (Fig. 4.15). A zona de produção situada no entorno das casas é uma potente área de reprodução cultural, sendo utilizada e significada a partir da territorialidade originária.

Figura 4.14: A separação do *kumandá xa'i* é feito em peneira de taquara e timbó



Fonte: O autor, 2023.

Figura 4.15: Canteiro com plantas alimentícias, medicinais e sacramentais



Fonte: O autor, 2026.

A segunda categoria de zona de uso territorial de produção voltada para a promoção da soberania alimentar comunitária são as roças isoladas. Diferentemente das roças do entorno das casas, as roças isoladas não recebem manutenção e cuidados cotidianos, ou seja, são sistemas agrícolas menos manejados, portanto, abrigam menor variedade de plantas cultivadas, que, todavia, são mais resistentes. As roças isoladas consistem em áreas manejadas pelos indígenas situadas em localidades distantes de suas casas. Na *Tekoá* Rio d'Areia essas áreas são utilizadas com a finalidade de produção de alimentos, geralmente milho, amendoim ou feijão.

Tais roças, no que se refere às sobreposições de usos territoriais já mencionados no presente subcapítulo, dialogam ou se complementam com a zona de caça, à medida em que as plantações, quando da madurez dos seus frutos, são frequentadas por pequenos e médios mamíferos, que buscam se alimentar. Assim, é comum que arapucas sejam armadas próximos aos plantios isolados, de forma que os Guarani M'Byá obtém caça em certas épocas do ano a partir dessa interação com o ecossistema. Portanto, as áreas de roça isoladas podem servir não somente para a promoção da soberania alimentar a partir de grãos e sementes, mas também com o objetivo de, ao atrair animais, prover proteína para a dieta indígena. Combinando, nesse sentido, interessante partilha entre conhecimentos agrícolas e habilidades de caça, no contexto da manutenção de práticas culturais associadas à alimentação.

No decorrer das atividades de campo foi identificada a noção de propriedade privada individual indígena referente ao roçado isolado. De tal forma, "respeita-se o direito que possui o primeiro roçador sobre a porção de terra" em que está instalada a roça isolada (Torres, 1997, p. 178). Tal conceito permite que novos roçados surjam a cada temporada de cultivo, da mesma maneira em que possibilita que ocorram trocas, permutas ou vendas de pequenas porções territoriais de zonas produtivas entre a população habitante da aldeia Rio d'Areia. Nesse sentido, a zona de produção roça isolada é fundada e manejada pelo mesmo indivíduo ou família, promovendo a produção e soberania alimentar, assim como fomentando um circuito econômico interno, de forma que além da área em si, os alimentos produzidos nesse sistema podem ser comercializados ou trocados dentro do território.

Como categoria de uso e sentido territorial, tais roças estão geralmente instaladas às margens de carreiros ou das estradas que cruzam a T. I., integrando zonas de produção alimentar e reprodução cultural, à medida em que sua implantação se dá a partir de critérios ecológicos e práticas baseadas em conhecimentos ancestrais originários, como a agricultura de pousio, também chamada de coivara ou roça-de-toco (Siminski e Fantini, 2007). Por se tratar de áreas de plantio que estão mais distantes dos eixos de frequência e visitação cotidiana, as roças

isoladas conduzem para o estabelecimento de outra tipificação de uso territorial integrante da zona de produção, que é a categoria erval adensado.

A categoria territorial erval adensado integra a zona produtiva da T. I. Rio d'Areia, de forma que os trabalhos empregados pelo manejo do sistema agrícola da erva-mate sombreada representam relevante atividade econômica mantida dentro do território indígena. Os ervais adensados consistem em áreas de sub-bosque da FOM em que ocorrem, naturalmente, concentrações de erva-mate. Tais aglomerações são identificadas e, em seguida, recebem o raleio das demais espécies do sub-bosque, seguido de roçada, para que, portanto, seja aberto espaço para o plantio de mudas de erva-mate. Dessa forma, o erval se torna um erval adensado, no qual há uma reprodução concentrada de erva-mate.

Nesse sentido, o indígena roçador e implantador do sistema é reconhecido como detentor daquela porção da zona de produção, por geri-la. Assim, no território, identificam-se ervais adensados pertencentes a seus respectivos manejadores, que são os responsáveis pela manutenção e condução das atividades dentro de cada roçado de erval adensado. Além das etapas concernentes à implantação de tais áreas, mencionadas acima, o processo de gestão dessa categoria de zona produtiva demanda roçadas de manutenção frequentes, a aplicação de cuidados manuais relativos à condução do crescimento das folhagens e formação de copada das erveiras. A imagem a seguir (Fig. 4.16) evidencia o resultado do processo de roçada de um taquaral para a implantação do sistema de erval adensado.

Figura 4.16: Taquaral roçado em processo de implantação de erval adensado



Fonte: O autor, 2022.

A aldeia Rio d'Areia, através da Associação Cominitária Indígena de Inácio Martins (ACIMAR), possui a vigência de contratos e acordos comerciais que permitem, através da venda externa da erva-mate *in natura*, a distribuição de renda dentro da aldeia. Dessa forma, vários indivíduos são empregados dentro do circuito produtivo da erva-mate no território, são os erveiros indígenas que trabalham na roçada, capina, poda, carregamento, transporte e descarga da erva-mate produzida dentro do território originário (Fig. 4.17 e Fig. 4.18). Sendo uma prática inserida de fora para dentro da comunidade, cujas ações derivam de um "conhecimento que veio dos *juruá*"[58], sua crescente demanda pelo produto agrícola impõe ao território a necessidade de aumento produtivo, o que resulta em expansões desordenadas que, porventura, causam sobreposições em zonas de uso e sentido territorial, ocasionando conflitos no âmbito da gestão territorial indígena.

[58] Afirmação feita por Julinho Pires de Lima, no sentido de que as práticas agrícolas empenhadas na manutenção do sistema de erval adensado é uma tecnologia externa ao manejo e condução indígenas. *In*: PIRES DE LIMA, J. Entrevista aldeia Rio d'Areia V. Entrevista concedida ao autor em 23 de janeiro de 2024. Inácio Martins/PR: UEPG, 2024. Arquivo mp4. Entrevista realizada exclusivamente para a pesquisa. Total de 33:44 de duração.

Figura 4.17: A poda, colheita e transporte da erva-mate é feita pelos Guarani M’Byá



Fonte: Antoninho Pires de Lima, 2024.

Figura 4.18: Erva-mate sendo descarregada para coleta de empresas ervateiras



Fonte: O autor, 2025.

De toda maneira, a produção de erva-mate em sistemas adensados dentro do território representa uma alternativa sustentável a partir do momento em que sua expansão seja prevista e planejada, evitando sobreposições de uso e sentido, assim como imposições tecnicistas e

comportamentais. A erva-mate, portanto, exerce, na T. I. Rio d'Areia, um papel central no que se refere ao paradigma de gestão, pois ao mesmo tempo em que é cultivada nos sistemas agrícolas adensados, a erva-mate é manejada nos sistemas de extrativismo. Entretanto há uma ampla diferença no significado da erva-mate oriunda de cada um desses sistemas: enquanto a erva-mate adensada é voltada para a produção de autonomia econômica comunitária, a erva-mate das zonas de extrativismo não tem finalidade comercial, mas ritual – conforme é discutido na subseção acerca das zonas de extrativismo.

Os ervais adensados estão situados, em sua grande maioria, em áreas onde é possível o acesso de veículo motorizado, exprimindo nesse sentido uma forma de transição ou adaptação à prática da roça isolada, que demanda menores cuidados por parte do indígena agricultor, à medida em que o erval adensado é um tipo de cultivo que não necessita cuidados cotidianos (Fig. 4.19). A operação de poda, colheita e transporte de erva-mate, realizada a cada três ou quatro anos para cada lote, é conduzida por equipes que se mobilizam em direção ao lote a ser coletado para que, com o auxílio de um trator ou caminhão, possam puxar a erva-mate até o centro da aldeia. No centro da aldeia há estrutura para pesagem e classificação, e a partir desses procedimentos é, após a venda da erva-mate para comprador externo, efetivado o pagamento para os trabalhadores e para o indivíduo gestor do lote de onde foram retiradas as folhas cruas.

Ao longo das atividades de campo e levantamento de dados da pesquisa constatou-se que os principais destinos de venda de erva-mate produzida na T. I. Rio d'Areia são dois: a empresa estadunidense cuja sede de processamento de erva-mate está situada no município de Turvo/PR e uma ervateira cujo processamento é realizado no município de Cruz Machado/PR. Portanto, a erva-mate produzida e comercializada pela comunidade indígena do Rio d'Areia integra uma complexa cadeia produtiva, de logística e distribuição (Fig. 4.20), alcançando mercados regionais e internacionais, representando um significativo incremento à promoção da autonomia econômica comunitária dentro do território originário.

Figura 4.19: Configuração de erval adensado localizado à beira da estrada



Fonte: O autor, 2022.

Figura 4.20: Caminhão transportando erva-mate produzida na T. I. sentido Turvo/PR



Fonte: O autor, 2024.

A quarta categoria de uso e sentido da zona de produção da T. I. Rio d'Areia, diferentemente das três categorias anteriores em que a gestão individual das áreas proporciona reconhecimento de propriedade do indivíduo ou da família indígena em relação à área manejada, a presente categoria é cultivada com a finalidade de atender toda a comunidade indígena. Os plantios de reflorestamento são áreas dentro do território originário em que são plantadas espécies exóticas ao ecossistema da FOM com a finalidade de promoção da autonomia econômica da comunidade, à medida em que a comercialização da produção silvícola de tal sistema é inteiramente revertido e aplicado em benefícios comunitários. Assim, as plantações de reflorestamento são zonas produtivas voltadas à promoção da autonomia econômica da comunidade indígena.

Existem, distribuídas pelo território indígena, portanto, áreas voltadas especificamente ao plantio de espécies de reflorestamento. Em tais áreas são cultivadas as duas principais espécies madeireiras comercializadas na região do Médio Iguaçu e que são destaque no circuito econômico do município de Inácio Martins[59]: *Pinus elliottii* e *Eucalyptus saligna*. O cultivo dessas plantas dentro do território indígena cumpre o papel de promoção de autonomia econômica, à medida em que a madeira, fruto do cultivo de tais árvores, é comercializada pela ACIMAR com madeireiras locais e o recurso levantado é integralmente convertido em benefícios para a aldeia.

Dessa forma, conforme as plantações atingem madurez comercial – definida pelo estágio de crescimento do cultivo e espessura dos troncos –, há o deslocamento das equipes das madeireiras para que seja efetivada a derrubada e a retirada da madeira de reflorestamento do território. O valor da venda do cultivo efetivado pela ACIMAR para as madeireiras locais é integralmente revertido para a compra de bens para a aldeia, sendo a categoria cultivo de reflorestamento relevante componente da zona de produção do território do Rio d'Areia. Mesmo estando vinculado e interdependente ao circuito comercial externo, assim como a erva-mate e a produção do erval adensado está, o cultivo agrícola da silvicultura e sua comercialização resulta em benefícios que promovem a autonomia econômica e financeira da comunidade indígena.

De acordo com as informações levantadas pela pesquisa, através das atividades de campo, entrevistas e diálogos conduzidos dentro do território indígena, constatou-se que o valor

[59] De acordo com o levantamento da EMBRAPA (2020), 47% de todo o território do município de Inácio Martins está convertido em monocultivo de pinus, o que representa uma área total de 38.500 hectares. Tal cultivo infere um circuito econômico ao município que envolve mão-de-obra no desbaste, transporte e processamento em serraria.

pago pelas madeireiras na compra da madeira crua de pinus e eucalipto é revertido em aquisição de equipamentos, veículos e ferramentas de trabalho para a comunidade indígena. Dessa forma, a última comercialização de madeira conduzida pela ACIMAR levantada pela pesquisa, ocorreu em 2021, a partir da qual foi possível a aquisição de um carro Renault e um trator Valtra, além da compra de roçadeiras e motosserras para utilização no manejo agrícola e gestão territorial indígena, conforme as necessidades da comunidade.

As áreas reservadas ao plantio e cultivo de reflorestamento dentro do território indígena (Fig. 4.21) são, portanto, extensões da zona produtiva do território, de maneira que concentram a aplicação do trabalho originário em prol da coletividade indígena, visando o fortalecimento das ações comunitárias e o suporte à promoção da autonomia econômica do território indígena. Nesse sentido, complementa-se a caracterização de uso e sentido da zona de produção da T. I. de forma em que são constatadas quatro categorias de uso que caracterizam a zona de produção do território: roçados no entorno das casas, roçados isolados, ervais adensados e plantio de reflorestamento.

A zona de produção, portanto, se organiza de forma a promover a soberania alimentar comunitária indígena, a autonomia econômica comunitária indígena, a reprodução cultural e autogestão dentro do território da *Tekoá* Rio d'Areia. Entretanto, a zona de produção e as práticas mantidas dentro de cada categoria de uso e sentido que formam a zona de produção apresentam uma série de desafios e ameaças que envolvem a sua manutenção e seu sentido dentro do território indígena.

Figura 4.21: Zona de produção com reflorestamento de eucalipto e pinus



Fonte: Manoelzinho Pires de Lima, 2025.

O desafio da promoção da soberania alimentar está correlacionado ao processo da erosão da memória biocultural, de forma que a introdução e ampla disponibilização de alimentos industrializados e ultraprocessados dentro do território indígena resulta, progressivamente, no desinteresse pela prática agrícola tradicional Guarani M'Byá, sobremaneira entre a população jovem. A distribuição de cestas básicas como política assistencialista equivocada por parte do Estado também viola a capacidade da reprodução de soberania alimentar comunitária, criando cadeias de dependência econômica e fisiológica, possibilitando o enfraquecimento das práticas culturais de manejo agrícola tradicional Guarani M'Byá.

Tal condição se estende para as roças no entorno das casas e para as roças isoladas, conforme as soberanias alimentar e cultural, interdependentes dentro do conceito *Nhande Reko* Guarani M'Byá, são tensionadas pelas investidas da territorialidade hegemônica através das agências externas que adentram o território indígena. As práticas da territorialidade indígena, ao se pautarem na interação ecológica e promoção da biodiversidade como fundamento prático, encontram desafios em sua continuação. Tal fato decorre da dificuldade em recuperar sementes originárias perdidas ao longo do processo de erosão da memória biocultural, impedindo a reprodução de roçados tradicionais de feijão e milho.

A condução das violências territoriais do sistema colonial, intermediado pelas demandas externas que adentram o território originário diariamente, conferem à territorialidade Guarani M'Byá a menor demanda por alimentos oriundos do sistema agrícola indígena, resultando em ameaças ao sistema alimentar e viabilizando a sobreposição ou conversão de zonas de usos territoriais. A expansão dos ervais adensados por sobre outras categorias territoriais, por exemplo, expressa traços da especulação econômica face à culturalidade, contudo, fomentam importante autonomia econômica às famílias erveiras indígenas dentro do território.

A expansão desregulada dos ervais adensados, convertendo o uso e sentido de outras zonas dentro do território, conforme exposto acima, é um atrito constatado pelo etnozoneamento. Para além da sobreposição, existem desafios que dizem respeito à alienação do trabalho indígena através da promoção da implantação desse sistema produtivo dentro do território. A alienação se relaciona à dependência de um grande comprador, que exige um conjunto de práticas dentro do território que não estão vinculadas à proteção e reprodução da cultura indígena. Tais práticas são impostas por normativas comportamentais e de gestão territorial, visando o aumento da produção e não a valorização do trabalho indígena.

O avanço da especulação da indústria ervateira dentro do território cria áreas de sobreposição e conflito nas zonas de preservação, de extrativismo e sagradas. Nesse sentido, verifica-se o aumento pela demanda produtiva do território como ferramenta para a promoção da alienação da gestão territorial indígena em detrimento da condução gestional da própria indústria ervateira. Dessa maneira, a territorialidade hegemônica, a qual estabelece o economicismo como fundamento operacional, atua como agente para a redução do protagonismo da gestão territorial indígena dentro de seu próprio território (Nogueira et al., 2025).

Em referência à zona de produção em sua categoria de plantio de reflorestamento, se fazem necessárias observações acerca de duas questões principais. A primeira relaciona-se à ameaça ao equilíbrio ecossistêmico da FOM, à medida em que são instalados reflorestamentos de pinus dentro do território indígena. Por se tratar de uma espécie anemocórica e de alta resiliência ambiental, o pinus é considerado uma espécie exótica invasora agressiva, pois se espalha rapidamente, tomando o nicho ecológico de espécies nativas como o pinheiro-bravo, cedro, imbuia, xaxim e timbó (Medeiros et al., 2004). Dessa forma, o reflorestamento pode espalhar descontroladamente o pinus pelo território, por isso, o monitoramento e extermínio dessa árvore fora das áreas de plantio se configura como um desafio à gestão do território.

4.2.3 Zona de extrativismo

A zona de extrativismo foi inserida no etnozoneamento da Terra Indígena Rio d'Areia em detrimento da relevante atuação desempenhada pelas atividades de extrativismo florestal dentro do território e no conjunto de ações, usos e sentidos no âmbito da identidade cultural, territorial e territorialidade Guarani M'Byá. A inserção dessa etnozona está dentro do contexto anteriormente discutido, que envolve as particularidades e condições de cada território originário, no que se refere aos processos de ocupação histórica e demarcação. Em detrimento disso, decidiu-se pela efetivação da alteração, ou substituição no caso, da zona de recuperação pela zona de extrativismo.

A amplamente difundida e respaldada metodologia Kanindé conduz o zoneamento para a identificação de áreas de uso e sentido para as populações originárias, ao abordar a relevante função da zona de recuperação como porção territorial de interesse para regeneração ecossistêmica. No contexto histórico da Terra Indígena Rio d'Areia, conforme apresentado no capítulo anterior da tese, o ecossistema foi intensamente especulado e convertido em interesse pela territorialidade hegemônica, de maneira que as maiores árvores do ecossistema – como pinheiro, cedro e imbuia – foram derrubadas e comercializadas na região e dentro do território, por meio de práticas de violação da integridade territorial, cultural e ecossistêmica.

Entretanto, as zonas territoriais que sofreram com derrubadas e remoção de madeira ao longo do período anterior à homologação e proteção integral do território, cujo processo iniciou-se em 1989 e consolidou-se somente no ano de 2002, foram convertidas em zonas de proteção integral, nas quais os indígenas Guarani M'Byá preservam a FOM e deixam o ecossistema em regeneração, conforme apresentado na subseção 4.2.1. Dessa forma, considera-se que a zona de proteção integral, no caso do território em questão, executa o que se propõe a zona de recuperação, tendo em vista que todo o território sofreu ações antrópicas e alterações da configuração ecossistêmica em momentos do passado.

Isto posto, a proposta que se configura é a de efetivar a troca de usos e sentidos de zonas territoriais, removendo a zona de recuperação da análise territorial e inserindo, em seu lugar, a zona de extrativismo. Tal alteração, portanto, está relacionada à relevância da prática territorial de extrativismo, assim como pelo fato da identificação da existência de tal categoria de uso e sentido territorial na aldeia Rio d'Areia. O extrativismo florestal representa uma das categorias fundamentais e mais antigas da cultura originária, remetendo à origem do grupo étnico e cultural Guarani (Torres, 1997). A manutenção e promoção da continuidade dessa prática, que

envolve conhecimentos transmitidos de maneira transgeracional, exprime relevante aspecto identitário, cultural e etnoterritorial.

A organização territorial indígena na aldeia Rio d'Areia está estruturada de maneira a promover atividades de extrativismo florestal. Nesse sentido, constata-se a existência de uma categoria ambiental chamada *Ka'agüy ete*, área territorial Guarani M'Byá voltada para a frequência de práticas extrativistas (vide tabela 1.2). Essa área está situada na transição entre a porção territorial de frequência cotidiana, no centro da aldeia, e as zonas de proteção integral e de caça e pesca. Assim, a zona de extrativismo circunda a aldeia, estabelecendo um trecho transitório entre a vivência cotidiana, na zona de uso público, e as partes mais isoladas e menos frequentadas do território indígena.

A partir de um circuito de carreiros que se dispõem pelo território, a prática do extrativismo executa a coleta de recursos ecossistêmicos com a finalidade da promoção da subsistência ou comércio por parte dos Guarani M'Byá. As atividades extrativistas são variadas e alinhadas às demandas específicas, provendo a extração de alimentos, materiais para a confecção de artefatos e ferramentas, recursos energéticos, materiais construtivos, medicamentos de uso cotidiano, plantas e objetos sacramentais de cunho religioso/espiritual, recursos utilizados para o fabrico de artesanatos, além da provisão de elementos para o feitio de adornos e símbolos culturais. Na sequência do texto todos esses usos são discutidos e detalhados, apresentando a zona de extrativismo da aldeia Rio d'Areia.

Dentro da Floresta com Araucárias existe uma ampla variedade de provisão alimentar. Os Guarani M'Byá do Rio d'Areia frequentam a floresta com a finalidade de encontrar sementes, caules, fungos e mel, além de utilizarem os carreiros disponíveis pelo território com o intuito de encontrar frutos comestíveis de árvores nativas das matas. O pinhão, chamado *pinho'a*, é o principal alimento disponível na zona de extrativismo do território, sendo coletado de duas maneiras: a primeira estratégia de coleta de pinhão é a cata das sementes maduras da Araucária disponíveis nos pinheirais a partir da *desfalha* natural, quando a madurez é atingida e a planta começa a derrubar sementes. Esse método de coleta é praticado dentro do Rio d'Areia, quando os indígenas se locomovem até as zonas de ocorrência concentrada de pinheiros para procurar as pinhas nas copadas das árvores, que indicam a possibilidade de pinhões caídos para coleta (Fig. 4.22). Tal prática é executada entre os meses de abril e julho, quando há a ocorrência de pinhões.

Outro método de coleta de pinhão conduzido dentro da zona de extrativismo da T. I. Rio d'Areia consiste na prática da derrubada de pinhas verdes do pinheiro, através da utilização de

uma vara de bambu. Nessa prática, as pinhas são derrubadas e, após o transporte até o centro da aldeia, são quebradas e os pinhões coletados (Fig. 4.23). Essa prática de coleta de pinhão é, geralmente, voltada à comercialização da semente para compradores externos, enquanto a primeira prática é voltada para a coleta de subsistência, através da qual o indígena enche uma sacola com pinhões e leva até sua casa para consumo com a família ou para compartilhamento comunitário.

Figura 4.22: Indígena observa o dossel florestal em busca de pinhas em *desfalha*



Fonte: O autor, 2022.

Figura 4.23: Indígena processa pinhas coletadas na zona de extrativismo



Fonte: Antoninho Pires de Lima, 2024.

O ambiente úmido e sombreado do interior da Floresta com Araucárias proporciona a reprodução de alguns tipos de cogumelos comestíveis, como o pepenque (*araju*), que são coletados dentro da zona de extrativismo, sobremaneira ao longo dos meses de agosto, ao final do inverno. A partir do início do verão, na segunda metade de novembro, ficam disponíveis para a coleta e consumo indígena os palmitos de jerivá (*pindoty*), o qual, para ser obtido, faz-se necessária a poda do caule e brotação das folhas, sendo consumido cozido com sal ou cru com mel. O mel (*ey*) também é um importante alimento coletado pelos indígenas dentro da floresta, obtido em tocos de árvores e fendas. No entanto, é necessário o manuseio pautado pelo conhecimento prático e teórico, alinhados à periodicidade em que tais alimentos podem ser coletados.

O palmito de jerivá e o mel, inclusive, são consumidos de forma cerimonial dentro da *Opy'i* quando na ocasião em que se realiza o *Ey Nhemongaraí*, o batismo do mel, que ocorre no mês de fevereiro e simboliza o reinício do ciclo de regeneração da natureza (Fig. 1.4). Para a prática dessa cerimônia os homens Guarani M'Byá saem à zona de extrativismo para coletar o palmito e o mel, enquanto as mulheres preparam o pão feito com milho moído, chamado *Mbojape*, cuja matéria-prima é o milho oriundo dos roçados tradicionais, abrangidos pela zona

de produção. Dessa forma, a prática da territorialidade indígena articula diversos aspectos de uso e sentido do território, ao confluir extrativismo, cultivo agrícola e sacralidade.

As frutas coletadas pelos indígenas com finalidade alimentar exprimem a variedade genética da Floresta com Araucárias, intermediada pela culturalidade e histórica interação socioecológica entre os Guarani M'Byá e o ecossistema. Algumas das frutas coletadas na T. I. Rio d'Areia são: guabiroba (*Campomanesia xanthocarpa*), guajuvira (*Patagonula americana*), sete-capotes (*Campomanesia guazumifolia*), uvaia (*Eugenia pyriformis*), pitanga (*Eugenia uniflora*), araçá (*Psidium cattleianum*), tarumã (*Vitex megapotamica*), butiá (*Butia capitata*), jaboticaba (*Myrciaria cauliflora*), coquinho-do-jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), vacum (*Allophylus edulis*), feijoa (*Acca sellowiana*) e cereja-do-mato (*Eugenia involucrata*).

Da floresta são extraídos uma série de elementos utilizados para a confecção de artefatos. A principal extração vegetal realizada pelos indígenas com tal finalidade é a taquara (*Merostachys sp*.), chamada de *Takuá* no idioma Guarani M'Byá. A coleta da *Takuá* é realizada dentro das touceiras dispostas na zona de extrativismo, dentro do sub-bosque da Floresta com Araucárias, com o uso de facões e foices. O material coletado é transportado até as casas, onde são iniciados os procedimentos de secagem e retirada de fibras, a depender do uso da planta. A taquara é base para a produção da cestaria tradicional indígena, além de ser utilizada para o feitio de instrumentos musicais sagrados como o *Takuapu* – tocado pelas mulheres Guarani dentro da casa de reza – e o *Mbaraká mirí* – chocalho de cabaça com sementes dentro e cabo de taquara, tocado pelos *Xondaro* dentro da casa de reza –.

Existem dois tipos de cestaria em que a taquara é empregada dentro da Terra Indígena Rio d'Areia. O primeiro tipo é considerada a cestaria funcional, para o transporte de cargas pesadas e porventura sujas, tais como produção agrícola e ferramentas de trabalho. Esse tipo de cestaria é feito com a taquara partida e trançada ainda verde, para que, quando sequem, as suas fibras fiquem mais firmes e resistentes para a finalidade de transporte pesado (Fig. 4.24). O segundo tipo de cestaria tradicional é mais delicada que a primeira, sendo a taquara processada e seca antes do entrelaçamento das fibras. Essa cestaria, além de importante símbolo da cultura material Guarani M'Byá, cujo conhecimento milenar é transmitido de geração em geração, representa significativa fonte de renda para as mulheres indígenas do Rio d'Areia, que comercializam as cestas no Centro Cultural e através das redes sociais digitais.

A cestaria elaborada pelas mulheres indígenas Guarani M'Byá do Rio d'Areia envolvem não somente a utilização da taquara obtida pela coleta nas áreas de floresta, mas inclui uma série de outras plantas obtidas dentro da zona de extrativismo, como a casca do timbó (*Ateleia*

glazioveana), empregada no acabamento das bordas e alças das cestas, por sua flexibilidade e fibras compridas, difíceis de romper (Fig. 4.25). Outra planta empregada no feitio das cestas é o imbé (*Thaumatophyllum bipinnatifidum*), cujas raízes possuem casca cujas fibras promovem variação de cores naturais à cestaria de taquara. Além das plantas supracitadas, outro elemento obtido pelas investidas de extrativismo aplicado ao feitio da cestaria é a cera de abelha, obtida de maneira extrativista nas florestas do território, aplicada, junto às cinzas de cedro, bracatinga ou imbuia, aos detalhes da cestaria, com a finalidade de aplicação de coloração.

Figura 4.24: A cestaria de carga é feita com a taquara partida trançada



Fonte: Antoninho Pires de Lima, 2024.

Figura 4.25: A fibra da casca do timbó é importante para o acabamento da cestaria tradicional Guarani M'Byá



Fonte: O autor, 2022.

A prática extrativista aplicada ao processo de coleta de plantas envolve, para além do conhecimento prático, o conhecimento teórico. A influência das fases da Lua são essenciais no processo de coleta, de forma que o resultado dos artefatos, assim como a sua utilidade e durabilidade, dependem de uma colheita realizada na época correta, ditada sobremaneira pela influência dos corpos celestes. A raiz do imbé, por exemplo, só solta a casca que a envolve, utilizada para o feitio de cestas, durante o quarto minguante. Assim, a casca é removida e deixada submergida para que se mantenha flexível (Fig. 4.26) até que todas as outras plantas sejam devidamente coletadas e secas para o feitio da cestaria e confecção de outros artefatos.

Figura 4.26: Casca da raíz do Imbé coletada na zona de extrativismo



Fonte: O autor, 2022.

A zona de extrativismo é frequentada cotidianamente pelos Guarani M'Byá com a finalidade de extração de materiais oriundos do ecossistema que providencia elementos e matéria-prima para a produção e reprodução de artefatos culturais como o *petynguá*. O cachimbo representa um importante objeto cultural e sacramental originário, utilizado como carburador para o fumo, de tal maneira que a fumaça do cachimbo estabelece um canal espiritual de diálogo com o mais alto ser divino (Setti, 1997). O feitio do cachimbo originário envolve a coleta de partes de duas plantas da Floresta com Araucárias: a taquara e o pinheiro-do-Paraná.

A utilização da taquara é mais simples nesse caso, sendo aplicada como canudo de aspiração da fumaça, enquanto a aplicação do pinheiro é mais complexa. Para a confecção de um cachimbo é necessário, em um primeiro movimento, realizar a busca e coleta de nó-de-pinho, chamado *kurirapó*, em partes específicas da floresta, geralmente na encosta de curvas de riachos. Após a coleta, o *kurirapó* é levado até a casa do indígena detentor do conhecimento do feitio do *petynguá*. A partir disso a peça de madeira passa a ser transformada, confluindo conhecimentos tradicionais e interação com água, fogo e facão, de forma que é esculpido no formato desejado (Fig. 4.27). Assim como a cestaria, a produção de *petynguá* atua de duas

maneiras no território: promove a manutenção e reprodução cultural, embasa a promoção de autonomia financeira à medida em que é comercializado.

Figura 4.27: O nó-de-pinho toma variadas formas no feitio do *petynguá*



Fonte: Kaféj Ará Rete, 2023.

A notável capacidade dos indígenas Guarani M'Byá em esculpir peças de madeira, até mesmo de madeira com alto grau de dureza, como o nó-de-pinho, se aplica também na elaboração de peças zoomorfas produzidas como artesanato, feitas a partir de galhos e pedaços de árvores coletadas na zona de extrativismo. A manufatura e processamento da madeira resulta em objetos utilizados para a educação infantil, ao propor atividades que viabilizam o conhecimento e identificação de animais da fauna da FOM: tucano-do-bico-verde, carcará, onça-pintada, quati, tiriva e tatu são alguns dos animais representados (Fig. 4.28). Essas pequenas esculturas também são comercializadas pelos indígenas, tornando-se fonte de renda para os escultores originários.

Figura 4.28: Pequenas esculturas em madeira representam a fauna da FOM



Fonte: Káfej Ará Rete, 2023.

Os recursos florestais coletados e consumidos pelos Guarani M'Byá são compostos também por outras partes das plantas que integram o ecossistema da FOM. Adornos corporais como brincos, colares, pulseiras, tiaras e cocares são produzidos por mulheres indígenas a partir da coleta de sementes e penas de pássaros dentro da área de ocorrência da zona de extrativismo. Tais materiais são coletados pelas mulheres indígenas ao longo da realização dos percursos internos das florestas, definido pelo circuito de carreiros. Na imagem que segue (Fig. 4.29) visualizam-se colares elaborados com sementes de lágrima-de-nossa-senhora, chamada *kapi'i'a* (*Coix lacryma-jobi*) e do caité, chamado *yva'ū* (*Canna indica*) – plantas não nativas do ecossistema da FOM porém comumente encontradas em áreas do sub-bosque –. Também são utilizadas plumagens de aves e pedaços do *kurirapó* na elaboração de itens com significados culturais Guarani M'byá.

Figura 4.29: Colares e adornos são elaborados com frutos do extrativismo



Fonte: O autor, 2026.

Os múltiplos usos conferidos à zona de extrativismo incluem a provisão de recursos energéticos, através do extrativismo de lenha oriunda de árvores específicas da floresta, com preferência para a bracatinga, imbuia, cedro e guabiroba, lenhas com alta capacidade calorífera (Martins, 1944). A floresta, dentro da categoria cultural da *Ka'agüy ete*, provê recursos construtivos, empregados pela população da aldeia na edificação de casas, casinhas (*óga*) e estruturas comunitárias. Para tanto, são procuradas árvores específicas, cujas qualidades da madeira e formato do tronco, a partir do processo de serragem – na qual é empregada motosserra –, sejam capazes de produzir peças com alta durabilidade.

Como elementos complementares aplicados nas construções realizadas na aldeia Rio d'Areia estão a taquara – cujo entrelaçamento é utilizado na edificação de paredes internas, divisórias e paredes externas – e as folhas do jerivá – empregadas, após a torção manual de suas fibras, no feitio da cobertura de construções, como telhado –. De toda maneira, esses elementos são complementares à utilização da madeira, como é passível de constatação ao longo do processo de erguimento da nova casa de reza – templo *Jekupé Amba* –, na qual foram utilizadas ripas, caibros e vigas de imbuia, obtidas pelas etapas de coleta, serração dos troncos e concepção da estruturação da obra (Fig. 4.30).

Figura 4.30: Emprego do extrativismo madeireiro na construção da casa de reza



Fonte: O autor, 2022.

Soma-se, ainda, às práticas de extrativismo mantidas no Rio d'Areia a coleta de plantas medicinais, chamadas *pohã*, os remédios cotidianos utilizados pelas famílias indígenas. Além das plantas medicinais cultivadas dentro das roças do entorno das casas, no âmbito da zona de produção (Tab. 1.1), existe uma ampla diversidade botânica identificada e utilizada pelos Guarani M'Byá como remédios naturais. Nesse sentido, pesquisas etnobotânicas indicam a capacidade de identificação de mais de 200 plantas medicinais e com finalidades terapêuticas no âmbito do conhecimento Guarani M'Byá (Martínez-Crovetto, 1968 *apud*: Lindenmaier e Putzke, 2012). São coletadas cascas, folhas e resinas de árvores nativas, utilizadas para o feitio de chás, infusões e pomadas, além de cipós e raízes coletadas nas florestas.

A utilização da zona de extrativismo da T. I. Rio d'Areia é fundamentalmente correlata à reprodução cultural material – de forma a prover ampla disponibilidade de elementos florestais aplicados à construção, alimentação, artefatos, artesanatos e medicinas – assim como da manutenção imaterial da cultura – à medida em que os conhecimentos etnobotânicos e de interação com o ecossistema expressam saberes únicos dos Guarani M'Byá. A forma de interagir com o território varia de acordo com a finalidade da ação e de acordo com o grau de relevância do ato na perspectiva cultural comunitária.

Dentro das áreas reservadas às atividades relacionadas ao extrativismo são realizadas coletas de plantas de uso sacramental, como a erva-mate, a *ka'a*. Durante o início do verão ocorre a *Ka'a'i nhemongarai*, uma cerimônia que perdura ao longo de três dias e duas noite, na qual as crianças recebem seus nomes indígenas (revelação do *tery*) e os mais velhos transmitem os conhecimentos para toda a comunidade através das falas sagradas. Pautada em etapas definidas pela inspiração divina e espiritualidade Guarani M'Byá, a culturalidade originária imprime à planta o significado da complementariedade entre masculino e feminino, de forma que o ritual é dividido em dois momentos: somente homens (*xondaro kuery*) manuseiam a erva-mate no primeiro dia, enquanto somente as mulheres (*xondaria kuery*) o fazem no segundo dia (SILVA, 2020).

A cerimônia *Ka'a'i nhemongarai* tem na coleta de erva-mate a base para seu acontecimento, a partir do momento em que:

> os homens vão para a mata para escolher a erva-mate. Os mais velhos guiam a caminhada. Três ou quatro pessoas trazem as folhas com os galhos. No dia seguinte, na cerimônia, os mais velhos levantam cedo e fazem fogo, onde vai sapecar cada galho. E depois chamam os homens jovens e adultos para prepararem os seus próprios feixes. Os homens preparam os feixes para eles mesmos, para seus pais e seus irmãos, representando seus respectivos espíritos (Silva, 2020, p. 35).

A coleta dessa erva-mate é, essencialmente, diferente da erva-mate colhida dentro da zona de produção, uma vez que esta possui valor comercial e é replicada em sistema de reprodução de mudas, enquanto aquela é coletada nas matas, nativas da floresta, apanhada com a finalidade de elevação espiritual e fortalecimento comunitário dentro da perspectiva da cultura Guarani M'Byá[60].

Tal ação é conduzida dentro da zona de extrativismo, a partir da caminhada feita por trilhas dentro do território que, ao conduzirem a ervais nativos, proporcionam a coleta de galhos de *ka'a* (Fig. 4.31) e folha de uvarana para que seja amarrado o feixe de galhos de erva-mate. A erva-mate cerimonial pode também ser coletada da árvore que fica próxima à casa da família indígena, sendo conduzida ao sapeco (Fig. 4.32), marcando o rito inicial da cerimônia.

[60] Este aspecto diferenciado na forma de tratamento dado à erva-mate caseira em relação à erva-mate para o mercado é um aspecto que foi discutido por Joel Bonnemaison (1988) junto às comunidades de Vanautu na Melanésia, cujos territórios eram divididos em zonas profana onde ocorria o cultuvo de nhame para o mercado e zonas sagradas de produção de nhame crioulo e de maior qualidade para consumo local.

Figura 4.31: Coleta da *ka'a* marca o início do *Ka'a'i nhemongarai* no Rio d'Areia



Fonte: O autor, 2026.

Figura 4.32: O sapeco é realizado na *óga* das famílias Guarani M'Byá



Fonte: Káfej Ará Rete, 2026.

A cerimônia, portanto, envolve o ato da prática de extrativismo florestal, executado dentro da zona de extrativismo do território. A partir do ato inicial, decorrem ainda dois dias em que a cultura é reproduzida, ensinada, aprendida e compartilhada dentro de cerimônia de batismo. Tal constatação, dessa forma, evidencia a unidade manifesta entre a cultura originária e o meio ambiente em que habita. A reprodução cultural se dá por meio da forma de pensar indígena em interação com o ecossistema, estabelecendo uma cadeia interdependente entre o existir Guarani M'Byá e os recursos ecossistêmicos e ecológicos disponibilizados e geridos dentro da etnozona de extrativismo florestal.

Nessa ponderação entende-se que todo o território interage incessantemente com a cultura e vice-versa, isso se manifesta nas sobreposições de sentido e variações de uso constatadas nas divisas das etnozonas, de forma que uma característica fundamental de uso e sentido coexiste com outra. No caso da Zona de Extrativismo, a coleta da erva-mate sagrada para a realização da cerimônia de batismo, por exemplo, conduz à tal zona propriedades fundamentais da zona sagrada, que se caracteriza pelo uso e sentido espiritual dos recursos territoriais. Não obstante, toda prática territorial voltada para a manutenção e reprodução cultural Guarani M'Byá tem fundamentação no *Nhande Reko*, cujos preceitos são religiosos e espirituais originários.

4.2.4 Zona sagrada

A zona sagrada é onde está concentrada a gestão metafísica do território. Transcendental à materialidade da paisagem e das florestas, a concepção da espiritualidade originária está fundada na sacramental comunhão entre o ser indígena Guarani M'Byá e O Nosso Pai Verdadeiro, *Nhanderu Tenonde*. A sobrevivência através do tempo, sob pressão das violências e injustiças coloniais, é interpretada como uma dádiva divina, à qual os Guarani M'Byá alinham seu *Nhande Reko* em prol da construção da vivência em um mundo equilibrado e pacífico, de acordo ao ideal Guarani (Torres, 1997). Nesse sentido, a devoção espiritual indígena, cuja ritualística está pautada na cultura religiosa originária, expressa o fundamento de condutas ambientais e práticas culturais que conformam a gestão territorial Guarani M'Byá na T. I. Rio d'Areia.

A partir da estrutura social, na qual os anciãos exercem papeis relevantes na orientação comportamental e condução espiritual comunitária, os elevados diálogos tomados entre os *Xamoi* e o plano superior, por meio de orações e interlocução com deidades e seres divinos, determinam como a comunidade deve construir seu presente e seu futuro. Nesse sentido, a

gestão espiritual exerce um papel preponderante na territorialidade indígena, nas relações estabelecidas dentro do território, assim como na determinação de usos e sentidos conferidos às zonas territoriais.

A zona sagrada, como uso e sentido do território, é a única categoria espacial que pode ser interpretada como correlata à característica móvel da cultura Guarani M'Byá, à medida em que tais originários são, por essência, caminhantes (Cossio, 2015). A zona sagrada, portanto, perambula o território, variando de acordo com a intensão aplicada à finalidade do ato praticado territorialmente. Nesse sentido, quando o propósito da ação, uso e/ou sentido territorial está voltado à manutenção cultural, ao cuidado comunitário, aos firmamentos religiosos e à elevação espiritual – em conexão com deidades e seres divinos para a cultura Guarani M'Byá – lá está a zona sagrada.

Portanto, todo o território indígena abrangido pela *Tekoá* Rio d'Areia está sob jurisdição da zona sagrada, de forma que a sacralidade é elemento que conduz a manutenção territorial Guarani M'Byá. A reprodução e manutenção culturais estão imersas pelos fundamentos da elevada conexão indígena à sua cultura espiritual ancestral, de forma a estabelecer uma identidade cultural que interdepende materialidade e metafísica, representada pelo seu complexo sacramento religioso. São os *Xamoi* e as *Xary'i* os representantes maiores da cultura Guarani M'Byá, assim como da espiritualidade originária.

Quando existem questões importantes a serem debatidas ou refletidas é através de orações e meditações conduzidas pelos anciãos, dentro da casa de reza, que surgem respostas e visões. Dessa forma os *Xamoi* e *Xary'i* dialogam com ancestrais acensos e seres divinos, que orientam, diretamente do plano espiritual, as ações a serem tomadas e direcionamentos a serem conduzidos pela comunidade da aldeia dentro do território. Esses diálogos ocorrem diariamente por meio da realização de cerimônias dentro das duas casas de reza (*Opy'i*) existentes na *Tekoá Yakã Ita Ku'i*. As *Opy'i*, em tal contexto, são estruturas que representam o epicentro da zona sagrada do território, onde é produzido o alimento espiritual indígena.

Ademais de sua característica perambulante, a zona sagrada territorial está centrada em quatro estruturas da gestão espiritual comunitária: *Opy'i Jekupe Amba Mirí*, fundada em 2015; *Opy'i Amba Jekupe Mirí*, fundada em 2023; Igreja Assembleia de Deus, fundada na década de 1990 e o cemitério Guarani M'Byá, fundado ainda no século XIX e local onde repousam eternamente os ancestrais indígenas dos habitantes da T. I. Rio d'Areia. No que se segue, a presente seção busca, portanto, apresentar quais os usos, sentidos e práticas conduzidas nas

zonas sagradas do território, de maneira a compreender como os pensamentos vinculados à espiritualidade indígena atuam na condução da gestão territorial.

O cemitério indígena da *Tekoá* Rio d'Areia é mencionado pelo Relatório Antropológico da FUNAI de 1984 como local onde estão enterradas as sucessivas linhagens de lideranças do território, desde antes dos tempos do cacique Dimarães, figura governante mais antiga lembrada pela comunidade. Portanto, estima-se que no cemitério estejam enterradas ao menos sete gerações de Guarani M'Byá, com base nos dados levantados pelo Relatório FUNAI (1984, p. 18). Com mais de um século de utilização da porção territorial com essa finalidade, o cemitério se configura como a feição de uso e sentido mais antiga do território, fato que indica a fundação da aldeia relacionada à zona sagrada do repouso ancestral.

Por representar a presença física e espiritual dos ancestrais acensos dentro do território e em proximidade à vida cotidiana da comunidade, o cemitério Guarani M'Byá integra a zona sagrada da T. I. Rio d'Areia. A frequência de visitação da área é limitada aos indígenas cujos parentes estão enterrados na localidade, sendo que a presente pesquisa, conduzida ao longo de cinco anos dentro do território, não foi permitida adentrar ao cemitério, o que expressa uma categoria territorial restrita e altamente vinculada à espiritualidade e autoconhecimento indígena, à medida em que tal localidade representa o chão sagrado no qual os indígenas falecidos retornam à terra para o descanso eterno junto a *Nhanderu Tenonde*.

Inaugurada na década de 1990 pelo então cacique Antoninho, a Igreja Evangélica Neopentecostal Assembleia de Deus representa a retomada indígena pela condução espiritual dentro do território, uma vez que ao momento de sua fundação a aldeia encontrava-se sob regime gestional da Colônia Indígena – vide terceiro capítulo – e sem nenhum amparo relacionado à espiritualidade, algo fundamental para a manutenção da cultura originária. Comandada por indígenas Guarani M'Byá desde sua fundação, a igreja promove a celebração de cultos aos sábados pela manhã, momento no qual membros da comunidade aproveitam para realizar apresentações de violão, teclado e canto voltado à promoção da fé cristã. Nesse sentido, são conduzidos pelos membros da igreja práticas de leitura e interpretação bíblica, da mesma maneira em que são realizadas correntes de apoio e fortalecimento espiritual comunitário.

Apesar do relativo papel na manutenção da espiritualidade indígena promovido pela igreja dentro do território, as orientações e conduções a serem estabelecidas como práticas de gestão territorial, nos âmbitos materiais e espirituais, são definidos pelos diálogos tomados dentro das casas de reza. As *Opy'i*, por sua vez, abrigam a manutenção cultural originária em

frequência cotidiana, à medida em que todos os dias, ao pôr-do-sol, iniciam-se práticas voltadas à elevação espiritual Guarani M'Byá, dentro de ambas as casas de reza no território.

Símbolo da restauração da espiritualidade originária no território Guarani M'Byá do Rio d'Areia, a *Opy'i Jekupe Amba Mirí* foi fundada pelo *Xamoi* Lúcio e sua esposa a *Xary'i* Maria Fernandes. Sua inauguração ocorreu no ano de 2015, e imediatamente tornou-se o epicentro da culturalidade e territorialidade, servindo como referência na prática espiritual e culto religioso indígena dentro do território. O significado da *Opy'i* se deve em detrimento de o território ter ficado muitas décadas sem um ponto de referência e promoção da prática espiritual e religiosa vinculada à cultura Guarani M'Byá. Isso decorre pelo fato de o território ter sido praticamente convertido em colônia durante a década de 1980 e ter sofrido por muito tempo constantes violências como a coibição da prática religiosa indígena na área abrangida pelo atual território homologado.

Nesse sentido, a *Opy'i Jekupe Amba Mirí* é um marco geossimbólico fundamental de retomada definitiva da plenitude do território e da gestão territorial indígena, no sentido da construção de autodeterminação comunitária. A casa de reza é, portanto, o local onde são preservados os conhecimentos que perfazem a cultura imaterial Guarani M'Byá e onde é replicada a cultura material indígena. Nela são realizadas orações, círculos de escuta aos mais velhos e processos que envolvem a prática da medicina tradicional originária, conduzidas pelo *Xamoi* e pelo *pajé*. Por sua vez, a *Opy'i Amba Jekupe Mirí* foi erigida a partir de 2022, sendo inaugurada em 2023. Sua finalidade é a de introduzir os mais jovens à complexa prática espiritual e religiosa Guarani M'Byá, estando vinculada à *Opy'i Jekupe Amba Mirí*, que é a matriz preponderante na condução da espiritualidade comunitária.

As práticas culturais promovidas pelas casas de reza são focadas na elevação do espírito, no louvor ao Deus Supremo *Nhanderu Tenonde* e promoção de curas tradicionais para os indígenas que estejam acometidos por doenças físicas ou espirituais, sendo, portanto, as casas de reza, os epicentros da cultura espiritual originária dentro do território. A centralidade exercida pelas *Opy'i* na territorialidade indígena, ao promover a manutenção da espiritualidade e da coesão comunitária, proporciona a continuidade e transmissão de uma série de práticas culturais Guarani M'Byá, as quais são mencionadas no que segue.

A carburação do tabaco no *petynguá* é um símbolo da cultura Guarani M'Byá, e tal gesto está ligado à elevação da espiritualidade, de forma que a fumaça do cachimbo estabelece um canal de conexão com o plano mais alto, viabilizando o estabelecimento de canais de meditação. Além de ser um elemento ligado à cultura material Guarani M'Byá, o *petynguá* representa o

intermediador entre a terrenidade e o espírito, de forma que a carburação do tabaco conecta o indígena às deidades protetoras e, sobremaneira, à *Jakairá*, a deidade da neblina e da fumaça. A cada *petynguá* acendido no fogo e carburado pelo indígena, reafirma-se a sua identidade Guarani M'Byá (Pereira, 2019).

Por ser fumado em qualquer lugar dentro e fora do território originário, o ato de fumar o cachimbo *petynguá* representa um elemento cultural perambulante, sendo um representante da característica móvel da zona sagrada indígena Guarani M'Byá. Dessa forma, os indígenas Guarani M'Byá carregam consigo seus cachimbos a todo momento, em todos os lugares do território, levando junto ao hábito a prática do firmamento espiritual originário, reforçando sua cultura e identidade (Fig. 4.33).

Figura 4.33: *Petynguá* como elemento móvel da zona sagrada territorial



Fonte: O autor, 2025.

Dentro da *Opy'i*, no epicentro da zona sagrada do território, a atividade de prática religiosa seguindo o rito Guarani M'Byá inicia-se pelo avivamento da luz do fogo sagrado, chamado *tataendy*. Portanto, ao adentrar a casa de reza, a fogueira é retomada e em volta dela alguns indígenas se sentam, e, entre conversas baixas, o fumo é colocado nos *petynguá* de cada para que, com isqueiros ou pedaços de brasa da fogueira, iniciem-se as defumações. Como resultado da soma do fogo aceso e da carburação do tabaco pelos inúmeros *petynguá* da

comunidade reunida, a fumaça, levantada pela meditação indígena, cria o ambiente propício para o início das práticas de louvores conduzidas pela seção do sacramento religioso originário.

A partir do ambiente estabelecido pelo início dos trabalhos espirituais, com o fogo aceso e os *petynguá* sendo utilizados, os *karaí* e *xondaro* tomam diretamente do altar da *Opy'i* os instrumentos musicais sagrados e passam a criar um segundo nível de ambiência meditativa. Nesse ambiente a musicalidade Guarani M'Byá se expressa como devoção, de maneira em que a expressão musical, através dos arranjos tocados, são expressões de criações de seres divinos e supremos, como o próprio *Nhanderu* (Karaí Mirim, 2025).

Os instrumentos considerados sagrados tocados pelos indígenas trazem em si não apenas a materialidade de seus timbres e intensidades sonoras, mas a herança ancestral e significados próprios que conferem a identidade cultural Guarani M'Byá (Moraes, 2024). Os instrumentos musicais sagrados que são tocados dentro da *Opy'i* durante as cerimônias religiosas são:

- *Mbaraká*: violão sagrado com cinco cordas tocado em postura e afinação próprias à cultura Guarani M'Byá (Sousa, 2022), conduz a melodia da música sagrada;
- *Mbaraká Mirí*: chocalho feito de porongo e fechado com taquara, com sementes variadas em seu interior, proporciona, junto com o *takua'pu*, o toque que confere ritmo à música e marca o tempo do *mbaraká*;
- *Takua'pu*: feito a partir de um cano grosso de taquara, o *takua'pu* é um instrumento exclusivamente feminino, utilizado para marcar a batida da dança sagrada *jajeroju* praticada pelas *xondaria kuery* durante as celebrações na *Opy'i* e em alinhamento à música sagrada Guarani M'Byá;
- *Rave'i:* violino ou rabeca sagrada com três cordas, confeccionado artesanalmente ou adaptado de violino industrial, feito de madeira friccionado por arco de taquara ou madeira e crina de cavalo. Executa a harmonia musical sendo tocado em solo, por cima da melodia e ritmo musicais estabelecidos pelo som do *mbaraká* e *mbaraká mirí*;
- *Ãngua'pu*: tambor sagrado feito de tronco de árvore escavado, o qual uma de suas extremidades é revestida de couro animal, preferencialmente *guaxu* (veado). É utilizado na condução do ritmo das músicas ao longo das cerimônias de oração;
- *Popyguá*: instrumento de percussão feito de cerne de madeira composto por duas peças compridas que emitem som ao se chocar uma contra a outra. No momento da emissão do som do *popyguá*, abre-se a dimensão espiritual para os seres humanos (Soares, 2016).

O sentido de sacralidade conferido aos instrumentos culturais indígenas "implica uma conexão direta com outras dimensões, remetendo um valor transcendente atribuído ao som e ao

ato de tocar o instrumento" (Moraes, 2024, p. 39). Portanto, ao momento em que os instrumentos passam a ser tocados, a música sagrada vai se formando e eleva-se, a partir daí, o nível da meditação dentro da casa de reza, conduzindo para a terceira etapa do ato sacramental, discutido adiante. Ainda a seguir, a imagem (Fig. 4.34) apresenta a disposição dos instrumentos sagrados alocados no altar do templo religioso sediado pela *Opy'i*.

Figura 4.34: Altar da *Opy'i Amba Jekupe Miri* com instrumentos e símbolos sagrados



Fonte: O autor, 2023.

À medida em que a música vai tomando forma, logo surgem as primeiras recitações de cânticos sagrados Guarani M'Byá, chamados de *Nhande mbora'i*. Tais cânticos relatam histórias ancestrais, como grandes feitos indígenas ao longo da história, reforçam os traços culturais e identitários vinculados à cosmovisão e espiritualidade originária. Os cânticos são construções narrativas transformadas em canções musicadas pela ação de *Nhanderu* e trazem consigo palavras sagradas recebidas pela iluminação divina e tem por finalidade o fortalecimento cultural e espiritual indígena (Stein, 2009). Portanto, as canções cantadas dentro da *Opy'i* representam orações que, em sequência de repetição conduzida pela música sagrada, estabelecem canais de meditação e elevação espiritual comunitária.

A sincronização e equilíbrio vibracional conduzido pela manifestação uníssona da música entremeada aos cânticos sagrados Guarani M'Byá é complementado pela prática da

dança sagrada *Jajerojy*. A expressão cultural da dança sagrada está ligada à condução da elevação espiritual e à precisa execução do rito religioso M'Byá dentro da *Opy'i*. A dança é realizada enquanto os participantes entoam as canções, sendo dividida em duas práticas de movimentação corporal complementares: a dança das mulheres (*xondaria kuery Jajerojy*) e a dança dos homens (*xondaro kuery Jajerojy*). A realização do *Jajerojy* (Fig. 4.35) marca o clímax da elevação espiritual e vibração energética coletiva dentro da cerimônia na *Opy'i*, sendo que, ao momento em que se finaliza a série de canções musicadas acompanhadas da dança, há uma interrupção voltada à introspecção, com carburação do fumo no *petynguá*. Tal pausa faz a transição cerimonial para o momento maior do encontro, que é a fala do ancião.

Ao longo de toda a cerimônia o *Xamoi* medita através do uso do *petyngá* enquanto a cerimônia se desenvolve através dos comandos executados pelos *Xamoin* e *xondaro* mais experientes. Ao término da etapa musical da condução do ritual religioso, o ancião levanta-se para proferir as palavras sagradas relacionadas ao mistério espiritual Guarani M'Byá. Estas sagradas palavras expressam a interlocução que o *Xamoi* executa ao traduzir da linguagem divina as verdades profundas e revelações que transcendem a compreensão humana comum.

Figura 4.35: *Xondaria kuery Jajerojy* em cerimônia na *Opy'i Amba Jekupe Mirí*



Fonte: O autor, 2022.

As falas proferidas pelo *Xamoi* são atentamente escutadas por todos os presentes na cerimônia pois elas evidenciam as informações interpretadas pelo ancião no momento de sua meditação, ou seja, são mensagens recebidas em um estado de espírito elevado, alcançado somente pelos *Xamoi*. Nesse sentido, o compartilhamento, por meio da oralidade, de mensagens oriundas de diálogos astrais tomados com deidades e espíritos ancestrais, representa o sentido e uso sacramental conferido à zona sagrada do território originário. A partir da fala do *Xamoi* (Fig. 4.36) são discutidas questões concernentes à gestão do território, aos processos educacionais das crianças indígenas e às práticas de manutenção cultural na T. I. Rio d'Areia, assim como a definição de estratégias de enfrentamento às ameaças que tensionam a territorialidade Guarani M'Byá.

Figura 4.36: A fala sagrada do *Xamoi* direciona o futuro da comunidade e da *Tekoá*



Fonte: O autor, 2026.

A zona sagrada, pelo seu complexo e intrincado conjunto de elementos espaciais e práticas culturais voltadas à manutenção da espiritualidade Guarani M'Byá, de certa forma, influencia diretamente sobre todo uso e sentido atribuído pela cultura indígena ao seu território. De maneira prática, pode-se interpretar a mobilidade de tal zona a partir do momento em que os indígenas encerram a cerimônia de orações e meditação na *Opy'i* e retornam aos seus lares com o pensamento nas palavras do *Xamoi*. Ao longo dessa caminhada, a idealização das práticas

de gestão discutidas na casa de reza andam pelo território e chegam às famílias, expandindo ou perambulando a zona sagrada do território.

Existe, portanto, um grande aparato cultural organizado entorno da prática ritual religiosa e espiritual dentro da *Tekoá*, alçando a zona sagrada para a interação plena com as outras zonas de uso e sentido do território. Como exemplo, a caminhada do *Xamoi* pelas matas isoladas à procura de uma planta específica para a promoção da cura, pela obtenção do *pohã*. Essa prática é mantida em interação com a zona de proteção integral. Outro exemplo relaciona a zona sagrada à zona de produção, à medida em que são utilizados alimentos tradicionais para a elaboração de sacramentos e cerimônias na *Opy'i*.

Nesse sentido as ameaças que pairam e tensionam cada zona de uso e sentido étnico se replicam à zona sagrada: usos e sentidos convertidos, direcionados por agentes externos violam a cultura, a espiritualidade e a territorialidade Guarani M'Byá. Assim, a manutenção das práticas espirituais de louvor a *Nhanderu Tenonde* e obediência às decisões coletivas tomadas dentro das *Opy'i* representam alicerces fortes da coesão cultural e comunitária indígena, agraciando às *Opy'i Amba Jekupe Mirí* e *Jekupe Amba Mirí* (Fig. 4.37) o símbolo de epicentro cultural e espiritual da Terra Indígena Rio d'Areia.

Figura 4.37: a *Opy'i Jekupe Amba Mirí* é o epicentro da zona sagrada do Rio d'Areia



Fonte: O autor, 2025.

4.2.5 Zona de caça e pesca

A zona de caça e pesca do território indígena do Rio d'Areia está condicionada aos usos e sentidos pautados pela promoção da interação entre cultura e ecossistema, a qual é intermediada pelos complexos conhecimentos práticos e empíricos Guarani M'Byá. A caça e pesca indígenas representam importantes atividades tradicionais, de baixo impacto ambiental, voltadas à sobrevivência, manutenção e reprodução física e cultural comunitária. De acordo com a Constituição Federal de 1988 Art. 231, cabe aos povos indígenas o "usufruto exclusivo sobre as riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos, e a posse permanente sobre suas terras tradicionais" (Brasil, 1988). Nesse sentido, a prática tanto de caça quanto de pesca por parte dos indígenas, é assegurada como direito fundamental apoiada nos preceitos culturais originários (Baptista, 2002).

A partir do reconhecimento das práticas de caça e pesca como meios pelos quais a territorialidade Guarani M'Byá é reproduzida e continuada, a compreensão acerca dos profundos conhecimentos que envolvem ambas as práticas dentro do território do Rio d'Areia se faz fundamental. Para a execução de tais ações, o modo de vida indígena e sua cultura, com base na subsistência, identifica e reconhece traços comportamentais de espécies da ictiofauna, avifauna e mastofauna locais. Somados à consciência das especificidades como reprodução, hábitos alimentares e percursos faunísticos realizados dentro das variadas feições ecológicas abrigadas pelo território, aos habitantes indígenas cabe, ainda, o desenvolvimento de métodos e ferramentas para a obtenção da caça e da pesca.

Destarte, a interação entre cultura e ecossistema promove e enriquece a materialidade indígena, de maneira que são elaborados utensílios de caça instalados ao longo dos "carreiros-mestres" percorrido por pequenos mamíferos dentro das áreas de floresta no entorno da aldeia. O mundéu, principal artefato construído pelos indígenas com a finalidade de caça, consiste na manufatura de um pequeno cercado feito com paus, por sobre o qual fica apoiada uma tora, sustentada por cordas ou cipó. Ao momento que o animal caminha por dentro da estrutura – tendo em vista que ela está construída no caminho principal frequentado pelo mamífero – os gatilhos são ativados e a tora cai por cima do animal, prendendo-o dentro da armadilha. Geralmente, o mundéu é deixado no descanso para que os bichos que por ali caminham se acostumem com o formato e o cheiro para que, posteriormente, seja armada a armadilha (Fig. 4.38).

Figura 4.38: Mundéu deixado no descanso para ser armado para caça



Fonte: O autor, 2022.

Outras variedades de armadilhas também são instaladas em áreas no entorno das roças isoladas, frequentada por pequenos e médios mamíferos quando os grãos dos cultivos estão amadurecendo ou as folhas das plantas cultivadas encontram-se frescas para alimentação animal. Dessa forma, para que a caçada seja bem-sucedida, é preciso, por parte do Guarani M'Byá, estudar a área e conhecer os hábitos da presa, para que obtenha sucesso na captura. Nesse sentido, o provimento de rês está relacionada à fundamental suplementação proteica da dieta indígena e simboliza um ato cultural de interação e conhecimento ecossistêmico ao promover a soberania alimentar comunitária (Fig. 4.39).

As espécies de mamíferos abatidas em investidas de caça na T. I. Rio d'Areia são: tateto (*Dicotyles tajacu*), quati-de-cauda-anelada (*Nasua nasua*), paca (*Cuniculus paca*), tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*), tatu-peba (*Euphractus sexcinctus*), tatu-de-rabo-mole (*Cabassous tatouay*), veado-poca (*Mazama nana*), cutia (*Dasyprocta azarae*) e lebre (*Lepus europaeus*). Existem relatos dentro do território acerca da caça de animais maiores, como a onça-parda, já mencionada anteriormente, mas também bugio (*Allouata guariba*), macaco-prego (*Cebus nigritus*) e gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*). A caça provê, para além do alimento, materiais de origem animal utilizados para a produção de artefatos,

podendo, portanto, ser utilizado o couro dos animais, os ossos, dentes, rabo, chifres, cascos e carapaças para o desenvolvimento da cultura material Guarani M'Byá.

A prática ancestral da caça é realizada exclusivamente pelos homens Guarani M'Byá, enquanto a pesca é realizada tanto por homens quanto por mulheres. Ainda sobre a caça, ademais do fato de não ser mais a principal forma de obtenção de proteína de origem animal, tendo em vista a possibilidade de compra de carne na mercearia localizada na zona de uso público do território, a realização do ato da caçada expressa a manutenção do *Nhande Reko* Guarani M'Byá e complementa a identidade cultural e territorial originária. Além do mais, a prática de caça dentro do território é não-predatória, de forma que a comunidade segue as orientações relacionadas à periodicidade e rodízio de áreas de caça, sendo determinado pelo cacicado em diálogo com as lideranças espirituais comunitárias.

Quando a caça não está permitida, ou fora da periodicidade, quando se resguarda o período reprodutivo da fauna, sobremaneira dos mamíferos, também é realizada a captura de aves com a finalidade de alimentação, como o jacuaçu (*Penelope obscura*), saracura-do-mato (*Aramides saracura*), o guaxo (*Cacicus haemorrhous*) e rolinha (*Columbina talpacoti*) (Fig. 4.40). Porém, na maioria dos casos, como prática complementar à caça, se sobressai a pesca como provisão alimentar e nutricional das famílias Guarani M'Byá. Nesse sentido, caça e pesca se assemelham como prática territorial identitária, de maneira a envolver o conhecimento territorial e comportamental da fauna nativa da FOM dentro do território originário.

Figura 4.39: Indígena limpa veado-poca caçado com armadilha



Fonte: Káfej Ará Rete, 2022.

Figura 4.40: A rolinha nativa da FOM é um relevante recurso alimentar



Fonte: O autor, 2025.

A pesca no território indígena é realizada dentro dos domínios da etnozona de caça e pesca, no entanto, dentro do território existem dois tipos de pesca praticadas pela população habitante da *Tekoá* Rio d'Areia: a pesca realizada em água corrente, nos riachos e no rio d'Areia; e a pesca realizada nos açudes existentes no território. Esses dois tipos de pescaria envolvem conhecimentos práticos específicos e aprovisionam aos pescadores espécies diferentes de peixes. Nas práticas de pescaria em rio os peixes mais pescados são: lambari (*Astyanax scabripinnis*), traíra (*Hoplias malabacarius*), cará (*Geophagus brasiliensis*) e joana (*Crenicichla iguassuensis*). Esse tipo de pescaria pode ser realizado às margens dos riachos e rio, como também pode ser realizada dentro do leito do rio, quando os indígenas se assentam em lajes de pedra no rio d'Areia (Fig. 4.41).

Figura 4.41: Cacique Antoninho pescando no lajeado dentro do leito do rio d'Areia



Fonte: O autor, 2026.

A pescaria, chamada de *jajopui pirá*, realizada dentro da zona de caça e pesca, também ocorre em águas de fluxo contido, como nos açudes artificiais construídos entre 1984 e 1985 dentro da comunidade, com apoio da Prefeitura Municipal de Inácio Martins (FUNAI, 1984). Esses açudes, além de controlarem o nível de alagamento e encharcamento do solo no centro da comunidade, dentro da zona de uso público, são utilizados para atividades que envolvem a pesca de peixe para os lares das famílias Guarani M'Byá. Os peixes frequentemente pescados e consumidos oriundos dos açudes são: carpa-prateada (*Hypophthalmichthys molitrix*), tilápia -do-Nilo (*Oreochromis niloticus*) e o bagre-jundiá (*Rhamdia quelen*). Há registro da pesca de quelônios nos açudes da aldeia Rio d'Areia, onde ocorre naturalmente o cágado-pescoço-de-cobra (*Hydromedusa tectifera*).

Logo, há uma grande variedade de provisão de proteína animal para a alimentação e nutrição da população indígena Guarani M'Byá no Rio d'Areia, obtidas através das práticas de caça e pesca, importantes traços da territorialidade indígena. Nesse sentido, a zona de caça e pesca é investida de usos e sentidos voltados à manutenção de práticas culturais, mas, também, à provisão de nutrição e promoção da autonomia e soberania alimentar do território, por meio de conhecimentos ecológicos adquiridos ao longo da experiência Guarani M'Byá e replicados

dentro do ecossistema da Floresta com Araucárias. As figuras a seguir (Figs. 4.42 e 4.43) demonstram, parcialmente, a diversidade ictiofáunica abrigada no território originário, ao representar como as diversas práticas de pesca resultam na obtenção de alimento cultural, que vai além da nutrição, pois carrega identidade e feições do patrimônio imaterial indígena.

Figura 4.42: A carpa-prateada é um peixe de tamanho grande pescada nos açudes



Fonte: Ananias Veríssimo, 2025.

Figura 4.43: Traíra é um peixe nativo da bacia do Iguaçu e muito consumido na aldeia



Fonte: O autor, 2021.

As dinâmicas da territorialidade Guarani M'Byá, no que se refere aos usos e sentidos conferidos à zona de caça e pesca do território originário, apresentam sobreposições com outras zonas de uso e sentido territoriais. Como mencionado acima, os açudes existentes no território estão localizados dentro da zona de uso público, apresentada a seguir. Dessa forma, os açudes apresentam outras apropriações por parte da territorialidade indígena que ultrapassam seu uso exclusivamente para pesca. A prática de caça também atravessa zonas territoriais, como a zona de produção e a zona de extrativismo, de forma que os carreiros utilizados para a instalação de armadilhas estão dentro de tais zonas, estabelecendo, assim, traços de hibridismo de uso e sentido, comum em algumas porções territoriais.

Dentre as ameaças que pressionam a manutenção e continuidade das práticas territoriais e culturais da zona de caça e pesca está a redução da biodiversidade ecossistêmica ocasionada por desmatamentos conduzidos em áreas de proximidade e divisa com o território indígena, assim como as alterações promovidas às áreas florestais dentro do território, tais como as

conversões de uso e sentido apoiadas na especulação da indústria ervateira. A disponibilidade de diversidade de animais para caça também é profundamente afetada pelas perturbações provocadas pela invasão territorial para a prática clandestina de caça ilegal, de maneira que tais distúrbios desrespeitam os ciclos de reprodução da fauna local, afetando a procriação e sustentabilidade da fauna existente no território.

Acerca das ameaças impostas à ictiofauna, constata-se a existência de perturbações ecológicas conduzidas pela contaminação de corpos hídricos por meio da lixiviação de componentes químicos herbicidas utilizados no manejo das plantações de pinus que envolvem o território, tais como Glifosato, Agile e Esplanade. Essa contaminação é acentuada pela dispersão de adubos químicos (NPK) que escorrem até os corpos d'água e se acumulam nas lajes do rio d'Areia, afetando diretamente o nicho ecossistêmico de reprodução de peixes e anfíbios, reduzindo a disponibilidade de pesca em água corrente e infectando peixes com tais substâncias. Também constata-se como grave ameaça à prática da pesca indígena e à biodiversidade local o impacto de empreendimentos que afetam o fluxo natural da vazão do rio d'Areia, tais como o aumento de reservatórios de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) na área de entorno do território.

4.2.6 Zona de uso público

A zona de uso público cumpre importantes papeis na manutenção da territorialidade indígena na aldeia do Rio d'Areia. Dentro da abordagem metodológica de construção do etnozoneamento, conforme abordado na introdução do presente subcapítulo, a zona de uso público concentra as localidades de "acesso para visitantes externos que buscam realizar atividades de ecoturismo, etnoturismo e conservacionistas" (Cardozo et al., 2010). No contexto da T. I. Rio d'Areia, a zona de uso público interrelaciona o espaço considerado 'aberto' à externalidade, ou seja, o espaço passível à visitação por parte de pessoas externas, com o espaço cotidiano comunitário da aldeia.

Nessa etnozona estão concentradas as funções voltadas à promoção da saúde, educação e cultura indígenas, além de abrigar os equipamentos necessários ao suporte da gestão territorial originária. Tal categoria territorial está dispersa na planície central do território e seus usos e sentidos estão vinculados ao espaço público central da aldeia, onde se concentram as prestações de serviços e onde ocorre a confluência cotidiana comunitária: conversas, encontros, diálogos, trabalhos, brincadeiras e jogos. Portanto, nessa zona territorial, coexistem duas perspectivas: área de frequência comunitária, representada pela sede da aldeia, e a área de visitação ou de

vínculos com a externalidade, com a frequência de visitantes conduzida à área do Centro Cultural indígena e à área central do território.

A zona de uso público é caracterizada por usos e sentidos que envolvem o fortalecimento de laços afetivos e coesão social comunitários, abrigando uma série de edificações voltadas à gestão territorial Guarani M'Byá, sendo em essência uma zona de convergência populacional, em que é organizada a vida social no território. Nesse sentido, a zona de uso público converge para a construção do espaço de ação política e reprodução cultural indígena. Como espaço público comunitário ela reproduz as intersubjetividades relacionais comunitárias, construindo, cotidianamente, o ideal de aldeia com base nas relações sociais indígenas e no pertencimento territorial. Assim, o presente subcapítulo busca apontar os elementos que compõem a zona de uso público, relacionando-os aos usos e sentidos delegados à esta etnozona.

Portanto, ao exercer a função de espaço público e atuar como átrio central da disposição dos bens e serviços comunitários, a zona de uso público da T. I. Rio d'Areia está configurada de forma circular, com o campo de futebol, palco de grande engajamento de prática esportiva comunitária, disposto ao centro. Nesse sentido, é possível observar todos os elementos integrantes da zona de uso público a partir dos morrotes que estão no entorno da zona, permitindo a visualização completa da área central da aldeia indígena. Na figura (Fig. 4.44) a seguir estão classificados os usos de cada edificação alocada circundante à área em questão, de forma que se encontram classificadas e apontadas na imagem, de acordo com seus usos e funções dentro da zona de uso público. Onde se veem as palavras saúde e educação vincula-se a tais construções o atrelamento aos usos da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR), respectivamente.

Figura 4.44: Panorama da zona de uso público com as funções atribuídas



Fonte: O autor, 2023.

Dentre as principais estruturas que ocupam lugar na zona de uso público, o Colégio Estadual Indígena Arandu Mirí ocupa o centro das atenções, pelo seu nível de influência dentro da comunidade, tanto por sua função educacional e cultural, quanto pelo seu potencial em convergir habitantes do território cotidianamente. Fundado no ano de 2010, ainda sob condição de escola, o colégio oferece ensino desde a Educação Infantil até o Ensino Médio – desde 2023 – dentro do território indígena. Em sua proposta pedagógica, voltada à educação indígena, o espaço reúne crianças, adolescentes e jovens cotidianamente dentro de suas estruturas. O colégio conta com 10 salas de aula, biblioteca, laboratório de informática e refeitório, organizando a metodologia de ensino com base na valorização da cultura, tradições e idioma dos povos originários, integrando o currículo regular com saberes tradicionais indígenas. Dessa forma, o corpo docente do colégio é composto por professores indígenas e não-indígenas, proporcionando um processo educativo híbrido, que trabalha a formação curricular de maneira a dialogar com ambas as matrizes de conhecimento.

As atividades desenvolvidas dentro do colégio estão relacionadas à valorização da identidade indígena, ao mesmo tempo que introduz conteúdos voltados à formação educacional e grade curricular do estado do Paraná, proporcionando uma formação híbrida aos 48 alunos

moradores da T. I. Rio d'Areia. A equipe pedagógica e de professores do colégio é responsável por organizar atividades que envolvem a participação de toda acomunidade, tendo em vista que todos os alunos são crianças indígenas cujas famílias habitam o território. Assim, o colégio organiza eventos temáticos, como a semana da cultura indígena, que ocorre todo mês de abril. Além disso, as atividades formativas extracurriculares aproximam o colégio da comunidade e estimulam os habitantes a participarem ativamente da vida escolar.

Pela fundamental atividade relacionada à educação e formação cultural aos jovens indígenas, o Colégio Estadual Indígena Arandu Mirí (Fig. 4.45) é o primeiro serviço no que se refere à zona de uso público, pois dentro do colégio é o local onde todas as crianças, adolescentes e jovens indígenas da *Tekoá* Rio d'Areia se encontram, conversam, brincam e interagem. Nesse mesmo contexto aprendem o idioma Guarani, o idioma português, interagem com professores externos e internos, estabelecendo importantes vínculos comunitários ao reproduzir a culturalidade durante o processo formativo de estudantes.

Figura 4.45: Antiga Escola Estadual Indígena Arandu Mirí, tornada colégio em 2023



Fonte: O autor, 2022.

Inaugurado em maio de 2018, o Centro Cultural e Turístico Indígena representa o espaço de mediação entre comunidade indígena e comunidade externa. O seu propósito está voltado ao acolhimento de visitantes, abrigando uma loja onde são comercializados artesanatos, artefatos e utensílios produzidos por indígenas Guarani M'Byá, o espaço conta também com uma cozinha

equipada, refeitório, banheiros com chuveiro e espaço para dormitório. As atividades desenvolvidas pela comunidade dentro do Centro Cultural estão voltadas para a divulgação da cultura indígena através dos espaços propícios para a recepção de grupos, onde são feitas reuniões e apresentações, além disso, o Centro Cultural abriga espaço voltado à educação, onde são ministradas aulas do idioma Guarani M'Byá para visitantes.

Para além das atividades voltadas à recepção de visitantes e turistas, o Centro Cultural e Turístico Indígena exerce importante atribuição em recepção, alojamento e alimentação de visitantes indígenas oriundos de outras aldeias, servindo como centro de confluência e visitação indígena. Nesse sentido, o Centro Cultural serve como espaço para a reprodução cultural Guarani M'Byá, abrigando culturalidades locais e recebendo visitantes *juruá* e indígenas na comunidade. Em anexo ao Centro Cultural, nos fundos, ainda há uma *óga*, pequena casa tradicional Guarani M'Byá, na qual os visitantes indígenas e não-indígenas vivenciam a cultura local.

O Centro Cultural representa, em sua simbólica edificação, os usos e sentidos de confluência para a promoção da educação e cultura indígenas, sendo um espaço aberto e de promoção de diálogos entre a comunidade Guarani M'Byá e a externalidade. Durante os meses de abril, a cada ano, a comunidade organiza a Semana Cultural Indígena, alinhada às atividades do Colégio Estadual Indígena Arandu Mirí. Ao longo de uma semana são realizados, nesse contexto, os jogos indígenas, cujos participantes ficam alojados no Centro Cultural, ocasião em que são servidas refeições tradicionais indígenas preparadas por mulheres da *Tekoá* Rio d'Areia, momento em que toda a comunidade é convidada a se alimentar em comunhão (Fig. 4.46).

Figura 4.46: Centro Cultural e Turístico Indígena durante a Semana Cultural 2022



Fonte: O autor, 2022.

A zona de uso público comunitário, portanto, é classificada como tal pelo fato de confluir classes de utilização cotidiana, a partir das quais a comunidade se encontra, dialoga e constrói, com base no dia a dia, a gestão territorial indígena da *Tekoá*. Outra corriqueira prática mantida nos domínios da zona em questão é a promoção de atividades físicas e disputas esportivas comunitárias. Nesse sentido o campo de futebol, as áreas situadas em seu entorno e os açudes, abrangidos pela zona de uso público, confluem interesses de uso relativos ao desenvolvimento e engajamento em práticas desportivas dentro do território.

Diversas atividades esportivas tem seu lugar na zona de uso público, mas, definitivamente, a com maior engajamento comunitário é a prática do futebol de campo. Na T. I. Rio d'Areia existem duas equipes de futebol feminino (Scorpions e RDA) e três equipes de futebol masculino (Lima, Scorpions e RDA), essas equipes se enfrentam em torneios que ocorrem aos finais de semana, trazendo toda a comunidade para o centro da aldeia para assistir aos jogos e se reunir no entorno do campo (Fig. 4.47). Além das disputas internas, a aldeia Rio d'Areia organiza torneios externos, recebendo equipes de futebol masculino e feminino de outras aldeias Guarani M'Byá do Paraná e mesmo de outros estados. Algumas modalidades de

torneios são abertas para equipes compostas por não-indígenas, organizadas em âmbito regional, envolvendo os municípios de Inácio Martins e Cruz Machado.

Figura 4.47: O futebol como principal prática esportiva comunitária na T I. Rio d'Areia



Fonte: O autor, 2024.

Ao todo existem dois campos de futebol na aldeia, o maior é utilizado para os jogos dos adultos, tanto masculino quanto feminino, enquanto o campo menor é utilizado para o treinamento de crianças e adolescentes, geralmente conduzido por um treinador indígena, ou, quando possível, pelo professor de educação física do corpo docente do Colégio Arandu Mirí. Os campos de futebol, portanto, são elementos componentes do uso público comunitário cuja utilização está voltada à promoção da comunhão comunitária, da publicização do território e de abertura da cultura indígena para além das divisas da Terra Indígena, sendo a prática do futebol um convite para a visitação do território por não-indígenas.

Enquanto o futebol engloba o envolvimento e ampla participação comunitária, as áreas adjacentes aos campos criam ambientes ricos de participação infantil, pois ao promover o encontro comunitário, o futebol conduz ao centro da aldeia famílias inteiras, e muitas crianças se encontram. Assim, as áreas em volta do campo se transformam em espaços de brincadeiras e interação infantil, sobremaneira pela presença de dois elementos que viabilizam a diversão: o barranco é apropriado pelo imaginário lúdico das crianças que o transformam em um grande

escorregador, deslizando sentadas por ele enquanto a família fica sentada assistindo aos jogos ou mesmo participando dentro do campo. O segundo elemento que proporciona a interação infantil é a área com areia situada ao lado do campo, na qual as crianças fazem castelos e brincam umas com as outras, em pleno desenvolvimento, exercendo sua cultura e interagindo com todos os pequenos parentes indígenas que também habitam o território Guarani M'Byá (Fig. 4.48).

Figura 4.48: Crianças Guarani M'Byá interagem na zona de uso público do território



Fonte: O autor, 2024.

A interação comunitária indígena que ocorre dentro da zona de uso público, no que se refere às práticas esportivas, vai além do futebol de campo masculino e feminino, se expandindo para outros esportes como a natação, praticada no açude (Fig. 4.49). Os açudes também são utilizados para fins de lazer em dias de muito calor na aldeia, quando suas águas recebem crianças, jovens e adultos que mergulham nas águas para se refrescar. Ainda no sentido de promoção de atividades de lazer e comunhão comunitária dentro da zona de uso público, existem equipamentos voltados à utilização infantil do tipo parquinho, próximos do colégio Arandu Mirí, em que as crianças se reúnem durante os dias de semana para brincar, conversar e passarem tempo juntas, essa é uma ferramenta que viabiliza coesão comunitária.

Figura 4.49: A natação é uma prática esportiva viabilizada pela presença dos açudes



Fonte: O autor, 2025.

Entretanto, para além das práticas e usos voltados para a manutenção da cultura, educação e promoção do espírito esportivo e engajamento social na comunidade indígena através do lazer, a zona de uso público apresenta funções relacionadas à administração e gestão do território. Dessa forma existem estruturas construídas dentro da etnozona que estão voltadas ao cumprimento de funções relacionadas ao apoio às necessidades de gestão, ordenamento e manutenção territorial. Essas estruturas, conforme destacado na figura 4.44, são a garagem e o galpão.

Ademais de tais substantivos representarem estruturas prediais, essas edificações apresentam funções que são fundamentais para a gestão territorial da T. I. Rio d'Areia, de forma que o galpão concentra o depósito de ferramentas voltadas ao manejo do território, como roçadeiras, além de servir como garagem para os carros comunitários utilizados para o transporte de indígenas. O galpão também é a sede principal de festas dentro do território, tanto as fechadas para a comunidade, quanto as abertas para moradores vizinhos e da região. A garagem, por sua vez, abriga o trator Valtra utilizado pelos indígenas na manutenção de carreiros e transporte de erva-mate para o centro da comunidade, base da economia comunitária. Nela também fica estacionada a camionete Ford F-4000, utilizada no transporte de erva-mate e para puxar cargas pesadas dentro do território.

As estruturas prediais, portanto, representam núcleos do manejo territorial por concentrarem as atividades e conhecimentos laborais indígenas replicados por todo o território. Além dessas estruturas, logo em frente há um depósito de lixo reciclável, construído pelos indígenas Guarani M'Byá em acordo com a Prefeitura Municipal de Inácio Martins, de forma a conter o descarte irregular de materiais recicláveis no território, inserindo a aldeia indígena no circuito oficial de coleta seletiva do lixo. Nesse sentido, a zona de uso público territorial apresenta feições vinculadas à administração e autogestão do território, pois é nela que a comunidade se encontra, dialoga, divulga e fortalece sua cultura, ordena e planeja seu território.

Portanto, a zona de uso público do território cumpre diversos propósitos a partir dos usos e sentidos conduzidos dentro dela: promoção do turismo, diálogo com a externalidade, condução de processos educacionais, manutenção e promoção cultural, interação comunitária, prática da cultura e idioma indígenas, desenvolvimento esportivo, gestão territorial e socialização infantil. Nesse contexto, conforme levantado pela pesquisa, a maior ameaça à funcionalidade da zona de uso público está ligada à alienação de jovens, que perdem a vontade de participar da vida comunitária em detrimento de passarem os dias jogando jogos eletrônicos no celular, manifestando desinteresse pelo cotidiano comunitário, se ausentando das atividades em que a aldeia se encontra. Para os anciãos e professores indígenas essa é uma ameaça constante à continuidade da cultura dentro do território, e se manifesta, sobremaneira, a partir da convivência imediata em espaços da zona de uso público.

O etnozoneamento adaptado às condições de execução da pesquisa e à realidade territorial Guarani M'Byá da T. I. Rio d'Areia se propôs a classificar as zonas do território de acordo com os usos e sentidos instituídos pela territorialidade indígena. Ao se apresentarem seis etnozonas, a presente proposta buscou tornar passível a compreensão de como a culturalidade e territorialidade se dialogam em uma tênue linha, manifestando-se como expressões do território, usos e sentidos indígenas. Destarte, encaminha-se na seguinte subseção do trabalho o resultado cartográfico dos aspectos geográficos, históricos e culturais acerca da territorialidade Guarani M'Byá da gestão territorial indígena, expressa como mapa de etnozoneamento.

4.3 ETNOZONEAMENTO COMO EXPRESSÃO DO *ETHOS* GUARANI M'BYÁ DO RIO D'AREIA

O levantamento de informações referentes aos usos e sentidos que expressam a condução e as práticas da territorialidade Guarani M'Byá, a qual está fundamentalmente

embasada pela cultura, filosofia e modo de vida indígena – *Nhande Reko* ou *M'Byá Reko* no ideal prático e identitário –, proporciona intricada e complexa interpretação territorial da aldeia Rio d'Areia. À medida em que o desenvolvimento da ferramenta etnozoneamento categorizou o território da T. I. Rio d'Areia em seis zonas, com base nos usos práticos e sentidos culturais conferidos a cada porção da área imemorialmente ocupada e manejada pelos indígenas Guarani M'Byá, foi possível sistematizá-las e representá-las em um mapa, apresentado como 'Mapa de Usos e Sentidos do Território na T. I. Rio d'Areia, Inácio Martins/PR'.

O material cartográfico acima mencionado, portanto, é resultado concreto da aplicação da metodologia do etnozoneamento conduzido ao longo dos quarto capítulo da presente tese, desenvolvido com base nos levantamentos obtidos pelas atividades de vivência territorial, entrevistas e oficinas da pesquisa-ação participativa aplicada como uma das metodologias práticas da tese. O mapa de uso e sentido apresenta as seis categorias territoriais de etnozonas, buscando aproximação precisa no que se refere à distribuição de tais zonas dentro do território indígena. Para além de seu papel como ferramenta interpretativa territorial, a representação cartográfica se presta como mecanismo de divulgação dos usos e sentidos do território na aldeia Rio d'Areia, auxiliando a comunidade em estratégias de identificação, promoção e proteção da unidade territorial, servindo como material auxiliar para tomadas de decisões acerca da gestão territorial.

Para a produção do material cartográfico apresentado aqui como um dos resultados da pesquisa, foi necessária a implicação de etapas executivas que consistiram, inicialmente, em levantamentos de campo. Em seguida, essas informações foram associadas às bases cartográficas obtidas através dos dados Geoespaciais da FUNAI[61]. As imagens georreferenciadas em WGS 84 – assim como o levantamento da topografia do terreno – foram obtidos através da ferramenta de busca ASF Data Search (Vertex), que disponibiliza dados de alta resolução (12,5m) corrigidos pelo terreno (RTC), cedendo, portanto, informações oriundas do Satélite ALOS PALSAR, com dados levantados entre 2006 e 2011[62].

Para tanto, as etnozonas foram levantadas *in loco*, conhecidas e vivenciadas pela pesquisa, sendo verificadas e mapeadas, e, em sequência, lançadas ao sistema de georreferenciamento para representação no material cartográfico. A classificação em zonas territoriais indica em quais áreas específicas do território indígena ocorrem ou se concentram

[61] FUNAI. Terras Indígenas: Dados Geoespaciais e Mapas. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas. Acesso em 15 de maio de 2026.
[62] JAXA. Agência de Exploração Aeroespacial do Japão. ALOS series Open and Free data. Disponível em: https://www.eorc.jaxa.jp/ALOS/en/dataset/alos_open_and_free_e.htm. Acesso em 15 de maio de 2026.

atividades relacionadas aos usos e sentidos vinculados às concepções e categorizações da territorialidade indígena. Tais categorias foram levantadas junto à comunidade Guarani M'Byá do Rio d'Areia, com base nas práticas metodológicas da Cartilha Kanindé (2017). Os usos e sentidos organizados e representados no mapa de etnozoneamento foram validadas pela comunidade indígena, a partir da apresentação da versão final do mapa, realizada às lideranças comunitárias antes da defesa pública da tese em setembro de 2026. Desse modo, as seis categorias representadas no mapa são: zona de proteção integral, zona de produção, zona de extrativismo, zona sagrada, zona de caça e pesca e, por fim, zona de uso público.

Dentre a gama de usos e sentidos levantados pelo etnozoneamento, dispõe-se pelo território uma grande zona híbrida, que assimila duas categorias específicas de uso e sentido: a zona de extrativismo se funde com a zona de caça e pesca conformando uma ampla zona territorial que circunda a sede da aldeia Rio d'Areia e se dispõe em uma transição de terreno cuja planície (*Yvy Angüy*) gradativamente se converte em encostas (*Yvy'a*), conformando a área considerada *ka'agüy ete*, ou mata verdadeira. Tal porção do território é, portanto, utilizada pela população indígena tanto para a manutenção do extrativismo florestal como para a realização de práticas vinculadas à caça. Tendo em vista que ambos os usos são realizados dentro das áreas de matas e percorridas pelos complexos circuitos de carreiros internos frequentados pelos Guarani M'Byá, essa zona híbrida concentra ambos os usos, que podem se dispor consorciadamente. A única zona exclusivamente voltada à caça e pesca está situada às margens do rio d'Areia, onde a atividade pesqueira se sobressai em relação aos demais usos.

Da mesma maneira em que os usos e sentidos do território dentro da zona híbrida de extrativismo, caça e pesca ocorre em estreita relação às condições geomorfológicas do terreno ocupado pelos indígenas Guarani M'Byá – de forma que tal zona está disposta em transições da planície para encostas de subida, sentido morros, ou descida, sentido rio d'Areia –, o desenvolvimento do material cartográfico apresentado a seguir torna evidente a intricada interação associativa entre as práticas de preservação ecossistêmica – a partir da disposição da zona de proteção integral – e a morfologia do relevo do terreno ocupado pelo território originário.

A zona de proteção integral está disposta pelo território no sentido de estabelecimento de espaço com fins de promoção de afastamento e delimitação de fronteiras entre o território Guarani M'Byá e a territorialidade colonizada, representada pelos processos de homogeneização paisagística consolidados em fazendas de plantio de pinus e práticas de especulação do uso e cobertura da terra, em que os usos e sentidos são pautados por preceitos

da capitalização plena do ecossistema. Assim, o estabelecimento da zona de proteção integral se assimila à proteção e manutenção da integridade territorial e da territorialidade indígena. Ou seja, caracteriza-se por ser um espaço gerido com a finalidade de salvaguardar a cultura e conhecimentos originários, voltado aos usos e sentidos que favorecem a interação plena com o ecossistema.

As porções mais elevadas do território são compostas por uma série de dobramentos em forma geomorfológica de mar de morros, estabelecendo nas divisas da T. I. áreas onde existem a formação de pequenos vales pelos quais escorre a pluviosidade que alimenta o rio que nomeia a aldeia Guarani M'Byá. Essas regiões elevadas, cujas cotas topográficas variam entre 950 metros – ao nordeste do território – e 1.000 metros acima do nível do mar – para a porção noroeste do território –, definem o nível de inclinação do território onde se inicia a vigência das áreas que integram a zona de proteção integral. Em ponderação, identifica-se a adoção da estratégia de autoisolamento como princípio ocupacional territorial indígena, definido no afastamento das práticas da territorialidade hegemônica como via para a sobrevivência e resistência cultural Guarani M'Byá a partir da manutenção e reprodução de seu modo de vida, cultura e territorialidade.

Tal estratégia ocupacional exprime uma sabedoria ancestral indígena, à medida em que foi adotada como critério de ocupação no momento da fundação do território da aldeia do Rio d'Areia, ainda ao longo do século XIX, quando os Guarani M'Byá se estabeleceram em uma região remota e isolada. À época, a planície em que ocorre a contemporânea zona de uso público do território originário – em que está estabelecida a *Tekoá* –, alocada entre a parte de trás dos morros e o abrupto vale do Areia, estava consideravelmente distante dos processos colonizatórios do ecossistema da Floresta com Araucárias na região do Médio Iguaçu. Portanto, a própria fundação do território da aldeia Rio d'Areia esteve fundamentada na preservação da cultura Guarani M'Byá, estabelecendo, em seus usos e sentidos, a proteção, continuidade e reprodução cultural e territorial indígena.

Apesar de contemporaneamente o território originário existir como uma ilha em meio ao grande mar da territorialidade colonial, sua resistência como expressão do *M'Byá Reko*, em que a preservação ecossistêmica está indelevelmente associada ao entendimento de mundo por parte da cultura e filosofia originária, manifesta-se como resultado de anos de enfrentamento e resiliência às lógicas impositivas e desvinculantes da territorialidade hegemônica e homogeneizante, conduzida por agentes externos à cosmovisão indígena.

A constatação do supracitado fenômeno territorial, ao expressar um aspecto da ampla e potente inteligência territorial originária, revela uma das estratégias de uso e ocupação da Floresta com Araucárias por parte dos Guarani M'Byá que propõe a manutenção e sobrevivência da própria vida indígena a partir da gestão territorial fundamentada nos preceitos ideais da cultura Guarani M'Byá.

Conforme constatou-se ao longo da tese, a ocupação Guarani M'Byá no território da Mata Atlântica, mais especificamente em correlação à Floresta com Araucárias – através das dissipações transcorridas pelos vales dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai – acontece há, ao menos, um milênio, podendo ser mais que o dobro ou triplo desse período. Nesse sentido, pode-se estimar que os Guarani M'Byá interajam com tal ecossistema há, no mínimo, 30 gerações em sequência. Dessa forma, a inteligência interativa do Guarani M'Byá para com o meio ambiente, proporcionado pelo ecossistema da Floresta com Araucárias, deriva de experiências tomadas junto à floresta que são muito mais antigas, e mais experimentais, do que o conjunto de técnicas de manejo e gestão fomentados e incentivados pela territorialidade colonial, que tem lugar nesse ecossistema há não mais que dois séculos.

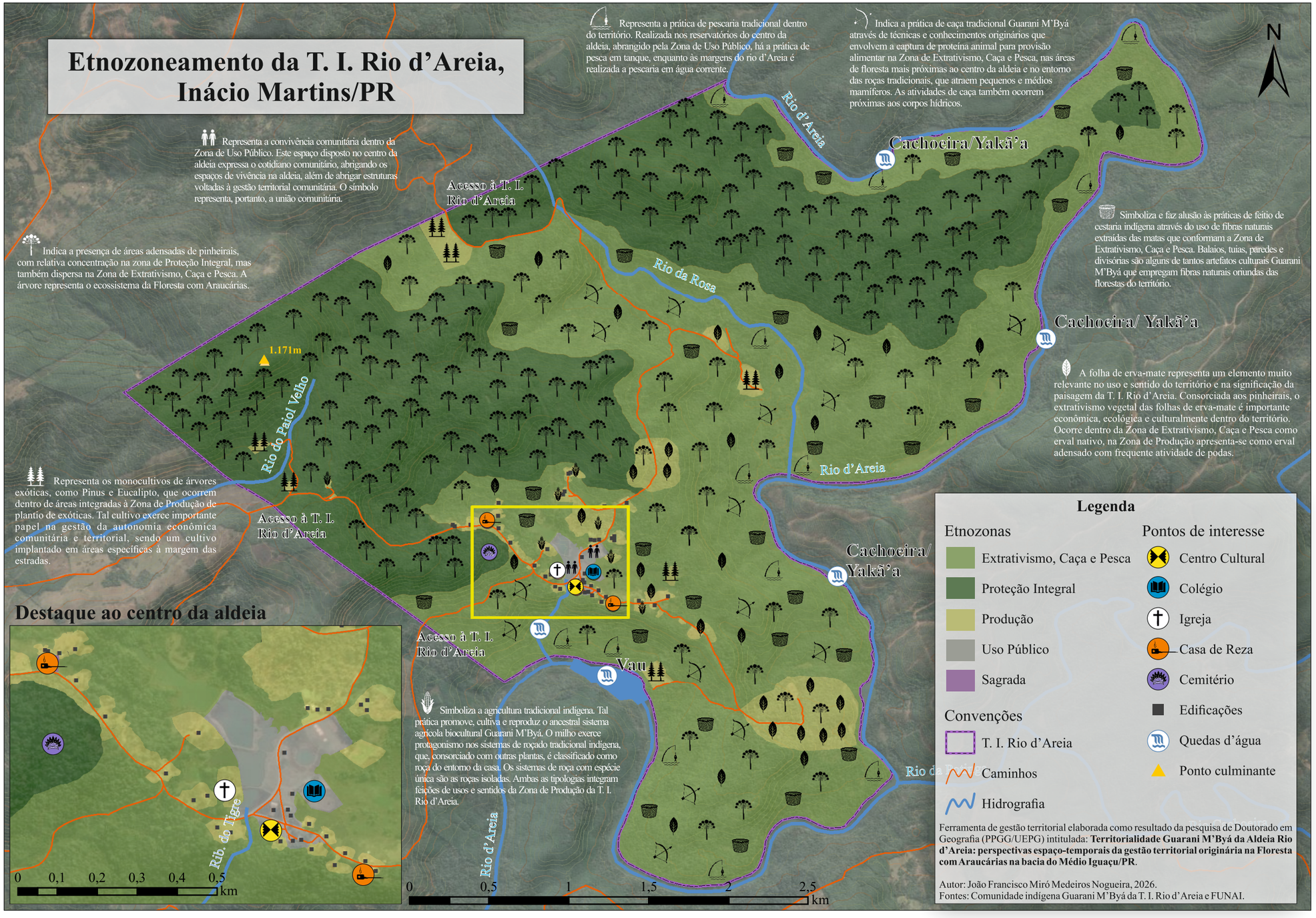
A inteligência ecológica Guarani M'Byá é refletida pelas condições de manejo e preservação florestal existentes e mantidas no território Rio d'Areia, em que os conhecimentos ancestrais indígenas confluem para práticas de gestão sustentável e que retroalimentam a territorialidade originária. Como exemplo prático, para além da estratégia ocupacional, que já exprime um importante sentido de autoproteção e conhecimento geográfico, a zona de extrativismo da T. I. Rio d'Areia provê aos habitantes manejadores do território elementos físicos para a reprodução da cultura material indígena, enquanto as zonas de caça e pesca e produção proveem, a partir do conhecimento ecológico e interação ecossistêmica, a energia reprodutiva do território simbolizada pelo alimento. Complementarmente, as zonas sagrada e de preservação integral providenciam o fundamento espiritual, a cultura imaterial Guarani M'Byá, que embasa todas as práticas conduzidas dentro do território.

Assim, o mapa de etnozoneamento, usos e sentidos do território na T. I. Rio d'Areia, a seguir (Fig. 4.50), considerou a totalidade do território sob tutela da zona sagrada, sendo, portanto, o território análogo à zona sagrada. Mesmo que o território seja composto por seis zonas de usos e sentidos, a zona sagrada, ao concentrar o regime da espiritualidade, alicerce da cultura imaterial Guarani M'Byá, distribui-se como uso e sentido fundamental pela totalidade do território. O *ethos* originário/biocultural, traduzido através dessa ferramenta de contra-cartografia, exprime o tom do povo Guarani M'Byá, o caráter e a qualidade de sua vida, seu

estilo moral e estético. A sua disposição como forma da gestão do território representa “a atitude subjacente em relação a ele mesmo [ao território] e ao mundo que a vida [Guarani M’Byá] reflete” (Geertz, 1989, p. 93).

O mapa, portanto, apresenta a disposição das práticas cotidianas e usos conduzidos pela cultura Guarani M’Byá, que conferem sentido – direcionamento e significado – ao território imemorialmente ocupado às margens do rio d’Areia no Médio Iguaçu. Ele representa a materialização espacial do regime ético-comportamental da identidade cultural Guarani M’Byá do Rio d’Areia, da curadoria espiritual, diálogo comunitário e sacralidade do território, consolidando, por fim, uma ferramenta de soberania intelectual e territorial.

Figura 4.50: Mapa de etnozoneamento, usos e sentidos territoriais da T. I. Rio d'Areia



Fonte: O autor, 2026.

Com a finalidade de categorização de usos e sentidos territoriais com base nos levantamentos apresentados pelo mapa de etnozoneamento acima, a tabela a seguir (Tab. 4.3) se apresenta de maneira a categorizar as informações relacionadas às dimensões e proporcionalidades, em termos territoriais, de cada zona de usos e sentidos, assim como em relação comparativa à totalidade da T. I. Rio d'Areia. A tabela, nesse sentido, sintetiza e relaciona as informações de forma a embasar a interpretação territorial, ao fornecer dados concretos e provas consistentes acerca da expressão do *ethos* originário/biocultural como manifestação de cultura e identidade em que o ecossistema complementa o sentido de mundo e modo de vida.

Tabela 4.3: Proporção territorial das etnozonas da T. I. Rio d'Areia

Etnozona	Área (m²)	Proporção territorial (%)
Zona de Extrativismo	6.849.336	49,88%
Zona de Proteção Integral	5.821.337	42,40%
Zona de Produção	604.246	4,40%
Zona de Caça e Pesca	388.692	2,83%
Zona de Uso Público	61.885	0,45%
Zona Sagrada (pontual)	3.809	0,03%
T. I. Rio d'Areia	**13.729.305**	**100,0%**

Fonte: O autor, 2026.

A Terra Indígena Rio d'Areia – que segundo a base cartográfica da FUNAI (2026) possui 1.372,93 hectares[63] de extensão – ao manifestar-se como autêntica gestão territorial contra-hegemônica dentro da Floresta com Araucárias, mantém, como zona de preservação integral, uma área de 582,1 ha, representando 42,4% de toda a sua extensão territorial. Soma-se a essa proporção a ocorrência da zona híbrida de extrativismo, caça e pesca, que, juntas, dispõem-se ao longo de 52,72% da área do território, abrangendo um total de 723,8 ha. Somadas, essas três etnozonas, voltadas especificamente à preservação do ecossistema florestal, abrangem um total de 95,12% da T. I. Rio d'Areia.

Seguindo a interpretação territorial, as áreas utilizadas pela população originária em que há a prática de supressão vegetal ou contenção de regeneração, como no caso de algumas práticas mantidas dentro da zona de produção, distribuem-se por 60,4 ha, o que representa 4,4% do total do território. Dentro dessa categoria territorial, conforme apresentado ao longo do capítulo, ocorrem quatro tipos de usos e sentidos: o plantio de exóticas utiliza 10,9 ha – 0,8% da área total do território –; as roças isoladas, que também demandam contenção de regeneração

[63] 1 hectare (ha) equivale a 10.000 metros quadrados (m²).

florestal, ocorrem em 1,5 ha – 0,11% da totalidade territorial; as roças tradicionais indígenas do entorno das casas ocupam 9,3 ha – 0,68% do território; enquanto as áreas com ervais adensados ocupam uma área de 38,6 ha – representando uma proporção territorial de 2,9% do total da T. I. Rio d'Areia.

Ademais da classificação como zona de produção, as atividades aplicadas à manutenção das roças tradicionais do entorno das casas promovem a variabilidade genética e biológica de plantas cultivadas, assim como erigem traços de autonomia alimentar comunitária, do mesmo modo em que reproduzem o sistema agrícola tradicional Guarani M'Byá, expressão cultural originária. Ainda, com relevante papel na manutenção da territorialidade, a zona de uso público, como área de vivência cotidiana, ocupa 0,45% do território, enquanto a zona sagrada, em seu aspecto que considera pontualmente a área de abrangência do átrio da igreja e o entorno imediato das *Opy'i,* distribui-se por 0,4 ha – apenas 0,03% do território.

A partir dos usos e sentidos conferidos pela territorialidade Guarani M'Byá, constata-se que o território indígena possui uma área de 1.305,9 ha de FOM mantida pela gestão territorial originária, representando um total de 95,12% de toda a extensão territorial da T. I. Rio d'Areia. Essa proporção territorial exprime a junção das zonas de extrativismo, caça e pesca e proteção integral, que consistem em zonas florestais deliberadamente preservadas como recurso de reprodução cultural Guarani M'Byá. A conservação da biodiversidade da Floresta com Araucárias dentro do território indígena exprime o símbolo da resistência do modo de vida Guarani M'Byá como contra-hegemonia territorial, antagonizando com os acentuados índices de desmatamento desse ecossistema, resultantes da devastação conduzida pelas imposições da mentalidade e práticas coloniais.

A cultura territorial Guarani M'Byá está voltada à promoção do bem-viver comunitário, e é, fundamentalmente, uma territorialidade florestal por essência. Seu conjunto identitário se desdobra como ruptura ao paradigma dualista da racionalidade ocidental, de maneira a se contrapor ao domínio humano ante o meio ambiente, mas sim, pelo contrário, constituindo-se a partir de matriz epistemológica de plena interação. Destarte, a deliberada conservação ecossistêmica, como interpreta-se sob a ótica academicista ocidental, não simplesmente exprime a mentalidade voltada à manutenção de longo prazo da floresta, por parte dos Guarani M'Byá, mas, representa como a sua territorialidade está constituída e voltada à promoção de seu modo de pensar e viver, alimentando o *Nhande Reko*, continuamente significando e indigenizando o território e a Floresta com Araucárias.

O Mapa Guarani Continental (EMGC, 2016), citado em algumas passagens da presente tese, defende que a cultura e a economia Guarani apresentem-se como propostas concretas para a construção de um novo ideal societário pós-colonial, de maneira que tais aspectos da territorialidade originária possam contribuir para uma reorientação da sociedade colonial envolvente, abrindo caminhos de esperança. Ainda segundo essa linha de raciocínio, os não-indígenas também podem viver um outro modo de ser, mais justo e igualitário, mais pacífico e livre. Nesse sentido, a compreensão das dinâmicas espaço-temporais que confluem para a constituição do território originário Rio d'Areia, somados à territorialidade Guarani M'Byá dentro da FOM, potencialmente pautam novos sentidos para uma virada epistemológica no que se refere à gestão territorial e preservação ecossistêmica dentro da Floresta com Araucárias.

O *Nhande Reko* (nosso jeito de ser/viver), ou *M'Byá Reko* (jeito M'Byá de ser/viver), portanto, representa o antagonismo simbólico à homogeneização comportamental e relacional conduzida pela colonização ante o ecossistema e à vida comunitária dentro do contexto ecológico da bacia do Médio Iguaçu, conforme foi possível interpretar ao longo da tese. Tal identidade territorial e cultural indígena concentra traços históricos, culturais e territoriais Guarani M'Byá que remetem à resistência e permanência de um modo de vida de promoção do bem-estar comunitário, do bem-viver e da equidade social e sustentabilidade ecológica, destacando-se na região como um lócus contra-hegemônico que enfrenta historicamente processos de especulação territorial e apropriações mercadológicas sucessivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de emergências climáticas contemporâneas, urge a busca por soluções que visam superar as limitações da mentalidade cartesiana imposta ao comportamento humano – alimentado e incentivado pela práxis da colonialidade –. O racionalismo, como discurso e prática, associou ideais como racismo e desenvolvimentismo econômico como estratégias para o estabelecimento de relações de dominação e controle sobre populações indígenas, territórios e o estabelecimento de especulações financeiras aos ecossistêmicas. Como consequência, o distanciamento entre o ser humano e a própria humanidade instituiu e acentuou, no início do século XXI, uma alarmante crise ambiental global, erigida a partir de ações locais, com efeitos em escalas planetárias.

Nesse sentido, epistemologias historicamente suprimidas retomam a vanguarda do agir-pensar, propondo releituras sobre a agência humana perante o desafio de recriar mundos possíveis. Ailton Krenak, o imortal indígena da Academia Brasileira de Letras, afirma que para a construção sólida de um mundo globalizado, unido em prol do futuro e da regeneração da vida, deve-se partir da descentralização humana, fazendo-se necessária a realocação da agência antrópica ante a Terra, renunciando ao ego racionalista que colocou o ser humano como único agente do planeta. Dessa forma, a mentalidade ocidental deve movimentar-se no sentido de dar ouvidos às outras presenças que coabitam o mundo, atentando-se à expandir a experiência do corpo com "a folha, com o líquen, com a água, com o vento e com o fogo, com tudo que ativa nossa potência transcendente e que suplanta a mediocridade a que o humano tem se reduzido", construindo, dessa forma, uma relação de expansão do espírito (Krenak, 2022, p.37).

A ruptura paradigmática proposta com base em uma nova relação do ser humano com a natureza, com os seres vivos e com os seres espirituais apresenta-se como um medicamento que atua para o combate a uma sociedade global enferma, como defende o pensador quilombola piauiense Nêgo Bispo, quando afirma que a "cosmofobia é a grande doença da humanidade" (Bispo dos Santos, 2023, p. 29). A proposta de refundação da essência humana para com a vida, portanto, tem como ponto de partida a mudança individual, em relação ao coletivo, em direção à comunidade, e, sobremaneira, em relação ao meio, aos ecossistemas e para com a casa comum.

Com este propósito, Davi Kopenawa – liderança espiritual indígena do povo Yanomami – narra acerca das alianças entre os humanos e os espíritos da floresta como alicerce da identidade e força de resistência dos povos indígenas amazônicos. Ao referenciar a passagem de Kopenawa, Krenak afirma que se faz necessário, portanto, reflorestar o imaginário

civilizacional ocidental, para que, dessa forma, seja possível se reaproximar da poética que devolva potência à vida como contraponto ao cartesianismo (Krenak, 2022, p.38).

O reviver as relações com o meio, de maneira a propor o entendimento de pertencimento integral e ruptura dicotômica natureza-humanidade, dialoga intensamente com as formas de viver e pensar indígenas. Em tal direção, Werá Jecupé, ao afirmar "somos parte da terra e ela é parte de nós", enfatiza que o maior legado dos povos da floresta à humanidade é a "prática de ser uno com a natureza interna de si" (Jecupé, 2020, p. 64). Para o pensador indígena, tal ensinamento pode contribuir para a revisão das práticas destrutivas conduzidas pelo homem branco no mundo ocidental. Jecupé ainda aborda em seu texto um relevante aspecto acerca da territorialidade originária, ao afirmar que a grande etnia Guarani se apoia nos firmamentos da espiritualidade, para, através do "caminho da oração, com cantos, danças e peregrinações a lugares de poder [com a finalidade de] ligar os mundos do céu e da terra" (2020, p. 59).

No transcorrer da tese, as interpretações e comparações ontológicas de usos e sentidos na construção da paisagem e da gestão do território da Floresta com Araucárias no Médio Iguaçu, foi possível contrapor o *ethos* expansivo/colonialista ao *ethos* originário/biocultural Guarani M'Byá sob uma mesma vertente interpretativa, oriunda da Antropologia Cultural. Nesse sentido, ao equiparar as técnicas e finalidades das antagônicas gestões territoriais a partir de uma mesma perspectiva observante, a aplicação do conceito de *ethos* englobou holisticamente as manifestações práticas e resultados estruturais das territorialidades. Logo, o complexo paisagístico do território da FOM do Médio Iguaçu se tornou a materialidade dos regimes ético-comportamentais induzidos não apenas como um conjunto de elementos valorativos – usos, sentidos e técnicas –, mas como aceitação intelectual e compromisso emocional da cultura de cada sociedade que constituiu.

O paradigma gestional da Floresta com Araucárias, portanto, é uma manifestação local da agência global da territorialização da colonialidade e resulta da instauração da idealização espacial da imposição prática do *ethos* expansivo/colonialista. A territorialidade Guarani M'Byá da T. I. Rio d'Areia – cujo regime ético-comportamental embasa o bem-viver comunitário e visa a manutenção dos princípios espirituais e identitários indígenas de pertencimento à floresta – se apresenta como resistência e lócus contra-hegemônico territorial na Floresta com Araucárias do Médio Iguaçu. Nesse contexto, a conservação ecossistêmica passa a ser interpretada como expressão material de uma territorialidade, e não apenas um dado ambiental de causa e efeito.

A partir da interpretação espacial conduzida por critérios conceituais e metodológicos da Geografia, com apoio multidisciplinar oriundo da Antropologia e da ciência-irmã História, ao longo da tese foi possível compreender que as práticas territoriais expressam os valores culturais e ideológicos mantidos pelos grupos que as gere e isso se exprime na materialidade da paisagem em diferentes níveis. Características como os elevados índices de conservação ecossistêmica manifestos pela territorialidade indígena, quando apresentados em contraposição à territorialidade colonial, portanto, representam práticas territoriais que não se devem meramente ao acaso e estão inseridas dentro de um amplo contexto geo-histórico continuado.

A gestão territorial Guarani M'Byá praticada na *Tekoá Yakã Ita Ku'i* exprime a ruptura com o dualismo colonial da racionalidade, se contrapondo ao domínio humano por sobre o ambiente, para assim estabelecer e sustentar, em meio à Floresta com Araucárias na região do Médio Iguaçu, uma matriz epistêmica e comportamental de plena interação ecológica em que a preservação do ecossistema representa a própria manutenção existencial, como comunidade, como cultura e como povo indígena Guarani M'Byá.

Todas as práticas que tem o território indígena como lugar de ação passam por um processo de digestão cultural, ou seja, tudo que é conduzido no âmbito da *Tekoá Yakã Ita Ku'i* é, primeiramente, discutido e dialogado comunitariamente, no âmbito da zona de uso público. Mesmo demandas externas e por vezes especulativas – como o é o incentivo ao adensamento de erva-mate no território –, são interpretadas e intermediadas pela observação e clarividência dos *Xamoi*. Esse é o ato de direcionamento das ações a serem tomadas, determinando como será gerido o território da Terra Indígena, medindo suas consequências e interferências à cultura, à territorialidade e à integridade do território Guarani M'Byá.

Nesse sentido, é possível considerar que o regime ético-comportamental indígena, ao abranger as camadas de atitudes e valores que fundamentam e preservam sua cultura, não é estático e tampouco congelado no passado. Ele é dinâmico e resiliente, recorrendo e sempre encontrando em seu arcabouço ideológico e moral estratégias para o enfrentamento comunitário às imposições do mercado financeiro especulativo e às pressões oriundas do *status quo* colonial regional. Tais decisões comportamentais, estabelecidas a partir da clarividência dos *Xamoi*, são provenientes de diálogos tomados em âmbitos elevados da espiritualidade e prática religiosa Guarani M'Byá – alicerce do *ethos* originário/biocultural –, garantindo que a modernidade não destrua a integridade do seu *Tekoá*.

O desenvolvimento do etnozoneamento conduzido pela tese levantou traços da territorialidade resultante da construção da paisagem e da idealização do território com base no

ethos originário/biocultural Guarani M'Byá. Esse *ethos* principia a gestão territorial da T. I. Rio d'Areia e orienta os processos de interação comunitária com a FOM de forma a ordenar a materialidade da paisagem do território originário. O etnozoneamento da área imemorialmente ocupada pelos indígenas Guarani M'Byá às margens do rio d'Areia, ao evidenciar a integrada relação entre a cultura e a identidade territorial indígena, institui uma categoria de interpretação paisagística propositiva.

Tal adjetivo é conferido pelo fato de a condução da pesquisa ter sido direcionada no intuito de responder à questão de partida inicial, de forma a propor que elementos constituintes da territorialidade Guarani M'Byá do Rio d'Areia pudessem ser identificados, catalogados e mantidos como práticas de gestão territorial com base no *ethos* originário/biocultural, sustentável e regenerativa no ecossistema da Floresta com Araucárias.

Como um antídoto à expansão especulativa condutora da desvinculação das plurais interatividades antropo-ecológicas na FOM, que, como *status quo* da colonialidade, atribuiu graves ameaças à integridade ecossistêmica e à presença originária na FOM, a territorialidade indígena expressa, na gestão territorial da T. I. Rio d'Areia, inspiração para o estabelecimento de uma nova condição espacial, social e ecológica. A gestão territorial Guarani M'Byá propõe regeneração ecossistêmica, uso racional e respeitoso dos recursos ecológicos e a preservação efetiva e à longo prazo da Floresta com Araucárias, em um sistema integrativo cultura e biosfera, com base nos fundamentos de manejo originário.

Outrossim, o resultado do etnozoneamento avança no sentido de síntese interpretativa paisagística e territorial, ao identificar, classificar e representar em ferramenta contra-cartográfica o intricado complexo cultural e territorial expresso pelo *ethos* originário/biocultural Guarani M'Byá do Rio d'Areia. A partir de levantamentos de dados e coletas de informações junto aos agentes territoriais indígenas, no cotidiano, a elaboração da ferramenta territorial pela pesquisa cumpre importante requisito na direção de apoiar, documentalmente, a comunidade indígena sobre seu território e territorialidade, visando futuras conduções das ações previstas pela PNGATI dentro da T. I. Rio d'Areia.

Os desfechos do desenvolvimento e aplicação das reflexões conduzidas pela presente tese se desdobram, aqui, em duas perspectivas: os resultados práticos, que se referem à aplicação de estratégias de gestão territorial da Floresta com Araucárias com base em rupturas paradigmáticas ao *ethos* expansivo/colonialista dominante e hegemônico no território do Médio Iguaçu; no âmbito dos resultados teórico/conceituais apresentam-se nas considerações finais

como a presente tese se aloca na construção da Geografia como disciplina de alta amplitude interpretativa e capacidade dialógica.

Os levantamento de dados que investigaram a formação histórica, cultural e territorial Guarani M'Byá no Rio d'Areia, a partir dos critérios interpretativos e da elaboração da ferramenta etnozoneamento, desvelam como atuam os princípios da gestão territorial indígena na Floresta com Araucárias. A deliberação de áreas florestais voltadas à proteção plena visam a continuidade reprodutiva e sussecional da floresta, sem perturbações antrópicas; controle e delimitação pontual do cultivo de exóticas com base, exclusivamente, na promoção de autossuficiência econômica comunitária; interação ecossistêmica plena, em que se reconhece o valor biológico e sistêmico de cada ser vivo que integra a floresta; replicação do sistema tradicional agrícola biocultural Guarani M'Byá nas áreas de manejo de roças de entorno dos núcleos familiares indígenas.

Essa confluência factual de estratégias de gestão territorial e interação com o ecossistema expressam traços essenciais do *ethos* originário/biocultural à medida em que seu conjunto prático representa um tipo de vida implícito no estado de coisas real que a visão indígena de mundo descreve. Tal visão de mundo torna-se emocionalmente aceitável por se apresentar como imagem de um verdadeiro estado de coisas do qual esse tipo de vida é expressão autêntica (Geertz, 1989), retroalimentando a identidade cultural e territorial Guarani M'Byá.

A gestão territorial indígena, por se tratar de um sistema original e único, desenvolvido ao longo de milênios e forjado na interação e reciprocidade com a FOM, é nascido e desenvolvido dentro da profunda e ancestral conexão entre os Guarani M'Byá e o ecossistema florestal disposto pela bacia hidrográfica do Médio Iguaçu. Sendo a população originária os habitantes mais antigos desse território florestal e conhecedores, em perspectivas que perpassam a materialidade, das espécies constituintes da rica biodiversidade da FOM, sua gestão territorial indígena é um autêntico patrimônio cultural imaterial.

Tal contexto demanda pela devida identificação e desenvolvimento de estratégias pela manutenção da integridade e proteção territorial indígena em face de apropriações narrativas e especulativas que tensionam e distorcem os usos e sentidos originários do território. Portanto, a manutenção da territorialidade Guarani M'Byá do Rio d'Areia associa-se à reprodução e continuidade de conhecimentos e formulações de estratégias de gestão ambiental da FOM. Assim, é responsabilidade comum à sociedade brasileira a constatação e combate às práticas que agridem a identidade, se impõem e/ou violam a territorialidade e o território indígenas.

Como resultado prático, as considerações da tese apresentam e sintetizam os traços ideais do *ethos* originário/biocultural como conjunto de estratégias a serem aplicadas e replicadas para o desenvolvimento da conservação do ecossistema da Floresta com Araucárias e gestão territorial sustentável no Médio Iguaçu, assim como a promoção de regeneração – das práticas e mentalidades – a partir do conjunto territorial da T. I. Rio d'Areia. A territorialidade originária inspira a fundamental mudança da episteme racionalista embasada no *ethos* expansivo/colonialista que rege as ações de organizações e políticas públicas que atuam no território com fins de normatizar comportamentos com base na operação especulativa contínua da territorialidade moderna.

O *ethos* expansivo/colonialista, como mentalidade fundadora da episteme territorial moderna, instaurou no território florestal do Médio Iguaçu o paradigma dualista e especulativo, de forma que sua lógica funcional atua continuamente no território desde o início de sua operacionalização e estabelecimento como prática da colonialidade. Conforme levantado e discutido ao longo da tese, tal mentalidade foi fundada no território a partir do final do século XIX e se expandiu hegemonicamente, se impondo, segregando e alterando outras territorialidades.

Dessa episteme territorial derivam crises sistêmicas, tal como a crise ecológica expressa pelo alarmante nível de desflorestamento da FOM, sobremaneira no território do Médio Iguaçu. Nesse contexto, surgem discussões internas à territorialidade colonial que buscam propor soluções para a contenção do agravamento dos problemas resultantes dessa própria gestão territorial. Assim, tais propostas são pensadas e desenvolvidas dentro do *ethos* expansivo/colonialista, que é o fundamento ideológico racionalista e moderno, hegemônico territorialmente. Ou seja, são voltadas à regeneração da própria ética comportamental colonialista, portanto devem ser aplicadas à territorialidade hegemônica, e esse é um ponto relevante às considerações finais da tese.

O problema do tensionamento territorial histórico, que se pauta na disputa, apropriação e sobreposição de usos e sentidos com base nos diversos *ethos* persiste na contemporânea dinâmica espacial do Médio Iguaçu. À medida em que a reflexão da tese conduz ao entendimento que tais soluções buscam impor comportamentos e circuitos externos à territorialidade originária, com base em preceitos especulativos e do capitalismo verde, as tensões e distensões territoriais seguem causando fragmentações no mosaico paisagístico, cultural e ecológico no Médio Iguaçu. Nesse sentido, a historicidade da instituição da dualidade territorial, como exercício conduzido pela interpretação geo-histórica da tese, foi fundamental

para contextualizar a contemporaneidade do fenômeno, evidenciando ainda não ser uma disputa superada historicamente, porém, em pleno e contínuo processo.

Por se tratarem de estratégias de mitigação aos efeitos da colonialidade na paisagem, tais ações devem, portanto, ser conduzidas no sentido da sua essência: atuar como resposta à consolidação do paradigma homogeneizante. A demanda por boas práticas ecológicas é um manifesto contrário ao *status quo* que emerge e se manifesta dentro do e em ruptura ao *ethos* expansivo/colonialista, portanto, deve ser uma ferramenta de atuação dentro desse contexto, e não ao contrário, como tentam impor narrativas academicistas e institucionais que se autodeclaram contracoloniais, mas praticam violências ético-comportamentais dentro do território indígena.

Assim, compreender a territorialidade indígena Guarani M'Byá do Rio d'Areia como um lócus territorial da contra-hegemonia, de forma que resiste historicamente à colonização e à destruição da FOM, urge a demanda por contenção ao desenfreado avanço de ações desvinculadas ao modo de vida indígena que adentram o território ao propor soluções para problemas inexistentes e desconexos às verdadeiras demandas originárias. Tal movimento deve ser conduzido no sentido das idéias e práticas, de forma a combater a gestão territorial especulativa induzida de fora para dentro da comunidade, tendo em ciência o fato de que são antagônicas ao critério da autogestão, um dos pilares da territorialidade em que a valorização do modo de vida é o princípio gestional (Bispo dos Santos, 2023).

Essas narrativas, oriundas de processos externos, adentram o território indígena propondo solucionar os problemas da mentalidade *juruá*, impondo protocolos éticos, comportamentais e práticos dentro do território indígena, que não é parte do problema, e sim a solução para muitos deles. Dessa maneira, práticas que não se aplicam à realidade do modo de vida no *Nhande Reko* buscam se afirmar como soluções e influenciar discursos e práticas alienígenas à lógica e sentido do território originário. É nesse ponto, especificamente, em que constata-se um problema geográfico, no qual os *ethos* encontram-se em permanente conflito na agência da paisagem e gestão do territorial.

A condução e propósito da gestão territorial indígena está em manter e reproduzir sua própria cultura, fortalecendo a si mesma através da valorização do seu modo de ser e viver. Ou seja, está desvinculada das imposições academicistas e institucionais, idealizadas em lógicas de pensamento ocidentais que, ao se apropriar de práticas, costumes e conhecimentos originários manifestos na contra-hegemonia territorial indígena, conduzem narrativas desvinculantes.

Como exemplo, dentro do território do Rio d'Areia constatam-se conduções de práticas embasadas em discursos externos, que propõem enquadrar o manejo originário em normas comportamentais da agroecologia, das certificações orgânicas, certificações de economia justa e selos agrícolas como do capitalismo verde ou capitalismo consciente. Todas essas estratégias visam enquadrar o comportamento originário de forma a expandir o alcance de mercados alternativos dentro do circuito territorial hegemônico. No entanto, a necessidade do território, como levantado através das ações do etnozoneamento, está ligada a demandas pelo fortalecimento, reconhecimento e respeito à territorialidade Guarani M'Byá acima de qualquer reivindicação externa.

No âmbito dos resultados teórico/conceituais, o que se desenvolve acerca das reflexões erigidas pela estruturação da tese apontam para duas direções: a primeira diz respeito a critérios metodológicos, com destaque ao papel da metodologia interpretativa proporcionada por levantamentos de dados da História e a conceitualização das ontologias de gestão territorial trazidas pela Antropologia Cultural, que, em confluência, foram aplicadas como estratégia para o aprofundamento interpretativo dos fenômenos territoriais e ambientais. A ciência histórica, sobretudo em sua perspectiva ambiental, possui grande capacidade de fomento informacional acerca do território, como constatado ao longo do presente estudo de caso, em que a investigação acerca dos processos de transformação e ressignificação do ecossistema e formação identitária paisagística foram essenciais para a compreensão da atual condição territorial na bacia do Médio Iguaçu.

O segundo aspecto teórico/conceitual a ser mencionado como prosperidade investigativa, no âmbito do mérito, é o reconhecimento e valorização indígena como referência à gestão territorial dentro do ecossistema da Floresta com Araucárias. O manejo conduzido pelos originários na T. I. Rio d'Areia cultiva a biodiversidade, preserva a memória biocultural da humanidade e reproduz a vida em plena interação com a floresta. Nesse sentido, o conjunto total da territorialidade originária respalda uma série de práticas que promovem o progresso socioecológico na superação de paradigmas ambientais contemporâneos e o estabelecimento de novos paradigmas gestionais, alicerçados em preceitos inseparáveis da preservação e regeneração ecossistêmica.

Outrossim, a perspectiva conceitual de *ethos* viabilizou o enriquecimento conceitual de paisagem e territorialidade, de forma a propor tais grandezas espaciais como resultado material e simbólico vinculado aos modos de vida e regimes ético-comportamentais que gerem e configuram o território. Nesse sentido, a abordagem construída conduz ao entendimento de que

os conflitos territoriais na Floresta com Araucárias não são apenas por limites de terras ou recursos, mas são, de fato, disputas profundas entre diferentes *ethos* territoriais, constituídos por territorialidades com fins antagônicos.

A manutenção da cobertura florestal dentro da T. I. Rio d'Areia, ao atingir o valor de 95,12% de uso e sentido territorial voltado à preservação da Floresta com Araucárias, portanto, é a prova viva da vitória e da resistência de um *ethos* originário/biocultural que se recusou a ser assimilado pelo *ethos* expansivo/colonialista. Como territorialidade da Floresta com Araucárias, a gestão territorial Guarani M'Byá do Rio d'Areia é um símbolo da contra-hegemonia territorial, de forma a manter a cultura ancestral originária entregando princípios de interação com a floresta embasados na expansão do espírito e sentido de pleno pertencimento e unidade com o ecossistema. Para além disso, preza pela respeitabilidade da cultura originária, pelo reconhecimento e preservação da territorialidade Guarani M'Byá.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. **Entrevista Rio d'Areia II.** Entrevista concedida ao autor em 6 de novembro de 2022. Inácio Martins/PR: UEPG, 2022. Arquivo mp4. Entrevista realizada para a pesquisa. Total de 29:06 de duração.

ALVES, J. K. X**. Entrevista aldeia Rio d'Areia I**. Entrevista concedida ao autor. Inácio Martins/PR: UEPG, 2023. Arquivo mp4. Entrevista realizada para a pesquisa. Total de 38:47 de duração.

ANDRADE, J. H. C. **Intercâmbio de plantas na medicina Mbyá Guarani no sul do Brasil.** 2019. Dissertação (mestrado em Biologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em biologia de Fungos, Algas e Plantas, Florianópolis, 2019.

ANJOS, L; BOÇON, R. Bird communities in natural forest patches in Southern Brazil. *In:* **Wilson Bulletin**, Ann Arbor, v.111, n.3, p. 397-414, set. 1999.

ARBALLO, E. **Caracterización de los bosques nativos uruguayos según sus aves**. Montevidéu: Guayubira, 2019.

ARRUDA, D. M. **Dinâmica da vegetação do último Máximo Glacial (21 ka) e Holoceno médio (6 ka):um modelo ecológico de nicho de biomas baseado em clima e solo**. 2016. 69 f. Tese (Doutorado em Botânica) – DBV, UFV, Viçosa, 2016.

BACH, A. M. **Vapores**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2006.

BACILLA, A. **O drama do Mate**. Curitiba: ed. Guaíra, 1946.

BALANDIER, G. **Modernidad y poder**: el desvío antropológico. Barcelona: ediciones Júcar, 1988.

BALÉE, W. Indigenous adaptation to Amazonian palm forests. *In:* **Palms**, vol. 32, n. 6, p. 47-54, 1988.

BARRETO, M. **A produção camponesa e o monopólio do território pelo capital:** especialidades distintas na extração da erva-mate na região da floresta com araucária do Paraná. 2008. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008.

BARROS, J. D. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. *In:* **Mouseion**, n. 12, p. 129-159, 2012.

BAPTISTA, F. M. A gestão dos recursos naturais pelos povos indígenas e o Direito Ambiental. *In*: LIMA, A. (org.). **O direito para o Brasil socioambiental**. São Paulo, Instituto Socioambiental; Porto Alegre, Antônio Fabris Editor, 2002.

BEHLING, H. Late Quaternary vegetation, climate and fire history in the Araucaria forest and Campos region from Serra Campos Gerais (Paraná), S. Brazil. *In:* **Review of Paleobotany and Palynology**, vol. 97, p. 109-121, 1997.

BERQUE, A. **Thinking through landscape**. New York: Routledge, 2013.

BERTOLDO, É; PAISANI, J. C; OLIVEIRA, P. E. Registro de Floresta Ombrófila Mista nas regiões sudoeste e sul do Estado do Paraná, Brasil, durante o Pleistoceno/Holoceno. *In:* **Hoehnea**, vol. 41, n. 1, 2014.
BERTONI, M. S. Relación sucinta de un viaje de estudios al Brasil en ocasión del Congreso Internacional de los Americanistas, del Centenario de la Independencia del Brasil y de la Exposición Universal. *In:* **Anales Científicos Paraguayos**, vol. 3, n. 2. P.71-204, 1924.

BESSER, M. L; BRUMATTI, M; SPISILA, A. L. Mapa Geológico e de Recursos Minerais do Estado do Paraná. **Programa Geologia, Mineração e Transformação Mineral**. Curitiba: SGB, CPRM, 2021.

BHANDAR, B. **Colonial Lives Of Property: Law, Land, and Racial Regimes of Ownership.** Durham: Duke University Press, 2018.

BIGG-WITHER, T. P. **Novo caminho no Brasil Meridional**: a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos. 1872-1875. Curitiba: Editora UFPR, 1974.

BITENCOURT, A. L. V; KRAUSPENHAR, P. M. Possible prehistoric anthropogenic effect on Araucaria angustifolia (Bert.) O. Kuntze expansion during the late Holocene. *In:* **Revista Brasileira de Paleontologia**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.109-116, jan./abr. 2006.

BITTENCOURT, S; DALLA CORTE, A. P; SANQUETTA C. R. Estrutura da Comunidade de Pteridophyta em uma Floresta Ombrófila Mista, Sul do Paraná, Brasil. *In:* **Revista Silva Lusitana**, Lisboa, vol. 12, n. 2, p. 243 - 254, jun./dez. 2004.

BITTENCOURT, S; MOURA-LEITE, J. C; MONTEIRO FILHO, E. L. A. Conhecimento popular de répteis em duas regiões de floresta ombrófila mista no estado do Paraná. *In:* **Anais do 3º Congresso Brasileiro de Herpetologia.** Belém: SBH/MPEG/UFPA, 2007.

BONNEMAISON, J. Voyage autor du territoire. *In:* **L'espace géographique**, vol. 10, n. 4, p. 249-262, 1981.

BONOMO, M; ANGRIZANI, R. C; APOLINAIRE, E; NOELLI, F. S. A models for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. *In:* **Quaternary International**, vol. 356, p. 54-73, jan. 2015.

BORUSZENKO, O. A imigração ucraniana no Paraná. *In:* **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. Porto Alegre: ANPUH, p. 424-439, set. 1967.
BRAGA, J. C. A vila operária da Madeireira Gomes: trabalho, moradia e dominação – Irati/PR (1950-1985). *In:* **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, vol. 2, n. 2, p. 68-105, 2011.

BRASIL, República Federativa do. **Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, 1973.

BRASIL, República Federativa do. **Constituição Federal.** Brasília, 1988.

BRASIL, República Federativa do. **Ministério do Meio Ambiente**. Resolução CONAMA no 2 de 18 de março de 1994. Define formações vegetais primárias e estágios sucessionais de vegetação secundária, com finalidade de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Paraná. Brasília,1994.

BRASIL, República Federativa do. **Decreto Presidencial de 14 de abril de 1998**. Altera o Decreto n.º 292, de 29 de outubro de 1991, que homologou a demarcação administrativa da Terra Indígena Rio Areia, localizada no município de Inácio Martins, estado do Paraná. Brasília, 1998.

BRASIL, República Federativa do. **Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRASIL, República Federativa do. **Decreto Presidencial nº 7.747 de 5 de junho de 2012**. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Brasília, 2012.

BRASIL, República Federativa do. **Lei nº 14.701 de 20 de outubro de 2023**. Dispõe sobre a regulamentação do artigo 231 da Constituição Federal, dispondo sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas. Brasília, 2023.
BRITEZ, R. M. Aspectos ambientais a serem considerados na restauração da Floresta com Araucária no Estado do Paraná. *In:* **Pesq. Flor. bras**., Colombo, n.55, p. 37-43, 2007.

BROCARDO, C. R; CÂNDIDO JÚNIOR, J. R. Persistência de mamíferos de médio e grande porte em fragmentos de floresta ombrófila mista no estado do Paraná, Brasil. *In:* **Árvore**, Viçosa, v. 36, n. 2, mar./abr. 2012.

BRUMATTI, M. SPISILA, A. L; BESSER, M. L. (Orgs.). **Geologia e recursos minerais do estado do Paraná:** nota explicativa. Escala 1:600.000. Curitiba: CPRM, Instituto Água e Terra, UFPR, 2024.

BUENO, S. **Vocabulário Tupi-Guarani - Português**. 5ª ed. Brasilivros: São Paulo, 1987.

BURG MAYER, G; ALVES, J; ROCHA-JR, J. C; HERNÁNDEZ, M. I. M. Diversidade beta em estrato vertical de comunidades de formigas de um fragmento de Floresta Ombrófila Mista no sul do Brasil. *In*: HAYATA, M. A; TEIXEIRA, L. N; SILVA, A. L. L; GIEHL, E. L. H. (orgs.). **Ecologia de Campo**: Ambientes Costeiros e Montanos. Florianópolis: PPG Ecologia UFSC, p. 350-362, 2018.

CABRAL, D. C. A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental. *In:* **Revista de História Regional**, vol. 12, n. 1, p. 133-162, 2007.

CADOGAN, L. **Ayvu Rapyta**: textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá. 3ª Edición. Fundación León Cadogán; Centro de Estudios Antropológicos; Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch: Assunción, 1997.

CADOGAN, L. El culto al árbol y a los animales sagrados en el folklore y las tradiciones guaraníes. *In:***América Indígena**, vol. 10, n. 4, 1950.

CAMPOS, A. L. A; COELHO, P. M. F; GODOY, M. G. G. Cosmovisão e desafios da condição humana do povo Guarany Mbya no Brasil. *In:* **Espaço Ameríndio**, vol. 17, n. 3, p. 116-148, set./dez. 2023.

CAPRI, R; OLIVERO, F. **Estado do Paraná**. São Paulo: Empreza Editora Brazil, 2ª ed., 1924.

CARDOSO, J. A; WESTPHALEN, C. M. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

CARDOZO, I. B; VALE JÚNIOR, I. C; SANTOS, D. M; RIBEIRO, T. M; CRUZ, S. P. **Cartilha de metodologia de diagnóstico etnoambiental, etnozoneamento e plano de gestão participativo em Terras Indígenas.** Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé: Porto Velho, 2017.

CARDOZO, I. B; VALE JÚNIOR, I. C. (Orgs.) **Etnozoneamento da porção paraense das terras indígenas Trombetas-Mapuera e Nhamundá-Mapuera**. Porto Velho: EDUFRO, 2012.

CARRASCO, N; VERGARA, F. Coastal territorialities and ontologies in friction: a review of multiple coastal settlements in the context of climate change. *In:*
Journal of Coastal Conservation, vol. 27, n. 17, p. 1-15, 2023.

CARVALHO, M. M. X; NODARI, E. S. Os colonos europeus e a Floresta de Araucária no Médio Vale do Iguaçu. *In:* **Anais do Simpósio Nacional de História**, 2005.

CARVALHO, M. M. X. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – CFCH, UFSC, Florianópolis, 2006.

CARVALHO, M. M. X. **Uma grande empresa em meio à floresta**: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). 2010. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CARVALHO, M. M. X. Os fatores do desmatamento da floresta com araucária: agropecuária, lenha e indústria madeireira. *In:* **Revista Esboços**, vol. 18, n. 25, p. 32-52, 2011.

CASTELLA, P. R; BRITEZ, R. M. **A Floresta com Araucária no estado do Paraná**. Brasília: MMA, 2004.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

CASTRO, M. B; Vulnerabilidade climática da Araucaria angustifólia na Mata Atlântica. 2015. 65 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.

CHANG, M. Y. Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná. *In:* **Boletim Técnico do IAPAR**. Londrina, 1988.

CHELMICKI, Z. **Imigrantes poloneses no Brasil de 1891**. Trad. Sofia Winklewski Dyminski. Brasília: Edições do Senado Federal, 2010.

CHMYZ, I. Pesquisas arqueológicas no alto e médio rio Iguaçu. *In:* **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas-Resultados Preliminares do Terceiro Ano, 1967-1968**, p. 103-133, 1969.

CHMYZ, I. Modelagens cerâmicas em sítios Tupiguarani do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. *In:* PROUS, A; LIMA, T. A. **Os ceramistas Tupiguarani**: Elementos decorativos. Belo Horizonte: Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, p. 81-104, 2010.

CHMYZ, I.; CHMYZ, J. C. G. Datações radiométricas em áreas de salvamento arqueológico no Estado do Paraná. *In:* **Revista do CEPA/UFPR**, Curitiba, n. 5, p. 69-78, 1986.

CLASTRES, P. **A fala sagrada**: mitos e cantos sagrados dos índios Guarani. Trad. Nícia Bonatti. Campinas: Papirus, 1990.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 4ª ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

COLOMBERA, A. C. **Guaranizando as práticas e saberes na Permacultura**. TCC (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Tecnológico. Curso de Especialização em Permacultura. Florianópolis, 2024.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE PARANÁ. Graves violações de Direitos Humanos contra povos indígenas. *In:* COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE PARANÁ. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná**. Tomo I, p. 145-199. Governo do Estado do Paraná, Tiki Books: Curitiba, 2017.

CONTE, C. E. **Diversidade de anfíbios da Floresta com Araucária**. 2010. Tese (Doutorado em Biologia) – Departamento de Ciências Biológicas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto. 2010.

CORNUT, P; SWYNGEDOUW, E. Approaching the society-nature dialect: a plea for a geographical study of the environment. *In:* **Belgeo**, 1-2-3-4, 2000.

COSSIO, R. R. **Etnoecologia caminhante, *oguata va'e*, em trilhas para descolonização de relações interculturais:** circulação de pessoas e plantas Mbya-Guarani entre Brasil e Argentina. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

COSTA, D. R. F; FERREIRA, Y, N. Paraná: Geopolítica imigrantista e a formação territorial. *In:* **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 143-148, jul/dez, 1999.

COSTA, O. R. G. **Ação empresarial do Barão do Serro Azul.** Curitiba: GRAFIPAR e Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

COSTA, S. G. **A erva-mate**. Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e Scientia et Labor, 1989.

CROVETTO, R. N. M. Estudios etnobotánicos v. Nombres de plantas y su utilidad según los Mbyá Guaraní de Misiones, Argentina. *In:* **Bonplandia**, vol. 21, n. 2, p. 109-133, 2012.

CRUTZEN, P. J; STOERMER, E. F. The Anthropocene. *In:* **IGBP Newsletter**, n. 41, mai p. 17-18, 2000.

DAVIS, E. W. Ethnobotany: an old practice, a new discipline. *In*: SCHULTES, R. E; REIS, S. **Ethnobotany**: evolution of a discipline. Portland: Discorides Press, 1995.

DE MASI, M. A; Arqueologia das terras altas do sul do Brasil. O baixo vale do Rio Canoas, SC. *In:* **Resumos do XVIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Mato Grosso do Sul, Brasil**, 2005.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Portaria nº 574/2006**, 18 de maio de 2006.
FLORENTINO, N. **Entrevista aldeia Rio d'Areia IV**. Entrevista concedida ao autor em 24 de abril de 2024. Inácio Martins/PR: UEPG, 2024. Arquivo mp4. Entrevista realizada para a pesquisa. Total de 46:21 de duração.

DI CREDDO, M. C. **A Propriedade da terra no vale do Paranapanema**: a fazenda Taquaral (1850/1910). 1987. Tese (Doutorado em História), FFCH-Universidade de São Paulo, 1987.

DI MÉO, G. **Géographie sociale et territoires**. Paris: Nathan/VUEF, 2001.

DIEGUES. A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

DOOLEY, R. **Vocabulário do Guarani**. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1982.

DURAT, C. A. Terras de Aldeamentos: Trajetória de Atalaia e Sepultura nos campos de Guarapuava (século XIX). *In:* **Revista Semina**, Vol. 9, n. 1, 2011.

DUTRA, T. L; STRANZ, A. História das Araucariaceae: a contribuição dos fósseis para o entendimento de adaptações modernas da família no Hemisfério Sul, com vistas a seu manejo e conservação. *In:* RONCHI, L. H. (org.). **Tecnologia, Diagnóstico e Planejamento**, São Leopoldo: Editora Unisinos, p. 293-351, 2003.

DVORAK, A. K. **A Hidden Immigration**: The Geography of Polish-Brazilian Cultural Identity. 2013. Tese (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade da Califórnia, Los Angeles, 2013.

ELLENBERG, H; MUELLER-DOMBOIS, D. **Tentative physiognomic-ecological classification of plant formations of the Earth**. Berichte des Geobotanischen Institutes der Eidg. Techn. Hochschule, 1965.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas**: produtos de origem animal e da silvicultura. Brasília, DF: EMBRAPA, 2020.

EQUIPE MAPA GUARANI CONTINENTAL – EMGC. **Caderno do mapa Guarani Continental.** Campo Grande/MS. Disponível em: http://campanhaguarani.org/guaranicontinental/. 2016.

ESCOBAR, A. **Territórios da diferença**: Lugar, movimentos, vida, redes. Durham/Londres: Duke University Press, 2008.

FERREIRA, E. M. L; BRAND, A. Os Guarani e a erva-mate. *In:* **Fronteiras**, vol. 11, n. 19, p. 107-126, 2009.

FIRTH, R. **Elements of social organization**. Watts & Co.: Londres, 1961.

FLORIANI, D. Ciência, etnociências e saberes locais: apontamentos para refletir sobre o debate teórico e as práticas do socioambientalismo. *In:* SHIRAISHI NETO, J; LIMA, R. M; SOUZA FILHO, B (Orgs.). **Problema Ambiental**: Naturezas e sujeitos em conflitos. São Luís: EDUFMA, p. 25-47, 2019.

FLORIANI, D. Complexidade e epistemologia ambiental em processos socioculturais globais e locais. **Revista Internacional Interdisciplinar Intethesis**, Florianópolis, vol. 07, n. 2, p. 45-64, jul./dez. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2010v7n2p45/16222.

FLORIANI, D; FLORIANI, N. Ecología de las prácticas y de los saberes para el desarrollo local: territorios de autonomía socioambiental en algunas comunidades tradicionales del centro-sur del Estado de Paraná, Brasil. *In:* **POLIS**: Santiago, v. 56, p. 24-39, 2020.

FLORIANI, D.; FLORIANI, N. Produção e constituição de sujeitos ecológicos plurais: experiências com algumas populações rurais tradicionais e indicadores de avaliação de autonomia socioambiental. *In*: FOLLMANN, J. I. (Org.). **Ecologia Integral**: abordagens (im)pertinentes [recurso eletrônico]. 1ª ed. São Leopoldo: Casa Leiria,. vol. 3. p. 37-60, 2021.

FLORIANI, N.; FLORIANI, D ; STROPARO, T. R. . Constituição de territorialidades e subjetividades ecológicas na região centro-sul paranaense: redes sociotécnicas da agrobiodiversidade e autonomia socioambiental em comunidades rurais tradicionais. In: LIMA, R. M.; SHIRAISHI NETO, J.; SILVA, A. T. R.; MENEZES, R. G.; FLORIANI, N.. (Org.). **Conexões Emaranhadas** : críticas e experiências sobre o problema ambiental em tempos de emergências. 1ª ed. São Paulo: Annablume, p. 23-44, 2026.

FLORIANI, N.; CARVALHO, S. M.; FLORIANI, D.; SILVA, A. A. I. da. Modelos híbridos da agricultura em um faxinal paranaense confluência de imaginários e de saberes agrícolas. *In:* **V Encontro Nacional da ANPPAS**, 2010, Florianópolis. Anais do ENANPPAS. Florianópolis: ANPPAS, p. 1-21, 2010.

FRANCO NETTO, F. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX**. 2005. Tese (Doutorado em História), Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2005.

FRITZSOSNS, E; MANTOVANI, L. E; WREGE, M. S. **A distribuição natural das Florestas com Araucária nos estados do Sul e São Paulo**: localização, clima e relevo. Colombo: EMBRAPA Florestas, 2021.

FONSECA, F. N. A; BUSTAMANTE, M. M. C. The importance of indigenous territories for the provision of ecosystem services: A case study in the Brazilian Cerrado-Amazon Transition. *In*: **Ecosystem Services**, n. 72, 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Relatório Antropológico, Rio D'Areia**. 1984.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas**. Coordenação-Geral de Gestão Ambiental, Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, abril de 2021. Apresentação disponível em: https://www.gov.br/sri/pt-br/backup-secretaria-de-governo/articulacao-social/seminario-povos-indigenas/seminario/politica-de-gestao-territorial-e-ambiental-pngati-e-politica-indigenista/painel-1/apresentacao-funai-politica-nacional-de-gestao-territorial-e-ambiental-de-terras-indigenas.pdf. Acesso em 9 de março de 2026.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Terras Indígenas**: dados geoespaciais e mapas. FUNAI: Brasília. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas. Acesso em 2 de abril de 2024.

GALANTE, L. **Investigação etnobotânica na comunidade Guarani M'Byá de Tekoá Pyau**. 2011. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2011.

GAZETA DO POVO, Jornal. I**ndígenas Guarani protestam a invasão de suas terras por colonos**. 09 de maio de 1930.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GLOSBE, Dicionário. **Tradução de reko para português**. Disponível em: https://pt.glosbe.com/gn/pt/reko. Acesso em 27 de fevereiro de 2025.

GOMES**, M. F. V. B;** GOMES, E, S; **NONATO** JUNIOR, R. Cartografia das unidades de conservação e territórios dos povos tradicionais no Paraná. *In:* ***Confins***, vol. 27, 2016.

GUÉRIOS, P. R. **A imigração ucraniana ao Paraná**: memória, identidade e religião. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

GURSKI, E. A. **Territorialidades Guarani**: A Circularidade e a Terra Indígena Rio D'areia. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – PPHIS, UNICENTRO, Irati, Paraná, 2015.

HEINSFELD, A; TEDESCO, J. C. (orgs.). **Colonos, colônias & colonizadores**: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Erechim: Habilis, 2009.

HERTEL, R. J. G. Estudos sobre Araucaria angustifolia: Descrição morfológica do fruto e germinação. **Boletim do Instituto de História Natural e Botânica**, Curitiba, n. 4, p. 1-25, 1962.

HOEHNE, F. C. **Araucarilandia**. Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930. Ed. Fac-similada. Curitiba: J. A. S. Carneiro, 2014.

HUECK, K. Distribuição e Habitat Natural do Pinheiro do Paraná (Araucaria angustifolia). *In:* **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP**, vol. 10, p. 5-24, 1953.
INOUE, M. T; RODERJAN, C. V; KUNIYOSHI, Y. S. **Projeto Madeira do Paraná.** Curitiba: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, 1984.

HUPALO, E. **Entrevista Espigão dos Carijos**. Entrevista concedida ao autor em 14 de agosto de 2019. Antônio Olinto: UEPG, 2019. Arquivo mp4. Entrevista realizada exclusivamente para esta pesquisa. Total de 42:23 de duração.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA. **Comitê da Bacia dos Afluentes do Médio Iguaçu**. 2024. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Comite-da-Bacia-dos-Afluentes-do-Medio-Iguacu. Acesso em março de 2025.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA. Cartilha informativa do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Médio Iguaçu. **Divisão de Gerenciamento de Comitês de Bacias Hidrográficas**. 2024. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2024-11/CBH_AFLUENTES_DO_MEDIO_IGUACU.pdf. Acesso em 9 de março de 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de vegetação do Brasil**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Diretoria de Geociências, Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual técnico da vegetação brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú**. Rio de Janeiro: IBGE, [1981] 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa do Estado do Paraná**. 2022. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/mapas_tematicos/mapas_do_brasil/mapas_estaduais/politico/parana.pdf.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**. Coordenação Técnica do Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. ICMBio: Brasília, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE PARAGUAY. **II Censo Nacional de Población y Vivendas**. Assunção: Gobierno de Paraguay/ Paraguái Rekuái, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010**. Cidade Autônoma de Buenos Aires: INDEC, 2010.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Terras Indígenas no Brasil**. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil. Acesso em 1 de agosto de 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**: Guarani M'Byá. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Mbya. Acesso em 31 de janeiro de 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218. Acesso em 25 de dezembro de 2025.

IRIARTE, J; BEHLING, H. The expansion of Araucaria forest in the Soithern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itarare Tradition. *In:* **Environmental Archaeology**, vol. 12, p. 115-127, 2007.

IRIARTE, J; DEBLASIS, P., DE SOUZA, J.G. Emergent Complexity, Changing Landscapes, and Spheres of Interaction in Southeastern South America During the Middle and Late Holocene. *In:* **J Archaeol Res**, vol. 25, p. 251–313, 2017.

JECUPÉ, K. W. **A terra dos mil povos**: história indígena do Brasil contada por um índio. 2ª ed. Petrópolis: Editora Petrópolis, 2020.

JORGE, W. R; MARTINS, V. Operários na floresta: trabalho e cotidiano nas serrarias de Irati/PR na primeira metade do século XX. *In:* **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, vol. 1, n. 3, p. 95-115, 2010.

KAMINSKI, N; CARRANO, E. Avifauna da Serra do Cabral e áreas adjacentes. *In:* **Estudos de Biologia**, Curitiba, vol. 28, n. 64, p. 119-128, 2006.

KANINDÉ, Associação de Defesa Etnoambiental. **Metodologia de diagnóstico etnoambiental, etnozoneamento e plano de gestão participativo em Terras Indígenas.** Porto Velho: Kanindé, 2017.

KARAÍ MIRIM, T. F. A natureza e o povo Guarani M'Byá. *In:* **Acta Biológica Catarinense**, vol. 12, n. 2, p. 9-10, 2025.

KLEIN, R. M; O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro. *In:* **Sellowia**, vol. 12, p. 17-48, 1960.

KOCH, Z; CORREA, M. C. **Araucária:** a floresta do Brasil meridional. 2ª ed. Curitiba: Olhar Brasileiro, 2010.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LACERDA, A. E. B. Sustainability of shade-grown erva-mate production: a management framework for forest conservation. *In:* **Conservation**, vol. 3, p. 393-410, 2023.

LACERDA, A. E. B. Conservation strategies for Araucaria Forests in Southern Brazil: assessing current and alternative approaches. *In:* **Biotropica**, vol. 48, n. 4, p. 537-544, 2016.

LACOSTE, Y. **De la Géopolitique aux paysages**: Dictionnaire de la géographie. Armand Colin: Paris, 2003.

LADEIRA, M. I. **O caminhar sob a luz**: o território Mbya à beira do oceano. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de pós-graduação em Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

LADEIRA, M. I. **Espaço geográfico Guarani-Mbya**: significado, constituição e uso. 2001. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH/Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001.

LADEIRA, M. I. **Espaço Geográfico Guarani-Mbya**. Significado, constituição e uso. Edusp. São Paulo, 2008.

LADEIRA, M. I. **Guata Porã:** Belo Caminhar. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista (CTI), 2015.

LAUTERJUNG, M. B; BERNARDI, A. P; MONTAGNA, T; CANDIDO-RIBEIRO, R; COSTA, N. C. F; MANTOVANI, A; REIS, M. S. Phylogeography of Brazilian pine (Araucaria angustifolia): integrative evidence for pre-Columbian anthropogenic dispersal. *In:* **Tree Genetics & Genomes**, vol. 14, n. 36, p 1-12, 2018.

LAVALLE, A. M. **A madeira na economia paranaense**. 1974. Dissertação (Mestrado), História., Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 1974.

LAVERDI, R; MASTRÁNGELO, M. **Desde las profundidades de la Historia Oral**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

LEÃO, E. **O chá do Paraná ou herva matte do Brasil**. Curitiba: Livraria Mundial, 1931.
LEFF, E. Pensar la complejidad ambiental. *In:* LEFF, E. (Org.). **La complejidad ambiental**. México: Siglo XXI/UNAM/ PNUMA, 2000.

LIMA, A. C. S. O governo dos índios sob a gestão do SPI. *In*: CUNHA, M. C. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LINHARES, T. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

LITTLE, P. E. **Gestão territorial em terras indígenas**: definição de conceitos e proposta de diretrizes. Relatório entregue à SEMA-AC, SEPI-AC e GTZ. Rio Branco, 2006.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *In:* **Anuário Antropológico**, vol. 28, n. 1, p. 251–290, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871.

LUCAS, E. M; MAROCCO, J. C. Anurofauna (Amphibia, Anura) em um remanescente de Floresta Ombrófila Mista no Estado de Santa Catarina, Sul do Brasil. *In:* **Biota Neotrop**., Campinas, vol. 11, n. 1, jan./mar. 2011.

MAACK, R. Urwald und Savanne im Landschaftsbild des Staates Parana. *In:* **Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin**, vol. 3, n. 4, p. 95-116, 1931.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Olympo, Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. 4ª ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. *In:* **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina, Eduel, p.11-25, 2003.

MARANDOLA, H. L; OLIVEIRA, L. Origens da paisagem em Augustin Berque: pensamento paisageiro e pensamento da paisagem. *In:* **Geograficidade**, vol. 8, n. 2, p. 139-148, 2018.

MAROTO GUEROLA, C. Luta, força e direito no português socioideológico da educação escolar indígena. *In:* **Revista do GELNE**, *[S. l.]*, vol. 25, n. 1 2023.

MARQUES, R. P. Um estudo de caso sobre o fumo, o uso dos cachimboes e as práticas de fumar entre os Mbyá-Guarani (RS). *In:* **Espaço Ameríndio**. Porto Alegre, vol. 6, n. 1, p. 97-118, jan/jun, 2012.

MARTINS-RAMOS, D; CHAVES, C. I; BERTOLUZZI, R. L; MANTOVANI, A. Florística de Floresta Ombrófila Mista Altomontana e de campos em Urupema, Santa Catarina, Brasil. *In:* **Rev. Bras. De Biociências**, vol. 9, n. 2, p. 156-166, 2011.

MARTINS, A. P. M; SANQUETTA, C. R; CORTE, A. P. D; MACHADO, S. A; WOJCIECHOWSKI, J; CARVALHO, D. E. Mudança no estoque de carbono em áreas especiais de uso do solo na bacia hidrográfica do rio Iguaçu/PR em 15 anos. *In*: **Revista Desenvolvimento Regional em Debate**, vol. 13, p. 433-460, 2023.

MARTINS, A. P. M. **Mudança de cobertura e da fragmentação florestal da bacia hidrográfica do rio Iguaçu/PR e suas implicações nos estoques de volume, biomassa e carbono**. 2020. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Programa de Pós-graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2020.

MARTINS, A. R. **Ilex-Mate:** chá sul-americano. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1926.

MARTINS, A. R. **História do Paraná**. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense Plácido e Silva & Cia. Ltda, 1937.

MARTINS, A. R. **Livro das árvores do Paraná**. Curitiba: Empreza Gráfica Paranaense, 1944.

MARTINS, M. A. **Mborai Anhentegua**: caminhos de tradução e cantos Guarani Mbya por Paraguaçu. 2022. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2022.

MEDEIROS, J. D; GONÇALVES, M. A; PROCHNOW, M; SCHAFFER, W. B. **Floresta com Araucárias:** um símbolo a ser salvo da extinção. Rio do Sul/SC: APREMAVI, 2004.

MELIÀ, B; GRÜNBERG, G; GRÜNBERG, F. **Paĩ – Tavyterã**: Etnografía Guaraní del Paraguay contemporáneo. Asunción: Ceaduc\Cepag. 2008.

MELIÀ, B. A terra sem mal dos Guarani. *In:* **Revista de Antropologia**, vol. 33, p. 33-46, 1990.

MIRETZKI, M; PARELLADA, C. I. Mamíferos no sítio arqueológico de Estirão Comprido, município de Prudentópolis – Paraná. *In:* **Resumos da X Reunião Científica de Arqueologia Brasileira**, Recife: FASA, 1999.

MONTOYA, A. R. **Tesoro de la lengua Guarani**. Madrid: Juan Sánchez, 1639.

MORAES, J. C. **Mba'epu - O som da vida**: Musicalidade Guarani-Mbya na literatura da Educação Musical. 2024. Monografia (Graduação – Licenciatura em Música). Universidade de Brasília, 2024.

MORIN, E. **O método**: a natureza da natureza. Portugal: Edições Europa-América, 2ª ed., 1983.

MOTA, L. T. **As guerras dos Índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang do Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994

MOTA, L. T. Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século passado. *In:* MOTA, L. T; NOELLI, F. S; TOMMASINO, K. **Uri e Wãxi:** estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina:EDUEL, p. 81-189, 2000.

MOTA, L. T. **Diagnóstico etno-ambiental da Terra Indígena Ivaí-PR**. Maringá: Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações – Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história/ UEM, 2003.

NASCIMENTO, A; LONGHI, S; BRENA, D. Estrutura e padrões de distribuição espacial de espécies arbóreas em uma amostra de Floresta Ombrófila Mista em Nova Prata- RS. *In:* **Ciência Florestal**, vol. 11, p. 105-119, 2001.

NEGRÃO, F. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Impressora paranaense, vol. 3, 1928.

NEIRA, J. **Ocupação Territorial de Indígenas Mbyá-Guarani: Reflexões a partir da formação da Aldeia Itanhaen, em Santa Catarina – Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agrícolas). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Florianópolis, 2008.

NEVES, W. A. Arqueologia brasileira: algumas considerações. *In:* **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, antropologia**, vol. 4, n. 2, p. 200-205, 1988.

NIMMO, E. R; LACERDA, A. E. B; ROSOT, M. A. D; CARVALHO, A. I; GOMES, E. P; GOMES, F. B; NOGUEIRA, J. F. M. M; LUIZ, R. G; GOMES, T. Erva-mate sombreada: Sipam "Sistemas tradicionais e agroecológicos de erva-mate na Floresta com Araucária, Brasil. *In:* **Documentos 374**. Colombo: Embrapa Florestas, 2022.

NIMMO, E. R; NOGUEIRA, J. F. M. M. Creating hybrid scientific knowledge and practice: the Jesuit and Guaraní cultivation of yerba mate. *In:* **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies / Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes**, vol. 3, n. 44, p. 347-367, 2019.

NIMUENDAJU, K. U. Apontamentos sobre os Guarani. *In:* **Revista do Museu Paulista**, vol. 8, p. 9-58, 1954.

NITSCHE, P. R; CARAMORI, P. H; RICCE, W. S; PINTO, L. F. D. **Atlas climático do estado do Paraná**. Londrina: Instituto Agronômico do Paraná, 2019.

NOELLI, F. S; VOTRE, G. C; SANTOS, M. C. P; PAVEI D. D; CAMPOS J. B. Ñande reko: fundamentos dos conhecimentos tradicionais ambientais Guarani. *In:* **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, vol. 11, n. 1, julho de 2019.

NOELLI, F. S. El Guaraní agricultor. *In:* **Acción**, vol. 1, n. 144, p. 17-20, 1994.

NOELLI, F. S. Aportes históricos e etnológicos para o reconhecimento da classificação Guarani de comunidades vegetais no século XVII. *In:* **Fronteiras - Rev. História UFMS**, Campo Grande, MS, vol. 2, n. 4. p. 275-296, 1998.

NOELLI, F. S. Curt Nimuendajú e Alfred Métraux: a invenção da terra sem mal. *In:* **Suplemento antropológico**, Asunción, vol. 34, n .2, p. 123-166, 1999.

NOELLI, F. S. A ocupação humana no sul do Brasil: arqueologia, perspectivas e debates (1872-2000). *In:* **REVISTA USP**, São Paulo, n. 44, p. 218-269, dezembro/fevereiro 1999-2000.

NOGUEIRA, J. F. M. M. **Historicidade e significado nas paisagens dos sistemas tradicionais de produção de erva-mate na bacia do Alto Iguaçu, sul do Paraná**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UEPG, Ponta Grossa, 2021.

NOGUEIRA, J. F. M. M. Reterritorializando a episteme das práticas: a gestão Guarani M'byá da Terra Indígena Rio Areia como paradigma para a preservação da floresta com araucárias no Paraná. *In:* **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, vol. 18, n. 1, p. 240-262, jan./abr. 2024.

NOGUEIRA, J. F. M. M; ABEL, R. A; SOUZA, W. Apropriações mercadológicas da ontologia espiritual do território: três estudos de caso sul-americanos. In: **Sociedade e Território**, vol. 36, n. 3, 2025. DOI: 10.21680/2177-8396.2024v36n3ID37981. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/37981.

NOGUEIRA, J. F. M. M; CARVALHO, A. I; NIMMO, E. R. Traditional erva-mate production systems: How historical ecology and environmental history can inform local and global approaches to ecosystem restauration. *In:* COLONESE, A. C; MILHEIRA, R. G. **Historical Ecology and Landscape Archaeology in Lowland South America**: Interdisciplinary contribuitions to archaeology. Springer Nature, 2023.

NOGUEIRA, J. F. M. M; FLORIANI, N; VERÍSSIMO, D. P. Nhande Reko Guarani M'byá como territorialidade de autonomia e sustentabilidade ecológica: estudo de caso da T. I. Rio d'Areia na Floresta com Araucárias do Paraná. *In:* **Geografar – Rev. do Programa de pós-graduação em Geografia da UFPR**, vol. 20, n. 2, jul/dez, 2025.

NORDER, L. A; TEIXEIRA, C. A; COSTA, R. M. G. F; SANTOS, T. R; TRINDADE, E. R. R; NOVASKI, G. S; POYARES, G. A; JUNIOR, M. C. C; ALENCAR, M. C. F. Agroecologia em terras indígenas no Brasil: uma revisão bibliográfica. *In:* **Espaço Ameríndio**, vol. 13, n. 2, p. 291-329, jul./dez. 2019.

NOVAK, E. S. **Tekoha e Emã**: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná da primeira República (1889-1930). 2006. Dissertação (Mestrado), Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, 2006.

NOVAK, E. S. A política indigenista e os territórios indígenas no Paraná (1900-1950). *In:* **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, 2015.

OLIVEIRA-FILHO, A. T; BUDKE, J. C; JARENKOW, J. A; EISENLOHR, P. V; NEVES, D. R. M. Delving into variations in tree species composition and richness across South American subtropical Atlantic and Pampean forests. *In:* **Journal of Plant Ecology**, vol. 8, n. 3, p. 242-260, 2015.

OLIVEIRA, D. **Nhanderukueri Ka'aguy Rupa – As florestas que pertencem aos deuses: Etnobotânica e Territorialidade Guarani na Terra Indígena M'biguaçu/SC.** 2009. Dissertação (monografia em Ciências Biológicas) – Centro
de Ciência Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
OLIVEIRA, I. A. A política indigenista brasileira. *In*: **Política e ação indigenista brasileira**. Brasília: FUNAI. p. 1-23, 1975.

OLIVEIRA, M. de. Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914. *In:* **Estud. hist**., Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, p. 218-237, jun. 2009
.
OLIVEIRA, R. C. **O silêncio dos Vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, R. R. Mata Atlântica, paleoterritórios e história ambiental. *In:* **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 11-23. jul./dez. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel. 2015. Acesso em março de 2025.

ORREDA, J. M. **Pequena história da erva mate**. Irati: Edipar, 1968.

PÁDUA, J, A. As bases teóricas da história ambiental. Dossiê teorias socioambientais. *In:* **Estudos Avançados**, vol. 24, n. 68, 2010.

PARANÁ, Arquivo Público do Estado. **Comunicação do Diretor de Índios de Guarapuava ao Presidente da Província**. Documento AP 574 15 146, 1879.

PARANÁ, Arquivo Público do Estado. **Comunicação de Luiz Cleve ao Governador Francisco Xavier da Silva**. Documento AP 946 5 176, 1892.

PARANÁ, Arquivo Público do Estado. **Comunicação do Juiz de Direito Luiz Cleve**. Documento AP 610 22 148, 1880.

PARANÁ, Arquivo Público do Estado. **Telegrama do Diretor dos Índios de Guarapuava ao Presidente da Província do Paraná**. Documento AP 809 10 169, 1887.

PARANÁ, Arquivo Público do Estado. **Relatório do Secretário de Estado responsável pela colonização, sr. Cândido Ferreira de Abreu**. 1893.

PARANÁ, Arquivo Público do Estado. **Relatório apresentado ao Governador do Paraná pelo Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública**. 1896.

PARANÁ, Arquivo Público do Estado. **Mapa dos loteamentos coloniais Linha Rio d'Areia, 2ª vicinal Victória e Linha Sant'Anna. Município de União da Vitória**. 1897.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembleia provincial em 15 de junho de 1854**. Typ. Paranaense, Curitiba, p. 60 – 64, 1854.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembleia provincial em 15 de fevereiro de 1877**. Typ. Da Viúva Lopes, Curitiba, 1877.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Mapa de Solos do Estado do Paraná**. Curitiba: Instituto de Terras e Cartografia, 2008. Escala: 1: 2.000.000

PARANÁ, Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Mapa das formações fitogeográficas do estado do Paraná.** Curitiba: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, 2009. Escala 1: 2.000.000.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Esperança**. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2009.

PARELLADA, C. I. **Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira**: área do gasoduto Bolívia – Brasil, trecho X, Paraná. 2005. Tese (Doutorado), Arqueologia, MAE/USP: São Paulo, 2005.

PARELLADA, C. I. Revisão dos sítios arqueológicos com mais de seis mil anos BP no Paraná: discussões geoarqueológicas. *In:* **FUMDHAMentos**, vol. 7, n. 7, p. 118-135, 2008.

PARELLADA, C. I. Paisagens transformadas: a arqueologia de povos Jê no Paraná, sul do Brasil. *In:* **R. Museu Arq. Etn**., vol. 27, p. 158-167, 2016.

PARELLADA, C. I. Arqueologia em Prudentópolis: memórias e patrimônio no Paraná. *In:* RAMOS, O. F; OLINTO, B. A. **Prudentópolis**: cultura, história e sociedade. Guarapuava: Ed. UNICENTRO, p. 69-100, 2020.

PEREIRA, A. D; BAZILIO, S; YOSHIOKA, M. H. Mamíferos de médio e grande porte em fragmentos de Floresta Ombrófila Mista, Sul do Brasil. *In:* **Boletim da Sociedade Brasileira de Mastozoologia**, n. 83, p. 133-139, 2018.

PEREIRA, D. L. T. Expansão dos Tupi-Guarani pelo território brasileiro: correlação entre a família linguística e a tradição cerâmica. *In:* **Tópos**, vol. 3, n. 1, p. 29-80, 2009.

PEREIRA, G. **Liga de Futebol Mbya Guarani de Santa Catarina: território, mobilidade e cultura - yvy rupa, djaguatá ha'e nhandereko**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2024.

PEREIRA, G. S; NOELLI, F. S; CAMPOS, J. B; SANTOS, M. P; ZOCCHE, J. J. Ecologia histórica Guarani: as plantas usadas no bioma Mata Atlântica do litoral sul de Santa Catarina, Brasil (parte 1). *In:* **Cadernos do LEPAARQ**, vol. 13, n. 26, 2016.

PEREIRA, R. G. **Comunidades Indígenas no estado do Paraná**: Terra Indígena Rio d'Areia. Relatório final de atividades de iniciação científica. Orientadora: Profª. Marina Oba. Universidade Federal do Paraná: Curitiba. 2023.

PIRES, E. Z; DALBOSCO, E. Z; GONÇALVES, M. J; TONINI, R. C. G. Biodiversidade de basidiomicetos encontrados em um fragmento de Floresta Ombrófila Mista. *In:* **Ambiência**, Guarapuava, v. 10, n. 2, 2014.

PIRES DE LIMA, A. K. T. **Entrevista aldeia Rio d'Areia VII**. Entrevista concedida ao autor. Inácio Martins/PR: UEPG, 2024. Arquivo mp4. Entrevista realizada exclusivamente para a pesquisa. Total de 18:24 de duração, 2024.

PIRES DE LIMA, J. **Entrevista aldeia Rio d'Areia V**. Entrevista concedida ao autor em 23 de janeiro de 2024. Inácio Martins/PR: UEPG, 2024. Arquivo mp4. Entrevista realizada exclusivamente para a pesquisa. Total de 33:44 de duração.

PIRES, M. L. M. **Guarani e Kaingang no Paraná**: um estudo de relações intertribais. 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de pós-graduação em Antropologia Social. Brasília: UnB, 1975.

PONTES, H. S; JUNGHANS, R; MASSUQUETO, L, L; MOCHIUTTI, N F, B; GUIMARÃES, R. A; SILVA, A. G. S; SILVA, A. R. First rupestrian representations of Araucaria angustifólia in Southern Brazil. *In:* **Caderno de Geografia**, vol. 33, n. 72, p. 174, 2023.

PRINTES, R. B; COELHO-DE-SOUZA, G. P. Ka'aguy heté reguá: criações naturais originárias de uso comum e sua relação com o território guarani no litoral do Rio Grande do Sul, Brasil. *In:* **Amazônica** - Revista de Antropologia, vol. 13, n. 1, p. 253 – 287, 2021.

PUCHALSKI, A; MANTOVANI, M; REIS, M. S. Variação em populações naturais de Araucaria angustifólia (Bert.) O. Kuntze. Associada a condições edafo-climáticas. *In:* **Scientia Forestalis**, vol. 70, p. 137-148, 2006.

RADOMSKI, M. I; LACERDA, A. E. B; KELLERMANN, B. Sistemas agroflorestais: restauração ambiental e produção no âmbito da floresta Ombrófila Mista. *In:* **Documentos EMBRAPA Florestas**, Colombo, n. 276, 2014.

RAFFESTIN, C. Écogénèse territoriale et territorialité. *In*: AURIAC, F; BRUNET, R. **Espaces, Jeux et Enjeux**. Paris: Fondation Diderot/Fayard, 1986.

RAMALLO, V; BISSO-MACHADO, R; BRAVI, C; COBLE, M. D; SALZANO, F. M; HÜNEMEIER, T; BORTOLINI, M. C. Demographic expansions in South America: Enlightening a complex scenario with genetic and linguistic data. *In:* **Am. J. Phys. Anthropol**, vol. 150, p. 453–463, 2013.

REIS, A. L. C; SILVEIRA, M. A. T. A imigração polonesa no território paranaense: aspectos culturais e distribuição das colônias polonesas no espaço geográfico paranaense. *In:* **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**, vol. 1, Cadernos PDE, 2008.

REIS, M. S; LADIO, A; PERONI, N. Landscapes with Araucaria in South America: evidence for a cultural dimension. *In:* **Ecology and Society**, vol. 19, n. 2 p. 43, 2014.

REISE, Know-How GmbH. Mapa Landkarte Brasilien Süd. **World Mapping Project**. Escala 1:1.200.000. Bielefeld, Alemanha, 2016.

RIBEIRO, B. G. **O índio na história do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Global Editora, 1989.

RIBEIRO, B. G**. O índio na cultura brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1991.

RICETTI, J. **Padrões de diversidade de aranhas em floresta ombrófila mista**: variação sazonal, influências da estrutura de microhabitat e de estágios de sucessão florestal. Tese (Doutoramento em Ciências Biológicas). Programa de pós-graduação em Ciências Biológicas e Zoologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

RIESEMBERG, A. 90 anos de navegação à vapor do rio Iguaçu e Negro. *In:* **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. vol. 18, p.41- 65. 1973.

RITTER, C. D; LEMES, R; MORAIS, A. B. B. de; DAMBROS, C. S. Borboletas (Lepidoptera: Hesperioidea e Papilionoidea) de fragmentos de Floresta Ombrófila Mista, Rio Grande do Sul, Brasil. *In:* **Biota Neotrop.**, Campinas, vol. 11, n. 1, p. 361-368, mar., 2011.

ROCHA, G. A. O grande manancial do Cone Sul. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 30, 191-212, 1997.

ROBINSON, M; DE SOUZA, J. G; IRIARTE, J. Human-induced spread of Araucaria Forest out of their natural range in the southern Brazilian highlands. *In:* **Humans and environmental sustainability**, p. 124. 2018.

ROBINSON, M; DE SOUZA, J.G; MAEZUMI, S.Y; CÁRDENAS, M; PESSENDA, L; PRUFER, K; CORTELETTI, R; SCUNDERLICK, D; MAYLE, F. E; DE BLASIS, P; IRIARTE, J. Uncoupling human and climate drivers of late Holocene vegetation change in southern Brazil. *In:* **Scientific Reports**, vol. 8, n. 7800, 2018.

RODERJAN, C. V; GALVÃO, F; KUNIYOSHI, Y. S; HATSCHBACH, G. G. As unidades fitogeográficas do estado do Paraná, Brasil. *In:* **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n. 24, p. 75- 92, 2002.

ROGGE, J. H; Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul Pesquisas, *In:* **Antropologia**, vol. 62, p. 1-125, 2005.

ROSA, M. C. C. Notas sobre a presença Guarani no estado do Paraná: elementos de cosmogonia e história. *In:* **Revista Mediações**, vol. 4, n. 1, p. 33-46, 1999.

SAFATLE, A. Antropoceno 3.0: Entrevista com José Augusto Pádua. *In:* **Revista Página 22**, out/nov, p. 9-13, 2016.

SANTOS, B. S. **Descolonizar**: abrindo a história do presente. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Boitempo, 2022.

SANTOS, H. G; JACOMINE, P. K. T.; ANJOS, L. H. C; OLIVEIRA, V. A; LUMBRERAS, J. F.; COELHO, M. R.; ALMEIDA, J. A; ARAUJO FILHO, J. C; OLIVEIRA, J. B; CUNHA, T. J. F. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Rio de Janeiro: EMBRAPA Solos, 2018.

SANTOS, Z. M. **Os campos de Guarapuava na política indígena do estado provincial do Paraná (1854-1889)**. 1999. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História UNICENTRO/Guarapuava e UNESP/Assis, 1999.

SAUER, S; BALESTRO, M. V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani.** São Paulo: Difusão européia do livro, 2ª ed., 1962.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

SCHERER-NETO, P; STRAUBE, F.C; CARRANO, E; URBEN FILHO, A. Lista das aves do Paraná. *In:* **Hori Cadernos Técnicos**, Curitiba, n. 2, 2011.

SEDOR, F. A; BORN, P. A. SANTOS, F. M. S. Fósseis pleistocênicos de Scelidodon (Mylondotidae) e Tapirus (Tapiradae) em cavernas paranaenses (PR, sul do Brasil). *In:* **Acta Biologica Paranaense**, Curitiba, n. 33, p. 121-128, 2004.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. **Relatório de Viagem**. Acervo digitalizado do Museu do Índio. Rio de Janeiro: RJ. Filme 379; Fot. 2238-2301; doc. 1, 1937.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO. **Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio**. Relatório apresentado por Deocleciano de Sousa Nenê, inspetor do S. P. I. da viagem a Matos Costa, toldos de índios de Rio dos Pardos e Rio da Areia, em maio de 1942. Rio de Janeiro, 1942.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. **Inventário Florestal Nacional**: principais resultados no Paraná. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2018.

SETTI, K. Orassom – preces cantadas dos Mbyá-Guarani. *In:* **Revista Música**, vol. 8, 1997.

SILVA, D. **Nhemongaraí**: rituais de batismo Mbyá Guarani. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica do Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.

SILVA, M. A. C; NUNES, K; LEMES, R. B; AMORIM, C. E. G; KRIEGER, J. E; MILL, J. G; SALZANO, F. M; BORTOLINI, M. C; PEREIRA, A. C; COMAS, D. HUNEMEIER, T. Genomic insight into the origins and dispersal of the Brazilian coastal natives. *In:* **PNAS**, vol. 117, n. 5, fev., 2020.

SILVEIRA, B. X. **Entrevista Campo São Miguel da Roseira, São Mateus do Sul**. Entrevista concedida ao autor em 23 de outubro de 2019. São Mateus do Sul: UEPG, 2019. Arquivo mp4. Entrevista realizada exclusivamente para a pesquisa. Total de 46:35 de duração.

SIMINSKI, A; FANTINI, A. C. Roça-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina. *In*: **Fitotecnia** – Ciência Rural, vol. 37, n. 3, jun., 2007.

SMITH, M. STIBICH, G. R. de; GRUPIONI, L. D. B. (Orgs.). **PNGATI:** Plano Integrado de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Brasília: Projeto Gati/FUNAI, 2016.

SOARES, M. D. **Do Nhamandu Mirim ao Nhe'e Amba**: um reestudo etnomusicológico de um repertório Mbya Guarani. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Pograma de pós-graduação em Ciências Sociais: Universidade Federal de Pelotas. Pelotas/RS, 2016.

SOLÓRZANO-FILHO, J. A; KRAUS, J. E. Breve história das matas de Araucária. *In:* **Forest**, vol. 99, p. 37-47, 1999.

SOUSA, R. S. Ensino de instrumentos não ocidentais: reflexões decoloniais a partir da etnia Guarani Mbya e do candomblé Ketu. *In*: **Caminhos da Educação diálogos culturas e diversidades**, vol. 4, n. 3, p. 01–20, 2022.

SOUZA, A. P. A lenha como base do progresso industrial. *In:* **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. Ano 3, n.3. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1950.

SOUZA, J. O. C. Territórios e povos originários (des)velados na Metrópole de Porto Alegre. *In:* A.E.C. FREITAS, L. F. C. FAGUNDES. **Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas**: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2008.

SOUZA, T; RIZZI, C. A. A espacialidade arqueológica vista entre Paraná e São Paulo para complexos tecnológicos Umbu, Itararé e Tupi-Guarani através de análises georreferenciadas. *In:* **História Unisinos**, vol. 27, n. 1, p. 58-79, 2023.

STEFFEN, W; CRUTZEN, P. J. MCNEILL, J. R. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature?. *In:* **Ambio**, vol. 36, n. 8, p. 614-621, 2007.

STEIN, M. R. A. **Kyringüé mboraí**: os cantos das crianças e a cosmo-sônica Mbyá-Guarani. 2009. Tese (Doutorado em Música), Programa de Pós-graduação em Música: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

STRACHULSKI, J. Etnociências e teoria da complexidade: aproximando referênciais para compreender os conhecimentos tradicionais. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, vol. 4, out/dez, 2017. Disponível em: http://www.eumed.net/rev/cccss/2017/04/etnociencias-teoria-complexidade.html

STRAUBE, F. C; URBEN-FILHO, A; KOPIJ, G. A imigração polonesa e suas colônias no Paraná segundo Tadeusz Chrostowski. *In:* **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**, vol. 68, p. 87-116, 2007.

STROPARO, T. R; FLORIANI, N. The Territorial Dimension of Innovation in Family Farming: A Critical Reading in Light of Ecological Modernization and the Ecology of Practices. *In*: **Revista de Gestão Social e Ambiental**, vol. 19, n. 11, 2025. DOI: 10.24857/rgsa.v19n11-025.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Geografia física e geomorfologia**: uma releitura. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Compasso Lugar-Cultura, 2018.

SWYNGEDOUW, E. The Anthropo(Obs)cene. *In:* **Keywords in Radical Geography**: Antipode at 50, 2019.

TEAO, K. M. **Território e identidade dos Guarani Mbya do Espírito Santo (1967- 2006).** Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. UFF, 2015.

THEVET, A. **La cosmographie universelle d'Andre Thevet cosmographe du roy : illustrée de diverses figures des choses plus remarquables veves par l'auteur, [et] incogneues de noz anciens [et] modernes**. Tomo 1. Paris: Ed. Pierre l'Huillier, 1575.

TOLEDO, V. M; BARRERA-BASSOLS, N. **La memória biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

TOMMASINO, K. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia). Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, 1995.

TOPOGRAPHIC. Mapa Topográfico da Terra Indígena Rio d'Areia. Disponível em: Topographic-map.com. Escala 1:50.000. Acesso em 6 de maio de 2026.

TORRES, D. G. **Cultura Guarani**. Assunção: Ed. Litocolor, 1997.

TREVISAN, E. **Quando a Província nasceu**: influência do ciclo ervateiro de Morretes e Porto de Cima. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1998.

TRINDADE, A. D. **André Rebouças**: um engenheiro do império. São Paulo: Ed. Hucitec/FAPESP, 2011.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

TUPARI, Revista. **Colônias Indígenas chegam ao Sul**. vol. 1, n. 30, página 9, agosto de 1989.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. *In:* CUNHA, M. C; **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, p. 87-102, 1992.

URBAN, T. **O livro do Matte**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1990.

VANALI, A. C. **A erva-mate e a política paranaense**: análise da legislação provincial para a economia ervateira (1854-1889). 1ª ed. Curitiba: Instituto Memória Curitiba, 2013.

VARGAS, M. J. P; SANQUETTA, C. R; WEBER, K. S; SANTOS, K. Levantamento qualitativo de nós-de-pinho em um remanescente de Floresta Ombrófila Mista – General Carneiro – PR. *In:* **Revista Acadêmica**, Curitiba, vol. 4, n. 2, p. 77-84, 2006.

VELOSO, H. P; RANGEL FILHO, A. L. R; LIMA, J. C. A. **Classificação da vegetação brasileira**: adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

VERÍSSIMO, A. T. **Entrevista aldeia Rio d'Areia III**. Entrevista concedida ao autor em 6 de novembro de 2023. Inácio Martins/PR: UEPG, 2023. Arquivo mp4. Entrevista realizada exclusivamente para a pesquisa. Total de 31:14 de duração.

VERÍSSIMO, D. P. **Entrevista aldeia Rio d'Areia VI**. Entrevista concedida ao autor em 17 de agosto de 2023. Inácio Martins/PR: UEPG, 2023. Arquivo mp4. Entrevista realizada para a pesquisa. Total de 42:05 de duração.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. **A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

VÖLTZ, R. R; BLUM, C. T. Chave dendrológica e caracterização da morfologia vegetativa da família Lauraceae em um remanescente de Floresta Ombrófila Mista, Curitiba, PR. *In:* **Rodriguésia**, vol. 71, 2020.

WACHOWICZ, R. C. A imigração e os Botocudos (Xokléng) do Taió. *In:* **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores de História**, 1967.

WACHOWICZ, R. C. A "**Febre Brasileira" na imigração polonesa**. Curitiba: Superintendência das Comemorações do Centenário da Imigração Polonesa no Paraná. vol. 1, p. 29-58, 1970.

WACHOWICZ, R. **Universidade do mate:** história da UFPR. Curitiba: APUFPR, 1983.
WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WAIBEL, L. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural Casa Romário Martins, 1981.

WALLE, P. **Au Brésil, de l'Uruguay au rio São Francisco**. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 1910.

WEIGERT, D. **Nas sombras das Araucárias**: colonizadores e indígenas nas fronteiras do Paraná (1808-1900). 2020. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, USP, São Paulo, 2020.

WEISS, A. **Augusto Weiss**: fotografias do Estúdio Foto Progresso (1890-1970). Curitiba: Ed. Voar, 2017.

WREGE, M. S; HIGA, R. C. V; BRITEZ, R. M; GARRASTAZU, M. C; SOUSA, V. A; CARMORI, P. H; RADIN, B; BRAGA, H. J. Climate change and conservation of Araucaria angustifólia in Brazil. *In:* **Unasylva**, vol. 60, n. 231/232, p. 30-33, 2009.

WREGE, M. S; STEINMETZ, S; RELSSER JUNIOR, C; ALMEIDA, I, R; GARRATAZU, M. C; HERTER, F. G; CARAMORI, P. H; MATZENEUER, R; RADIN, B; BRAGA, J. H; PANDOLFO, C; PRESTES, S. D; CUNHA, G. R; MALUF, J. R. T. **Atlas climático da região Sul do Brasil**: estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Brasília: EMBRAPA, 2012.

ZECHINI, A. A; SCHUSSLER, G; SILVA, J. Z; MATTOS, A. G; PERONI, N; MANTOVANI, A. Produção, comercialização e identificação de variedades de pinhão no entorno da Floresta Nacional de Três Barras/SC. *In:* **Biodiversidade Bras**., vol. 2, p. 74-82, 2012.

ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA DA COMUNIDADE

CARTA DE ANUÊNCIA PARA PESQUISA EM COMUNIDADE INDÍGENA

Inácio Martins, 25 de julho de 2022

Eu, Antoninho Karai Tataendy Pires de Lima, cacique da aldeia Rio d'Areia, única aldeia situada na Terra Indígena Rio d'Areia, por meio de minha função de representatividade comunitária, declaro autorizar o ingresso do pesquisador João Francisco Miró Medeiros Nogueira na Terra Indígena para realização de pesquisa científica. Fica autorizado, portanto, a coleta de dados com moradores da aldeia, registro de imagens fotográficas e execução de projetos de pesquisa e oficinas dentro da aldeia, a partir do mês de agosto de 2022 até o final da duração de sua pesquisa, previsto para dezembro de 2025.

Antoninho Karai Tataendy Pires de Lima

ANEXO B – CARTA DE DEMANDAS COMUNITÁRIAS DA ALDEIA RIO D'AREIA

Demandas da Aldeia de Rio d'Areia / Planejamento 2022-2026

Turismo de Indígena de Base Comunitária - TIBC

Após a Inauguração do Centro Cultural, a atividade do turismo é uma constante. Porém ainda há muito para ser desenvolvido.

Cientes de que a formação é um elemento fundamental e constante para o desenvolvimento dessa atividade na nossa aldeia; atualmente está sendo realizado um curso de formação, para pensar e aperfeiçoar a atividade, assim como repensar os roteiros para o 'pós pandemia'. E, algumas demandas para o ano de 2022 que percebemos são:

* Curso/Formação para comunicação social – visando possibilitar o grupo/pessoas locais a capacitação para gerir mídias sociais, fazer marketing, divulgação voltadas ao TIBC;

* Boas Práticas no preparo de alimentos, que respeite o modo tradicional porém com 'toques' necessários quando se pensa 'serviço para turistas/pessoas';

* Oratória + relações interpessoais, direcionado à capacitação dos envolvidos nas atividades de atendimento para a venda dos artesanatos, guias, etc;

* Organização de Hospedaria, considerando que os turistas terão a possibilidade de pernoitar, se faz necessário orientações de como se prepara o local, os cuidados sanitários, etc.

* Sabemos também que outras demandas irão surgir na medida que a atividade avança, por isso, formação/capacitação será uma constante.

Outra necessidade percebida é que, devido ao cansativo acesso até a aldeia e o número de atividades possíveis, se faz necessário um espaço para os visitantes/turistas pernoitarem; a partir dessa percepção surgiu a proposta da '**Pousada**', necessidade de ter mini dormitório para turistas e viajantes, então tem muito possibilidade para as pessoas virem para a aldeia e pernoitar, porque, como já mencionado, a distância/acesso para se chegar até a aldeia. Em avaliação das atividades durante um ano em 2019 antes da pandemia, houve comentários por parte dos turistas como ***"foi muito cansativo chegar até na aldeia e pra voltar no mesmo dia depois de fazer atividades, mais ainda"***. Apesar de que as pessoas (turistas) gostaram muito de conhecer a aldeia e artesanatos, as pessoas, avistaram paisagem, o lugar.

A finalidade com a **pousada** junto ao centro cultural é atender melhor os turistas com uma noite de descanso, e no dia seguinte já existe organização de um bom passeio pelas trilhas da aldeia seguindo a regra e programação. (ideia de desenho ao final deste documento)

Com relação às **Trilhas** – há necessidade de investir mais na estrutura das trilhas, como por exemplo: construção de escadas e corrimões em alguns pontos.

Para a questão administrativa/de gestão se faz necessário um **veículo** para os serviços da gestão efetivamente, assim como, o subsídio de dois a três anos para a **remuneração de uma pessoa**, como **Coordenador da atividade**, para que possa se dedicar em tempo integral e fomentar o desenvolvimento da atividade na aldeia.

Outra necessidade, ligada ao turismo, porém também ao bem estar geral da comunidade é uma **Estrutura asfáltica** da estrada de acesso até a aldeia, uma vez que, as condições atuais dificultam e muitas vezes impedem o acesso com ônibus, por exemplo.

Atividades de Autoconsumo e Produção para Comercialização

Sendo a **Erva Mate** a principal atividade de geração de renda atual, entendemos a necessidade de se realizar o manejo e enriquecimento da floresta local com essa planta, em avaliação com as famílias, entendemos que há uma demanda por aproximadamente 1000 mudas de erva mate para cada família.

Também, a organização e instalação de estrutura para processamento da erva mate na aldeia, para consumo das famílias e eventual comercialização para os turistas. Pensando em aliar a atividade, reviver o modo tradicional, é instalar as estruturas para 'carigio' e 'socagem' no modo tradicional; sendo uma atividade inclusive interessante aos turistas conhecerem.

Árvores Frutíferas / Agroflorestas Familiares e Comunitária – visando a melhoria na alimentação com cultivo de frutas 'exóticas' e nativas aliadas à produção de variedades da agricultura tradicional Guarani; a implantação de agroflorestas familiares e uma comunitária; com subsídio para mudas frutíferas, sementes tradicionais; orientações técnicas para a agroecologia e manejo, principalmente das variedades exóticas; apoio para aquisição de sementes tradicionais e posterior incentivo para o Nheminhotỹ Moĩ Porã [guardiões de sementes sagradas] com possível viabilização de uma 'casa de sementes', para armazenagem das sementes, participação em feiras/eventos de trocas e comercialização.

Para viabilização dessa atividade, alguns equipamentos, maquinas, utensílios, etc serão necessários, relacionamos alguns: roçadeiras, motocultivadores, facões, foices, serras, forrageiras, trituradores, etc.

Psicultura – visto que a criação de peixes nos tanques já ocorre há alguns anos e faz parte da vivência da comunidade, possibilitar a formação/capacitação para fontes locais de alimentação para os peixes (seja via produção e mini processamento de ingredientes locais) como equipamentos para tal, orientações técnicas e mini estrutura para possibilitar o preparo para a comercialização.

Energia

Como forma de baratear os custos atuais e futuros com energia elétrica, fazer a instalação de placas solares para geração de energia para consumo e comercialização do excedente para a Rede Elétrica Instalada. Ou o fornecimento de energia sem custos para aldeia por um período de 20 anos.

Daniel Papa Veríssimo
Coordenador de Turismo

ANEXO C – COMUNICAÇÃO DE PARECER DE MÉRITO CIENTÍFICO DE PESQUISA PARA SOLICITAÇÃO DE INGRESSO EM T.I. AO CNPq (sem resposta)

Gmail João Francisco M.M. Nogueira <jfmmnogueira@gmail.com>

Parecer de mérito científico da pesquisa para solicitação de ingresso em T.I.

1 mensagem

João Francisco M.M. Nogueira <jfmmnogueira@gmail.com> 25 de julho de 2022 às 10:55
Para: cogec@cnpq.br

Bom dia,
Venho por meio deste contato solicitar o ***parecer de mérito científico da pesquisa***, por parte do CNPq, através da COGEC, para atender às demandas da Fundação Nacional do Índio, que por meio de sua Instrução Normativa nº 001/PRES/1995, solicita aos pesquisadores este documento, emitido via CNPq, para a autorização de ingresso em Terra Indígena para pesquisa.
Portanto, encaminho anexado a este e-mail, uma carta de intenção, juntamente com uma cópia do projeto de pesquisa de doutorado, aprovado pelo processo seletivo do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Edital nº 017/2022/PPGG-UEPG), com a finalidade de atender às demandas da RN 009/1987 do CNPq.

Agradeço a atenção e fico à plena disposição para esclarecimentos ou demais questões.

João Francisco Miró Medeiros Nogueira
Geógrafo, mestre em História Ambiental, doutorando em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

2 anexos

4PROJETO_JOAO.pdf
257K

carta_cnpq_joao.pdf
47K

ANEXO D – COMUNICAÇÃO AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UEPG (sem resposta)

Gmail **João Francisco M.M. Nogueira <jfmmnogueira@gmail.com>**

Dúvidas acerca de pesquisa de doutorado dentro de Terra Indígena

1 mensagem

João Francisco M.M. Nogueira <jfmmnogueira@gmail.com> 25 de julho de 2022 às 12:16
Para: propesp-cep@uepg.br

Boa tarde,
me chamo João Francisco Nogueira e sou aluno novo do programa de pós-graduação em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Nicolas Floriani, com pesquisa em doutorado.
Como trabalharei com a comunidade Guarani M'Bya da aldeia Tekoa Yakã Ita Kü'i, na Terra Indígena Rio d'Areia, município de Inácio Martins-PR, gostaria de saber se existem orientações por parte do CEP para a regulamentação da minha pesquisa ante a UEPG.
Sobre a permissão da FUNAI, já estou encaminhando a documentação necessária, mas acredito que isso pode ainda levar um tempo.
Este contato tem por finalidade também esclarecer quais são as condições para que eu possa solicitar auxílio de diárias de campo para a pesquisa, ainda não tendo o aval da FUNAI, mas já a carta de permissão da comunidade.

Agradeço a atenção

João Francisco M M Nogueira

ANEXO E – REGISTROS DA APRESENTAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO MAPA DE ETNOZONEAMENTO À COMUNIDADE INDÍGENA DO RIO D'AREIA



